



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO EM GEOGRAFIA



ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

DINÂMICA TERRITORIAL RURAL E URBANA NA REGIÃO IMEDIATA DE BELÉM
(RIB): ESTUDO COMPARATIVO EM SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO
DO TAUÁ.

BELÉM-PA 2023

ANTONIO MARCOS SILVA DE ALBUQUERQUE

**DINÂMICA TERRITORIAL RURAL E URBANA NA REGIÃO IMEDIATA DE
BELÉM (RIB): Estudo comparativo em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do Título de Doutor em geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

BELÉM - PA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A345d Albuquerque, Antonio Marcos Silva de.
 Dinâmica Territorial Rural e Urbana na Região Imediata de Belém
 (RIB): Estudo Comparativo em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do
 Tauá / Antonio Marcos Silva de Albuquerque. — 2024.
 XII, 266 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
 Geografia, Belém, 2024.
1. Dinâmica Territorial Rural/Urbana. 2. Dispersão urbana
 Metropolitana. 3. Novo Rural. I. Título.

CDD 900

Antonio Marcos Silva de Albuquerque

**DINÂMICA TERRITORIAL RURAL E URBANA NA REGIÃO IMEDIATA DE BELÉM
(RIB): ESTUDO COMPARATIVO EM SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO
DO TAUÁ.**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Federal do Pará, para a obtenção do título de
Doutor em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
(Orientador – PPGeo / UFPA)

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues
(Examinador Interno – PPGeo / UFPA)

Prof. Dr. Estêvão José da Silva Barbosa
(Examinador Externo – FTG / CANAN / UFPA)

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
(Examinador Interno – PPGeo / UFPA)

Prof. Dr. Daniel Araújo Sombra Soares
(Examinador Externo – CANAN / UFPA)

Belém
2024

AGRADECIMENTOS

Ao longo do período da elaboração de um projeto de tese, são muitos os que participam contribuindo de alguma forma para seu desenvolvimento. Assim, meus agradecimentos vão para todas as pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidos no processo de produção desse trabalho:

Aos professores do programa de doutorado, que no ano de 2020, no período crítico da Pandemia da covid-19, iniciaram seus trabalhos, rompendo, de modo remoto, um angustiante momento de confinamento.

Ao professor Gilberto Rocha que conduziu as orientações direcionando importantes pontos do trabalho.

Aos órgãos municipais de tributos e agricultura, principalmente izabelenses, que prestaram indispensável serviço de informações para que esse trabalho se desenvolvesse.

Aos conhecidos que, em momentos oportunos, foram importantes fontes de informação revelando, mesmo que informalmente, questões indispensáveis ao tema dessa pesquisado.

Aos amigos que, por diversas ocasiões manifestaram interesse no tema aqui discutido e, por meio de questionamentos diversos me permitiram, tanto buscar diálogo no contexto da pesquisa, quanto exercitar a própria temática em questão.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA, que por meio de sua estrutura acadêmica de ensino permitiu a realização dessa importante etapa de qualificação.

À família, pessoas queridas que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando e me incentivando, mesmo nos momentos mais difíceis.

Agradeço a todos pelo apoio e pela confiança. Sem vocês, não seria possível chegar até aqui.

Muito obrigado!

RESUMO

A presente tese se debruça sobre as relações complexas e dinâmicas emergentes entre o espaço rural e urbano nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. A análise em questão é sustentada por uma compreensão que procurou se aprofundar na influência da disseminação metropolitana sobre esses territórios, onde as intrincadas dinâmicas territoriais e culturais desempenham um papel fundamental, evidenciando-se através das transformações do uso da terra em ambientes considerados rurais. O epicentro dessa pesquisa reside na proposição intrínseca de que as metamorfoses nas interfaces rural e urbanas estão incitando uma reconfiguração econômica substancial no âmbito do uso da terra dessas localidades. Nos locais onde as estruturas urbanas estão mais presentes, emerge a figura das Áreas de Periurbanização (APs), ao passo que nos espaços rurais mais remotos florescem, o que denominamos de Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs). Estas manifestações empíricas contrariam a premissa tradicional que sugere que a disseminação urbana resulta na absorção completa do rural. As DNRs denotam um determinado padrão de uso da terra, concomitantemente a alterações no perfil produtivo tradicional do rural local, originando-se em uma complexa e híbrida intercessão entre o rural e o urbano. Para embasar essa abordagem, este estudo explora fundamentos conceituais sobre a interface entre campo e cidade conhecida como Periurbano e, finalmente, a conceituação do Novo Rural, tendo como uma importante delimitação a Região Imediata de Belém. Em síntese, esta investigação tem como desígnio primordial evidenciar que o contexto rural nesta parcela do estado do Pará está passando por transformações profundas em sua estrutura tradicional, engendrando novas configurações nas relações campo-cidade. Nesse ínterim, emerge a gestão pública municipal como um elemento de magnitude indispensável à compreensão dos conceitos de rural e urbano, bem como para a instrução de políticas de desenvolvimento, a exemplo dos territórios municipais sob investigação. Destarte, a conclusão inarredável é que o reconhecimento lúcido e abalizado da reorganização e ressignificação do rural torna-se um imperativo crucial para uma governança eficaz e contextualmente pertinente a tais dinâmicas territoriais. Nesse contexto, emerge a necessidade premente de uma abordagem mais abrangente e sistemática voltada a enfrentar os desafios latentes e capitalizar as oportunidades emergentes inerentes a essas novas relações entre o rural e o urbano no contexto municipal.

Palavras-chave: Rural-Urbano e dispersão metropolitana, Periurbanização, Novo Rural, Governança territorial.

ABSTRACT

The present thesis delves into the complex and dynamic relationships emerging between rural and urban spaces in the municipalities of Santa Izabel do Pará and Santo Antônio do Tauá. The analysis in question is supported by an understanding that sought to delve into the influence of metropolitan dissemination on these territories, where intricate territorial and cultural dynamics play a fundamental role, becoming evident through land use transformations in what are considered rural environments. The epicenter of this research lies in the intrinsic proposition that the metamorphoses in rural and urban interfaces are inciting substantial economic reconfiguration in the realm of land use in these localities. In areas where urban structures are more prevalent, the concept of Peri-urban Areas (PAs) emerges, while in more remote rural spaces, what we refer to as Dynamics of a New Rural (DNRs) flourish. These empirical manifestations contradict the traditional premise that urban sprawl results in the complete absorption of the rural. DNRs denote a specific pattern of land use, concomitant with changes in the traditional productive profile of the local rural, originating in a complex and hybrid intersection between rural and urban. To underpin this approach, this study explores conceptual foundations of the interface between the countryside and the city, known as Peri-urban, and finally, the conceptualization of the new rural, with an important delineation being the Immediate Region of Belém. In summary, this investigation has as its primary purpose to demonstrate that the rural context in this part of the state of Pará is undergoing profound transformations in its traditional structure, giving rise to new configurations in rural-urban relations. In the meantime, municipal public administration emerges as an indispensable element for understanding the concepts of rural and urban, as well as for the formulation of development policies, such as those in the municipal territories under investigation. Therefore, the unavoidable conclusion is that a clear and well-informed recognition of the reorganization and redefinition of the rural becomes a crucial imperative for effective and contextually relevant governance of these territorial dynamics. In this context, there emerges the pressing need for a more comprehensive and systematic approach to addressing the latent challenges and capitalizing on the emerging opportunities inherent in these new rural-urban relations within the municipal context.

Key-words: Rural-Urbano and metropolitan sprawl, Periurbanização, New Rural, Territorial governance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Uso da terra no nordeste paraense com destaque aos municípios estudados	29
Figura 2: Área de Comércio Agrícola: “Seasinha” de Santa Izabel do Pará.....	117
Figura 3: APs às Margens da Pa-140 e Pa- 242: Stº Antônio do Tauá	119
Figura 4: Stº Antônio do Tauá: Complexos Industriais na Interseção das PA-140 e PA-242	120
Figura 5. DNRs: Parque Aquático “Paraíso Verde	143
Figura 6: DNRs: Parque Aquático “Guará” /Stª Izabel do Pará (Lazer).....	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Território: Diferentes Abordagens	47
Quadro 2. (APs) Izabelense: Uso da terra no Curso da BR-316.....	156
Quadro 3. Atividades Econômicas (Uso da terra) no Curso da Pa-140 (APs – Stº Antônio do Tauá) *	136
Quadro 4. Stº Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Culturas Permanentes, 1970	182

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural	158
Gráfico 2. Stº Antônio do Tauá: População Urbana e Rural	159
Gráfico 3. Santo Antônio do Tauá: População Urbana e Rural – (valor estimado)	183
Gráfico 4. Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural.....	184
Gráfico 5. Stª Izabel do Pará: Lavouras Temporárias (T)	194
Gráfico 6. Stª Izabel do Pará: Lavouras Temporárias (T)	195
Gráfico 7. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola (T), 2017.....	196
Gráfico 8. Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural (Valor Estimado).....	197
Gráfico 9. Stª Izabel do Pará: Evolução das Atividades Econômicas (x1000 R\$).....	198
Gráfico 10. Stº Antônio do Tauá: Evolução das Atividades Econômicas (x1000 R\$).....	199
Gráfico 11. Stª Izabel do Pará: Agricultura Municipal (Culturas Temporárias/T).....	200
Gráfico 12. Stº Antônio do Tauá: Agricultura Municipal (Culturas Temporárias/T)	201
Gráfico 13. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Municipal (Culturas Perenes, 1990).....	202

Gráfico 14. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2000)	203
Gráfico 15. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2010)	204
Gráfico 16. Stª Izabel do Pará e STº Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2020)	205
Gráfico 17. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção da Hortalíça Municipal, 2017 (T)	208
Gráfico 18. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): Produção Total das Hortalíças, 1995 (T)	209
Gráfico 19. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): Número de Estabelecimentos Agropecuários, 2006/ 2017 (Unidade)	210
Gráfico 20. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): População Rural e Urbana/2010 - (4 Maiores Centros)	211
Gráfico 21. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): População Rural e Urbana/2010 (Centros com Menos de 100 Mil Habitantes)	212

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Região Metropolitana de Belém	14
MAPA 2. STª Izabel e Stº Antônio do Tauá na Região Geográfica Imediata de Belém (RIB)	92
MAPA 3: Área de estudo: Stª Izabel e Pará e Stº Antônio do Tauá na Região Imediata de Belém	112
MAPA 4: Stº Antônio do Tauá: Rural Não-Tradicional Lazer e Indústria	138
MAPA 5: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Uso Não-Agrícola do Rural (Lazer), 2020	141
MAPA 6: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento da Área Urbana, 1990–2000–2010–2020	154
MAPA 7: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Zonas de Expansão Urbana, 1990-2020	161
MAPA 8: Stª Izabel do Pará: Uso da terra ao longo da BR-316	165
MAPA 9: Stª Izabel do Pará: Uso não-Agrícola da terra, Zona Oeste	167
MAPA 10: Stª Izabel do Pará: Área Urbana Consolidada, 2020	170

MAPA 11: Stª Izabel e Stº Antônio do Tauá: Uso da terra fora das sedes municipais (contínuas) e/ou oficial	173
MAPA 12: Stª Izabel do Pará: Investimentos Não-agrícolas, Zona Oriental, (BR-316)	176
MAPA 13: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento Urbano e Uso e Cobertura 1990/2020	186
MAPA 14: Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento da Área Urbana Municipal, 1990-2020	188
MAPA 15: Stº Antônio do Tauá: Rural Não-Tradicional (Indústria)	190
MAPA 16: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Uso e Cobertura, 1990 – 2020.....	193

LISTA DE SIGLAS

AEPPs	Agências Estaduais de Planejamento e Pesquisa
AIPs	Áreas de Interfaces Rural-Urbanas
APs	Áreas de Periurbanização
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DNEs	Dinâmicas de um Novo Rural
EFBB	Estrada de Ferro de Belém-Bragança
FAO	Organização das Nações Unidas Para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
REGIC	Regiões de Influência das Cidades
RGIB	Região Geográfica Imediata de Belém
RIB	Região Imediata de Belém
RMB	A Região Metropolitana de Belém
RMs	Regiões Metropolitanas
RUB	Rede Urbana de Belém
SAT	Santo Antônio do Tauá
SIP	Santa Izabel do Pará
ZEU	Zonas de Expansão Urbana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS: O RURAL-URBANO, METROPOLIZAÇÃO E O TERRITÓRIO	41
1.1. O rural-urbano no contexto	41
1.2. O rural-urbano: interfaces.....	45
1.3. Subdesenvolvimento e desafios do (Novo) rural	49
1.4. O território na abordagem conceitual do rural-urbano.....	52
1.4.1. <i>Escala Global e Dinâmicas Locais de uso do Território</i>	56
1.4.2. <i>A Cidade e o Território: relações conceituais</i>	58
1.5. Brasil: Rural, Urbanização e Metropolização.....	64
1.6. Metropolização no contexto amazônico	67
1.6.1. <i>Metropolização e dinâmica rural regional</i>	69
1.7. O Estudo da Periurbanização e o Continuum Rural-Urbano	71
CAPÍTULO 2. NORDESTE PARAENSE, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE.....	74
2.1. Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs): Subsídio Conceitual e Metodológico Para Pensar os Novos Usos da Terra no Ambiente Rural Investigado.....	74
2.2. (Novo) Rural e urbano no Nordeste paraense.....	77
2.3. Nordeste Paraense: Dinâmicas Pretéritas e Reorganização Recente do Espaço ...	82
2.3.1. <i>A área de Estudos no Contexto da Ocupação do Nordeste Paraense</i>	85
2.3.2. <i>A atividade agrícola no contexto da colonização da Bragantina</i>	Erro!
Indicador não definido.	
2.4. A Cidade Média no Contexto	97
2.4.1. <i>A cidade média e as AIPs (Áreas de Interface Periurbanas)</i>	101
2.5. Área regional de estudos: e o rural/urbano amazônico no Nordeste Paraense	Erro!
Indicador não definido.	
CAPÍTULO 3. TERRITÓRIO RURAL: ESTUDO DE CASO EM SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ	103
3. Território rural do recorte estudado	103
3.2. Relação rural e urbana no contexto metropolitano: Uma Análise Geográfica regional da área de estudo	109
3.3.1. <i>Santa Izabel do Pará (SIP) e Santo Antônio do Tauá (SAT) no Contexto da Região Imediata de Belém (RIB)</i>	113
3.4. Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá: Pressupostos Geográficos às DNRs	115
3.5. Rede Urbana: Belém como Metrópole e sua Influência Regional.....	122

3.5.1. <i>O eixo urbano Castanhal/Belém</i>	127
3.6. Os municípios estudados e a rodovia PA-140	131
3.7. Indústrias Tauaenses: Áreas de Periurbanização (APs) no Curso da PA-140? ..	134
3.8. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs).....	141
 CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES PÓS-1990: RELAÇÃO RURAL E URBANA E USO DA TERRA	150
4.1. Urbanização local: As APs e DNRs nas interações campo e cidade	151
4.1.1. <i>SIP e SAT: geografia local e uso da terra pós 1990</i>	155
4.1.2. <i>Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Relação Rural e Urbana Pós 1990</i>	179
4.2. Urbanização e transformações socioespaciais locais	182
4.3. Dinâmicas do Padrão Produtivo Atual: Território rural de Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá (1990/2020).....	192
4.3.1. <i>Culturas perenes municipais</i>	202
4.3.2. <i>Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Municipal da Hortaliça e o Rural Metropolitano</i>	206
4.4. O Rural na Região Imediata de Belém	208
 CAPÍTULO 5. O PAPEL DA AUTONOMIA MUNICIPAL NA CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES RURAL-URBANAS	215
5.1. Autonomia e Possibilidades	217
5.1.2. <i>Autonomia e ordenamento territorial</i>	219
5.2. O Município no Contexto das Relações Globais	221
5.3. Condições Locais e Gestão Pública Municipal.....	223
5.3.1. <i>A relevância da dimensão local</i>	224
5.3.2. <i>Desenvolvimento local e cidadania</i>	225
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
 REFERÊNCIAS.....	253

INTRODUÇÃO

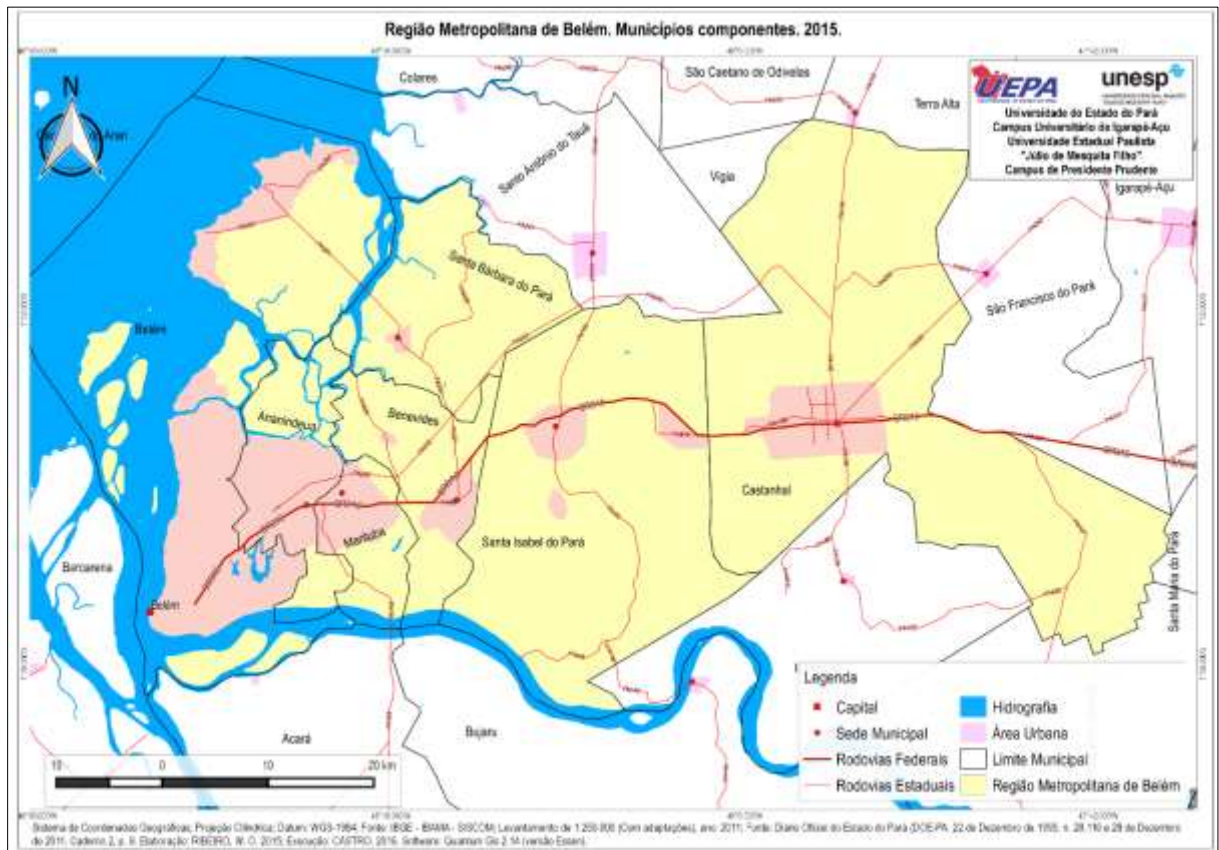
A presente tese tem como foco o estudo da dinâmica territorial rural e sua interação com o desenvolvimento urbano na região Nordeste paraense, com ênfase nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Ambas as localidades possuem uma história intrinsecamente ligada à capital, Belém, influenciando significativamente as transformações no uso da terra. A Região Metropolitana de Belém (RMB), com cerca de 2,1 milhões de habitantes, destaca-se por sua densa malha rodoviária, especialmente a BR-316 e a BR-010, conectando a região a outras partes do país.

A influência da RMB molda a organização do Nordeste Paraense, refletindo-se na forte conexão histórica e influência urbana de Belém sobre Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Este estudo visa analisar as transformações socioespaciais resultantes dessa influência metropolitana, com foco no uso da terra rural e na (re)organização territorial dos municípios em questão.

Embora a pesquisa se restrinja a Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, abordaremos uma perspectiva regional do desenvolvimento urbano dentro da RMB. Essa abordagem mais extensa inclui o papel metropolitano passado e presente em uma escala geográfica mais ampla. O desenvolvimento urbano é considerado o vetor principal da dinâmica territorial, influenciando as interfaces entre o ambiente rural e urbano, bem como o processo de modernização do campo, conhecido como "Novo Rural".

Além disso, discutiremos a Região Imediata de Belém (RIB) como base referencial para análises do quadro econômico territorial nos municípios, mantendo a relevância da RMB em seus diversos aspectos urbanos, como transporte, saneamento, habitação e meio ambiente.

Mapa 1. Região Metropolitana de Belém



Fonte: Diário Oficial do Estado do Pará. 22 de dezembro de 1995. n. 28.116 e 28 de dezembro de 2011, caderno 2, p. 8. In: RIBEIRO, Willame de Oliveira. Dispersão metropolitana e novas formas urbano-regionais: **uma proposta pra o reconhecimento e a delimitação da cidade-região de Belém**. Ateliê Geográfico, v. 12, n. 1, p. 132-154, 2018.

A atual Região Metropolitana de Belém (RMB), delineada em 2015, abrange Castanhal, situado a Leste de Santa Izabel do Pará; ambos na fronteira oriental dessa região. Já Santo Antônio do Tauá, nosso outro ponto de investigação, não é abarcado por esse recorte. Embora este município esteja geograficamente fora da RMB, sua proximidade e interação frequente com a dinâmica econômica de Belém justificam sua inclusão no estudo.

A influência metropolitana, embora menor que ao longo da BR-316, continua a impulsionar avanços econômicos em terras tauaenses. Esta investigação aborda não apenas a produção agrícola local, mas também as transformações resultantes da dispersão urbana metropolitana, particularmente visíveis nas Áreas de Periurbanização (APs).

Originada de pesquisas anteriores sobre o desenvolvimento de Santo Antônio do Tauá (dissertação de mestrado defendida em 2018), esta abordagem explora a dinâmica territorial rural do Nordeste paraense, focalizando na pequena produção agrícola como referência central. Questões-chave incluem a influência metropolitana, dinâmicas resultantes da dispersão urbana

e a formação de áreas periurbanas, conceituando ainda outras transformações como "Novo Rural", onde a participação da gestão pública local tem papel essencial.

O estudo abrange aproximadamente 30 anos, procurando enfocar o crescimento urbano local e suas implicações socioespaciais, respaldando-se igualmente no desempenho urbano metropolitano e sua dispersão sobre nosso recorte. A abordagem, centrada no rural, utiliza por exemplo, o conceito de "Periurbano" para compreender as transformações no recorte de estudos mediando assim, algumas análises referentes as áreas de interfaces campo e cidade.

TRAJETÓRIA PESSOAL: REDE URBANA E METROPOLIZAÇÃO NO NORDESTE PARAENSE. (IMERSÃO PESSOAL PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA EM ESTUDO)

A pesquisa ganha profundidade quando o pesquisador equilibra a objetividade necessária com o envolvimento pessoal e a motivação. A abordagem dedutiva é essencial na formulação de hipóteses e teorias, com base no conhecimento científico que será empiricamente testado, (Gil, 2017, p. 22).

A imersão na área de estudo, originada de experiências pessoais vividas no Nordeste do Pará, contribui para a compreensão mais rica do território, da paisagem e de suas dinâmicas sociais. Cada local, por menor que seja, torna-se significativo ao ser traduzido em formas, como: território, paisagem, rede urbana, região e/ou área rural-urbana, etc.

Esses ambientes refletem demandas pretéritas e estabelecem relações de uso ao longo do tempo e espaço, destacando-se como ricos pontos de reflexão. A abordagem científica nesse âmbito, transcende fronteiras geográficas, sendo aplicável globalmente. Assim, mesmo sendo originária do Sul da Ásia, dos subúrbios de Londres ou da África Subsaariana, todos ganham em significado e relevância.

A carga universal da pesquisa provém da identidade inicialmente vivida, traduzida e relatada, alcançando parâmetros mais amplos e envolvendo sujeitos de diferentes sociedades. A iniciativa científica, desse modo, começa com a experiência pessoal, universalizando a compreensão de pequenos pedaços do mundo, como aqueles contidos no interior da Amazônia brasileira, dando-lhes logo em seguida, significado em contextos globais.

Dessa maneira, ocorrem, então, as relações entre sensação, percepção e conhecimento, sendo que a percepção tem uma função mediadora entre o mundo caótico dos sentidos e o mundo mais ou menos organizado da atividade cognitiva (Tartuce, 2006 p. 5 *Apud* Pereira et al, 2018, p. 14).

O início deste trabalho é impulsionado pela motivação pessoal, buscando atribuir-lhe um caráter científico e significado universal. A análise dedutiva e indutiva, longe de serem excludentes, são complementares, contribuindo para um processo enriquecido de pesquisa e análise (Lakatos; Marconi, 2017, p. 47).

Com quase 30 anos de vivência na região Nordeste do Pará (em estudo), diversas transformações socioespaciais se desenvolvem a nossa volta; fazem-se notar, embora, por vezes, tais experiências não nos permitia uma visão de alcance contextualizado e abrangente de seus reais significados.

Desde as primeiras interações diretas com a Região Metropolitana de Belém na década de 1990 até os primeiros decênios do século XXI, testemunhei uma mudança significativa numa área de crescente densidade urbana (RMB). Durante minha infância e adolescência, residindo a Leste de Castanhal, constatei um ambiente predominantemente agrícola em Igarapé-Açu, fato que noutro momento tornava tudo ainda mais surpreendente e assustador para mim.

AS PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Ao mudar do interior para as proximidades da capital aos 18 anos, o contraste entre a cidade pequena e a densidade demográfica da metrópole se revelou surpreendente, marcando significativamente a minha vida.

As novas relações interpessoais cotidianas proporcionaram uma dimensão ainda não totalmente compreendida em relação aos valores simbólicos urbanos. Vindo de um ambiente de ritmo de vida mais lento, as ideias dos jovens da cidade grande durante o ensino médio na última década do século XX foram variadas e empolgantes, instigando novas descobertas.

Apesar das dúvidas sobre os planos universitários, a aprovação no curso de Geografia para a turma de 1998 na UFPA marcou o início da vida acadêmica, introduzindo-me mais ainda nos fluxos cotidianos da metrópole paraense aos 20 anos de idade.

Durante a faculdade, a RMB ganhou outra dimensão, destacando-se no movimento diário dos estudantes compartilhando espaços nos coletivos. Os processos de interação diversificados revelaram ricas narrativas de vida; uma diversidade de temas, abordando trabalho, escola, faculdade entre outros.

O ritmo das viagens entre Santa Izabel e Belém, iniciando antes do amanhecer, evidenciava um movimento migratório pendular na Região Metropolitana de Belém (RMB), percorrendo cidades como Benevides, Marituba e Ananindeua. A intensa movimentação de estudantes, de pré-vestibulares e instituições de ensino superior, refletia uma certa escassez de

faculdades na região nessa época, tornando a vida estudantil agitada no (Nordeste paraense), Norte do Brasil.

As experiências dessa vivência se somaram às primeiras discussões geográficas durante a graduação, com percepções das questões socioespaciais presentes nos diálogos entre Santa Izabel e Belém. As dinâmicas de debates sobre a paisagem regional e a apropriação capitalista do espaço emergiram, mas sem estabelecer hierarquias entre as cidades da metrópole, marcando mais de quatro anos de uma significativa experiência socioespacial. Essa relação consolidou-se em um período em que Belém tornou-se nosso segundo lar.

ENTRE SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

O entendimento do papel metropolitano e das centralidades na rede urbana consolidou-se nos anos 2000, revelando a verdadeira dimensão da vivência experimentada até então próxima ao referido circuito urbano durante as décadas de 80 e início de 90.

Já graduado e inserido no mercado de trabalho, iniciei atuação regular na docência e no ensino de geografia nos municípios vizinhos. Uma oportunidade na primeira década do século XXI levou-me a Santo Antônio do Tauá, cidade ligada a Santa Izabel do Pará pela rodovia PA-140, tornando-se meu local de moradia.

A compreensão da complexidade e importância desse espaço ampliou-se ao longo dos anos, especialmente durante o curso de mestrado iniciado mais de 10 anos após a graduação, onde alguns estudos sobre a ocupação humana da região revelaram uma história marcada pela importante presença da hidrografia local e das rodovias implantadas aí partir da segunda metade do século XX.

A leitura durante a produção da dissertação em 2016/2018 proporcionou uma contextualização aprofundada do processo de formação de Santo Antônio do Tauá (SAT), evidenciando a influência da hidrografia na formação de comunidades ribeirinhas e a posterior ocupação das áreas continentais, também, do município de Santa Izabel do Pará (SIP).

Ao examinar o papel estratégico da rodovia PA-140, que conecta os municípios estudados à Região Imediata de Belém, inserindo-os nessa sua rede urbana, destacou-se a gigantesca e intrincada teia de relações presentes nessa região paraense.

Anteriormente, durante minha infância e adolescência na cidade agrícola a leste de Castanhal, na porção oriental da RMB, eu me encontrava na órbita metropolitana sem compreender sua amplitude. Ao revisitar essas lembranças deparei-me com o próprio imenso

sistema de elementos diluídos em todo um contexto geográfico (rico) de ocupação da própria região amazônica.

A VIDA NUMA CALMA E SILENCIOSA CIDADE DO NORDESTE PARAENSE NA DÉCADA DE 1980

Em meio aos quintais da pequena Igarapé-Açu, entre árvores frutíferas e ruas não pavimentadas, a descompromissada liberdade da infância contrastava com a perspectiva de jovens, especialmente moças, migrarem para a capital em busca de oportunidades educacionais e profissionais, escapando do destino tradicional de casamento precoce.

O rádio era a fonte predominante de informações sobre Belém, destacando o trânsito e a violência urbana, características marcantes da cidade que, ao mesmo tempo, fascinavam como símbolos de progresso. Dois eixos rodoviários estaduais ligavam Igarapé-Açu à Região Metropolitana de Belém (RMB), passando por Castanhal, “cidade-modelo” com relevância comercial e industrial.

Os vínculos entre Castanhal, Igarapé-Açu e a proximidade com Santa Izabel do Pará se consolidaram ao longo de quase duas décadas, proporcionando uma base sólida para uma análise geográfica e histórica, enriquecida durante o mestrado. Os estudos revelaram essa riqueza toda do Nordeste paraense, destacando elementos como a Estrada de Ferro de Belém-Bragança (EFBB), os núcleos agrícolas e as estradas vicinais.

Graduado e instrumentalizado, a oportunidade de compreender a ocupação humana em transformação, marcada pela forte influência metropolitana da capital, consolidou-se durante o mestrado. Elementos antes fragmentados ganharam significado, revelando os traços amazônicos de uma ocupação em evolução.

As experiências de infância em Igarapé-Açu, faziam parte de uma organização socioprodutiva inserida em políticas públicas que se alinhavam a um quadro mais amplo de exploração regional, refletindo a continuidade dos usos econômicos pretéritos do território. No entanto, naquela época, eu não compreendia totalmente esse modelo de apropriação das riquezas amazônicas.

Desse modo, dialogar com minha percepção passada, permeada por experiências cotidianas, é válido ao justificar o grande interesse na abordagem desse recorte na região de influência de Belém. A leitura geográfica pode envolver tanto a superfície visível quanto a profundidade não palpável, sendo a compreensão do espaço uma busca pela totalidade.

A totalidade do espaço é compreendida enquanto sistema de relações em cada local onde a sociedade se organiza, moldando arranjos produtivos. Cada expressão do espaço, determinada pelo tempo, constitui territórios construídos e revela a metamorfose do espaço, Santos (1995); onde nada é diminuto no território. Mesmo habitando em Igarapé-Açu por anos, foi necessário amadurecer ferramentas de interpretação para formular leituras consistentes nas diversas dimensões necessárias para a participação no conjunto de cidades no Nordeste do Pará e na rede urbana de Belém.

Mais tarde, compreendi o nome popular "Ponte de ferro" como parte da infraestrutura da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB) na cidade onde vivia. Nas décadas finais do século XX, não restava evidência da ferrovia no local do igarapé, apenas algumas marcas do passado com testemunhas dessas dotações técnicas do passado.

Os relatos dos mais velhos narravam histórias da "Maria Fumaça" que transportava a produção rural entre os núcleos populacionais há muito tempo. No centro da cidade, destaca-se um antigo mercado municipal que, no início do século XX, concentrava produtores agrícolas, articulando a comercialização de itens, muitos destes destinados à capital do estado, fortalecendo a rede urbana em direção ao litoral paraense.

A compreensão do significado de Igarapé-Açu em tal contexto só se consolidou mais tarde, por meio de mais um livro sobre a EFBB, onde se revelou sua importância na articulação entre Belém e o litoral do Pará.

Era um fluxo de tropeiros, vendedores ambulantes, agricultores, damas, crianças vendendo bolos, salgados, frutas. Alunos partindo e voltando, políticos em campanha, fiscais disso e daquilo. A estrada de ferro trazia toda sorte de coisas, e levava também. "Tinha ares de capital!" (Braga, 2018, p. 50).

A tradição agrícola em Igarapé-Açu, vinculada ao projeto de assentamento durante a segunda e terceira fase de urbanização da Amazônia, revela-se na avenida principal e no mercado ligados ao povoado Jambu-Açu. Castanhal, a 50 km a Oeste, é reconhecida por sua antiga locomotiva, símbolo de um projeto de articulação da região Bragantina, buscando escoar a diversidade econômica do nordeste paraense até Belém por meio de trilhos.

Em Santa Izabel do Pará, no final dos anos 1990, a BR-316 demonstrava seu papel enquanto um corredor vital para o escoamento de riquezas, mantendo a dinâmica socioespacial da região. Relatos vagos sobre uma estação de trem e vestígios da antiga linha férrea que cruzava a cidade indicavam a influência duradoura da infraestrutura ferroviária na referida configuração urbana.

Ao acompanhar essas relações nas cidades da região de influência de Belém, pude observar dinâmicas socioespaciais recentes (final do século XX e início do século XXI), e as menções ocasionais sobre a Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB) por moradores mais antigos foram cruciais para compreender a história local.

Com uma base literária sólida, ampliei minhas reflexões, teoricamente sistematizadas, sobre os processos constitutivos da rede urbana na região nordeste do Pará, observando sua dualidade entre elementos socioespaciais tradicionais (base agrícola) e a forte influência da urbanização metropolitana.

Compreendi, assim, o significado crescente das dinâmicas atuais que permeiam a vida da população paraense, especialmente na região nordeste. Minha experiência prática e percepção empírica dessas transformações intensificou meu interesse em estudar essa área sob a influência da metrópole Belém, considerando seu contexto amazônico de ocupação.

Destaco a importância de examinar não apenas a metropolização em curso e suas dimensões econômicas e socioespaciais, mas também os processos que ressignificam as áreas de menor densidade demográfica. Essas regiões, originadas de uma organização socioespacial rural, desempenham um papel vital em um sistema de relações enraizado na exploração dos recursos naturais da Amazônia.

A abordagem adotada nesta pesquisa se baseará na urbanização marcada pela metropolização nos municípios do nordeste paraense, cujos primeiros núcleos populacionais surgiram da exploração dos recursos naturais amazônicos. O estudo buscará revelar as dinâmicas de uso dos territórios rurais como indícios dos processos mais amplos derivados de um sistema econômico, evidenciando a condição urbana na organização do espaço regional. Pretende-se, assim, atribuir significado ao estudo deste "pequeno trecho" do estado do Pará, inserido na vastidão de diversidades e dinâmicas amazônicas

MÉTODO E A METODOLOGIA NA PRESENTE ABORDAGEM

Ao pensar no método pelo qual seguiríamos o caminho da presente pesquisa, teve peso sua relação com as questões sociais ligadas às transformações econômicas que permearam a Amazônia dentro de tais contextos, de certa forma delimitáveis por seu caráter regional de ocorrência.

(...) o método não representa tão somente um caminho qualquer entre outros, mas um caminho seguro, uma via de acesso que permita interpretar com maior coerência e correção possíveis as questões sociais propostas num dado estudo, dentro da perspectiva abarcada pelo pesquisador (de Salles Oliveira, 1998, p. 17).

A pesquisa que aqui se desenvolveu não poderia ocorrer sem levar em conta os sistemas de objetos enquanto aspectos mais imediatos das condições de reprodução social, pois "o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes." (Santos, 2002, p. 39)

Pode-se questionar os limites de cada conjunto de objetos em revelar sua essência, destacando a relevância de considerar que esses conjuntos estão enraizados em estruturas que conduzem a um sistema de ações. Nesse contexto, é fundamental adotar um caminho metodológico que integre experiências empíricas cotidianas com observações interpretativas rigorosas de objetos, fluxos e relações, compreendendo o meio como um conjunto indissociável formado pela sociedade e a natureza, mediado pelo trabalho. Isso permite perceber as dinâmicas como condição, meio e produto de práticas capitalistas na organização dos sistemas socioespaciais, culminando no processo dialético de desenvolvimento das coisas, conforme mencionado por Santos (2002).

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples (...) (Santos, 2008).

A vastidão das questões que nos leva a refletir sobre demandas sociais relevantes torna-se um dilema no tempo presente. A percepção está sujeita a interferências em um sistema visual instável. Nesse contexto de transição, é crucial adotar uma perspectiva menos dispersa para abordar essas questões com objetivos mais definidos na resolução de problemas práticos.

O ato de conhecer revela o mundo, e sua complexidade pode ser acessada por diversos meios. O conhecimento, conforme Pereira (2018, p. 13), pode ser adquirido por meio de sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição. A vivência, como mencionado anteriormente, desempenha um papel fundamental em garantir que esses elementos sensoriais sejam eficazes na inserção do pesquisador no contexto da aquisição e sistematização do conhecimento.

A percepção, conforme as análises do autor citado, desempenha uma função primordial na apreensão da realidade, mediando a organização lógica dos conteúdos captados pelos sentidos por meio da atividade cognitiva dos indivíduos.

Podemos consolidar nossas concepções através do que consideramos verdadeiro, e as justificações individuais desempenham um papel crucial nesse processo. A relação entre indivíduo e conhecimento, no contexto social estudado, é essencial, como afirmado por Silveira (2009, p. 18):

Quando o indivíduo acredita em alguma coisa verdadeira e está justificado a crer, sua crença é conhecimento. Assim, a justificação é um elemento fundamental do conhecimento (Silveira, p. 18, 2009).

A produção do espaço pela sociedade é um processo social e histórico, ligado à diferenciação socioespacial proposta por Fani (2007). A cidade torna-se o palco das relações de conflito pela apropriação diferenciada do espaço. A dinâmica de produção socioespacial está relacionada ao processo de apropriação e produção, sendo parte de um movimento constante de desenvolvimento que gera diferenciação socioespacial.

A dialética presente nas relações sociais busca entender sua ocorrência espacial, observando as diferenciações resultantes da produção do espaço. O método dialético propõe compreender fenômenos a partir de sua contínua transformação, considerando a realidade como um complexo de coisas inacabadas (Lakatos, 2003). Essa abordagem reconhece a mutabilidade da sociedade e da natureza, onde as relações e as transformações são orgânicas e permanentes.

Ao considerar a constante transformação em curso e a influência de contextos, reconhecemos que os objetos não são fixos, estando sujeitos a novos processos que se somam aos anteriores, resultando em dinâmicas em constante evolução.

O método dialético, ao considerar que uma realidade está interligada com outras relações ao seu redor, exige a compreensão das condições que determinam e condicionam as transformações analisadas. Pensar de maneira dialética envolve compreender as demandas socioprodutivas que carregam tanto as bases de um paradigma quanto o germe de sua reconstrução.

A estrutura do conflito social torna-se uma marca estrutural da história, sendo a antítese discutida por Demo (1995) como um elemento inerente à dinâmica interna da realidade social. Essa dinâmica gera condições objetivas e subjetivas para sua própria superação, mostrando que a história é uma construção social que enfrenta suas próprias contradições em uma relação de superação contextualizada.

O método dialético busca compreender uma realidade composta por relações cujas formas de organização resultam de transformações alimentadas por contradições permanentes. Essas contradições permitem analisar como as estruturas formadas atuam na composição e funcionamento das realidades históricas que ajudam a construir. A reprodução social é resultado das transformações desenvolvidas historicamente, e a abordagem das ciências sociais está sujeita às contradições que sustentam posturas ideológicas, podendo interferir na produção científica nesse ambiente.

As ciências sociais serão científicas se nelas predominarem os traços reconhecidos como científicos; não serão científicas caso predomine a intenção ideológica ou se fizerem a ilusão de isenção ideológica (Demo, 1985, p. 18).

A produção do conhecimento científico ocorre em um ambiente onde as relações ideológicas são reconhecidas como partes integrantes dos processos, especialmente nas ciências sociais. Pedro Demo destaca que nem a ideologia intencional nem sua pretensa ausência podem configurar uma produção científica. A imersão completa do pesquisador no campo e no objeto de estudo não corrobora o fazer científico, pois pode se distanciar do que é considerado científico e depender de uma ilusória capacidade de aplicar um filtro ideológico.

O espaço é constituído por elementos que representam as formas de organização do sistema produtivo, estabelecido pela divisão social do trabalho. Essas formas são continuamente reorganizadas ao longo da história, agregando atributos aos objetos geográficos. Os objetos geográficos são formas que respondem a novas necessidades e, ao longo do tempo, mudam de função, contribuindo para a construção de uma nova geografia com base em objetos antigos (de Souza, 1983, p. 2).

Observar o desenvolvimento dos objetos geográficos revela as estruturas de uma organização sócio-territorial, cujas funções refletem características de usos pretéritos e processos mais recentes do território. A totalidade expressa por Santos (1977), considera que a sociedade organiza seu espaço por meio de funções constantemente mutáveis. A Formação Econômica e Social busca compreender as configurações locais como a realização de um modo de produção capitalista específico de determinada época.

Dessa forma, a dimensão local é vista como o espaço onde ocorrem dinâmicas capitalistas globais, permitindo compreender as condições que moldam contextos de uso e produção do espaço. Sob essa perspectiva, pretende-se debater as transformações no campo produtivo do setor rural como reflexo de rearranjos econômicos decorrentes de movimentos na condição de produção e circulação, tanto pretéritos quanto atuais, dentro de um contexto mais amplo.

A formação socioespacial da região em estudo tem raízes nas atividades rurais que se desenvolveram ao longo do povoamento do Nordeste paraense, agora caracterizado por um notável adensamento urbano ao longo das rodovias nesta parte do Pará. A concentração de núcleos populacionais e rodovias destaca-se como uma característica marcante do recorte analisado.

Nessa abordagem, fundamentamo-nos na proposta de Santos (2006), enfatizando a importância da interpretação do processo histórico de apropriação do espaço, considerando

diferentes demandas e condições técnicas ao longo do tempo. A categoria de periodização destaca-se no trabalho, permitindo determinar continuidades nos usos territoriais em contextos históricos específicos. Santos ressaltava a relação intrínseca entre Estado e território, indicando a influência política das práticas de uso e das espacialidades resultantes.

O conceito de território usado, conforme Santos (2006), implica uma análise temporal, considerando a apropriação sujeita a demandas específicas de cada período histórico. As variadas formas de uso marcadas por características particulares são conduzidas por princípios gerais, tanto da história global quanto da história local.

Essas condições temporais são observadas com ênfase na importância da relação entre novidade e herança, destacando certas condições que materializam no espaço as práticas atuais e as heranças do passado.

O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual (Santos, 2006, p. 20).

Todas as sociedades produzem condições para sua reprodução, guiadas por necessidades ao longo de diferentes períodos. Cada período histórico é moldado pela mediação das condições produtivas, sendo um produto da sociedade em seu meio geográfico. A Formação Econômica, segundo Santos (1977), compõe o espaço à medida que a sociedade capitalista se dissemina em larga escala.

A leitura do espaço considera a organização produtiva local sob a lógica capitalista, com suas características essenciais moldadas no tempo e espaço de acordo com condições geográficas e técnicas disponíveis. É essencial compreender o espaço em suas realidades locais, mantendo a visão do modo de produção sob a influência de um sistema mais amplo.

A rota de povoamento de Belém ao nordeste do Pará, buscando Bragança, refletiu um projeto capitalista na segunda metade do século XIX, com a presença global limitada à exportação de borracha. O território em questão tinha suas condições de uso moldadas por uma demanda econômica centrada na exploração, inicialmente indiretamente ligada ao nordeste paraense.

À medida que os interesses mundiais na Amazônia crescem, surgem meios econômicos com implicações nas territorialidades locais. Para uma inserção regional ampla num circuito capitalista, foi necessário um projeto prévio de controle do território (Becker, 1990). O controle do espaço também se torna uma forma alternativa de controle social (Becker, 2012).

A dinâmica urbana do nordeste do Pará se fortalecerá à medida que Belém consolidar seu papel metropolitano. A economia agrícola local, antes intrarregional, se transformará em

uma rede urbana nacional, conectando cidades e complexificando relações urbanas e rurais nessa parte do estado.

A complexidade da malha urbana, composta por pontos, linhas, redes e áreas (Moreira, 2007), destaca a importância de perceber a desigualdade socioespacial como resultado dos novos usos que se conectam com diferentes intensidades em cada local. Nesse contexto, a diversidade dos territórios e representações materiais e simbólicas no mundo rural da região é influenciada pelas perspectivas econômicas provenientes principalmente da base produtiva urbana.

UMA ABORDAGEM ESPAÇO-TEMPORAL

Os estudos neste trabalho concentram-se em uma leitura das dinâmicas globais, destacando as transformações atuais como parte de processos mais amplos na formação do espaço regional amazônico. Essa abordagem visa dialogar com uma totalidade social, considerando as condições que influenciam as reorganizações socioespaciais na Amazônia. Esses processos são compreendidos como relações ou formas geográficas que surgem nos lugares devido a alterações nos ordenamentos capitalistas de produção.

A análise temporal revela a organização espacial dos lugares ao longo de suas histórias espacializadas. A compreensão das relações entre estruturas sociais e variáveis temporais específicas é essencial para entender as realidades socioespaciais, considerando tempos passados e futuros. A singularidade da história de cada lugar se manifesta através de sua própria temporalidade, enfatizando a importância das temporalidades singulares na formação do espaço geográfico, conforme destacado por Santos (1978).

O percurso da pesquisa baseia-se nos processos globais de ocupação regional, com ênfase na urbanização impulsionada pela presença de rodovias e na inserção amazônica na divisão nacional e internacional do trabalho. Essa abordagem temporal destaca os períodos mais relevantes na história da organização espacial do nordeste paraense e seus territórios municipais.

Como já mencionado, a identificação de um processo temporal (período de 30 anos de intervalo) sobre o desenvolvimento da área de uso e cobertura do solo da área de estudo será adotada como forma de incorporar recursos à metodologia desta pesquisa capazes de mostrar as dinâmicas que envolvem o desenvolvimento urbano local.

A análise integrada de dados de sensoriamento remoto e outras informações temáticas tem possibilitado, entre outros aspectos, uma melhor representação, em escala e unidades da paisagem, das distribuições e variações fitofisionômicas (Ferreira et al., 2008, p. 388).

Os recursos de sensoriamento remoto, aliados ao Sistema de Informação Geográfica (SIG), tornam-se ferramentas indispensáveis para a análise dos processos antrópicos nos biomas brasileiros, conforme destacado pelos autores mencionados. A elaboração do mapeamento de uso e cobertura da área estudada, que visa verificar a expansão urbana nos dois municípios, será realizada a partir de material cartográfico com bases vetoriais do IBGE e imagens de satélite Landsat 5.0 - 6.0.

O acervo disponível no site "mapbiomas" permitirá a obtenção de dados temporais para o acompanhamento das transformações antrópicas locais, fundamentais para análises, como a relação campo e cidade. Além disso, para investigar as dinâmicas produtivas agrícolas ao longo do tempo, serão conduzidos entrevistas e trabalhos de campo, buscando dados sobre a participação rural nos negócios com a região metropolitana.

A presença crescente de culturas de ciclo curto pode indicar desafios e perspectivas para a pequena produção rural local, sendo essencial comparar os padrões tradicionais com as atividades recentes. A relação da gestão pública municipal no planejamento rural desempenha um papel crucial, especialmente na definição oficial do rural no âmbito administrativo.

O foco temporal deste estudo abrange o último decênio do século XX até as primeiras décadas do presente contexto (2020), visando encontrar relações entre a intensificação da urbanização e as dinâmicas socioespaciais emergentes na relação campo e cidade, influenciadas pela metrópole. O estudo analisa as relações rurais e urbanas na Região Imediata de Belém (RIB), com ênfase em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, identificando "Áreas de Periurbanização" (APs) e "Dinâmicas de um Novo" (DNRs).

A abordagem adota o conceito de periurbano, entendido como um espaço com características de uso do solo inseridas nas dinâmicas metropolitanas, predominantemente transitória (Capel, 1994 apud Travassos; Portes, 2018). O ambiente rural em questão sofre influência direta da expansão urbana de Belém, desencadeando uma variedade de vetores de transformações rurais fundamentais para o seu desenvolvimento

Logo, criaram-se novas configurações espaciais de uma paisagem densamente urbanizada, não obstante de modo desigual, cujos contornos são extremamente difíceis, se não impossíveis, de teorizar e mapear com base nas epistemologias urbanas tradicionais (Brenner, 2018, p. 241).

Em decorrência de uma eficiente aproximação entre o campo e a cidade, demandada pelo desenvolvimento urbano, pode-se falar de uma interação que se constrói por meio de uma dinâmica mais evidente. Isso se reflete nas novas formas de uso das terras rurais, embora essa organização socioespacial também apresente aspectos indistintos.

Portanto, é com base nos atributos municipais definidos constitucionalmente desde a promulgação da Constituição Federal em 1988 que se observa a importância da implementação de iniciativas de políticas públicas voltadas ao planejamento dos ambientes de interface rural-urbana dentro de uma esfera cada vez mais local.

Assim, o debate sobre a concepção de uma área rural, especialmente em relação ao seu processo de desenvolvimento no contexto do território municipal, ganha crescente relevância. Nesse caso, vale ressaltar as transformações (empiricamente observadas) sobre o rural de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, tendo como referência essa escala de alcance e/ou interesse que envolve essa leitura comparativa.

Essa abordagem, portanto, busca identificar a interface rural-urbana em questão, tendo como base a ideia de um *continuum* entre essas duas áreas, dissolvendo a visão dicotômica que prevaleceu até recentemente.

A pesquisa em questão concentra-se na análise das dinâmicas econômicas e práticas produtivas associadas ao uso da terra, considerando-as como elementos constituintes de um processo urbano que se expande sobre o território rural de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Adell (1999) enfatiza que a relação rural-urbana transcende aspectos morfológicos ou funcionais, destacando a complexidade envolvida.

De acordo com Adell (1999), a compreensão das áreas metropolitanas exige o reconhecimento de dinâmicas que envolvem desde a desconcentração industrial até o crescimento do transporte rodoviário e as transformações no mercado de terras urbanas. A análise proposta neste estudo se baseia na identificação das Áreas de Periurbanização (APs), representativas de uma interação entre o rural e o urbano nas áreas da Região Imediata de Belém.

O desenvolvimento das Dinâmicas do Novo Rural (DNR) está vinculado às transformações em áreas mais afastadas das principais rotas rodoviárias, onde o uso da terra está articulado às condições naturais do campo. A interface entre o ambiente rural e urbano configura uma área híbrida e complexa, conforme Lefebvre (1999), que destaca a influência predominante da cidade sobre o campo.

A discussão sobre as transformações nas relações campo e cidade, caracterizada pela introdução sistemática de novas formas de uso da terra e atividades econômicas não-agrícolas, é central em muitos estudos. A região em análise, marcada por "fortes características de fronteiras agrícolas" (Wagner; Assis, 2014), demanda uma compreensão mais aprofundada desses processos.

A metodologia adotada inclui a identificação de áreas “urbanas consolidadas” nos municípios, referidas como “estruturas urbanas”, para destacar o desenvolvimento local e a ampliação dessas áreas para locais de menor densidade populacional nas zonas rurais. A análise utiliza ferramentas cartográficas como instrumentos comparativos, permitindo a identificação de tendências socioespaciais e econômicas ao longo do tempo.

Essa abordagem cartográfica não busca categorizar de maneira definitiva o rural e o urbano nos municípios, evitando fronteiras inflexíveis, mas adota uma perspectiva abrangente que considera a complexidade das interações entre esses ambientes. A análise visa contribuir para o entendimento das dinâmicas populacionais e econômicas, enriquecendo a compreensão das relações entre campo e cidade na área de estudo.

Ao adotar essa metodologia, o presente trabalho contribui para o debate científico sobre o tema, proporcionando uma leitura mais sistêmica das relações entre campo e cidade, relevante não apenas academicamente, mas também para a gestão e planejamento do território. O enfoque nas interfaces campo e cidade vai além da absorção do tradicional pelo moderno, buscando compreender o surgimento de territórios complexos e sua configuração significativa.

GEOGRAFIA DA ÁREA DE ESTUDO: DINÂMICA REGIONAL DE OCUPAÇÃO

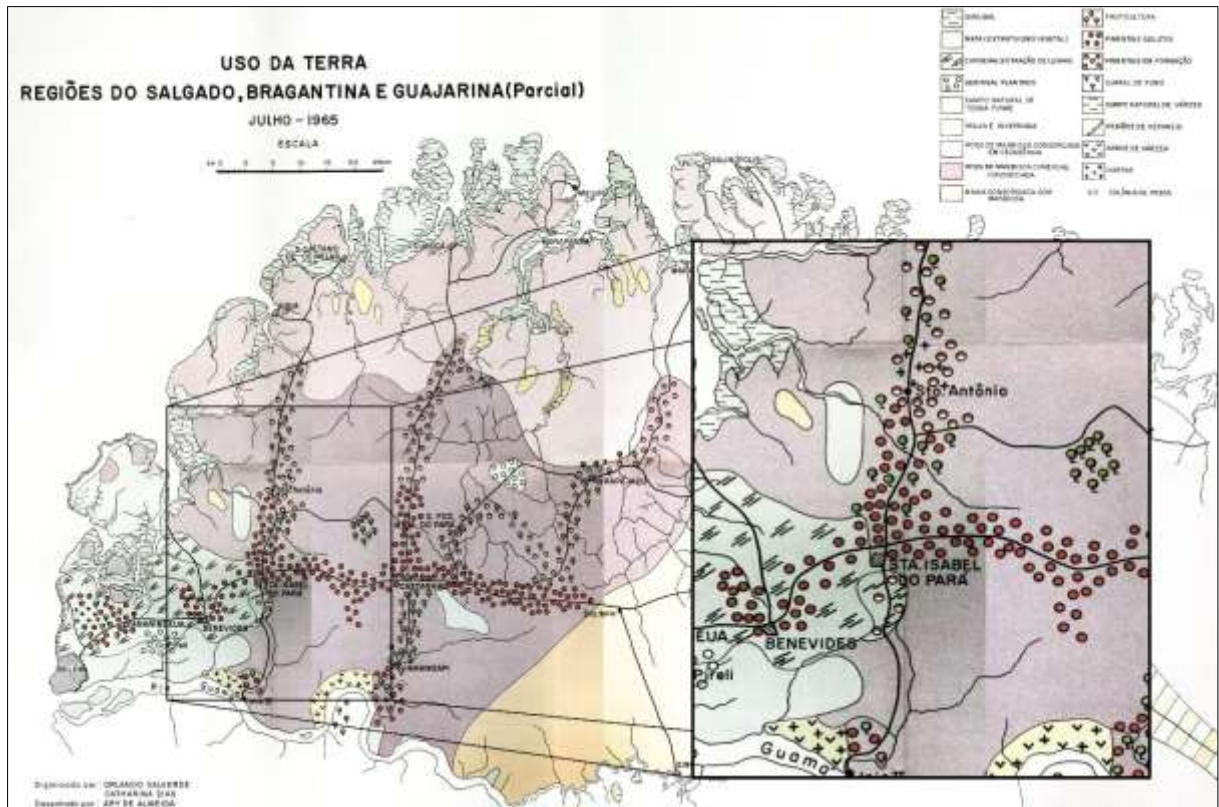
A análise da relação entre campo e cidade no nordeste paraense requer uma consideração do contexto histórico de ocupação, destacando os processos socioespaciais que se consolidaram entre os últimos decênios do século XIX e a segunda metade do século XX. A região Bragantina, mesmo em 1960, já apresentava uma relevante participação econômica rural articulada com Belém, evidenciando suas fundações históricas na tradição agrícola do Nordeste paraense.

O processo de colonização desempenhou um papel crucial na formação das relações campo e cidade na Amazônia, sendo essencial compreender as bases históricas que moldaram essa interação. A urbanização acelerada na região a partir da década de 1970 contribuiu para a criação de uma complexa rede urbana regional, como destacado por Miranda (2012).

O uso da terra nesse contexto concentra-se no abastecimento do mercado consumidor da capital paraense, abrangendo não apenas o litoral de Bragança, mas também as áreas ribeirinhas das regiões do Salgado e Guajarina. Essa iniciativa se estende aos municípios de Santo Antônio do Tauá e Santa Izabel do Pará, ampliando significativamente a influência da atividade econômica no nordeste do estado. A expansão territorial resultante desse projeto

implica em interações mais complexas entre as áreas rurais e urbanas, facilitadas pela implementação de novos eixos de circulação regional.

FIGURA 1: Uso da terra no nordeste paraense com destaque aos municípios estudados



1

Fonte: Uso da terra regiões do Salgado, Bragantina e Guajará (parcial). Com destaque nosso; In.: VALVERDE, O; DIAS, C. V. **A Rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

A observação do uso da terra na cartografia destaca a relevância da circulação rodoviária na organização da rede urbana de Belém. Esses eixos rodoviários representam referências cruciais na rota de alguns produtos agrícolas identificados no início da segunda metade do século XX. Apesar do forte impacto do quadro urbano conduzido pela metrópole no século XXI, a análise ganha profundidade ao considerar as características rurais tradicionais dos municípios em questão, especialmente no contexto das três unidades regionais do mapa de 1965 (atualmente em desuso).

Ao analisar a cidade de Juazeiro do Norte, é preciso levar em consideração a dimensão temporal, ou seja, a história da cidade, para compreender as suas dinâmicas urbanas e os fatores que influenciaram a sua estruturação (Soares Pereira, 2010, p. 31).

¹ Ainda considerando as antigas toponímias referentes as três áreas do estado do Pará a que o mapa se refere, Stº Antônio do Tauá e Stª Isabel do Pará, aparecem (destaque nosso) com suas terras marcadas pelas culturas da mandioca e da pimenta do reino, especialmente.

O estabelecimento das rodovias no período em questão surge como o vetor primordial das dinâmicas urbanas recentes, integrando as cidades à rede urbana. A implementação do modelo rodoviarista inclui a criação de vias secundárias, conectando áreas ribeirinhas à BR-316 e ampliando o acesso ao mercado consumidor de Belém. No contexto pós-1990, as cidades experimentam um notável crescimento urbano, com a metrópole exercendo maior influência sobre os novos núcleos econômicos. A abordagem histórica e geográfica auxilia na compreensão temporal e espacial da cidade, permitindo analisar a formação dos circuitos de relações e a reestruturação das centralidades urbanas.

Conforme destacado pelo autor mencionado, o desenvolvimento urbano na cidade nordestina abordada é influenciado por diversos fatores ao longo de diferentes períodos históricos, exigindo uma análise aprofundada para compreender sua reorganização. Os municípios estudados neste trabalho compartilham uma relação econômica construída em sua função agrícola, sob a influência metropolitana. Essa complexidade histórica e geográfica acompanha a evolução da rede urbana de Belém, tanto no passado quanto no presente, impactando a hierarquia das centralidades que compõem essas relações mais extensas nos dias atuais. Portanto, a Rede Urbana de Belém (RUB) será objeto de análise posterior neste estudo.

REGIC: A CIDADE CENTRAL COMO REFERÊNCIA

O desenvolvimento econômico em torno de uma cidade central cria uma rede de circulação que envolve diferentes fluxos de movimento numa região de relações permanentes. Essa rede representa um conjunto de atividades socioprodutivas que podem ser identificadas por meio de uma cartografia de articulações regulares. Dessa forma, a compreensão desse tipo de rede é fundamental para o estabelecimento de um planejamento voltado ao desenvolvimento da região. Nesse sentido, pode-se perceber que:

A definição das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) pelo IBGE é uma tentativa de mapear as áreas que possuem uma forte relação com a cidade central em termos de fluxos de pessoas, bens e serviços (Santos, 2004, p. 108).

As Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE, conforme indicado no trecho anterior, constituem uma abordagem essencial para compreender as interações entre as cidades e suas áreas circundantes, destacando diversas escalas de influência envolvidas nesse contexto. Este conceito é fundamental na geografia urbana e regional, servindo como instrumento analítico para a compreensão da organização espacial das cidades e suas relações interdependentes.

A REGIC é caracterizada como uma delimitação geográfica das áreas de influência das cidades, fundamentada em critérios como densidade populacional, renda per capita, infraestrutura urbana e oferta de serviços, entre outros. Essa delimitação viabiliza a identificação das hierarquias entre as cidades e suas áreas adjacentes, bem como as dinâmicas de interdependência que se estabelecem entre elas.

Dessa forma, a noção de REGIC se destaca como uma ferramenta analítica crucial para compreender as dinâmicas espaciais das cidades e seus entornos, possibilitando a identificação das diferentes escalas de influência presentes nesse processo. Consequentemente, constitui um conceito relevante para a compreensão da organização territorial e do desenvolvimento regional, especialmente quando se busca abordar dimensões mais abrangentes dos processos que extrapolam as fronteiras municipais.

Cada cidade dentro desse contexto desempenha um papel específico vinculado ao seu centro principal:

A noção de Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE é uma das formas de compreender as interações entre as cidades e seus entornos, destacando as diferentes escalas de influência (Marques; Arroyo, 2015, p. 51).

O conceito de Regiões de Influência das Cidades (REGIC), conforme destacado anteriormente, emerge como uma ferramenta analítica fundamental para a compreensão das dinâmicas territoriais e urbanas no contexto brasileiro. Ao delinear as áreas impactadas por determinadas cidades em termos de emprego, comércio, serviços e infraestrutura, as REGIC proporcionam uma análise das interações entre essas cidades e seus entornos, revelando as distintas escalas de influência na configuração do espaço geográfico.

Essa abordagem possibilita a compreensão das relações entre as cidades e seus territórios circundantes, incluindo fluxos de pessoas, bens e serviços, influenciando o desenvolvimento econômico e social das regiões. Além disso, esse tipo de recorte desvela desigualdades territoriais e fornecem subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes, visando a redução das disparidades regionais. Assim, contribuem para a transformação das relações entre o rural e o urbano em uma escala mais ampla ou regional.

Considera-se que estudos que abordam a dispersão das cidades no contexto de relações territoriais e suas implicações socioespaciais facilitam o planejamento voltado para a otimização do uso econômico da terra, bem como sua expressão no meio rural, conforme delineado nesta análise.

As Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE buscam identificar os territórios que são influenciados por determinada cidade em termos de emprego, comércio, serviços e infraestrutura (Rodrigues; Schuler, 2010, p. 18).

As REGICs emergem como uma ferramenta crucial para compreender as dinâmicas territoriais e urbanas no Brasil. Ao delinear áreas afetadas por cidades em termos de emprego, comércio e serviços, as REGIC revelam as interações entre essas cidades e seus entornos, destacando diferentes escalas de influência na configuração do espaço geográfico.

Essa abordagem permite entender as relações entre cidades e seus territórios vizinhos, influenciando o desenvolvimento econômico e social das regiões. Além disso, as REGICs revelam desigualdades territoriais, informando políticas públicas para reduzir disparidades regionais, transformando as relações entre áreas urbanas e rurais em níveis mais amplos.

Estudos sobre a dispersão urbana auxiliam no planejamento para otimizar o uso econômico da terra e sua expressão no meio rural, conforme delineado nesta análise.

As Regiões de Influência das Cidades (REGIC) são uma importante ferramenta para a compreensão da organização territorial do país e a análise das relações entre as cidades e seus entornos (Martins, 2016, p. 55).

O emprego do conceito de Regiões de Influência das Cidades, conforme discutido anteriormente, tem como objetivo identificar as áreas diretamente afetadas por atividades econômicas e sociais das cidades centrais. Essa abordagem abrange a organização territorial, destacando as dimensões territoriais definidas pelos centros de dispersão dessas cidades.

A ênfase na organização territorial e nas interações entre cidades e seus entornos é crucial para compreender as dinâmicas espaciais complexas no país. A utilização do conceito de REGIC possibilita uma análise precisa das hierarquias e interdependências entre as cidades em diferentes escalas de atuação, da local à nacional.

Além disso, ao concentrar-se nas relações entre cidades e seus entornos, é possível compreender as dinâmicas regionais resultantes dessas interações. As cidades centrais desempenham papel fundamental no desenvolvimento regional, fornecendo serviços, empregos e infraestrutura para áreas circunvizinhas.

Portanto, o conceito de REGICs é uma ferramenta essencial para entender essas dinâmicas e formular estratégias de desenvolvimento regional mais eficazes, especialmente diante do processo de dispersão metropolitana. É crucial reunir elementos socioespaciais relevantes para compreender as transformações na Rede Urbana de Belém (RUB) e posicionar os dois municípios escolhidos no contexto regional. As relações rurais e urbanas, moldadas pela influência da cidade central, são fundamentadas na lógica de organização espacial a partir de

vetores urbanos de desenvolvimento, exigindo uma análise abrangente dos processos em estudo. A participação econômica desses municípios, impulsionada por fatores geográficos, proporcionou a construção de um mercado consumidor e uma força de trabalho crescente, estabelecendo pressupostos para as futuras hipóteses deste trabalho.

PRESSUPOSTOS SOCIOESPACIAIS DA ÁREA DE ESTUDOS DOS MUNICÍPIOS DE SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ:

1. A relação na rede urbana, originada pela ocupação agrícola com apoio de mercado proveniente de Belém, propiciou o desenvolvimento de uma economia rural, predominantemente de subsistência, com exceção da pimenta-do-reino e da juta. Essas práticas, representativas do contexto de 1960, refletiam as condições do território. A inserção crescente da região na divisão nacional e internacional do trabalho gerou demandas que reorientaram as práticas agrícolas, subvertendo o uso tradicional da terra em favor de um território rural voltado para grandes negócios. A análise, abrangendo mais de 1.255,00 km² nos últimos 30 anos, aponta transformações nos padrões produtivos, com práticas econômicas não tradicionais impulsionadas por investimentos agropecuários e agroindustriais. As pequenas propriedades, por sua vez, estão mais vinculadas às culturas de ciclo curto. Essa estrutura embasa uma proposição conceitual e metodológica, apoiada em estudos periurbanos, para analisar as interfaces rural-urbanas e considerar as influências metropolitanas como vetor essencial a esses processos;
2. As cidades circunvizinhas à área agrícola em destaque constituíram um mercado consumidor em expansão para os produtos locais, impulsionando, inicialmente, práticas agrícolas tradicionalmente vinculadas à subsistência. Este circuito, centralizado economicamente em Belém, direcionava, até a década de 1990, as atividades rurais mais convencionais para a capital paraense, conforme revelado na análise da REGIC regional. O exame resultante indica que, devido à intensificação do processo de urbanização e às influências metropolitanas, o território rural dessas áreas passa por mudanças relacionadas a seu padrão produtivo e uso da terra, manifestando-se, em certo momento, como características periurbanas. Nesse sentido, uma das expressões mais imediatas desse fenômeno será examinada por meio de evidências referentes às Áreas de Periurbanização (APs).

3. O território na região continua em constante transformação, consolidando-se por meio de uma economia local cada vez mais integrada ao circuito econômico metropolitano. Esse processo reflete uma modernização baseada na expansão de um modelo produtivo com fundamentos capitalistas crescentes no uso da terra. Concomitantemente, à medida que se aprimora a conexão do mercado entre a região agrícola dessas cidades e sua rede urbana, observa-se uma intensificação da interação entre a Amazônia e as regiões mais desenvolvidas do país. Destaca-se o crescimento das atividades agrícolas de ciclo curto, como a produção de hortaliças em terras de pequenos produtores rurais, enquanto práticas comerciais ou não agrícolas passam a caracterizar o novo uso da terra nesses municípios. No entanto, é essencial interpretar essas informações, conferindo ênfase não apenas ao aspecto rural, para evitar a negligência do fenômeno urbano emergente, responsável por configurar novas geografias territoriais (Brenner, 2015).
4. As Áreas de Periurbanização (APs) representam uma abordagem que supera a tradicional dicotomia entre campo e cidade. Ao identificar transformações produtivas, como a diversificação e a multifuncionalidade, no ambiente rural, essa perspectiva reconhece um continuum entre ambos os espaços. Isso não apenas contempla o Periurbano com uma morfologia específica e completa, mas também evidencia dinâmicas territoriais, incluindo novas formas de uso da terra observadas em nossa área de estudo. Essa análise considera os efeitos do crescente processo de urbanização nas áreas rurais, resultando na instauração de novas estruturas produtivas e relações urbanas. O conceito de Novo-rural destaca-se como uma dinâmica territorial que revela os impactos metropolitanos da urbanização sobre o uso da terra. Portanto, aspectos como números relacionados à produtividade agrícola, dados demográficos urbanos e rurais, expansão da área urbana consolidada, uso da terra e estabelecimento de atividades não agrícolas (periurbanização) são elementos cruciais para analisar a área de estudo apresentada.

A ABORDAGEM EM CAMPO

No que diz respeito à elaboração de métodos mais sistemáticos para a organização e estruturação de entrevistas, é fundamental considerar a capacidade de abrangência das perguntas formuladas. Nesse contexto, ao longo deste trabalho, foram adotadas duas

modalidades de entrevistas, uma direcionada a temas específicos e outra mais ampla, permitindo que a subjetividade dos entrevistados influenciasse suas respostas.

Ao final, observou-se que relatos mais abertos proporcionaram uma valiosa contribuição aos dados obtidos por meio de entrevistas estruturadas, nas quais predominam temas de natureza mais restrita. Essa abordagem revelou-se eficaz durante as atividades de campo, resultando em dados primários enriquecedores. Isso evidencia a complementaridade entre entrevistas mais focalizadas e aquelas que propiciam uma expressão mais subjetiva por parte dos entrevistados:

Em geral, as entrevistas podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas. Assim, torna-se possível trabalhar com a entrevista aberta ou não estruturada, onde o informante aborda abertamente o tema proposto, bem como as estruturadas que supõem perguntas previamente formuladas. Há formas, no entanto, que articulam essas duas modalidades, caracterizando-se como entrevistas semiestruturadas (Deslandes, 1994, p. 58).

Na realidade, mesmo um material de pesquisa colhido por meio de uma interação não estruturada também se torna parte de algumas análises feitas a partir de entrevistas mais dirigidas. O que, segundo a autora acima, corresponde a uma forma "semiestruturada" de questionamentos. Nesse sentido, é que alguns dados secundários retirados de fontes diversas encontram suporte nas informações originárias de relatos advindos de entrevistas específicas acerca da agricultura municipal.

Portanto, o presente trabalho procurou investigar de que maneira tem se comportado o ambiente rural do nosso recorte, precisamente em determinado período, tanto por meio das fontes oficiais (dados secundários), como também através de comprovação sobre o desenvolvimento do processo de urbanização que aí se torna possível discutir por meio dos dados de uso e cobertura, procurando igualmente destacar informações valiosas advindas de fontes entrevistadas "abertas".

É preciso levar em conta que a interação entre o pesquisador e seu objeto conduz a uma relação em que as ideias que presidem a observação e a experimentação são as ideias claras e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza (Santos, 2008, p. 26).

SOBRE AS HIPÓTESES

Ao aportar na Amazônia Oriental com destino ao Pará, Belém assume uma posição central como porta de entrada, estabelecendo uma conexão vital com a rede urbana do Nordeste Paraense por meio da rodovia BR-316. Essa rota, que se estende de Belém em direção às

principais cidades da região, destaca-se por evidenciar a importância da Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua área urbanizada. Além de desempenhar um papel crucial como uma via de trânsito significativa, ela delimita a principal abrangência física da Rede urbana de Belém.

O estudo concentra-se na compreensão da inserção do estado do Pará no contexto do desenvolvimento regional amazônico, explorando os processos de transformação que moldam essa região. A descrição da rota, que une o Nordeste do Pará à rede urbana da capital, fornece importantes observações sobre o fluxo que carrega consigo uma gama de importância para a referida área.

A pesquisa enfatiza a necessidade de compreender as formas pelas quais se deu a inserção dessa parte do estado numa dinâmica de desenvolvimento regional amazônico. Destaca-se a importância de considerar as questões de alcance regional relacionadas à ocupação da Amazônia. A análise não se restringe apenas aos elementos naturais, mas estende-se a fatores globais de organização do espaço, mediados por políticas oficiais que integraram a Amazônia em um circuito capitalista de apropriação econômica.

O comércio do látex emerge como um vetor crucial de fluxos, desencadeando incremento demográfico no Nordeste do Pará. Campos (2015) destaca que "a economia da borracha representa o momento mais importante da formação da rede urbana, ainda que incipiente, com o povoamento e a formação de cidades em função dos fluxos" (p. 444). Essa participação da atividade extrativa sustentou os principais fluxos migratórios, alimentando o povoamento da região até a primeira metade do século XX.

A concentração demográfica resultante foi essencial para a formação de núcleos populacionais agrícolas, cujas atividades se centravam principalmente na produção de alimentos para sustento das famílias. Cardoso e Müller (2008) ressaltam que as terras destinavam-se quase 80% à produção de alimentos, consolidando o Nordeste do Pará como uma região importante na atividade agrícola de subsistência.

À medida que o mercado consumidor da capital cresceu, novas áreas foram destinadas ao uso agrícola, impactando a floresta e transformando a paisagem dessa porção paraense. O adensamento demográfico resultante criou condições para o estabelecimento de núcleos de colonização, consolidando uma área urbana significativa na Amazônia.

O estudo reconhece a crescente importância dos centros urbanos na organização de processos e políticas de uso da terra, especialmente no mundo rural do Pará. Esses territórios, inicialmente fundados com base em culturas agrícolas de subsistência, enfrentam a

possibilidade de substituição por práticas modernas e comerciais de uso da terra à medida que a urbanização avança.

Embora o foco da pesquisa não esteja centrado exclusivamente em investigação agrária, a análise dos processos de transformação nas relações rurais e urbanas oferece uma visão sobre o significado da Região Metropolitana de Belém (RMB) e sua influência metropolitana no território rural circundante. As hipóteses iniciais do estudo apontam para transformações observadas empiricamente nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá diante da expansão urbana metropolitana.

HIPÓTESES INICIAIS (O empírico mais imediato)

- **As hortaliças e o atual rural local:** O aumento das atividades agrícolas de ciclo curto na área em estudo é impulsionado pelo mercado consumidor da região metropolitana de Belém, conforme observado na dinâmica desse comércio. Esse fenômeno econômico tem impactado, principalmente, os pequenos produtores locais

A evolução econômica nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá reflete uma transformação rural impulsionada pelas novas condições de desenvolvimento local nas primeiras décadas do século XXI. A expansão da fronteira metropolitana de Belém impactou significativamente o meio rural dessas regiões, resultando em uma redução da produção agrícola e na diminuição da importância econômica rural.

A urbanização crescente nessas áreas tem promovido a ascensão dos setores econômicos secundário e terciário, em detrimento do setor agrícola, contribuindo para perdas produtivas ao longo do tempo. O desenvolvimento de atividades modernas, especialmente no trecho rodoviário de Santa Izabel do Pará, sinaliza uma mudança que se consolida também em Santo Antônio do Tauá. O uso não-tradicional da terra no meio rural desses municípios reflete a perda de sua importância agrícola.

A hipótese central considera que a crescente influência metropolitana resulta em uma transformação rural, marcada pela subordinação do campo à cidade. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento urbano local representa uma expansão de práticas econômicas que integram progressivamente o meio rural no nordeste paraense a esse novo contexto de relações socioespaciais.

- **O rural e o urbano (diversidade de uso da terra):** A diversidade produtiva rural observada recentemente nesse contexto revela a capacidade de adaptação do campo

diante da expansão urbana, que tem ocorrido de maneira crescente nos últimos 30 anos nos municípios estudados. A hipótese levantada sugere que essa diversificação possa resultar em uma redução das tradicionais economias de subsistência, levando à perda de áreas rurais produtivas nos municípios. Considera-se que a variedade na produção e na utilização do espaço rural pode indicar um declínio do papel do meio rural nessas regiões.

- **A gestão do desenvolvimento rural municipal (ente federativo):** A gestão pública local mostra-se pouco eficiente na preservação das atividades agrícolas tradicionais diante da influência metropolitana diversificada. No entanto, o aumento produtivo nas atividades ligadas ao mercado do óleo de palma, especialmente na economia do dendê, sugere que as administrações locais em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá podem estar direcionando esforços para uma nova abordagem de desenvolvimento rural. Nesse cenário, uma hipótese é que a produção comercial esteja se tornando a prioridade das políticas públicas municipais em detrimento da subsistência, levando à redução da produção agrícola local e ao crescimento da dendeicultura e do coco da Baia, por exemplo².

É fundamental destacar a redução da pequena propriedade, impulsionada por ações capitalistas que indicam a predominância do urbano sobre o rural, gerando dinâmicas territoriais na utilização da terra. Essas dinâmicas podem ser exploradas por diferentes perspectivas. Uma delas, mais tradicional, aponta para o declínio do rural em contraste com o urbano. A outra, conceitualmente, aborda o processo de periurbanização como uma zona híbrida de organização socioespacial. Nesse sentido, retomando a abordagem do mundo rural como suscetível à urbanização, sem, no entanto, estar fadado à extinção total, observa-se uma zona de interseção entre o rural e o urbano. Isso constitui um ambiente mais complexo (híbrido) identificado neste trabalho, especialmente nas análises das Áreas de Periurbanização (APs). Como desdobramento dessa abordagem, formularam-se as seguintes hipóteses:

- **O rural tradicional x Novo Rural:** A região envolvendo Santa Izabel do Pará e Santo Antônio Tauá passa por uma transformação em suas bases produtivas rurais, evidenciada empiricamente pelo crescente uso não-agrícola desses espaços. As Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) sugerem práticas econômicas vinculadas ao

² Observações feitas a partir de dados presentes em dissertação de mestrado do próprio autor, 2019.

desenvolvimento urbano crescente nessa parte da Rede Urbana de Belém, onde observamos a sobreposição de uma versão produtiva urbana sobre o campo. Essas mudanças podem ser identificadas pelas novas atividades rurais e não agrícolas ao longo da BR-316 e PA-140, nos territórios rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, especialmente nas Áreas de Periurbanização (APs).

- **Um novo padrão produtivo rural:** A dinâmica territorial rural nessa área reflete uma imposição vinculada ao mercado estabelecido pela metrópole, Belém. Observa-se, assim, um padrão produtivo rural em ascensão, impulsionado por novas atividades econômicas, enquanto a pequena produção agrícola diminui. Essa transformação sugere uma transição para formas meramente adaptativas, sem uma base segura para a subsistência dos pequenos agricultores.
- **O município (concepção de rural):** A gestão pública desempenha papel crucial na interação entre campo e cidade, sobretudo na esfera político-administrativa e de planejamento. Há evidências de ações efetivas da administração local indicando uma nova abordagem na relação rural-urbana nos municípios estudados? Caso afirmativo, o aumento na produção de itens comerciais pode estar associado à autonomia, autogestão e autorregulação municipais, conforme previsto constitucionalmente para o território rural? Como esse espaço tem sido gerido em termos de compressão e gestão?

HIPÓTESES FINAIS DA TESE (O empírico rediscutido)

Considerando os diversos debates e discussões em torno do objeto desta tese, algumas hipóteses inicialmente levantadas foram refinadas para se adequar melhor à presente investigação. A análise concentrou-se na centralidade proposta, examinando o uso da terra e as dinâmicas produtivas resultantes, com foco no avanço do desenvolvimento urbano, no crescimento demográfico e nos dados da produção rural municipal. Essas transformações socioespaciais são expressões materiais fundamentais para a base analítica deste estudo.

Para esta pesquisa, postula-se a hipótese de que, ao longo das últimas três décadas, as áreas rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá passaram por significativas reconfigurações socioprodutivas resultantes das interações entre o rural e o urbano. Esse fenômeno se revela nas novas geografias territoriais, abrangendo tanto as Áreas de Periurbanização (APs) quanto as Dinâmicas de um Novo Rural (DNR). A interação entre essas duas áreas estabelece uma ligação entre os espaços de maior concentração de estruturas

modernas (APs) e aqueles onde esses processos (uso da terra) se manifestam como novas dinâmicas entre o campo e a cidade, delineadas pelas DNRs. Nesse cenário, a gestão pública local, incluindo políticas de expansão da zona urbana municipal, oficializa a concepção de rural e urbano, refletindo a organização territorial dos diversos interesses em torno do município como referência.

As hipóteses finais deste trabalho foram desenvolvidas a partir de análises durante orientações regulares e da qualificação da pesquisa. Elas fundamentaram-se nas interações entre o rural e o urbano, impulsionando transformações locais criando novas geografias territoriais evidenciando o desenvolvimento metropolitano nos municípios investigados, na Região Imediata de Belém (RIB). As dinâmicas produtivas rurais e urbanas aí identificadas integram o processo de modernização do campo nesta região paraense, refletindo-se no surgimento das APs e no "Novo Rural". O papel da administração pública local é crucial nesse contexto, influenciando as novas relações e repercutindo nas concepções sobre a abordagem do rural e urbano na gestão municipal.

CAPÍTULO 1. FUNDAMENTOS TEÓRICOS: O RURAL-URBANO, METROPOLIZAÇÃO E O TERRITÓRIO

Este primeiro capítulo dedica-se a discussões fundamentais para a compreensão das transformações socioterritoriais contemporâneas: o conceito de rural-urbano, metropolização e o território nos debates que permeiam suas definições. O reconhecimento da interação entre o campo e a cidade emerge como elemento-chave para entender as dinâmicas territoriais nas regiões periurbanas, destacando suas conexões com o desenvolvimento de um perfil vinculado ao “Periurbano” e ao “Novo Rural” nos limites municipais. No transcorrer deste capítulo introdutório, exploraremos a importância dessas temáticas nos debates científicos e as contribuições de estudiosos que elucidaram esse complexo cenário de interdependências. Ao mesmo tempo, buscaremos os alicerces para fundamentar nossa análise das transformações no uso da terra nos territórios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, à luz do desenvolvimento urbano (regional) ocorrido nesta área do estado ao longo das últimas três décadas.

1.1. O rural-urbano no contexto

A trajetória que nos conduz no curso desta pesquisa, centrada nas áreas de dinâmicas socioterritoriais de natureza híbrida entre o rural e o urbano, delineia-se através da exploração do conceito de Periurbano. Buscaremos compreender como esses processos podem traduzir-se em uma economia rural mais diversificada e complexa, centrando as discussões no que é comumente denominado como "Novo Rural". Desse modo, nossa abordagem visa identificar a manifestação dessas dinâmicas em meio a uma variedade de outros processos associados à urbanização. (costurado)

Os debates acerca das transformações do mundo rural, que ocorrem em várias partes do mundo, têm sido alvo de diferentes perspectivas analíticas, muitas vezes apresentando visões contraditórias sobre o processo em questão. Lefebvre (1970), por exemplo, ao discutir a completa urbanização mundial, aponta para a possibilidade de um renascimento do espaço rural, ideia compartilhada por outros autores. Nesse sentido, torna-se essencial buscar e analisar novos fundamentos e evidências que sustentem possíveis hipóteses sobre o tema em questão.

Conforme Lefebvre (1970, p. 46), "a cidade desafia o campo, assim como o campo desafia a cidade. O urbano e o rural se influenciam mutuamente". Essa dinâmica entre os espaços urbano e rural pode ser compreendida como uma troca constante de influências, em que ambas as áreas são afetadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais. O

renascimento do espaço rural, portanto, pode ser visto como uma possibilidade de reconfiguração desse diálogo entre o urbano e o rural, trazendo consigo novas formas de produção econômica, relações sociais e culturais.

Outros autores, como Bettencourt (2016, p. 63), por sua vez, apontam para a necessidade de se pensar em um "Novo Rural", ou seja, um espaço rural que não se restringe apenas às atividades agrícolas, mas que incorpora novas dinâmicas de produção e consumo, como o turismo rural, a produção de energia renovável e o comércio justo. Para o autor, esse Novo Rural apresenta-se como uma alternativa para as populações rurais que, muitas vezes, são excluídas dos benefícios do desenvolvimento econômico.

Diante dessas diferentes perspectivas, cresce em importância a necessidade de se buscar novos fundamentos e evidências para a compreensão das transformações do espaço rural, considerando suas particularidades e dinâmicas locais. Como afirmou Santos (2000, p. 5), "a compreensão dos processos contemporâneos de produção do espaço pressupõe a identificação de seus mecanismos específicos, de suas inter-relações e de suas articulações com outras dimensões da vida social".

Dessa maneira, tanto se pode pensar sobre as novas formas de urbanização, como possibilidades de valorização dessas áreas menos artificializadas, num contexto de influências do processo de globalização, como também se pode considerar que "pouco se sabe sobre os novos critérios que permitiriam descrever de forma mais adequada os diversos sistemas de assentamento humano e seus correspondentes graus de artificialização dos ecossistemas." (Veiga, 2004, p. 1)

Ainda de acordo com o mesmo autor, hoje as dinâmicas inerentes aos processos de deslocamentos humanos e a pressão antrópica daí resultante suscitam a busca por metodologias mais adequadas para se discutir a dicotomia urbano-rural frente às formas de organização da sociedade estabelecidas num contexto de forte internacionalização da economia.

Após dedicada análise sobre as perspectivas de transformação do mundo rural e sua completa urbanização ou de uma renovação desse meio por intermédio de possibilidades de novos incrementos produtivos, Veiga (2004) considera ambas as vias de análise possuem contribuições valiosas a esse debate. Portanto, segundo o mesmo autor, torna-se essencial o estabelecimento de parâmetros voltados à compreensão desse debate (dicotomia urbano-rural), mesmo que estes também possuam aspectos estanques quando submetidos à perspectiva de uma globalização contemporânea.

Se, por um lado, o denominado mundo rural, apresentado como espaço passivo de uma total urbanização, parece essencialmente estar ligado a uma base produtiva agropecuária, na primeira abordagem, a segunda condiciona as transformações desse meio a um alicerce econômico preexistente, para então entendê-lo como parte de um renascimento.

Nesse sentido, há uma necessidade de se acrescentar elementos mais dinâmicos no que se refere à análise desse tema, a fim de não se excluir do debate uma diversidade de elementos, pois "(...) o que a fase mais recente da globalização parece estar indicando é que a ruralidade terá diversos destinos." (Veiga, 2004, p.14)

A crescente necessidade de planejamento e organização de políticas destinadas ao desenvolvimento tem evoluído consideravelmente nos últimos tempos e norteadas inúmeras discussões que envolvem as áreas de interfaces rural-urbano. Nas últimas quatro décadas, tem-se observado um esforço de diversos países em repensar essas classificações territoriais, uma vez que esses espaços e as noções de urbano e rural têm se transformado ao longo do processo de globalização (Portes; Travassos, 2019, p. 1).

Dentre as várias questões envolvidas nesse debate, expõe-se a urgência de discutir o território no contexto das transformações do rural-urbano. Essa perspectiva perpassa pela importância conceitual e geográfica que define tais espaços, pois estes carregam suas características próprias e os definem quando se apontam políticas de desenvolvimento social. Como já mencionado, a urbanização expressa-se por meio de um conjunto indissociável de transformações que imprimem ritmo e lógicas de organização do espaço, repletos de desafios para os grupos sociais envolvidos nessas interfaces, inseridos nesse novo padrão e/ou ritmo capitalista de produção.

Portanto, o contexto atual pode ser pensado e analisado por meio do território utilizado quando este for abordado através do papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais, incluindo o aspecto jurídico e político no seu conjunto científico, técnico e informacional (Santos, 2001, p. 21). Segundo o mesmo autor, outro dado importante para o entendimento das situações vigentes é o estudo do povoamento, abordado sobretudo em sua associação com a ocupação econômica, assim como o sistema de movimento de pessoas, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens e ordens.

Com as dinâmicas relativas ao adensamento demográfico dos espaços, ocorrem importantes transformações ligadas às relações socioterritoriais devido à intensa fluidez apresentada por essas áreas. Nesse sentido (Santos, 2001), também destaca o papel do comércio exterior, em torno do qual ocorrem amplas reorganizações dos espaços locais sob a égide do mercado. Essas análises servem para situar valiosas questões relativas a esse debate, uma vez que os novos cenários que envolvem a lógica da produção capitalista no contexto recente

avançam sobre o território, impondo-lhe tanto novas possibilidades quanto desafios, devido à inegável motivação econômica que esses carregam.

Com efeito, o desenvolvimento industrial e comercial, bem como a disseminação espacial dos serviços, rompem com a antiga vinculação entre industrialização e urbanização e criam as condições para que plantas industriais e centros comerciais se instalem em certos espaços rurais, beneficiando-se, precisamente, de vantagens locacionais de caráter econômico e social (Wanderley, 2000, p. 97).

As crescentes articulações que alcançam os territórios rurais a partir do processo de urbanização desenvolvem-se, segundo a autora acima, motivadas por condições que favorecem a reprodução capitalista. Cabe, portanto, ressaltar os agentes e os interesses que impulsionam essas transformações no âmbito do Novo Rural, justamente por se tratar de alguns dos mais importantes vetores desse processo.

A constante transformação dos espaços rurais requer uma análise atenta das relações externas que afetam as organizações geográficas locais, incluindo os setores de infraestrutura. A identificação dessas relações é fundamental para compreender a dinâmica territorial e os usos do espaço rural. Nesse sentido, é essencial acompanhar esses ritmos de transformações para melhor compreender as interações entre o lugar e o exterior e como isso se reflete na reconfiguração desses espaços.

Portanto, tais incrementos produtivos introduzidos na reorganização do espaço tanto nos ajudam a pensar o rural no atual contexto quanto a identificar alguns dos seus mecanismos de inserção no mundo urbano. E assim, não se pode deixar de considerar que a fluidez dos processos de reorganização produtiva tem se configurado como um dos principais elementos geográficos que emergem na interface rural-urbana.

De acordo com as observações realizadas, é por meio desses processos que se estabelece uma lógica capitalista que resulta na emergência de novas representações do espaço que serão difundidas como um "Novo Rural" (Rua, 2015, p. 48).

Uma menção feita ao conceito de nova ruralidade presente nos estudos de Travassos (2018), no contexto da Região Metropolitana da cidade de São Paulo, tem alcance significativo para uma rápida definição de seu peso analítico. A pluriatividade e a multifuncionalidade, juntamente com as dinâmicas naturais, de fato, nos permitem visualizar esse espaço como uma importante interseção presente em tais áreas, as quais remontam condições similares de ocorrência quando se trata de pensar as regiões metropolitanas.

Dessa forma, a análise dos elementos geográficos que compõem o espaço rural e a identificação de seus aspectos funcionais mais relevantes são fundamentais para se discutir a nova ruralidade nos municípios estudados. Nesse caso, é preciso ainda considerar que as

referidas transformações e a organização espacial em questão decorrem da expansão da fronteira metropolitana. A compreensão dos possíveis efeitos da urbanização sobre o ambiente rural na Região Imediata de Belém (RIB) implica também a identificação de elementos que caracterizam a nova ruralidade nesse contexto. Nesse sentido, vale destacar a obra de Travassos (2018) onde essa autora mostra a importância da pluriatividade e multifuncionalidade, bem como das dinâmicas naturais, que convergem para uma interseção significativa entre o espaço rural e o urbano nas regiões metropolitanas.

Com base nas transformações observadas (leitura empírica) no espaço rural dessa parte da Região Imediata de Belém (RIB), é possível identificar elementos geográficos relevantes que nos permitem discutir o conceito de "nova ruralidade" nos municípios estudados. Essa possibilidade se torna ainda mais importante diante do contexto de expansão da fronteira metropolitana e das transformações resultantes disso sobre o referido local.

1.2. O rural-urbano: interfaces

A noção de rural-urbano é um conceito multifacetado que abrange a interação e a interdependência entre campo e cidade. Essa dinâmica não se limita à mera dicotomia entre esses dois ambientes, mas sim à sobreposição e interconexão de características do rural e urbano, criando um espaço socioterritorial híbrido e complexo (Grigulis, 2015, p. 187). Essa abordagem reconhece a influência mútua e os fluxos contínuos de pessoas, bens e serviços entre as áreas urbanas e rurais, desafiando as concepções tradicionais de fronteiras fixas entre esses dois espaços (García-Ramon, 2005, p. 68).

Os debates em torno das definições de rural e urbano são uma questão central no estudo do rural-urbano. Ao longo do tempo, as conceituações desses termos têm evoluído para refletir a complexidade das relações entre esses espaços. Confrontar essas definições é fundamental para superar visões simplistas e estereotipadas do rural e do urbano (Cloke, 2006, p. 23). Essas perspectivas ultrapassadas podem obliterar as nuances e as interações presentes nas áreas periurbanas, onde as práticas agrícolas e urbanas se entrelaçam de maneiras inovadoras (Bryant, 2010, p. 314).

A organização produtiva que integra os elementos relativos ao campo e a cidade, de forma particular, torna-se uma característica distintiva no contexto do rural-urbano. Essa realidade socioterritorial é enriquecida pela diversificação das atividades econômicas, que vão desde a agricultura familiar até empreendimentos industriais e comerciais (Brenner, 2014, p. 36). Essa abordagem de natureza holística reconhece a importância da interdependência

econômica entre o rural e o urbano, contribuindo para a formação de um ambiente mais resiliente e sustentável (Sassen, 2011, p. 103).

A escala periurbana representa um espaço crucial para a compreensão do rural-urbano, pois abrange a área de transição entre esses dois espaços. É fundamental reconhecer os limites municipais como fronteiras dinâmicas e flexíveis, já que a expansão urbana frequentemente abarca áreas agrícolas e rurais (Murray, 2008, p. 54). O estudo dessa interface é essencial para um planejamento territorial mais inclusivo e eficiente (Haase et al., 2014, p. 162).

A análise do conceito de rural-urbano e suas implicações nas dinâmicas socioterritoriais torna-se crucial para entendermos as transformações em curso na organização espacial e produtiva. Ao dialogarmos com as contribuições dos autores mencionados, justificamos a importância deste tema no campo dos debates científicos, fornecendo uma base sólida para a abordagem interdisciplinar que norteia esta pesquisa.

Os debates advindos das perspectivas de abordagens dos espaços rurais frente às transformações destes no contexto da urbanização nos colocam diante de um desafio, porém rico, contexto de alterações acerca desses ambientes. Primeiro, porque aí se impõe a consequente necessidade de considerar a dicotomia tradicionalmente presente nesse meio; segundo, porque se precisa, da mesma forma, atuar num profícuo contexto de possibilidades de abordagens e análises do referido tema.

Sendo assim, como parte da proposta de estudo aqui apresentada, inclui-se analisar os territórios rurais do Nordeste Paraense sob a perspectiva de uma urbanização, marcadamente no contexto metropolitano de Belém, considerando-se que esse processo é identificado atualmente como uma face nova da reorganização que envolve as transformações urbanas em áreas de influência das metrópoles.

O urbano-rural tem se apresentado como parte dos estudos que analisam as tendências de um *Continuum* entre esses dois espaços; com o avanço progressivo do mundo urbano nas suas imposições capitalistas sobre o rural, havendo, com efeito, a dissolução deste último, com a consequente homogeneização espacial e social do rural. Por outro lado, tal processo é visto também numa perspectiva onde a integração do urbano e do rural ocorre sem a exclusão das particularidades deste segundo (Kieling; Silveira, 2015).

Portanto, reconhecer a ocorrência de transformações nessas áreas requer, sempre, o estabelecimento de parâmetros a fim de se perceber algumas particularidades, pois "(...) no contexto dos municípios localizados em regiões metropolitanas, a escala da interface periurbana

é fundamental, podendo haver municípios em que o rural por si só nem possa ser considerado." (Travassos; Portes, 2018, p. 378).

A partir das contribuições da referida autora (acima mencionada), percebe-se a quão significativa se torna a dimensão dos territórios em suas bases materiais de reprodução, no que tange ao entrelaçamento de formas e funções relativas ao seu uso. É nesse sentido que algumas análises de tais questões podem se dar por meio do território usado, como sugerido por Santos (2003), pois as continuidades agrícolas (uso da terra) somam-se às novas estruturas produtivas na composição de uma realidade socioterritorial que se estende, de forma material e/ou imaterial, na região estudada.

Desse modo, tal conceito torna-se aqui um instrumental analítico para se pensar os prováveis efeitos exercidos pela urbanização sobre esses espaços rurais, num contexto regional, os quais podem se expressar enquanto aspectos diretamente ligados ao desenvolvimento das Áreas de Periurbanização (APs) nos territórios rurais dos municípios abordados.

Ao considerarmos essa perspectiva de pensar o território, estabelece-se a ideia de que sua existência esteja menos vinculada ao valor administrativo como jurisdição que alcança as fronteiras, e admite-se a presença de redes que se articulam dentro de uma relação de uso. Isso torna o território algo mais flexível e temporal, uma vez que sua existência concreta pode deixar de existir com o fim de práticas sociais determinadas no espaço.

O território, na geografia, tornou-se parte indissociável do espaço. Essa condição está vinculada à própria relação com a sociedade, que se estabelece como transformadora da natureza, responsável por desenvolver vínculos de dominação e uso, assim como o próprio Estado-Nação teve em sua origem, ou como o território se associa às dinâmicas que se desenvolver no espaço.

É importante notar igualmente a forma como os limites territoriais envolvendo a relação com recursos naturais e a própria noção de fronteira e de nação tiveram forte presença na construção dos postulados desse conceito. O poder jurídico-político acrescido de dominação controle e necessidade de sobrevivência coletiva consolidarão o entendimento clássico de território.

Quadro 1. Espaço e Território: Diferentes Abordagens

Espaço e Território: Abordagens e/ou definições		
Autor	Argumento	Ênfase
Claude Raffestin	"o território é uma estrutura social resultante de uma relação de poder" (Raffestin, 1980, p. 68)	Enfatiza a importância da análise das relações de poder que moldam a construção e uso do território e

		propõe a noção de "territorialidade" como um conceito-chave para entender essas relações.
Neil Smith	"o espaço é o produto de lutas políticas"(Smith, 1990, p. 8).	Enfatiza a importância da análise das lutas políticas que moldam a produção do espaço e propõe a noção de "produção do espaço" como um processo socialmente construído.
Edward Soja	“Território-terceiro-espaço: um espaço híbrido, que é ao mesmo tempo real e imaginado, concreto e abstrato.” "o espaço é um produto social" (Soja, 1989, p. 6)	Enfatiza a importância da análise da produção social do espaço e das relações de poder que moldam as formas espaciais. Soja também propõe a noção de "espaço de terceira natureza", que é um espaço construído por meio da interação entre a natureza e a sociedade.
David Harvey	"o espaço é sempre produzido através de relações sociais e de poder" (Harvey, 2008, p. 329).	Ele enfatiza a importância da análise das forças sociais e políticas que moldam a produção do espaço, incluindo as relações capitalistas de produção e as lutas de classes.
Milton Santos	"o território não é apenas um produto social, mas é também um produto histórico-geográfico" (Santos, 1994, p. 25).	Enfatiza que o território é uma construção social, mas também um produto da história e da natureza.
Michael Dear	o território é uma arena de luta política e conflito, moldado pelas relações de poder e desigualdade. (Dear, 2000)	Enfatiza que o território é "uma arena em que as relações sociais são forjadas, contestadas e transformadas, e onde ocorre a produção e reprodução da desigualdade social" (Dear, 2000, p. 11).
Manuel Castells	"a sociedade em rede é uma sociedade que se constrói em torno das redes de comunicação, o que significa que as fronteiras territoriais tradicionais estão sendo desafiadas e redefinidas" (Castells, 1989, p. 469).	Enfatizando que o território é cada vez mais moldado pelas tecnologias de comunicação e informação, que conectam e deslocalizam as pessoas e as atividades econômicas.
Allan Pred	o território é "uma construção de significado social, fortemente influenciada pelas experiências do indivíduo" (Pred, 1984, p. 133).	enfatizando que o território é uma construção social e subjetiva, moldada pelas percepções e experiências dos indivíduos.
Henri Lefebvre	"o território é um produto social e ao mesmo tempo um fator de reprodução social" (Lefebvre, 1974, p. 92).	Enfatiza que o território é um produto social e político, moldado pelas relações sociais.
Saskia Sassen	"o território é uma dimensão-chave da globalização" (Sassen, 1991, p. 265).	Enfatiza a importância da análise dos processos globais que moldam a construção e uso do território e propõe a noção de "cidades globais" como um fenômeno central para entender esses processos.

Fonte: Do próprio autor

Em suma, todos os autores propõem uma abordagem crítica do território, enfatizando que ele é uma construção social e política, moldada pelas relações de poder e pelos processos históricos e sociais. Cada autor enfatiza aspectos diferentes do território, como sua relação com as redes de comunicação (Castells), como registro e experiências dos indivíduos (Pred) ou a luta política e a reprodução da desigualdade social (Dear). Essas diferentes abordagens são importantes para uma análise mais ampla e crítica dos processos de produção e transformação do território.

Pode-se inferir, dessa forma, que o território usado tem uma preocupação acerca da necessidade de se fazer desse conceito um instrumento capaz de perceber novas dimensões das relações humanas, assim como todas as possibilidades virtuais advindas dos avanços técnicos que se ampliaram com o avanço da ciência.

As fronteiras classificadas originalmente, assim como o advento do Estado-Nação, enquanto instituição pautada na legitimação do poder político, têm um caráter mundial. Logo, seu caráter territorial será percebido numa relação abrangente e global; os locais onde se desenvolvem as dinâmicas próprias do cotidiano terão de experimentar como se transformaram de um processo de globalização.

A relação entre território, ambiente e lugar é chamada ao debate sob pena de estar suprimindo do contexto vivido questões de valor inquestionáveis para o entendimento de uma dialética de um novo tempo. O espaço contém as transformações da sociedade sobre a natureza, como se viu desde os primeiros domínios técnicos, mas a capacidade de atuação das nações no contexto da informação cria condições novas de reconstrução de tais relações, impondo novas experiências territoriais.

O território (transnacionalizado) se reafirma pelo lugar e não só pelo novo fundamento do espaço e mesmo pelos novos fundamentalismos do território fragmentado, na forma de novos nacionalismos e novos localismos, Santos (1993, p. 3).

Analisando as relações de poder no espaço como uma resposta dinâmica aos elementos globais, é possível conceber o território como uma parte intrínseca de interações sociais, ambientais e locais. Essa perspectiva se desdobra em uma escala que pode incorporar novos temas e atores, formando um sistema polissêmico-conceitual eficaz.

1.3. Subdesenvolvimento e desafios do (Novo) rural

O espaço rural dos países subdesenvolvidos tem experimentado significativas transformações ao longo das últimas décadas, resultando em uma realidade cada vez mais

complexa e diversificada. Nesse contexto, surge a proposta de um "Novo Rural", como pontua Bettencourt (2016), que transcende as atividades agrícolas tradicionais e incorpora novas dinâmicas de produção e consumo, como o turismo rural, a produção de energia renovável e o comércio justo. Essa abordagem ampliada do espaço rural traz consigo uma série de desafios para as políticas públicas e os atores envolvidos no desenvolvimento rural, requerendo estratégias mais abrangentes e integradas.

Um aspecto crucial a ser considerado, como vimos, é o papel das políticas públicas na definição do espaço rural em países subdesenvolvidos. Gonçalves (2003) destaca a relevância das políticas governamentais em apoiar a agricultura, promover o desenvolvimento rural e proteger o meio ambiente. Entretanto, é fundamental reconhecer que tais políticas também podem apresentar limitações, podendo ser ineficazes ou até mesmo prejudiciais para o espaço rural (Gonçalves, 2003). Nesse contexto, a complexidade do espaço rural demanda uma governança integrada e uma abordagem que contemple a diversidade de atores e interesses presentes no campo. Daí a importância de se abordar as novas relações que envolvem os espaços mais complexos formados pela junção desses elementos socioespaciais híbridos das interfaces campo e cidade.

A globalização figura como um dos fatores determinantes para a crescente complexificação do espaço rural nos países subdesenvolvidos. Silva (2009) argumenta que a integração do espaço rural com o mercado global gera novas oportunidades e desafios para os agricultores. O acesso a novos mercados e tecnologias pode alavancar a produtividade e a renda dos agricultores, porém, ao mesmo tempo, a concorrência e os preços mais baixos também podem tornar sua sobrevivência uma empreitada difícil. Essa dinâmica complexa requer políticas que habilitem os agricultores a enfrentar tais condições impostas pela economia globalizada.

Veiga (2007) destaca que novas tecnologias têm sido desenvolvidas para aprimorar a produtividade agrícola e o aproveitamento dos recursos naturais no espaço rural. Todavia, a adoção dessas tecnologias pode ser onerosa e apresentar desafios de implementação entre os agricultores, gerando desigualdades no acesso aos benefícios do progresso tecnológico. Nesse sentido, políticas públicas devem contemplar ações que facilitem a difusão e a inclusão tecnológica em tais locais.

As mudanças climáticas constituem outro fator de impacto significativo no espaço rural dos países subdesenvolvidos. Werneck (2005) ressalta que o aquecimento global tem ocasionado uma série de fenômenos climáticos extremos, como secas, inundações e incêndios

florestais, acarretando prejuízos consideráveis para a agricultura e a vida das comunidades rurais. A complexidade desse cenário demanda políticas de adaptação e mitigação de tais processos, bem como estratégias de desenvolvimento rural sustentável que levem em conta a vulnerabilidade do espaço rural assim como suas potencialidades.

A escala municipal emerge como um elemento central no contexto do planejamento e gestão, revelando sua influência crucial na dinâmica da metropolização amazônica. Este fenômeno, marcado por um processo de internacionalização, impõe desafios singulares na região. Os municípios, enquanto unidades geográficas, desempenham um papel estratégico, especialmente diante de um crescimento acelerado dessas áreas marcadas por uma intensa atração de força de trabalho para os centros urbanos locais.

Assim, o rápido crescimento das cidades amazônicas intensifica a importância dessa escala, exigindo abordagens específicas para o planejamento e gestão territorial. Nesse contexto, a diversidade de agentes privados que atuam nas áreas de dispersão metropolitana destaca-se como um fator determinante ao dinamismo econômico das novas centralidades urbanas. Se está tratando assim, de agentes públicos, empresas, investidores e empreendedores privados que moldam a paisagem urbana, influenciando diretamente o desenvolvimento desse tipo de espaço.

Além disso, a segregação socioespacial é uma característica recorrente nas regiões metropolitanas, onde grupos sociais tendem a se agrupar em áreas homogêneas, resultando em bairros com características socioeconômicas distintas. Essa segregação pode levar ao isolamento de comunidades, à falta de interação entre diferentes grupos sociais e à perpetuação de desigualdades. Para Lefebvre (1970, p. 112), essa segregação cria "espaços de diferenças e dissensões, que representam tanto exclusão quanto delimitação da identidade".

Em suma, as regiões de intensa urbanização são espaços complexos, onde o crescimento econômico e populacional cria desafios como concentração espacial e segregação socioespacial. Para enfrentar esses problemas, é fundamental a implementação de políticas públicas integradas, que envolvam diferentes atores e busquem a equidade e a inclusão social. Somente por meio de uma governança (gestão pública) eficaz e abordagens integradas será possível transformar as regiões metropolitanas em espaços com menos contrastes socioeconômicos, onde se busque abordar as áreas rurais e suas possibilidades diversificação de multiutilização frente ao desenvolvimento urbano.

1.4. O território na abordagem conceitual do rural-urbano

A modernização do campo no Brasil tem sido um processo complexo, marcado por particularidades que diferem das transformações ocorridas em países centrais. Essa desenvolveu-se sob condições que, em certa medida, preservaram características de um ambiente rural marcado por desigualdades e problemas relacionados, impactando a realidade e os trabalhadores rurais. Essa realidade contrastante com o contexto de países apresentados, onde as relações entre campo e cidade não se configuram com uma superioridade nítida da qualidade de vida urbana, destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada.

Nesse contexto, é preciso aprofundar os debates que nos levam aos caminhos do conceito de Novo Rural. A presente análise aborda o culto do pensamento relativo à nova ruralidade, como um instrumento teórico de extrema importância para identificar as especificidades no âmbito do rural brasileiro em relação a outras realidades internacionais. Ao destacar os elementos característicos desse conceito, a pesquisa pretende contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas em questão, bem como para uma abordagem que discuta o território como base de relações para a o estudo das novas relações rural-urbanas atuais.

"(...) é importante reconhecer que a modernização do campo no Brasil não se deu de forma competitiva, e as desigualdades sociais sufocantes ainda persistem" (Souza, 2016, p. 82). A implementação de políticas modernizadoras pode ter forças sociais pré-existentes reforçadas, provocadas em um campo marcado por enormes disparidades e carências incapacitantes.

“Ao contrário de países desenvolvidos, onde a qualidade de vida entre campo e cidade se equilibra, no Brasil, a migração campo-cidade muitas vezes reflete uma busca por melhores condições de vida e oportunidades” (Silva, 2015, p. 105). Essa disparidade na qualidade de vida entre os dois ambientes reforça a necessidade de investigar as especificidades do contexto rural brasileiro.

"O conceito de nova ruralidade busca captar as mudanças que ocorrem no campo, considerando suas conexões com a cidade e a diversificação de atividades econômicas" (Travassos, 2018, p. 49). Ao se apropriar desse conceito, a pesquisa visa entender as particularidades do desenvolvimento rural no Brasil e sua relação com o contexto internacional, permitindo uma abordagem mais contextualizada das transformações em curso no nosso espaço de pesquisa.

A análise do conceito de nova ruralidade no contexto brasileiro e sua comparação com experiências internacionais são de suma importância para o campo dos debates científicos. Esse estudo contribui para um melhor entendimento das especificidades do desenvolvimento rural

no país e, ao mesmo tempo, possibilita a identificação de lições e estratégias aprendidas em outros cenários. Além disso, permite que sejam delineadas políticas e ações mais adaptadas às necessidades dos trabalhadores rurais brasileiros, buscando reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Ainda segundo a autora acima, como resultado de um cenário tão difícil de reprodução do campesinato, vê-se na expulsão de volumes consideráveis da população rural, um forte indício dessas transformações que revelam tais adversidades.

No cenário atual de intensa internacionalização do capital, é necessário examinar as múltiplas concepções que podem servir como uma possibilidade analítica sobre o mundo rural. As dimensões dos novos paradigmas tecnológicos e suas consequências, que favorecem a reorganização espacial da reprodução capitalista, tornam o ambiente rural um espaço sujeito a intensas transformações.

O conceito de território usado proposto por Santos (2001) é uma base para se pensar o espaço a partir de um "*continuum* urbano-rural. Conforme argumentado por Kieling e Silveira (2015, p. 136), "a compreensão do território pelo uso que seus atores fazem permite ultrapassar as barreiras impostas pela limitação geográfica". Nesse sentido, ao considerar as práticas e vivências dos atores rurais e urbanos, é possível compreender o território como um espaço híbrido, atravessado por múltiplas dinâmicas e relações.

Nesse caso, apoiando-se na lógica de que as relações percebidas no contexto do uso do território estabelecem-se através de um conjunto de infraestrutura e prolongam-se por meio do dinamismo da economia e da sociedade, torna-se possível contextualizar uma extensão das camadas urbanas e rurais, sem o teor dicotômico recorrente de algumas abordagens.

Destarte, é possível afirmar que, além dos elementos já mencionados, há outros que permeiam a organização do novo espaço geográfico e que possuem um alcance e abrangência que acompanham a dimensão da cidadania. Conforme aponta Silveira (2013), tais elementos abarcam toda a amplitude do território usado, o que implica em uma leitura consistente e oportuna para discutir a proposta de um sistema mais amplo de relações que se estabelecem de forma contínua entre o urbano e o rural.

Por conseguinte, os elementos presentes nesse ambiente e que permeiam a organização das novas funções, têm o alcance e a abrangência que acompanham a dimensão rural e urbana e permitem discutir uma proposta de um sistema mais amplo de relações que se estabelecem neste espaço de forma contínua.

Partindo da concepção de que o sistema técnico-científico associado às organizações produtivas fortalece as coesões entre cidade e campo, como proposto por Santos (1996), pode-se concluir que, de certa forma, há uma redução das diferenças entre esses espaços. Assim, não se pode negar a extensão urbana que, sob tal perspectiva, se torna cada vez mais frequente no campo.

As metrópoles se tornaram um importante ponto de partida para se observar os avanços da urbanização contemporânea. Suas expressões podem ser percebidas como "fragmentação, extensão, segmentação, involução..." (Monte-Mór, 1994, p. 5).

A partir dessas perspectivas de análise, pode-se inferir que a expansão de um ritmo próprio de produção do espaço está em curso, tendo a urbanização como elemento central. Uma extensão, portanto, proveniente de um espaço urbano-industrial, alcança regiões para além de sua presença física, estabelecendo-se como parte de um processo distinto de rede urbana no nordeste do estado.

Diversos vetores concorrem para isso, como veremos a seguir, estimulando e/ou impondo transformações sobre uma parte muito importante da base econômica do estado do Pará, da qual fazem parte alguns municípios enquanto territórios diversos e heterogêneos. Nesse ambiente, a metrópole belenense tem sua participação incontestável.

É importante salientar que nesse espaço sobressaem as novas condições de desenvolvimento econômico, por meio das quais ocorrem as interações urbano-rurais estudadas, as quais se tornam mais visíveis empiricamente nas áreas onde o uso da terra ganha notoriedade no circuito de influência mais efetiva da metrópole do estado.

Sobre o pensamento de Deleuze e Guattari, pode-se dizer que "o conceito é um dispositivo, uma ferramenta, algo que é inventado, criado, produzido, a partir das condições dadas e que opera no âmbito mesmo dessas condições" (Gallo, 2007, p. 48).

Não se pode, dessa maneira, recorrer ao mecanismo do conceito esperando que este garanta significância ao que ele mesmo comporta, sem, contudo, refletir acerca das condições dadas sobre as quais o mesmo opera. Dessa maneira, tanto o conceito tem sua essência alcançada pelas transformações dos novos acontecimentos – o que sempre exige nova reformulação – quanto a ele próprio se agregam valores relativos ao seu próprio fundamento dentro dessas condições.

Estabelece-se, dessa forma, a centralidade do presente trabalho, enquanto dinâmicas de transformações percebidas no âmbito do território rural de dois municípios estudados, sobre a formulação (adoção) de uma abordagem cuja capacidade de abrangência se estenda para além

de uma visão setorial. Isso, por sua vez, decorre de ter-se, tradicionalmente, a construção de um pensamento analítico do rural, formulado a partir do urbano. Tal postura dicotômica, segundo se discutirá ao longo deste trabalho, permeia muitas análises desses ambientes, relegando o papel do mundo rural a uma mera perspectiva a partir do urbano. Com efeito, nem sempre os resultados desses trabalhos permitem identificar o rural como uma totalidade no contexto de suas próprias transformações recentes.

É possível perceber que as crescentes transformações advindas de uma lógica produtiva cada vez mais moderna têm demandado averiguações e esforços acerca de seus efeitos sobre os territórios rurais. Com a expansão sistemática de processos que, ao capitalizarem as áreas rurais, as transformam de tradicionais organizações agrícolas em ambientes de negócios variados, expõe-se uma nova condição de desenvolvimento socioespacial que denota um inegável entrelaçamento entre tais realidades.

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas (Rua, 2015, p. 48).

Com efeito, esse também se torna o ambiente de abordagens onde a dicotomia relativa a esse tema vem sendo melhor contida, na medida em que a perspectiva trazida por esse contexto oferece elementos que corroboram uma análise mais ampla sobre a relação do urbano e o rural.

Além da possibilidade de se verificar elementos de uma organização produtiva urbana enquanto setores modernos que crescem nos ambientes rurais fora das áreas consolidadas da cidade, também é possível considerar que haja uma integração urbano-rural nas práticas econômicas que chegam a tais ambientes por intermédio de atividades não-agrícolas.

Assim, o *continuum* rural-urbano vem se constituindo numa forma de perceber esses espaços sem uma condição tradicional de uso da terra que esteja associada às práticas agropecuárias, por exemplo.

Na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e com a "industrialização" da agricultura, ganham expressão os estudos que defendem a ideia de *continuum* rural-urbano. Ou seja, afirma-se a tendência a uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas (Marques, 2002, p. 100).

Após encaminhar um amplo debate sobre as formas de análises e interpretações que levam a entender o Brasil como país predominantemente urbano, além deste aparecer como franco atributo de desenvolvimento, em circunstâncias de excessiva postura metodológica voltada ao urbanismo (Marcuzzo; Ramos, 2005), chama atenção para a importância de adotar

metodologias capazes de revelar a dimensão real que o meio rural tem na sua interação com o urbano brasileiro.

Há de fato uma questão central na necessidade de pensar uma melhor abordagem quando se trata de uma postura metodológica para a relação campo-cidade no Brasil, esta se encontra na base econômica que o rural representa para as cidades.

Além disso, não se pode jamais esquecer que o desenvolvimento das cidades está atrelado ao desenvolvimento do meio rural, pois representa sua fonte de recursos. Em outras palavras, a sustentabilidade de um está atrelada à sustentabilidade do outro e a sustentabilidade do estado depende da sustentabilidade de ambos (Marcuzzo; Ramos, 2005, p.26).

Tem crescido, portanto, e também se justificado a visão de que as inúmeras transformações impostas aos sistemas produtivos mundiais precisam ser analisadas de maneira integrada, ainda mais no contexto do urbano-rural, com vistas a abarcar algumas de suas importantes minúcias.

Nesse caso, considerando a forma como se desenvolveram as relações conceituais entre campo e cidade e as inúmeras contradições que marcam tanto as bases teóricas e analíticas quanto a presença histórica da própria reprodução capitalista, se faz necessário reconhecer sua real complexidade (Rua, 2015).

Assim, a busca por um método multidimensional voltado à compreensão do mundo rural enquanto espaço de formas e relações híbridas se justifica, considerando-se que o "(...) espaço rural e espaço urbano, cidade e campo integram-se à mesma racionalidade espacial que marca a sociedade contemporânea, organizada a partir da cidade, da indústria e, atualmente, da terciarização (...)" (Rua, 2015, p. 47).

Como se vê, as novas relações que marcam o contexto econômico mais recente têm suas origens na própria base de produção capitalista, por isso mesmo, seus reflexos não se restringem ou se dão numa dimensão restrita da organização social, por isso mesmo é preciso acompanhar tais processos de modo mais dinâmico e integrado.

1.4.1. Escala Global e Dinâmicas Locais de uso do Território

Antes de apresentar o desenvolvimento de transformações diversas causadas pelo aumento dos fluxos regionais sobre os lugares, acreditamos ser importante destacar o processo denominado de globalização como responsável por produzir rearranjos espaciais locais por meio das fortes dinâmicas induzidas pelo sistema produtivo capitalista. Portanto, essa parte do presente capítulo discorrerá a respeito da articulação progressiva que une as escalas locais e globais, criando condições para o desenvolvimento de um novo sistema de organização do

modo de produção vigente sobre os territórios. Esse processo incorpora as relações socioespaciais, estabelecendo aí uma lógica hegemônica de produção do espaço (Lefebvre, 1993), responsável por reorganizar e conduzir as dinâmicas segundo os interesses do próprio capitalismo.

A ocorrência de uma nova estrutura produtiva, que se estende como referência no âmbito mundial, tem seus desdobramentos em outras dimensões onde se pode perceber a realização cotidiana da vida. Esses são movimentos que podem revelar os acontecimentos de uma gama de práticas sociais, as quais se fazem repercutir na própria adoção de inúmeras atividades produtivas nas localidades, pois estas estão sendo praticadas nesses espaços, por atores aí residentes, porém, sob a tutela de um outro tempo.

Esse aspecto não pode deixar de ser analisado, pois "...a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço." (Giddens, 1991, p. 22) O "esvaziamento do tempo", ainda segundo Giddens (1991), é condição e meio de realização de um "espaço vazio"; pois para compreender de que forma se dá a realização de uma prática social seguida de um conteúdo não pertencente a determinada localidade, o autor destaca a ocorrência de uma separação entre o tempo e o lugar.

Tal reflexão surge como um aspecto para se pensar nos fatores que impulsionam as transformações dentro de um mundo extremamente articulado onde os atores desenvolvem suas atividades estabelecidas localmente, porém, são controladas por determinações globais. As transformações crescentes que se mostram nos territórios nas últimas décadas do século XX podem ocorrer pela incorporação de novas funções exigidas pelas atividades metabólicas capitalistas, que se revelam como importantes remodeladoras das características produtivas dos lugares. Tais processos se evidenciam igualmente, dentre outros, por meio:

Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital e informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle (Hasbaert, 1999, p. 14;15).

Segundo se pode observar na análise acima, temos uma ampla movimentação de diversas naturezas que representam, na verdade, uma mudança transformação do significado do que se entendeu tradicionalmente como território. Assim, mais rapidamente temos a extensão das trocas comerciais dentro de um sistema crescente de conexões que possibilitam, acima de tudo, a formação de redes por diversos locais do mundo.

Além disso, ainda podemos concluir, mediante tal observação, que não é possível analisar a natureza e/ou perspectivas dessas transformações, que a todo instante remodelam a

própria organização do espaço e, tiveram, as perspectivas de resposta das localidades no contexto atual, sem levar em conta a variável da globalização.

Em se tratando de importantes transformações de alcance amplo e abrangente, as quais conduzem os novos ritmos de organização e relações da sociedade mundial, destaca-se a indústria moderna, pois esta está presente “não somente no ambiente construído das áreas urbanas, mas a maioria das outras paisagens também se tornam submetidas à coordenação e controle humanos” (Giddens, 1991, p. 57).

É preciso compreender, portanto, como a interferência das áreas urbanas chega aos demais espaços do mundo por meio de um controle exercido por um sistema produtivo consolidado, através de um vínculo indissociável entre a ciência e a tecnologia. Uma importante parceria entre esses dois elementos, dessa forma, tem sua essência ligada à crescente necessidade de produção de mercadoria para um mercado consumidor mundial cada vez maior.

Dessa forma, toda a dinâmica que se pode associar ao desenvolvimento produtivo está sempre ligada ao uso de novos recursos tecnológicos que permitem uma capacidade ampliada de transformação e/ou uso dos recursos naturais dentro de um interesse de mercado diversificado e cada vez mais extenso.

Daí a importância de situar as áreas urbanas nesse cenário de intensa mobilidade que se mostra como parte do mundo globalizado, pois as cidades adquirem funções essenciais para o desenvolvimento das relações, direta ou indiretamente articuladas às demandas do capitalismo em escala planetária.

1.4.2. A Cidade e o Território: relações conceituais

O espaço pode ser entendido como a forma através da qual se dá o próprio estabelecimento humano sobre a natureza, surgido como condição e/ou resultado das formas (técnicas) disponíveis de apropriação da natureza. Assim, foi que se desenvolveram os primeiros assentamentos e aglomerações como parte de uma sociedade organizada sob a lógica da produção e da organização política e cultural geograficamente arreigada, Rolnik (1988).

Se faz necessário analisar alguns aspectos do espaço da cidade enquanto traços de uma leitura de totalidade no que tange às transformações que consolidam as relações dentro das ordenações que definem e/ou redefinem constantemente o território em suas diversas ocorrências.

O significado, portanto, que a cidade assume quando da sua participação no espaço é dado pela própria relação que a sociedade tem de possibilidades em edificar e estabelecer sua

realidade concreta - mais do que isso, ela é uma extensão significativa de padrões que alcançam e abrangem horizontes cada vez mais amplos. “No limite, este movimento tende a devorar todo o espaço, transformando em urbana a sociedade como um todo” (Rolnik, 1988, p. 6).

A fluidez se torna cada vez mais presente nas relações que hoje conduzem um sistema de produção e circulação sempre mais eficiente à reprodução do capital. As funções das cidades nesse contexto ganham em importância e comandam a enorme trama que se forma através da condição de nó que as mesmas passam a representar nessa complexa rede de circulação. Por essa razão se afirma que “diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidade, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede” (Moreira, 1997, p. 5).

A cidade concentra as mais diversificadas atividades produtivas, os fluxos mais intensos; os produtos e serviços que, daí resultam, são, portanto, parte de uma dinâmica capitalista de reprodução. Todo esse aparato técnico, assim como as demandas regulares que o produzem, dando-lhes sentido regular, parecem servir para distinguir o espaço urbano do rural, uma vez que as perspectivas de se verificar essa distinção podem divergir em alguns pontos, mas não descartam sua relevância.

Por isso mesmo, para a proposta de abordagem apresentada aqui torna-se importante discutir o território rural em torno de sua ocorrência no que se trata de limites sobre o que se define como urbano. Isso porque existe uma razão para se pensar em como definir esses recortes nos dias atuais justamente por haver aí uma certa injunção de determinados aspectos, os quais suscitam atenção.

O fato é que o espaço rural atual apresenta similitudes com o espaço urbano, gerando conexão entre ambos, o que por diversas vezes acaba causando uma junção de ambos os espaços, possibilitando tanto o rural estar presente no espaço da cidade quanto o urbano confluir com o campo" (Santos; Alencar, 2019, p. 19).

Esse debate é válido na medida em que a formação econômica do espaço estudado vem sendo tratado como parte de uma abordagem que se apoia numa crescente demanda global por recursos naturais fortemente conduzida por lógicas capitalistas de produção. Com isso, a cidade e o campo passam a desempenhar papéis cada vez mais especializados dentro de uma economia local igualmente globalizada e isso redefine o alcance de seus territórios por meio dos novos usos contidos nessa relação.

A mencionada tendência de homogeneização do espaço rural brasileiro suscita a atenção no que concerne às novas relações entre campo e cidade, visto que alguns processos contidos

nessa interação podem se dar de forma diferente ao longo do território brasileiro, como menciona Wagner; Assis (2014). Dentro de tal observação cabe, portanto, verificar uma inegável transformação presente no contexto do mundo rural, seja no nível global ou nacional, fazendo as devidas ponderações acerca de sua natureza e/ou de seu alcance, ainda mais quando se trata do contexto amazônico.

Muito embora não se pretenda aqui trazer à tona toda essa gama de questões que permeiam as novas leituras sobre o rural e o urbano, faz-se necessário situar o território rural estudado num espaço que se apresenta articulado a várias cidades, em cuja nítida diferença de urbanização que possuem fica empiricamente notória em suas paisagens. O que requer nesse sentido encontrar uma unidade em sua heterogeneidade, como sugere Haesbaert (2015), pois assim diversas cidades poderão se mostrar inseridas em abordagem territorial ligado por suas práticas econômicas de uso da terra.

Mediante o comportamento econômico mais amplo que aí se forma, têm-se a possibilidade tanto de entender as dinâmicas socioterritoriais locais quanto analisar a inserção desse espaço num circuito mais extenso de urbanização. O crescimento das cidades torna-se visível por meio das novas estruturas que marcam sua morfologia e são percebidas no contexto das novas centralidades que estas apresentam no interior da rede urbana.

As relações que permeiam os fluxos entre os principais centros regionais desse ambiente são orientadas de modo a se estender por essa rede criando uma conjuntura de natureza urbana com fortes implicações às áreas rurais que atendem esse espaço regional.

Os territórios e seus usos têm, portanto nas cidades, um forte e permanente vetor de transformações resultantes de processos que se revelam como influências tanto de suas demandas locais quanto como parte de influências regionais, nacionais e até globais.

Por sua vez, a organização socioespacial é uma importante dimensão da relação econômica que a cidade representa em cada contexto. As atividades vinculadas ao processo de desenvolvimento desse espaço se dão por meio das práticas produtivas, o que se faz mediante o estabelecimento do território “pela apropriação e dominação social” (Limonad, 1999, p. 43).

Portanto, o uso do território tem sua essência na relação que se estabelece por meio dos mecanismos que são necessários à própria reprodução e acumulação capitalista. Desta feita, cada período onde as condições apresentadas por determinado espaço encontrem-se inseridas numa lógica produtiva hegemônica vai revelar sua forma de uso, refletindo-se tanto nos elementos materiais quanto nas relações simbólicas percebidas em seu tempo.

Daí a importância da cidade enquanto unidade territorial de análise geográfica para a compreensão de processos socioeconômicos que se dão tanto no nível dos seus limites territoriais quanto na perspectiva regional, em zonas maiores, articuladas por redes, as quais:

[...] são determinantes e determinadoras das desigualdades socioespaciais e de regulação política dos diferentes grupos sociais envolvidos, sendo, portanto, imprescindíveis à compreensão da sociedade globalizada pela economia informacional, que redefine o papel dos lugares nos espaços de fluxos (Ribeiro, 2001, p. 45).

Por isso mesmo, numa configuração espacial identificada através de hierarquias urbanas, além da natureza passível de ser atribuída às redes aí estabelecidas, também se pode conferir a participação do setor capitalista produtivo como instrumento de remodelagem tanto dessa nova organização quanto dos novos fluxos que se constituem dando nova função aos lugares. É dessa forma que se pode analisar a dimensão econômica de uma rede de cidades enquanto papel fundamental que é exercido por estas numa escala mais ampla na materialização do plano socioespacial que se configura no amplo tecido das desigualdades territoriais.

No que se refere ao papel proeminente das cidades médias no contexto recente, alguns autores destacam condições locacionais que as tornam espaços preferenciais para o desenvolvimento de atividades econômicas de diversa natureza.

Elas se tornaram, em outros termos, mais aguardadas à exclusão do capital, recebendo investimentos de grande envergadura, que vão desde a produção de espaços habitacionais para as classes médias e baixas [...] (Pereira, 2018, p.82).

Fica evidente por meio da observação acima que o processo capitalista de concessão se desenvolve por meio de espaços capazes de permitir uma articulação entre os pontos de fluidez necessários aos interesses do mercado. Assim, é por meio da cidade que se revelam muitas das características socioterritoriais que estão contidas tanto no modo de vida local quanto nas relações às estruturas mais modernas de interesses globais.

As forças que concorrem para uma crescente aglomeração socioespacial mediada pelas lógicas de produção e de transferência capitalista podem ser mais evidenciadas nas cidades, tanto nas estruturas quanto nas representações que as mesmas possuem em sua escala de atuação. As cidades, dessa maneira, podem ser entendidas como reflexos de transformações que aí se concentram, provocadas"

Além de analisar toda a estrutura que demanda um arranjo cada vez mais extenso e uma densidade técnica crescente da cidade para que esta dê conta de seus novos atributos na própria sociedade capitalista que ela representa.

As sociedades moldam seu espaço criando meios de autossustentação, o que fazem por meio de suas formas de organização produtiva. Esses modos de produção contam a história escrita em seu tempo, enquanto o espaço registra o que foi grafado pela Formação Econômica e Social, territorialmente estabelecido e determinado em sua época (Santos, 1977, p. 88). David Harvey destaca como as crises capitalistas estão ocorrendo e afetam a sua ordem econômica:

As crises criam as condições que forçam algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos e poupanças pessoais, vivida, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos conflitos reais e desemprego (Harvey, 2005, pág. 46-47).

A produção capitalista, segundo Harvey (2005), é uma franca mediadora de transformação que se apresenta em diversas dimensões da vida econômica e social. Seus reflexos serão esperados de forma pelos lugares participantes e/ou conteúdos numa determinada rede de atividades.

Podemos considerar, dessa forma, que esses processos ocorrem de forma inerente aos próprios controles de resposta desse sistema produtivo, como uma força de trabalho estrangeira "arbitrária de mercado" em resposta às crises. Assim, o declínio de quaisquer práticas obtidas tem sua origem nas dinâmicas decorrentes de alterações no funcionamento do sistema produtivo e, com efeito, suas consequências alcançarão a sociedade de diversas maneiras.

A distribuição dos setores produtivos está alocada espacialmente segundo uma lógica funcional que os estabeleceu como parte de atividades capitalistas de comércio econômico dentro de determinado contexto. Assim como o estabelecimento, o próprio desmonte ou reestabelecimento dessas atividades depende de uma lógica de funcionamento geograficamente articulado.

A racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transportes, das matérias-primas e do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente às demandas de aglomeração e à concentração de parte do capital (Harvey, 2005, pág. 52).

O sistema produtivo capitalista possui, segundo Harvey (2005), um tipo de "racionalização geográfica" que se desenvolve numa relação complexa de onde surgem vetores capazes de impor dinâmicas de transformações constantes. Essa leitura nos permite inferir de que forma algumas áreas produtivas, com papel econômico relevante dentro de espaços maiores, perdem seu vigor e acabam sendo impactadas por diversas negociações, como redes de transporte, mercado consumidor, matérias-primas, etc.

O urbano define-se, portanto, não como realidade acabada, situado em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminada (Lefebvre, 2010, p. 26).

Deve-se considerar, portanto, que o modelo de sociedade urbana em curso progride de forma contínua e se apresenta como prática em via de constituição, mesmo que envolva por obstáculos que lhes são comuns. Podemos depreender, igualmente, que existem inegáveis no seio das relações que marcam as cidades, seus significados e papel na efetivação da produção capitalista. Para destacar o significado dessas dinâmicas das quais o urbano faz parte, Henry Lefebvre menciona um horizonte, enquanto parte de algo que ainda se poderá compreender ou que ainda poderá se constituir sobre o espaço urbano em curso.

Analisar o espaço sob a ótica da urbanização pode ser melhor compreendido quando as cidades são observadas através de seu movimento de organização espacial, permitindo mudanças quanto às transformações de seus papéis.

As cidades, assim, assumem uma espacialidade de caráter dinâmico, um papel que, dentre outros, pode ser tido como induzido, enquanto o desenvolvimento da produção capitalista aparece como indutor (Spósito, 2010). Retornamos, portanto, à importância dada por Milton Santos, quando da cultura metodológica relativa à abordagem do espaço enquanto conjunto indissociável dos processos de desenvolvimento de uma sociedade através de sua Formação Econômica e Social (Santos, 1977).

Sob tal análise, o reconhecimento da categoria de segunda natureza se faz presente pela realização histórica das atividades produtivas humanas presentes no espaço, já que "nenhuma sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixas, nenhuma é marcada por formas definitivas de propriedade, de relações sociais" (Santos, 1977, p. 84).

A Formação Econômica e Social busca compreender as configurações locais como a concretização de um modo de produção capitalista que se realiza em circunstâncias particulares de uma determinada época. Essa leitura requer observar que uma estrutura técnico-produtiva se expressa geograficamente por meio de uma atividade local de produção. Estas condições de reprodução se estabelecem em determinado momento, onde se mostram viáveis ao capital. No entanto, outra estruturação surge e se desenvolve seguindo uma lógica de um contexto diferente, e assim esse modo de produção forja suas relações histórico-sociais ao longo do tempo.

A organização produtiva concretiza no espaço as transformações sociais possibilitadas por uma base territorial historicamente determinada, o que, segundo Santos (1977), equivale a entender uma determinada linguagem do modo de produção capitalista dentro de uma forma seletiva de organização, sob condições geográficas importantes. Ainda segundo o mesmo autor,

esses elementos são realidades criadas pelas especificidades dos lugares. É preciso considerar, então, que parte da essência por trás desse processo tem fundamentos nas necessidades externas do próprio modo de produção e nas demandas relativas aos lugares.

Cada novo papel assumido ou abandonado por uma cidade, bem como cada ampliação ou redução de influência dentro de uma rede mais extensa de relações, deve ser interpretado como parte integrante de um conjunto mais abrangente associado ao modo de produção. O impacto das atividades produtivas capitalistas na organização social se manifestará nas mudanças e na nova configuração do espaço, refletindo elementos próprios de um contexto específico. Abordar essas questões implica transcender a simples observação de que as cidades são arranjos espaciais sujeitos a transformações decorrentes do crescimento demográfico, novas interações com outros centros produtivos e/ou reservas de recursos naturais, entre outros fatores.

As relações urbanas que se estabelecem no desenvolvimento dos novos papéis assumidos pelas cidades médias não são claramente definidas, ainda menos quanto à dimensão real em que estas se mostram atuantes no âmbito regional. Dessa forma, suas articulações no contexto da espacialidade estabelecida estão cada vez mais repletas de fluxos atrelados às estratégias de desenvolvimento realizado pelo modo de produção capitalista, como chama atenção Maria Encarnação Spósito.

Do ponto de vista da reestruturação urbana, não constituem, claramente, áreas sob as quais mantêm efetivo domínio, pois se estruturam em eixos ou redes, ainda que sobrepostas às antigas estruturas regionais, tornando suas espacialidades bastante mais complexas (Spósito, 2010, p. 60).

Os territórios econômicos das cidades médias e pequenas se tornam palco de importantes transformações, cada vez mais observáveis nos ambientes de interface campo e cidade – processos que resultam de suas funções no contexto em que estão inseridas. De tal modo que cada vez mais se faz necessário considerar a presença de dinâmicas oriundas das relações internacionais enquanto vetores de modernização envolvidos nas transformações urbanas em curso, que têm na cidade seu ponto nodal de estabelecimento.

1.5. Brasil: Rural, Urbanização e Metropolização

A urbanização no Brasil tem sido caracterizada por problemas significativos nas últimas décadas. Dentre eles, destacam-se a intensa concentração espacial e as desigualdades socioespaciais, que refletem as dificuldades de acesso aos serviços básicos e às melhores condições de uso do solo urbano. Esses problemas têm impactos negativos sobre a qualidade

de vida da população urbana, uma vez que comprometem o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e transporte público, bem como limitam as oportunidades de emprego e moradia em áreas mais bem equipadas e com melhores condições ambientais. Segundo alguns autores:

A urbanização brasileira passou por importantes transformações nas últimas décadas, com a intensificação dos processos de concentração espacial e segregação socioespacial, que têm impactado negativamente a qualidade de vida nas cidades (Rodrigues; Schuler, 2010, p. 17).

Ainda segundo os mesmos autores, os resultados do processo de expansão metropolitana têm sido responsáveis por grandes desigualdades no campo do planejamento e de uma gestão de caráter mais integrado que possa ter a capacidade de abranger esses espaços tão complexos.

Portanto, as regiões metropolitanas têm se colocado como espaços urbanos onde o acesso às suas diversidades de recursos e extensão de alcance aparecem como desafios ao planejamento desse tipo de área. Nesse sentido, é preciso que as dimensões geográficas das grandes áreas de alcance metropolitanos sejam vistas de modo mais integrado no que se refere, por exemplo, ao planejamento e à gestão democrática.

Dessa forma, as transformações recentes na urbanização brasileira, com destaque para as cidades e regiões metropolitanas, nos permitem analisar os desafios ao planejamento urbano em meio a um contexto de concentração espacial, segregação socioespacial e desigualdades socioeconômicas. Como exemplo de obstáculos a esse tipo de projeto, está a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a baixa participação da sociedade (Rodrigues; Schuler, 2010, p. 41).

A criação de políticas públicas mais integradas e eficazes, que tenham a capacidade de alcançar uma dimensão mais integrada das demandas sociais nos grandes espaços de desenvolvimento urbano das metrópoles, é essencial.

As regiões metropolitanas brasileiras são espaços complexos, marcados por grandes desigualdades socioeconômicas e problemas de governança, que dificultam a implementação de políticas públicas integradas e eficazes" (Rodrigues; Schuler, 2010, p. 30).

O trecho destacado da obra de Arlete Rodrigues e Alexandre Schuler evidencia um dos principais problemas enfrentados pelas regiões metropolitanas brasileiras: a complexidade dos espaços metropolitanos, que são marcados por grandes desigualdades socioeconômicas e problemas de governança, dificultando a implementação de políticas públicas integradas e eficazes.

As regiões metropolitanas são espaços urbanos caracterizados pela presença de cidades com alta densidade populacional e grande concentração de atividades econômicas, e que, em

muitos casos, estão interligadas por uma rede de transporte e comunicação. Essas regiões têm se expandido nas últimas décadas em todo o país e se tornaram importantes centros de produção e consumo.

Entre os principais desafios da urbanização brasileira, desde seu início, destaca-se a questão da desigualdade socioespacial, que se manifesta em diferentes níveis, desde a segregação residencial até a falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação. Além disso, a urbanização acelerada tem gerado uma série de dificuldades a uma sociedade que se pretenda justa e democrática (Santos, 2004).

A cidade brasileira é marcada pela desigualdade social e pela fragmentação espacial, que geram uma situação de exclusão e segregação socioespacial para uma grande parte da população" (Santos, 2004, p. 76).

A urbanização brasileira tem sido marcada por uma concentração de poder e riqueza em torno dos centros urbanos. Estes, segundo Santos (2004), estão articulados a circuitos produtivos internacionais, o que tem gerado desigualdade social e fragmentação espacial. Trata-se, desta feita, de uma análise crítica e profunda sobre os problemas e desafios desse processo histórico.

A garantia da justiça e democracia na política urbana é essencial para evitar que o processo de urbanização seja caracterizado pela desigualdade social e exclusão socioespacial. Para alcançar esse objetivo, é imperativo que a política urbana seja concebida de maneira integrada e participativa, envolvendo ativamente os diversos atores sociais e considerando as distintas necessidades e demandas das várias regiões e grupos sociais.

É preciso ressaltar que as políticas urbanas não devem ser apenas uma medida temporária, dependentes dos governos e sujeitas a mudanças de gestão. A falta de continuidade e planejamento a longo prazo tem se revelado como um dos principais obstáculos para uma política urbana mais efetiva e justa no contexto brasileiro.

A concentração espacial é um exemplo desse processo; nesse caso, há a tendência de que as atividades econômicas, serviços públicos e equipamentos urbanos se concentrem em determinadas áreas da cidade, o que pode levar à formação de espaços desiguais e segregados. A segregação socioespacial, por sua vez, refere-se à separação física e social de grupos populacionais distintos, como os de diferentes classes sociais, raças e etnias, em áreas específicas da cidade

Esses processos têm efeitos negativos sobre a qualidade de vida nas cidades, como a exclusão socioespacial, a falta de acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos, o aumento

da violência urbana e a degradação ambiental. Além disso, a concentração espacial e a segregação socioespacial também reforçam as desigualdades sociais e aprofundam a exclusão.

No entanto, as regiões metropolitanas também apresentam diversos problemas, como a concentração espacial e a segregação socioespacial, que têm impactado negativamente a qualidade de vida nas cidades. Além disso, a complexidade dos espaços metropolitanos e a ausência de uma governança integrada têm dificultado a implementação de políticas públicas eficazes e a solução desse tipo de problema.

Dessa forma, segundo Rodrigues e Schuler, fica evidente a necessidade de repensar a governança das regiões metropolitanas brasileiras e buscar uma integração das políticas públicas e uma maior participação da sociedade civil nas decisões que afetam o desenvolvimento desses espaços. Portanto, é preciso adotar políticas que visem à redução das desigualdades socioeconômicas e à promoção de uma urbanização mais justa e inclusiva nesse tipo de área.

1.6. Metropolização no contexto amazônico

Esta seção do capítulo aborda a diversificação econômica de natureza urbana que resulta da influência econômica da metrópole em sua área de abrangência. As novas estruturas que configuram uma base técnica distribuída ao longo do sistema de relações produtivas, suas funções e capacidade crescente de produção do espaço tornam-se condições para novos avanços no uso da terra, tanto nas áreas de interface direta entre o rural e o urbano quanto em ambientes mais distantes dessas áreas. Portanto, é importante situar a metrópole em um nível regional de atuação, assim como em uma distribuição espacial dispersa em sua área imediata de relações.

No que diz respeito à realidade urbana atual na Amazônia, esta está intimamente ligada a uma configuração regional resultante de uma expansão decorrente da internacionalização do capital e da forma como esse processo foi desencadeado nesse espaço a partir da segunda metade do século XX.

A configuração desse fenômeno no cenário regional é consequência da expansão da globalização e como esta se apresenta na região, haja vista a inserção da Amazônia na internacionalização da economia brasileira, desde meados dos anos 1970, com as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional. (dos Santos; *et al* 2018, p.109)

Portanto, como já demonstrado, podemos considerar que as políticas de integração nacional, que abriram a região amazônica para uma intensa circulação, também a conectaram a um crescente circuito de interação com o centro econômico do país.

Assim, a partir do avanço sistemático de uma malha urbana com alcance intra e inter-regional, a capital paraense entrou em sua quarta fase de urbanização, na qual a metropolização se destaca em relação às etapas anteriores.

Ao analisar as dinâmicas urbanas da cidade de Ananindeua (RMB) e suas transformações em relação aos conceitos de centro e centralidades, Rodrigues et al. (2018, p. 119) destacam que essas interações espaciais vão além dos limites municipais.

(...) do processo de metropolização, além da presença de novos agentes econômicos de capital nacional e internacional que passaram a se territorializar em áreas centrais desta cidade de porte médio, conformando um mosaico de espacialidades urbanas diversas e desiguais.

Até onde as conexões com as metrópoles permitirem uma melhor articulação dos capitais, enquanto agentes de intermediação ou investimentos diretos, a presença desse processo se fará sentir, tornando mais nítida essa dimensão econômica de articulação com os centros urbanos de referência.

A forte presença dessas novas relações assinala, segundo os autores mencionados acima, um conjunto de transformações espaciais que marca as áreas urbanas, destacando-se por meio de uma diversidade de elementos numa distribuição urbana desigual.

A metropolização, desse modo, se complexifica sobre sua área de abrangência com o estabelecimento de uma influência crescente que, de acordo com Trindade Júnior (2014), articula um amplo espaço sob sua dinâmica.

Seguindo uma tendência que se apresenta em todo o cenário nacional, por meio da sobreposição de uma malha de articulações, surge uma realidade urbana e metropolitana cada vez mais complexa e dinâmica. Essa conjuntura se expressa tanto por meio de transformações advindas de um contexto mais recente quanto por aspectos inerentes à realidade da própria urbanização do país (Veloso; Da Trindade Júnior, 2014).

As cidades da Amazônia fazem parte de um sistema econômico integrado que inclui o uso dos recursos da floresta, a agricultura e a criação de gado, a mineração, a produção de energia hidrelétrica e a exploração madeireira. Os processos de urbanização e crescimento das cidades estão intimamente ligados relacionados a esses industriais e à maneira como são organizados e regulamentados (Browder; Godfrey, 2013, p. 2).

Desse modo, segundo os mesmos autores, a urbanização na Amazônia não pode ser analisada isoladamente, mas sim em relação a diversos fatores, como a economia global, as políticas nacionais e regionais, o uso da terra, o desmatamento, a expansão das fronteiras agrícolas e a exploração de recursos naturais.

Tal contexto de complexidade é agravado pelo fato de que a urbanização na região está intimamente ligada ao meio ambiente e à qualidade de vida das pessoas nas cidades amazônicas.

De fato, o rápido crescimento das cidades da Amazônia tem sido acompanhado por um aumento da degradação ambiental, da poluição, da violência urbana e de outros problemas sociais (Browder; Godfrey, 2013).

A região amazônica, para os mesmos autores, possui peculiaridades que dificultam o desenvolvimento econômico e social dessas áreas, como a extensão territorial, a diversidade étnica e cultural e a complexidade dos ecossistemas. A escassez de infraestrutura também é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento dessas regiões. Além disso, as condições climáticas da região, como as chuvas intensas e a cheia dos rios, dificultam a manutenção das vias de transporte.

Entre tais obstáculos, ainda figura a falta de incentivo para a produção agropecuária, que poderia ser uma importante fonte de renda para as populações rurais. A região possui uma grande diversidade de produtos agrícolas, mas a falta de assistência técnica, crédito e infraestrutura inviabilizam a produção em grande escala.

Nesse sentido, é importante destacar a pressão das grandes empresas que exploram os recursos naturais da região, como a mineração, o extrativismo e a agropecuária em larga escala, como representantes dos grandes investimentos de capital nesse espaço do país (Becker, 2007).

Sendo assim, é preciso levar em conta que muitos problemas relativos a esse processo terão lugar nas áreas de metropolização, já que esses espaços crescem em aglomerações urbanas e, do mesmo modo, também revelam demandas advindas das contradições socioespaciais comuns a tais ambientes, em especial os amazônicos.

A realidade urbana tem se firmado de forma crescente ao longo de todo o território nacional. Dessa forma, os espaços metropolitanos se dinamizam, carregando suas redes de relações em um fluxo que alcança as cidades em um ritmo e projeção cada vez maiores a partir da metrópole (Veloso; Da Trindade Júnior, 2014).

1.6.1. Metropolização e dinâmica rural regional

A interligação eficaz entre a dimensão regional dos processos de uso da terra, o desenvolvimento rural e as áreas metropolitanas são um requisito fundamental para a formulação de políticas públicas que visem um desenvolvimento dessas áreas. O campo está sujeito à imposição de um novo ritmo de produção e consumo, ressaltando a importância de uma abordagem regional geográfica de seu planejamento.

Os agentes públicos desempenham um papel crucial na elaboração de políticas de planejamento mais abrangentes para as áreas rurais. A compreensão da interconexão entre o

urbano e o rural, especialmente em contextos metropolitanos, é essencial para evitar desequilíbrios e assegurar o desenvolvimento da produção de alimentos. Isso implica não apenas considerar as necessidades imediatas, mas também antecipar as transformações futuras nessas áreas e suas influências nas zonas rurais.

Como visto, o processo de metropolização é um fenômeno que tem se intensificado nas últimas décadas no Brasil e na América Latina e que vem suscitando debates e reflexões em diversas áreas do conhecimento. A emergência das Regiões Metropolitanas (RMs) está relacionada a um conjunto de fatores, como a concentração de população, atividades econômicas, serviços e equipamentos urbanos em áreas periurbanas, a expansão das áreas urbanizadas e a crescente interdependência entre os municípios que compõem essas regiões.

A interdependência entre o desenvolvimento econômico das Regiões Metropolitanas (RMs) e as condições de vida e trabalho da população, bem como dos processos de exclusão social e territorial, é inquestionável. É comum que, ao se analisar o desenvolvimento econômico, se leve em conta apenas os aspectos quantitativos, como a geração de emprego e renda, o aumento do PIB e a expansão das atividades econômicas (Haesbaert, 2004).

Nesse sentido, é relevante destacar que o desenvolvimento econômico pode ser um importante instrumento de transformação social, desde que seja acompanhado de políticas públicas que garantam a inclusão social e territorial da população nesses espaços.

A análise das RMs deve levar em conta não apenas suas características intrínsecas, mas também a forma como se inserem no contexto mais amplo da globalização e do processo de reestruturação produtiva em curso no país (Haesbaert, 2004, p. 127).

Em trabalho sobre a importância da análise da produção agrícola, circulação de alimentos e consumo nas áreas metropolitanas, com destaque para a metrópole paulistana, observou-se que a agricultura é fundamental para a alimentação da população desse tipo de região. Além disso, constatou-se ainda que a intensificação das contradições e conflitos na dinâmica metropolitana indica a existência de problemas relacionados à produção e circulação de alimentos, como a exclusão social e a desigualdade no acesso aos alimentos (Oliveira, 2006).

O modelo de urbanização e metropolização que vem sendo implantado no país privilegia os grandes projetos urbanos e a produção imobiliária em detrimento das políticas públicas que buscam equacionar as contradições e conflitos associados às desigualdades territoriais e socioeconômicas (Oliveira, 2006, p. 128).

A desestruturação do espaço agrícola na área rural e o aumento da urbanização, o que pode ser entendido como um processo de metropolização, têm sido uma dinâmica territorial de grande repercussão. Essa transformação do espaço rural em urbano é resultado da expansão das

atividades urbanas para o campo e da perda da capacidade produtiva do campo. Nesse sentido, a crescente urbanização das áreas rurais tem gerado consequências socioeconômicas e ambientais, como a desvalorização da produção agrícola local, a desapropriação de terras, a perda de identidade cultural e a degradação ambiental (Coelho, 2012).

Esse tipo de transformação tem impacto na qualidade de vida das populações rurais, que muitas vezes se veem deslocadas para as periferias urbanas e mantidas em condições de vida precárias. Dessa forma, podemos destacar ainda que "o processo de urbanização do rural se aprofunda nas áreas periféricas do município, sobretudo ao longo das rodovias que cortam o território metropolitano" (Coelho, 2012, p. 52).

A transformação do espaço rural em um espaço com características urbanas, o chamado "espaço rural metropolitano", tem sido marcada por áreas de grande complexidade territorial. Essa transformação ocorre por meio da expansão das atividades urbanas no campo e da incorporação de práticas e elementos intensivos de produção na vida e na economia rural (Costa & Peron, 2018, p. 9).

O mencionado processo de transformação gera fortes impactos no uso do solo, no meio ambiente, na economia e na vida das populações rurais e urbanas envolvidas. A intensificação do uso da terra, por exemplo, pode levar a conflitos pela posse e pelo uso do espaço, além de afetar a qualidade do solo e dos recursos hídricos. Portanto, "o rural metropolitano é um espaço dinâmico, onde se verificam intensas relações e interações entre as atividades agrárias e não agrárias" (Costa & Peron, 2018, p. 22).

Atualmente, o espaço rural das regiões metropolitanas tem passado por significativos processos socioespaciais. A urbanização crescente e a expansão das atividades urbanas no campo têm gerado impactos no espaço rural e nas atividades tradicionais da região.

A urbanização avança em direção às áreas rurais, acentuando a fragmentação do espaço e a perda de terras cultiváveis, o que pode levar à descaracterização do meio rural. Além disso, a expansão das atividades urbanas no campo pode gerar conflitos de uso do solo e pressão ambiental, com a dispersão de moradias e desmatamentos (Rodrigues, 2015, p. 29).

1.7. O Estudo da Periurbanização e o *Continuum* Rural-Urbano

A relação entre campo e cidade no Brasil é histórica e guarda diversas contradições que reforçam essa dicotomia. Com o passar do tempo, a cidade foi adquirindo uma carga negativa representada por contradições sociais e degradação moral, enquanto o campo foi visto como um espaço onde habitam indivíduos sem instrução ou refinamento (Holanda, 1936).

No entanto, é importante destacar que essa visão estereotipada não corresponde à realidade. Tanto o campo quanto a cidade possuem uma diversidade cultural e social significativa, sendo que essa visão estereotipada pode fortalecer a exclusão e a desigualdade entre os espaços.

Como vimos, a cidade e o campo são partes integrantes de um todo e não podem ser separados um do outro sem causar danos irreparáveis. Precisamos de uma abordagem holística que leve em conta as necessidades tanto do campo quanto da cidade e que promova uma relação equilibrada e harmoniosa entre os dois (Mumford, 1961, p. 310).

É preciso, de certa forma, compensar a visão de desenvolvimento que atualmente temos e que muitas vezes separa a economia urbana da rural. Em vez disso, faz-se necessário considerar uma nova abordagem que contemple as duas dimensões e reconheça a centralidade da agricultura para garantir a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

Nesse caso, essa nova visão deve levar em conta a interdependência entre o meio urbano e rural, reconhecendo que ambos os espaços possuem papéis importantes a desempenhar na construção de uma sociedade que, cada vez mais se estabelece e/ou é alcançada por interações entre o campo e a cidade.

Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas ligadas à adoção, por exemplo, de práticas agrícolas sustentáveis e à criação de infraestrutura para a comercialização de produtos agrícolas, garantindo o acesso da população desses espaços à segurança alimentar. Portanto, para Eli da Veiga:

Em vez de simplesmente debater como integrar a economia urbana com a rural, deve-se pensar em uma nova visão de desenvolvimento que englobe essas duas dimensões, reconhecendo a importância da agricultura como uma atividade produtiva central para a garantia da segurança alimentar e a preservação do meio ambiente (Veiga, 2012, p. 22).

Quando se refere à integração do campo e da cidade em seus estudos, a FAO, no trabalho "Desenvolvimento Rural na América Latina e no Caribe: uma visão multidimensional", da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (2016), salienta que:

(...) A abordagem territorial, que integra o campo e a cidade, é a chave para alcançar este objetivo. Uma abordagem territorial significa trabalhar de maneira integrada com todos os atores e instituições em uma determinada área geográfica para alcançar objetivos compartilhados de desenvolvimento (FAO, 2016, p. 7).

A relação entre as áreas urbanas e rurais vai além de uma dicotomia simples. Elas estão interconectadas e interdependentes, tornando o desenvolvimento urbano e rural duas faces da mesma moeda. A urbanização pode ser vista como um motor potencial para o desenvolvimento

rural, mas é necessário que sejam implementadas políticas efetivas para que essa interdependência seja positiva e justa para ambas as partes (Banco Mundial, 2015)

Embora as áreas urbanas e rurais sejam frequentemente consideradas como entidades separadas, a realidade é que elas estão interligadas e são interdependentes. O desenvolvimento urbano e rural são duas faces da mesma moeda. A urbanização bem gerenciada pode ser um motor para o desenvolvimento rural, desde que as políticas certas estejam em vigor" (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 22).

A importância da relação entre o campo e a cidade é indispensável para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. É preciso reconhecer que a urbanização e a ruralização são processos interdependentes, e que o desenvolvimento de uma região não pode ser pensado de forma individualizada. A falta de integração entre esses dois espaços pode gerar diversos problemas, como a concentração de recursos nas cidades em detrimento das áreas rurais, a degradação ambiental e a falta de segurança alimentar (Flórida, 2017).

Diante disso, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que busquem integrar esses dois espaços e promover um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Além disso, é preciso reconhecer a importância da agricultura como uma atividade produtiva central para a garantia da segurança alimentar e preservação do meio ambiente.

A importância das práticas agrícolas incentivadas e valorizadas como agentes fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada pode promover melhorias nessa relação, considerando que:

Os problemas de nossas cidades não são apenas problemas urbanos; eles também são problemas rurais. As relações entre campo e cidade nunca foram tão importantes para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Nossas cidades e nossas áreas rurais precisam trabalhar juntas para garantir um futuro sustentável e justo para todos (Florida, 2017, p. 141).

Após percorrer uma ampla produção e diversidade de interesses de naturezas variadas - onde o foco central esteve nas discussões das relações entre campo e cidade e, em grande parte, ligado à proposta de perceber um território híbrido na interface desses dois ambientes - iniciamos este capítulo voltando de forma mais direta ao estudo e ao conceito de periurbanização. O objetivo desse debate é consolidar um entendimento sobre o tema mencionado para avançar posteriormente na proposição e utilização do que chamamos de Áreas de Periurbanização (APs), já que estes serão um instrumento mediador principal da presença urbana em questão sobre o ambiente rural de nossa tese.

Assim, longe de fazer meras suposições sobre essas dinâmicas, estamos instrumentalizando uma possível compreensão da gênese de um processo que pode ser traduzida, posteriormente, na diversificação e multifuncionalidade do uso da terra em ambientes rurais, ou seja, nas DNRs.

CAPÍTULO 2. NORDESTE PARAENSE, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

O presente capítulo procura explorar os intrincados elos entre a história de ocupação e uso agrícola da terra no Nordeste paraense, a extensa malha rodoviária que perpassa essa região e a influência dessa dinâmica na evolução das cidades inseridas na rede urbana de Belém. Ao abordar a interligação entre o desenvolvimento urbano regional e a complexa relação entre campo e cidade, busca-se lançar luz sobre os fenômenos que moldaram e continuam a moldar a paisagem socioeconômica do Nordeste do estado do Pará.

A região em questão se destaca historicamente pela sua importância na ocupação do solo e na prática agrícola, fatores que delinearam suas principais características ao longo do tempo. A análise detalhada desses processos revela não apenas uma rica tapeçaria histórica, mas também os alicerces sobre os quais repousa o desenvolvimento atual da região.

A malha rodoviária assume um papel central nesse contexto, desempenhando um papel vital na dinâmica de crescimento e conectividade das cidades nordestinas em relação à metrópole de Belém. A compreensão da influência dessas estradas na formação e expansão urbana é crucial para interpretar as nuances do desenvolvimento regional.

Nesse cenário, destaca-se a importância do conceito de "Novo Rural" e "Periurbano" como ferramentas analíticas valiosas. Estes conceitos fornecem uma lente através da qual podemos examinar os processos contemporâneos que moldam a interação entre as zonas urbanas e rurais. A evolução desses territórios, muitas vezes marcada pela transição de práticas agrícolas tradicionais para novos arranjos socioeconômicos, reflete a dinâmica complexa da relação campo e cidade na região.

Ao longo deste capítulo, buscaremos não apenas traçar um panorama histórico e geográfico, mas também analisar criticamente o impacto desses fatores tendo por base a configuração atual do Nordeste paraense. A interseção entre passado e presente nos conduzirá a uma compreensão mais profunda dos processos, desafios e oportunidades que moldam o território e delineiam suas perspectivas futuras.

2.1. *Continuum* rural-urbano e as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs): Subsídio Conceitual e Metodológico Para Pensar os Novos Usos da Terra no Ambiente Rural Investigado

Um dos objetivos deste seguimento de capítulo é promover uma discussão desenvolvendo um diálogo direcionado ao aprofundamento do projeto de estudo em questão,

considerando a dinâmica própria das, já mencionadas, novas relações entre campo e cidade. Segundo esclarecemos, aqui temos uma abordagem focada no espaço rural, mas com o reconhecimento, também, da presença (em desenvolvimento) de uma extensão urbana metropolitana enquanto vetor de reorganização do espaço. Essa perspectiva nos impede de dialogar sobre o território rural sem considerar o contexto urbano, e, portanto, em função disso torna-se necessário debater esse tema mais uma vez.

Dessa forma, essa análise baseada em evidências urbanas em áreas rurais busca apoio teórico e conceitual nos estudos do periurbano, por meio da análise de uma abordagem mediadora para nossa pesquisa, denominada aqui de APs (Áreas de Periurbanização). Através dessa abordagem, acreditamos ser possível falar das formas socioespaciais híbridas decorrentes de um uso não tradicional da terra nesses espaços. Tal ferramenta também pode nos ajudar a interpretar e analisar algumas importantes mudanças de caráter produtivo agrícola que acreditamos encontrar nos dois municípios em questão.

Nos locais onde frequentemente observamos a transformação do campo mediada por projetos capitalistas de desenvolvimento, podemos identificar rearranjos espaços modernos que se distinguem das estruturas anteriores por sua capacidade de produzir em um ritmo acelerado e/ou voltados a um mercado mais extenso e diversificado. Essa eficiência – de uma relação com o mercado consumidor – por outro lado, é facilmente acessível quando interage com um sistema urbano em funcionamento, pois a dinâmica das coisas nesse contexto está constantemente impulsionada por um ritmo mais frequente de consumo, ao qual essa demanda está diretamente conectada.

Nesse sentido, a experiência socioterritorial das áreas de interface entre campo e cidade possui uma relação mais sistemática, através da qual desenvolve suas características técnicas dentro de um modelo produtivo induzido pela expansão da fronteira urbana. Cada incremento no meio rural que passa a fazer parte dessa nova estrutura produtiva de uso da terra representa um elo em um sistema fortemente articulado com os demais elementos urbanos que organizam essas novas geografias territoriais.

No entanto, uma incorporação e/ou reconfiguração do campo por uma lógica moderna de desenvolvimento econômico urbano nem sempre se torna uma evidência de clara detecção. Nesses casos, é necessário observar a escala em que ocorreu o uso do território rural. Esses usos podem ter formas pouco extensas em termos de estruturas, mas às vezes possuem dimensões relativamente grandes em relação à sua representatividade territorial urbana.

É possível observar que muitas interações urbano-rurais se desenvolvem em espaços complexos que combinam questões socioterritoriais de grande diversidade e ambientais, esse é um tema amplamente identificado e debatido, atualmente, no Brasil. Tais questões têm, essencialmente, aparecido relacionados ao desenvolvimento urbano como um processo que incorpora diferentes expressões espaciais e temporais em várias escalas. O estudo dessa temática pode ser muito relevante para uma gestão mais democrática de tais ambientes, além disso, tem se verificado, um crescente interesse da abordagem do rural nas áreas de dispersão urbana metropolitana, justamente por seu caráter de enorme diversidade socioespacial.

Es debido a las crecientes expresiones territoriales en las periferias de las grandes metrópolis y las ciudades medias lati noamericanas, que la Geografía rural las incorpora en su ámbito de estudio (Ávila Sánchez, 2015, p. 85).

O estudo do rural pode abranger as transformações nas zonas periféricas das fronteiras urbanas, onde a dinâmica da relação entre campo e cidade consolida cada vez mais uma parcela crescente da população nesse tipo de espaço. Além disso, existem ações políticas administrativas mais efetivas, das quais dependem tanto o reconhecimento das influências urbanas nas áreas de interface quanto as ações de desenvolvimento local, levando em conta as peculiaridades territoriais. Dentre essas ações, destacam-se aquelas aplicadas aos serviços básicos gerais, projetos assistenciais e investimentos voltados à segurança alimentar. Portanto, a definição do espaço periurbano torna-se parte de importantes proposições para o estabelecimento de fronteiras nas áreas de *continuum* rural-urbano. “A tradicional dicotomia se desfaz; o urbano avança rapidamente; expande-se como uma mancha de óleo” (Cardoso; Fritschy, 2012, p. 29).

No contexto do nordeste paraense, que abraça a geografia dos municípios em análise, torna-se evidente que as transformações na relação entre rural e urbano refletem uma intrincada teia de influências. O delineamento das mudanças estudadas não pode ser reduzido a fronteiras geográficas das unidades investigadas; ao contrário, permeia a tessitura de interações que transcendem as divisões municipais.

A interconexão entre o rural e o urbano na região é vital para compreender as novas geografias territoriais que aí, emergem. Sendo assim, a urbanização influencia não apenas as centralidades urbanas locais, mas também os territórios rurais em uma escala mais ampla, onde práticas agrícolas, estruturas fundiárias e modos de vida são continuamente redefinidos.

As transformações territoriais, portanto, são um reflexo do dinamismo desse relacionamento. A inserção de novos elementos no cenário, como as Áreas de Periurbanização (APs) e as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs), destacam a necessidade de uma abordagem

integrada. Essas áreas não são simples extensões urbanas, mas zonas de transição onde se entrelaçam as lógicas rural e urbana. A compreensão plena dessas transformações requer uma análise que vá além de visões fragmentadas e contemple a totalidade dos processos em curso.

Já no nível municipal os agentes públicos, ao planejar e gerir o território, devem considerar a interdependência entre os municípios e a metrópole. A eficácia das políticas públicas, especialmente no que se refere ao uso da terra e ao desenvolvimento rural, o que depende de uma visão abrangente que reconheça a complexidade e a fluidez dessas relações.

Assim, o nordeste paraense se configura como um cenário dinâmico, onde as transformações territoriais são profundas. Essa realidade demanda uma análise orientada não apenas para a estrutura produtiva tradicional, mas também para seu desenvolvimento diante da crescente influência decorrente da integração amazônica ao panorama nacional.

Embora o roteiro que aborda o conceito de periurbano neste trabalho tenha objetivos e entendimentos mais específicos, é importante observar a condição urbana como um processo capaz de criar extensões de suas próprias características sobre territórios cada vez mais indefinidos e complexos. Assim, a ideia de análise baseada nas Áreas de Periurbanização (APs) pode contribuir para uma perspectiva menos linear de compreensão das interações entre campo e cidade que ora se desenvolvem nessa parte do estado do Pará.

Mesmo que este trabalho não se refira diretamente ao significado conceitual de áreas periurbanas, a interface rural-urbana resultante pode nos permitir perceber o quanto sua prévia identificação pode ser útil ao planejamento desses espaços no âmbito municipal. Portanto, é preciso considerar não apenas o desenvolvimento econômico não-agrícola desses espaços, mas também o papel tradicional do uso da terra como uma necessidade ligada ao interesse e/ou necessidade do próprio município na gestão de uma produção de alimentos em suas bordas urbanas, tendo em vista o contexto da expansão urbana contemporânea.

Podemos perceber que as mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo fazem parte de transformações mais amplas na sociedade brasileira, integradas a alterações sentidas em escala global nas últimas duas décadas. Nesse contexto, define-se cada vez mais uma lógica capitalista, em que novas representações do campo emergem e são difundidas como “um Novo Rural” (Rua, 2005, p. 48).

2.2. (Novo) Rural e urbano no Nordeste paraense

A urbanização no Brasil tem uma relação com a concentração de riqueza e poder, além do agravamento das desigualdades sociais e exclusões, causadas pela restrição de benefícios desse desenvolvimento econômico à parcelas da população de tais áreas (Oliveira, 1990, p. 63).

Dentre as referidas concentrações, podemos citar a forma como ocorreu o processo de industrialização no Brasil, que foi marcado pela convergência industrial nos maiores centros urbanos e pela formação de grandes conglomerados empresariais que detêm grande parte da riqueza do país.

Além disso, as políticas públicas voltadas para a urbanização também tiveram um papel importante na perpetuação dessas desigualdades sociais. Durante muito tempo, as políticas habitacionais privilegiaram a construção de moradias para as classes mais ricas da população, concedendo às classes mais pobres condições precárias de moradia em favelas e assentamentos informais.

Um problema recorrente em muitas regiões urbanas é a falta de controle e direcionamento dos processos de urbanização, que podem resultar em desequilíbrios socioeconômicos e ambientais. Essa falta de controle pode ser atribuída, em parte, à ausência de políticas públicas efetivas que busquem regular e direcionar o desenvolvimento territorial de forma mais equilibrada (Oliveira, 1990, p. 22).

De acordo com Santos e Silveira (2001), a questão do desenvolvimento territorial é uma das principais preocupações contemporâneas, pois muitas regiões sofrem com desequilíbrios territoriais que se manifestam em diversos aspectos, tais como desigualdades sociais, concentração de renda e empobrecimento da população rural. Para esses autores, o desenvolvimento territorial é entendido como um processo multidimensional que envolve diversas questões, como econômicas, sociais, culturais, ambientais e institucionais, e requer ações coordenadas entre diferentes atores e setores.

Assim, um desenvolvimento territorial mais equilibrado nesse contexto exige ações e políticas públicas que levem em consideração essas diferentes dimensões e atores envolvidos, buscando um equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social. Além disso, esse planejamento territorial precisa ser mais efetivo e do tipo que considere não apenas as demandas imediatas, mas também as perspectivas de longo prazo e os impactos das ações sobre o território e a população. Nesse sentido, Ariovaldo Oliveira destaca que:

A estratégia de reprodução do capital nas cidades brasileiras, apoiada na especulação imobiliária, na construção civil e na prestação de serviços urbanos, tem sido marcada pela intensificação da segregação socioespacial (Oliveira, 1990, p. 37).

O conceito de Novo Rural, portanto, surge como uma abordagem crítica em relação à visão tradicional de que o espaço rural se limita às atividades agrícolas. A complexidade desse espaço, que vai além da produção agrícola, envolvendo outras atividades produtivas e serviços, assim como a interação com o espaço urbano, tem crescido na medida em que o desenvolvimento urbano avança. Nesse sentido, a compreensão do Novo Rural envolve uma análise mais ampla das dinâmicas sociais e econômicas, considerando as transformações ocorridas no mundo rural, em suas múltiplas dimensões (Schneider e Niederle, 2010).

A partir dessa perspectiva, é possível perceber que o Novo Rural tem implicações significativas para a compreensão das relações entre campo e cidade, uma vez que a distinção entre rural e urbano se torna menos nítida e as atividades produtivas rurais se mesclam com outras atividades não-agrícolas.

O Novo Rural é um conceito amplo que se refere a processos de mudança em curso no campo, que implicam novas formas de produção, de organização social e de relação com o mercado, bem como a emergência de novas atividades econômicas e de novos atores sociais (Schneider e Niederle, 2010, p. 5).

Sendo assim, o Novo Rural representa uma outra forma de olhar e entender o campo, rompendo com estereótipos e preconceitos em relação à ruralidade, que muitas vezes são associados à ideia de um espaço homogêneo, tradicional e atrasado. O conceito de Novo Rural, ao contrário, busca ressaltar a relevância do campo para a produção de alimentos, a preservação ambiental e a qualidade de vida das populações rurais e urbanas (Bonnal e Ferrão, 2013).

A presença de um espaço de transição rural-urbano se manifesta, como já se discutiu, por meio da ocorrência do urbano no campo, assim como da existência de elementos do campo no urbano. Portanto, relações mútuas de origens distintas de cada um desses ambientes se desenvolvem acrescentando aspectos de suas lógicas próprias de organização do espaço, no ambiente de interface rural-urbano. Porém, dentre as muitas discussões onde delinearam-se tais análises, existem aquelas observações sobre o papel que a cidade assumiria, em tal contexto.

Os espaços rurais que vivenciam certa dinâmica econômica mais relevante podem apresentar uma pluriatividade ligada a uma dada característica regional, comumente associada à própria diversidade encontrada na realidade socioeconômica do território brasileiro (Kageyama, 2019).

Ainda de acordo com essa autora, essa é uma evidência que nos ajuda a pensar os espaços considerados pertencentes às zonas rurais. Ou seja, a implantação de práticas econômicas por meio de agentes diversos, que se apropriam das condições favoráveis do rural, deriva justamente de um potencial econômico tradicionalmente presente neste último.

Assim, também aumenta a possibilidade de atuação das populações desses espaços em atividades associadas às "economias locais", justamente em função da presença de uma pluriatividade no contexto rural, onde estas emergem como parte de uma nova relação do urbano-rural brasileira. Portanto, tal abordagem é.

Uma forma de associar os dois temas - atividade e território - do ponto de vista econômico e social, e de "inserção na economia local", isto é, como se dá a integração das famílias, domicílios, indivíduos ou empresas nas redes locais e nos mercados locais e nacionais (Kageyama, 2019, p. 36).

A centralidade do meio urbano como convergência e/ou origem de fluxos que ocorrem no contexto da ruralidade serve como parâmetro para compreender como a fluidez em suas várias naturezas pode revelar a presença de características de uma modernidade em expansão. Nesse meio, pode-se observar de forma crescente a atuação dos novos sujeitos sociais na elaboração de projetos econômicos ligados aos sistemas produtivos mais adequados aos interesses urbanos.

Na ruralidade subjaz a questão da modernidade em sua ambivalência de aventura e rotina, o que produz indeterminações difíceis de serem adequadas a rígidos esquemas classificatórios. Nesse sentido, fala-se em novas ruralidades para apreender nuances da fluidez do rural que disputam centralidade ou se conectam como complementares no pensamento complexo (Alencar, 2015).

Segundo se pode concluir de tal observação, o Novo Rural possui inegáveis interações com as áreas urbanas, mas sua identificação, muitas vezes, pode se dar por meio de conexões nem sempre tão nítidas e, portanto, com limitações quanto à sua percepção. Tal realidade se impõe como obstáculos e sugere clareza quanto à escolha dos elementos dessa abordagem.

Sendo assim, cabe aqui, mediante nossa proposição analítica, sistematizar algumas dessas observações no campo, tanto das leituras empíricas quanto das leituras obtidas por meio de análises de dados e/ou outras informações relativas a esses processos, de modo a se estabelecer parâmetros para a abordagem voltada às áreas de interface entre campo e cidade contidas (espaço estudado), no nordeste do Pará.

Nesse intuito, pretendemos concentrar esforços nos seguintes elementos:

- Possível alteração do padrão produtivo rural das unidades municipais estudadas numa perspectiva comparativa. Processo esse assinalado inicialmente por uma crescente e sistemática mudança de uso da terra (áreas de Periurbanização) ao longo dos eixos de maior circulação rodoviária;
- Avaliação do crescimento demográfico no recorte estudado, como importante vetor urbano contributivo às dinâmicas rural e urbana dentro do período analisado;

- Identificação cartográfica do aumento da área urbana consolidada (para a realização de análises sobre os possíveis significados desse processo ao tradicional espaço rural dessa área);
- Levantamento de áreas onde se localizam as atividades econômicas modernas ou de natureza distinta das tradicionais rurais (para permitir demonstrar a presença das características do urbano-rural como parte do processo de formação das "Áreas de Periurbanização" | APs) e "Dinâmicas do Novo Rural" | DNR).

O Nordeste paraense revela-se como uma região de significativa importância, com uma tradição agrícola que moldou sua identidade ao longo do tempo. Hoje, esse espaço vivencia um marcante processo de urbanização, impulsionado pela concentração estratégica da malha rodoviária que o conecta. Essa interligação não apenas facilita a circulação de mercadorias, mas também desempenha um papel crucial na reorganização econômica local, fomentando dinâmicas urbanas em constante evolução.

A tradição agrícola, enraizada nessa região, ganha uma nova perspectiva à luz da rede urbana de Belém. Essa forte interação entre o rural e o urbano não apenas define a produção do espaço nessa parte do estado, mas também destaca a interdependência entre os centros urbanos e as áreas rurais circundantes. A urbanização, como motor dos fluxos dinâmicos, desempenha um papel-chave nesse processo, moldando a geografia e a distribuição do desenvolvimento atual.

Nesse contexto, as Áreas de Periurbanização (APs) e as Dinâmicas do Novo Rural (DNR) emergem como instrumentos cruciais. As APs, situadas em zonas de urbanização mais contígua, revelam um novo padrão de uso da terra, promovendo uma transição entre o rural e o urbano. As DNR, por sua vez, representam um fenômeno mais distante dessa zona, destacando a necessidade de uma identificação conceitual mais clara.

Assim, o Nordeste paraense, ao aproveitar sua tradição agrícola, integra-se à dinâmica regional com vantagens únicas favoráveis ao seu desenvolvimento. O uso da terra torna-se uma peça-chave na influência geográfica que molda esse dinâmica urbano, proporcionando um cenário de transformações discretas e diversas entre as interfaces campo e cidade.

Dessa forma, torna-se igualmente importante estabelecer outras sistematizações para reforçar a proposta em questão no que se refere ao desenvolvimento das novas condições urbanas desse espaço. Assim, é preciso considerar as características geográficas dessa porção do estado em relação ao processo de metropolização e às dispersões ligadas às cidades centrais pertencentes à rede urbana de Belém.

Considerando que os territórios municipais abordados fazem parte desse contexto regional pertencente a um circuito mais intenso de relações de natureza urbana, esses processos materializarão, justamente, tais condições modernas de uso da terra numa zona de crescente interface rural e urbana. O mesmo processo se estende de forma mais modesta na direção do município de Santo Antônio do Tauá, pela rodovia estadual PA-140, onde se localizam importantes cidades costeiras (Norte da RMB), com forte relação histórica com a capital paraense.

Assim, é possível verificar que o fenômeno em questão se estabelece por meio de conexões formadas entre as localidades mais distantes do centro urbano através de redes viárias, onde as relações se intensificam na medida em que os fatores geográficos se tornam favoráveis. Nesse sentido, também se tornam conhecidas as diversificações econômicas que tornam o campo um espaço de maior articulação no que se refere ao mercado consumidor desse novo padrão de uso da terra, que aqui denominaremos de Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs).

Portanto, segundo Alencar (2015), a evidente efetivação de uma racionalidade capitalista e de uma cultura de consumo - cada vez mais mercadológica - procura se efetivar em contextos regionais metropolitanos, estendendo-se enquanto lógica de desenvolvimento a partir de um centro urbano mais consolidado (metrópole).

Há, certamente, uma diversidade de fatores que interagem nesse meio e que podem servir como condição de maior ou menor realização dos processos ligados aos elementos de caráter periurbano nesse espaço. É nesse ambiente que os sujeitos de uma relação socioespacial contemporânea, enquanto dimensão urbana de modernidade, podem se manifestar no rural, acarretando uma série de transformações enquanto aspectos urbanos que subjazem por entre as interfaces campo e cidade, de modo tão diverso e discreto que sua detecção precisa de uma mediação conceitual mais particular.

Ao considerar as Áreas Periurbanas (APs) e as Dinâmicas de um Novo Rural (DNR), é crucial não apenas reconhecer o impacto singular dos elementos urbanos na vida rural, mediado pela centralidade metropolitana, mas também nos desafia a engajar em uma reflexão aprofundada sobre a intrincada relação (histórica) entre campo e cidade no nordeste paraense.

2.3. Nordeste Paraense: Dinâmicas Pretéritas e Reorganização Recente do Espaço

O nordeste paraense possui uma diversidade de organização socioespacial à qual se pode atribuir às dinâmicas pretéritas de ocupação humana, em que os rios permitiram um importante

processo de desenvolvimento litorâneo do estado e aquelas advindas do adentramento do território, quando as rodovias passaram a ser os principais vetores das transformações. É nesse conjunto de cidades que se torna importante verificar tanto a relação entre elas frente a seu processo de urbanização quanto a influência da capital, mediante a metropolização que se apresenta, impondo uma forte dinâmica de transformações sobre toda essa área do Pará.

Na atualidade, essas cidades passam a conviver com lógicas de interações e dinâmicas de centralização diversas. Num primeiro aspecto, elas aprofundam sua relação com Belém e passam (mesmo que diferenciadamente) por certo processo de metropolização do espaço a partir dos vetores da dispersão metropolitana; numa outra perspectiva, esses centros através de atividades que concorrem e de outras que se complementam, desenvolvem interações entre si, reforçando a condição do Nordeste Paraense enquanto região; e ainda em um terceiro aspecto, continuam ou até ampliam a sua própria área de influência, ou seja, aprofundam sua condição de centros de suas próprias regiões (Ribeiro, 2017, p. 452).

Segundo se pode notar sobre o nordeste paraense, esse é um espaço cuja história de ocupação humana e papel econômico criam uma forte relação que o coloca tradicionalmente em conexão fiel com a rede urbana de Belém, tanto do ponto de vista funcional quanto como área de expansão atual das diversas dinâmicas metropolitanas. Portanto, pode-se considerar que há uma certa unidade em torno dessa área urbana, expressa pela vinculação das cidades locais às dinâmicas metropolitanas, ao mesmo tempo em que esses centros se desenvolvem (urbanização), alterando alguns padrões de centralidade dentro das áreas de influência de seus próprios eixos regionais. Segundo o mesmo autor acima mencionado, os processos identificados no Nordeste Paraense podem caracterizá-lo como um espaço de transformações distintas em determinados aspectos, mas esse fato não o diferencia completamente dos padrões que marcam o próprio contexto amazônico em termos de conformação das relações urbanas. Assim, no que se refere à atual realidade urbana na Amazônia, esta se vê entrelaçada a uma configuração regional derivada de uma extensão proveniente da internacionalização do capital e da forma como esse processo foi mobilizado nesse espaço a partir da segunda metade do século XX. Portanto:

A configuração desse fenômeno no cenário regional é consequência da expansão da globalização e como esta se apresenta na região, haja vista a inserção da Amazônia na internacionalização da economia brasileira, desde meados dos anos 1970, com as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional (dos Santos; dos Santos Sousa; de Lima, 2018, p.109).

Dessa forma, podemos considerar que as políticas de integração nacional que abriram a região Amazônia para uma intensa circulação interna também a conectaram a um circuito crescente de interação com o centro econômico do país. Nesse sentido, a reestruturação de seu padrão de urbanização advém de um avanço sistemático de uma malha urbana, conforme mencionado anteriormente, com alcance intra e inter-regional, que articulou a capital paraense

em sua quarta fase de urbanização, tendo agora a metropolização como elemento de destaque em relação às etapas anteriores.

Desse modo, a rodovia, é um dos elementos explicativos fundamentais para entender a expansão da malha urbana de Belém e a consequente possibilidade de espraiamento da cidade. Assim, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que possibilitou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias (dos Santos, *et al* 2018, p.116).

O papel das rodovias, de fato, assume uma função essencial na conjuntura regional, permitindo uma urbanização a partir de uma expansão metropolitana. Esse processo se desenvolve dentro de uma etapa particular de reorganização dessa urbanização em relação à capital paraense. Além de possibilitar uma maior mobilidade dos fluxos dentro de um circuito econômico vinculado à rede urbana nacional, essa malha viária também é importante para a redistribuição dessa nova dinâmica no interior da área de abrangência da capital do estado.

Se a forma urbana da metrópole se apresentou em um primeiro momento confinada, e a partir dos anos 1980 em diante assumiu seu caráter disperso, na atualidade, observa-se cada vez mais uma complexificação da metropolização em âmbito regional, viabilizada pelo aumento de fluxos, da implantação de infraestrutura de circulação material e da ampliação da influência da metrópole sobre a região (dos Santos, *et al* 2018, p.118).

Segundo se pode inferir da leitura acima, a metropolização belenense se complexifica sobre sua área de abrangência a partir das últimas décadas do século XX, com o estabelecimento de uma influência crescente que, segundo Trindade Júnior (2014), articula um amplo espaço sob sua dinâmica. Seguindo uma tendência que se apresenta em todo o cenário nacional, por meio da sobreposição de uma malha de articulações, surge na Amazônia uma realidade urbana e metropolitana cada vez mais complexa e dinâmica. Essa conjuntura tanto se expressa por meio de transformações advindas de um contexto mais recente quanto também através daqueles aspectos inerentes à realidade da própria urbanização do país (Veloso; da Trindade Júnior, 2014). Sendo assim, é preciso levar em conta que muitos problemas relativos a esses processos terão lugar nas áreas de metropolização, já que esses espaços crescem em aglomerações urbanas e, do mesmo modo, também revelam demandas advindas das contradições socioespaciais comuns a tais ambientes, em especial, os amazônicos.

Nesse caso, pode-se afirmar que, mesmo com maior difusão na extensão territorial do país, a urbanização tem ainda nas metrópoles os principais focos de sua concretização e projeção. O tamanho e a expressão em aspectos diversos dessas aglomerações urbanas revelam uma face importante da dinâmica socioespacial brasileira, que é a concentração demográfica em pouco mais de uma dezena de epicentros nacionais e regionais (Veloso; da Trindade Júnior, p.178).

Nessa perspectiva, podemos considerar que o aspecto demográfico, quando da sua concentração espacial, frequentemente está relacionado a processos de urbanização, os quais têm grande participação das metrópoles no que concerne à sua intensificação e dinamização.

O estudo em questão possui, nesse sentido, ainda maior significado em sua leitura regional de incidência das dinâmicas socioespaciais destacadas acima. Pois, além de se reconhecer a presença de Belém na orientação econômica rural dos locais estudados, igualmente se verifica sua forte participação na existência de uma densidade demográfica que chama atenção, já no início da segunda metade do século XX, em comparação a todo o estado do Pará.

Portanto, tem-se importantes elementos essenciais para se buscar na abrangência da referida metrópole um processo de caráter mais regional que contribuiu para um reordenamento socioespacial, marcadamente no que se refere ao território rural em questão. Outro importante aspecto a se considerar enquanto dinâmica desse trecho da RMB é aquele associado às práticas econômicas não agrícolas – estas podem se revelar por meio dos usos da terra, demonstrando um novo significado e/ou padrão produtivo contido numa interface referente à relação rural e urbano dessa parte do estado do Pará.

2.3.1. A área de Estudos no Contexto da Ocupação do Nordeste Paraense

O processo de dispersão urbana desencadeado a partir da capital do Pará tornou-se o principal núcleo indutor da organização do espaço da antiga região bragantina. Sob esse aspecto, pode-se falar de uma relação que, em termos socioeconômicos, surge como um segmento da cidade de Belém, de onde partiram as iniciativas de ocupação humana e uso da terra nesse trecho do estado. O território resultante dessas relações conserva traços muito fortes de uma economia rural pautada principalmente pela atividade de subsistência, mas sempre entremeada por economias destinadas a um mercado extrarregional, que se ampliou com o próprio desenvolvimento da mencionada rede urbana.

A antiga região da Bragantina é reconhecida no estado do Pará como uma área de grande interesse econômico, e sua ocupação tradicionalmente ocorreu por via fluvial. No entanto, sua articulação com a capital do estado ganhou destaque com o projeto ferroviário iniciado no início do século XX. Atualmente, essa parte do estado é considerada uma região de grande importância rural, além de possuir relevância turística (litoral) e núcleos populacionais resultantes de um rápido processo de urbanização nos últimos anos.

Uma parte significativa desse aparato urbano está concentrada entre a cidade de Castanhal (a centralidade mais significativa a Leste de St^a Izabel do Pará) e a capital do estado, em uma área onde a rodovia BR-316 é a maior referência, pois se trata do eixo pelo qual se busca articular o litoral da Bragantina a Belém.

Mesmo com a desativação da Ferrovia Belém-Bragança (FBB), mencionada anteriormente, em 1965, sem ter realizado plenamente a função econômica para a qual foi projetada, sua relevância para o Nordeste Paraense se ampliou e consolidou-se com base em um projeto de colonização agrícola planejado para apoiar a exploração econômica dessa região do estado.

Assim como o próprio projeto ferroviário, os resultados da proposta de exploração agrícola também não alcançaram as expectativas. Em parte, isso se deveu aos entraves ligados ao escoamento dos produtos, uma vez que houve vários atrasos na construção da ferrovia. Além desse problema, surgiram outros à medida que a atividade agrícola se desenvolvia. A necessidade de obter novas áreas agricultáveis provocava uma contínua remoção da floresta, que também era destinada à produção de carvão vegetal, resultando em grandes áreas desmatadas ao longo da mencionada ferrovia (Égler, 1961).

Conforme apontado pela autora acima, com a exposição do solo às ações do clima, como chuvas abundantes e temperaturas elevadas, os desgastes naturais logo começaram a afetar o rendimento da maioria dos itens cultivados, exercendo forte pressão sobre os pequenos agricultores, muitos dos quais nordestinos, que retornavam à região assim que a estiagem dava uma trégua nessa parte do país.

Portanto, pode-se dizer que o adensamento demográfico dessa região do Pará resultou em um crescente desenvolvimento urbano, que, além de intensificar as relações econômicas na rede urbana de Belém, impõe um forte ritmo de uso do solo com seu progressivo desgaste.

Esse processo pode ser compreendido melhor quando se analisa o cenário mais amplo no qual se desenvolve uma crescente articulação entre a região amazônica e o contexto econômico nacional. Tal fato traz consigo a relação entre ocupação humana e condições naturais locais, em que a própria pressão demográfica se torna um fator que requer atenção em muitas áreas da região, conforme observado por Szlafsztein.

These circumstances have supported much of the socioeconomic growth of the different regions of Brazil, leaving a series of issues unresolved with regard to the Amazon region's development and, as a consequence, a rising social vulnerability to natural hazards (2015, p. 3).

O fenômeno das migrações constitui um importante fator de dinâmica regional no país. Através desse processo, um número considerável de pessoas chega à região Amazônica,

incentivadas por projetos de colonização oficiais ou de forma espontânea. O resultado desse processo é a crescente ocupação de áreas onde os desníveis socioeconômicos das populações são agravados pela falta de alinhamento das políticas oficiais destinadas às áreas de riscos naturais (Szlafsztein, 2015).

No caso em questão, podemos apontar, entre outros fatores, as condições de exploração econômica desse espaço como elementos relacionados a um processo de declínio produtivo. Esse fato já pode ser constatado empiricamente atualmente nessa área, quando observamos a diminuição da tradição rural associada à pequena propriedade no conjunto produtivo local.

O processo de desgaste das terras do Nordeste Paraense, como mencionado, tem sido apontado como um dos fatores de considerável importância para entender a redução das práticas agrícolas de subsistência, como o cultivo da mandioca, que possui uma grande tradição rural nessa área. Esse processo tem sua origem em uma escala mais ampla de políticas de desenvolvimento econômico regional, onde a gestão das contradições rurais nordestinas se torna um fator relevante para compreender as migrações para a Amazônia.

O destaque econômico e demográfico do Nordeste Paraense chamou a atenção para o seu desempenho estadual já na década de 1960, pois essa área vivenciava uma dinâmica de fluxos que crescia por via terrestre, atraindo um contingente cada vez maior de força de trabalho para o atual trecho do estado do Pará (Cardoso; Müller, 2008, p. 65).

Em 1960, compreendia 40% da população total do Pará; tal densidade deve ser encarada como consequência do desenvolvimento urbano de Belém, do crescimento das produções de malva, mandioca, pimenta, juta e borracha, e da abertura de novas estradas, o que facilitou a penetração de nordestinos na região, através do Maranhão.

Portanto, o mundo rural que se organizou na referida região do estado do Pará trouxe um desenvolvimento econômico responsável por beneficiar-se das redes de fluxos intrarregionais, através da malha rodoviária que articula sua economia entre os núcleos de colonização influenciados e voltados à metrópole Belém. Além disso, esse desenvolvimento contribuiu para o processo de urbanização, aproveitando o alcance rodoviário inter-regional.

Como vimos, as populações que historicamente ocuparam a área de influência da rodovia federal em questão (BR 316) sempre estiveram ligadas à política de ocupação da capital do estado. O papel da Ferrovia Belém-Bragança (FBB), voltada ao assentamento e exploração econômica da antiga região da Bragantina, tornou-se um dos maiores símbolos desse contexto. Esse processo estimulou a atração de populações e o uso da terra nesse espaço, fortalecendo também a prática agrícola ao longo do trecho da Ferrovia Belém-Bragança (FBB).

Com a crescente demanda da capital por produtos alimentícios, as áreas de cultivo às margens dessa via também aumentaram. Os colonos derrubavam a vegetação e adentravam as margens da ferrovia, queimando para limpar suas futuras áreas de cultivo. "Esta produção na realidade procedia-se à custa de uma agricultura das mais primitivas em detrimento da cobertura florestal que foi sendo destruída e transformada em capoeiras improdutivas" (Valverde; Mesquita, 1961, p. 83).

Esse avanço sobre a floresta nativa desencadeou um intenso processo de devastação, revelando limitações dos recursos naturais que se mostraram um forte obstáculo à exploração agrícola da região desde a década de 1960. Mesmo que as primeiras áreas de cultivo obtivessem algum êxito, estimulando a continuidade dessa prática agrícola, segundo Valverde; Mesquita (1961), "Este rendimento cai, porém, sensivelmente nas sucessivas colheitas em virtude do rápido esgotamento das reservas naturais do solo".

Ao justificar a destacada densidade demográfica do nordeste paraense no contexto de sua colonização, não se pode deixar de considerar o papel das condições naturais aí encontradas enquanto um fator de atração populacional dessa área do estado. No entanto, apesar do volume populacional e da tradicional "vocalização agrícola" de tal região, o solo local não pode ser considerado o principal fator justificativo para o desenvolvimento de seu processo de ocupação humana.

Foi constatado mais tarde que esse solo não é diferente daquele encontrado no restante da região amazônica, em especial no que se refere a sua resposta às ações antrópicas. "Uma vez derrubada a mata, o ciclo se interrompe, e as águas meteóricas, tépidas e carregadas de anidrido carbônico, rapidamente transportam o húmus em dissolução para o lençol d'água subterrâneo, deixando o solo lixiviado" (Valverde; Dias, 1967, p. 19).

Dessa forma, existem algumas importantes variáveis a serem consideradas nas análises dos elementos que historicamente estiveram envolvidos nas dificuldades e/ou declínio do potencial agrícola, especialmente das pequenas propriedades da antiga região da Bragantina. Portanto, esse é um espaço que só pode ser melhor compreendido levando-se em consideração os principais elementos relacionados à sua história de formação espacial. Entre tais fatores estão:

A) O seu considerável adensamento populacional ainda na década de 1960, relacionado ao processo de exploração crescente dos recursos naturais dessa região e acelerado, mais tarde, mediante a rápida urbanização do nordeste paraense.

B) A prática econômica agrícola estimulada aí, oficialmente pelo projeto de ocupação que pretendia garantir o abastecimento da cidade de Belém em meados do século XX, os quais se deram de forma pouco planejadas e/ou sistematizadas.

C) Suas condições naturais particulares, que envolvem as características climáticas regionais, como chuvas intensas, e o solo sustentado por uma frágil relação permanente com a floresta.

Como resultado, o desenvolvimento econômico dessa região do estado torna-se evidente pelo intenso uso do solo, que se ampliava e já chamava atenção no contexto de ocupação, conforme afirmou Égler (1961, p. 537): "as áreas de produção já não ficavam mais justapostas ao traçado da estrada, mas tinham de ser alcançadas por intermédio de penetrações laterais". Além disso, o processo de colonização é fundamental para compreender as transformações que pretendemos analisar na área estudada por meio deste trabalho.

Com base nessas leituras e análises, é possível verificar os fortes laços de um processo de ocupação humana que vincula as cidades estudadas a uma área de importante papel produtivo rural, além desse processo envolver o recorte dessa pesquisa, nos permitindo analisar as dinâmicas rurais de Santa Izabel do Pará (SIP) e Santo Antônio do Tauá (SAT) como espaços sob influência de toda essa dinâmica conduzida por força do papel econômico metropolitano. Sendo assim, podemos considerar que os municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá têm seus territórios formados num contexto (fase) da rede urbana amazônica, onde se verifica uma intensificação dos fluxos dentro de um modelo rodoviarista de circulação.

Por outro lado, independentemente do grau de urbanização que as cidades estudadas apresentam atualmente na zona metropolitana de Belém do Pará, ainda é possível falar hoje de uma condição regional pretérita que se mostra como continuidade e se materializa espacialmente nesse local. Supõe-se, então, que essas realidades primeiras participam das novas relações de uso da terra e de sua economia rural, que estão atualmente expressas no referido território regional dessa parte da Amazônia, por meio de novas relações campo e cidade.

Nesse sentido, podemos considerar que dinâmicas de uso do território rural das cidades abordadas experimentam transformações nesses primeiros decênios do século XXI, que se evidenciam (empiricamente), tanto na ampliação da área urbanas dessas cidades quanto no perfil produtivo de sua economia rural. Esse espaço não só vivenciou um predomínio de pequenas propriedades, tradicionalmente ligadas à subsistência, como também esse padrão de uso da terra foi capaz de garantir em tal contexto, o sustento das famílias ligadas à economia rural dessa parte do Pará.

Além disso, por meio de análises temporais, é possível identificar padrões produtivos que emergem e se consolidam em períodos específicos, associados aos usos da terra em suas áreas rurais. Nesse contexto, o uso do território rural em questão pode posicionar a capital do estado como um relevante centro de mudanças e dispersão de diversas dinâmicas socioespaciais que alcançam esses locais.

Através dessa análise, tem-se a possibilidade de identificar os atuais usos econômicos do território rural em questão, como práticas desenvolvidas em momentos mais recentes e entendê-los posteriormente como elementos de continuidade dentro de uma lógica produtiva introduzida nessa região no início do século XIX e, que agora se somam às influências advindas do desenvolvimento urbano local.

Portanto, esse processo acaba por criar áreas de interfaces onde identificamos, tanto formas tradicionais de organização socioespacial rural, e aquelas introduzidas pelos setores econômicos de natureza urbana. Nesse caso, os setores periurbanos emergem como espaços de integração entre esses ambientes, podendo se manifestar, ao nosso ver, como perspectiva de análise e/ou abordagem sobre os territórios que tradicionalmente estiveram ligados às atividades primárias, mas que agora se estabelecem mediados por relações socioprodutivas consideradas modernas.

2.3.3. Área de estudo: O rural/urbano amazônico no Nordeste Paraense

Ao se verificar o panorama econômico dos municípios em questão, constata-se que é inegável a importância do setor agrícola na estrutura produtiva local. O campo não apenas contribui para a economia regional, mas também assume um papel econômico significativo aos pequenos produtores rurais dessa parte do Pará. Nesse contexto, é essencial analisar como a economia agrícola interage com outros usos da terra e como essa interdependência pode influenciar o desenvolvimento do referido território rural no contexto do nordeste do estado.

Sendo assim, a variável representada apenas pelos processos ligados aos elementos periurbanos seria insuficiente para realizar um estudo mais completo sobre as dinâmicas territoriais rurais propostas neste trabalho. Por outro lado, a extensão dos vetores que atualmente estão envolvidos nas dinâmicas rurais paraenses não nos permite analisar a área em questão com uma centralidade restrita apenas ao campo na sua compreensão mais formal.

Dessa forma, a questão norteadora para conduzir essa abordagem não pode ser definida, como mencionamos, se não pela inegável urbanização em curso nessa região de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Por isso mesmo, temos uma porção do Estado do Pará,

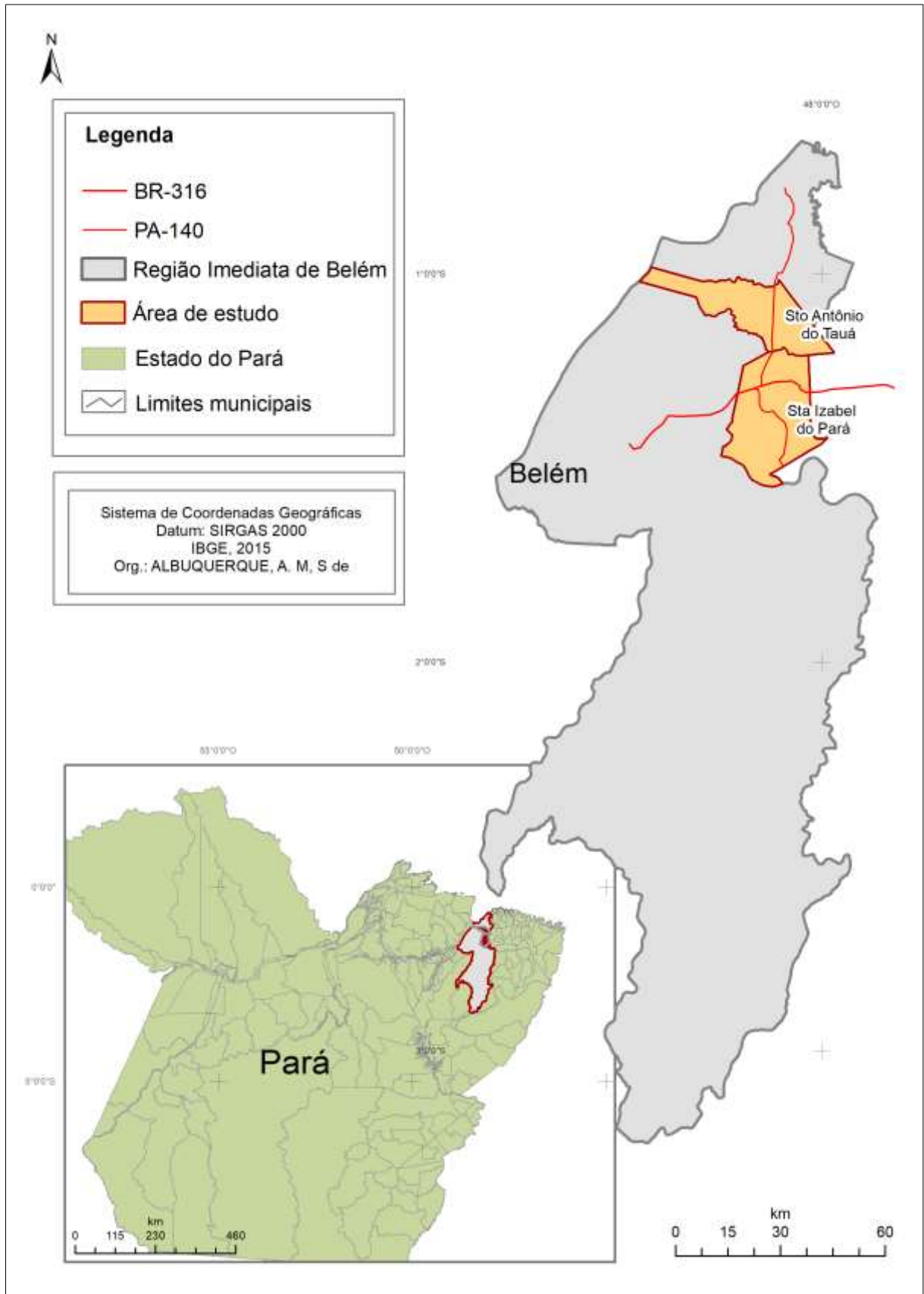
pertencente à denominada Região Imediata de Belém (RIB), a qual precisamos situar como uma unidade articulada a um conjunto de processos mais amplos e diversificados que marcam e concentram atualmente a organização socioespacial em questão (visto com mais detalhes mais adiante).

Nesse caso, o território passa a representar uma leitura mais coerente, pois este é seguido de uma ocupação (uso) baseada em um projeto econômico mais amplo do ponto de vista geográfico, ou dele decorrente, onde sua leitura precisa acompanhar um processo que cresce mediado por sua inserção gradativa no processo de expansão urbana (metropolitana) dessa região do Pará.

O território rural do nordeste paraense segue e/ou adquire uma nova perspectiva de organização produtiva mais dinâmica e complexa para atender aos novos interesses e demandas de cada período. Esses processos são determinantes para a compreensão dos resultados da participação dos diversos agentes na construção dos sistemas técnicos e políticos envolvidos no uso do território, enquanto elementos mediatos fundamentais.

O mapa 2 (abaixo) nos permite discutir os elementos de continuidade que expressam as particularidades envolvidas em uma população distribuída em uma área mais extensa dentro de uma economia regional. Neste contexto, as recentes infraestruturas, incorporadas às tradicionais bases produtivas rodoviárias, integram-se para consolidar um uso do território mais dinâmico e complexo. Essa configuração pode ser analisada tanto sob a perspectiva de sua unidade quanto da sua diversidade, conforme apontado por Santos (2005). A interação entre as infraestruturas contemporâneas e as estruturas produtivas preexistentes redefine a dinâmica territorial, evidenciando a necessidade de uma análise abrangente que considere tanto os elementos comuns quanto as particularidades desse novo arranjo espacial.

MAPA 2. ST^a Izabel e St^o Antônio do Tauá na Região Geográfica Imediata de Belém (RIB)



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

No mapa da Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB), observa-se que os municípios estudados têm uma razoável proximidade com a metrópole. Esse é um fator relevante dentro da geografia que estamos estudando e será uma condição sempre mencionada durante as análises sobre os efeitos decorrentes da expansão metropolitana sobre o referido ambiente rural.

Mais do que uma simples constatação, essa é uma condição que coloca as cidades de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá em uma zona de grande proximidade às dinâmicas de dispersão urbana, que têm feito da rodovia federal BR-316 seu principal curso de circulação. Dessa forma, os municípios estudados não estão, neste momento, tão integrados à capital do estado quanto aquelas unidades administrativas mais a Oeste; no entanto, eles também não aparecem tão afastados quanto algumas áreas das extremidades Norte e Sul do mapa.

Portanto, ao buscar os processos de transformação que vêm se desenvolvendo sobre o uso da terra nesse ambiente rural, estes precisam ser inseridos de maneira analítica, já que os fatores geográficos em questão nos ajudam a perceber a presença de tais elementos urbanos como parte dessas relações.

A Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB) tem, nesse caso, o alcance das relações de maior presença da efetiva capital do estado entre as cidades da Rede Urbana de Belém. Considera-se, para tanto, o papel dos principais centros urbanos dessa área do Pará e as diversas centralidades que vêm se estabelecendo no processo de expansão das fronteiras de Belém. Portanto, um dos aspectos relevantes desse tipo de espaço é, justamente, seu permanente processo de desenvolvimento, que nos permite pensar nos vetores das interfaces rural-urbanas como extensões da própria dispersão da metrópole.

Os fatores locais de relevância para a ocupação humana dessa área do Pará, que ajudaram no estabelecimento de um uso do território num passado recente, ainda mediam algumas das dinâmicas rurais através de uma produção do espaço mais integrada ao circuito econômico metropolitano.

No entanto, como já mencionado, é preciso frisar que as áreas dessa região ainda representam um importante setor produtivo rural (agropecuária) para o mercado de Belém. Portanto, esse ambiente rural só pode ser compreendido com as devidas considerações sobre sua participação produtiva rural no contexto de sua relação geográfica com a capital do estado.

Por meio dessa análise, torna-se possível entender um ambiente rural remanescente de uma estrutura produtiva tradicional que se estabeleceu dentro das particularidades presentes

nesse espaço, que envolve tanto Santa Izabel do Pará quanto Santo Antônio do Tauá. Assim, podemos observar que o tecido socioespacial que vem se formando entre essas duas áreas tem se estabelecido à medida que a influência urbana metropolitana ganha expressão.

No contexto analisado, os dados sobre o uso não agrícola da terra, abrangendo ambas as unidades administrativas estudadas, refletem uma produção mais alinhada às novas estruturas urbanas (impressões empíricas). Essa dinâmica evidencia a influência da expansão metropolitana, especialmente ao longo das vias terrestres que conectam essa região do estado do Pará.

Portanto, a presença de urbanização dispersa consolida estruturas de interface rural-urbanas, formando áreas descontínuas nas cidades. Essas novas geografias territoriais estão fortemente associadas ao uso do território, conforme discutido por Brenner (2015).

Podemos inserir, assim, nessas novas relações advindas do uso da terra, marcadas por iniciativas econômicas não-tradicionais do ambiente rural, perspectivas de reorganização do território rural, que se estendem aos dois municípios abordados como uma demanda urbana por novas áreas industriais, habitacionais, matéria-prima e produtos variados.

Com efeito, a presença urbana como vetor de transformações do território rural local também aumentará em volume, permitindo-nos inserir nos debates o fenômeno da dispersão metropolitana (Veloso; da Trindade Júnior, 2014).

Os usos não-agrícolas da terra verificados nesse contexto, nos possibilitam pensar nas múltiplas relações resultantes da presença dos diversos agentes econômicos que atuam nesse espaço, dinamizando o uso da terra e contribuindo para a constituição de novas estruturas socioterritoriais nas áreas de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá.

Nesse caso, como temos mencionado aqui, as denominadas Áreas de Periurbanização (APs) seriam, neste trabalho, aspectos mais imediatos de um elo entre o ambiente rural tradicional e o desenvolvimento urbano do Nordeste paraense que vem sendo desencadeado a partir da capital paraense. Mais adiante, algumas atividades desse mesmo contexto também serão aqui, entendidas como Dinâmicas de um Novo Rurais (DNRs).

A relação estabelecida entre a região amazônica e os núcleos urbanos do Centro-Sul do país só pode ser explicada de forma mais ampla por meio da perspectiva da Divisão Regional do Trabalho, que destaca o papel econômico regional, onde "certamente está em jogo a discussão do papel da agricultura e de seus novos arranjos na economia que se moderniza e da sociedade que passa por um rápido processo de urbanização" (da Cunha et al., 2016, p. 27).

As propostas de inserção da região amazônica no circuito da economia nacional foram implementadas por meio de políticas de colonização, estimulando as migrações que ocorreram, também de forma espontânea. Através desses projetos, percebe-se a presença de vetores de transformação que se consolidam cada vez mais, através das infraestruturas, dos capitais, da mão de obra, etc., que passam a penetrar de forma mais intensa nesse espaço.

Entre 1968 e 1974, o Estado brasileiro implantou tal tipo de malha na Amazônia, visando completar a apropriação física e o controlar o território (Becker, 1990). Redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbana, etc. Subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e crédito a baixos juros, indução de fluxos migratórios para povoamento e formação de um mercado de trabalho regional, inclusive com projetos de colonização, e superposição de territórios federais sobre os estaduais, compuseram a malha tecno-política (Becker, 2004, p. 26).

Nesse sentido, passa a residir um intenso fluxo entre as áreas de atividades produtivas da Amazônia, onde está situado o nordeste paraense, com uma importante base agrícola no eixo entre a capital do estado e o Maranhão e a região Sudeste do país. Os núcleos de populações nordestinas que se instalaram nas terras paraenses desenvolvendo uma intensa atividade de exploração agrícola têm como principal estímulo, no referido contexto, o mercado consumidor de Belenense.

O dinamismo que chega ao nordeste paraense, com elementos de uma lógica urbana de reprodução capitalista, traz consigo desafios para o território rural. A capacidade produtiva, antes centrada em demandas sub-regionais, agora enfrenta um aumento nas oportunidades econômicas. Este contexto reflete uma transformação profunda nas localidades rurais da Amazônia, vinculada a uma hierarquia mais ampla de modernização, fruto da dinâmica capitalista nacional na ocupação econômica do norte do país.

A expansão do circuito econômico para uma escala nacional fortalece os fluxos, integrando as economias locais em uma escala mais abrangente de relações. Essa transformação submete uma área regional tradicional a um setor industrial em desenvolvimento, evidenciando projetos políticos com interesses internacionais em matéria-prima.

Nessa perspectiva, todo um trajeto de reordenação socioespacial alcançou as diversas áreas amazônicas por meio do estabelecimento de projetos com a consolidação de uma malha tecno-política, cuja finalidade de articulação e controle do território cumpre também o papel de garantir uma força de trabalho essencial às novas demandas produtivas locais, como demonstra Becker (2004).

Essa fase de ocupação regional representa uma nova conjuntura de crescente apropriação capitalista, onde "o Estado toma para si a iniciativa de um novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacional" (Becker, 2004, p. 25-26).

A Amazônia passava a figurar, portanto, como um forte elemento de articulação da política nacional, motivando assim, além da atração demográfica para a região, com vistas a atenuar questões fundiárias nas regiões Nordeste e Sudeste do país, também um incentivo à sua ocupação por meio de uma justificativa baseada em uma retórica (militar) de segurança.

Dentre os fatores que contribuem para uma relação de unidade socioespacial entre as cidades estudadas, destacam-se:

A- A BR-316, integrada à PA-140, desempenha um papel crucial na ocupação e conexão entre Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, influenciando as dinâmicas socioeconômicas desses municípios ao longo do tempo. Essa rede rodoviária não só facilita a acessibilidade, mas também modela a configuração territorial da região;

B- A criação de um circuito urbano conectado à dinâmica metropolitana de Belém, notavelmente expresso pelo tráfego rodoviário em direção aos limites Leste de Santa Izabel do Pará, estabelece relações econômicas e modela tanto a estrutura urbana quanto rural. Essa interconexão gera uma dependência mútua que se reflete nas dinâmicas socioespaciais.

C- A capital, Belém, não só desempenhou um papel crucial na história de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, mas também continua a ser o epicentro das influências econômicas, culturais e políticas que permeiam essas regiões. Sua centralidade é evidente na configuração da rede urbana e na liderança das transformações que caracterizam o espaço estudado.

Diante desses elementos, torna-se evidente a complexidade das interações que moldam a unidade socioespacial entre as cidades em análise. A circulação rodoviária, o circuito urbano articulado e a centralidade de Belém são componentes bem além de apenas aspectos físicos, mas vetores e/ou agentes ativos na construção e evolução das dinâmicas territoriais desses municípios, delineando uma importante teia de relações que se dão dentro de um alcance regional.

2.4. A Cidade Média no Contexto

Ao situar a autonomia municipal no debate relativo ao avanço de uma gestão pública descentralizada, passamos a considerar uma região como parte de uma relação mais ampla, enquanto ponto de partida para seu planejamento. Nesse sentido, a Região Metropolitana de Belém (RMB), torna-se outra importante área de leitura urbana ao presente trabalho, já que aí residem certas relações geográficas, cuja extensão e reorganização abrange um recorte de fronteiras imediatas, cada vez maiores. Considera-se, nesse sentido, a influência urbana metropolitana como fator imprescindível para a compreensão dos vetores que exercem fortes dinâmicas rurais sobre os territórios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, por meio de uma rede urbana mais evidente e efetiva, presente nesse espaço.

Sendo assim, torna-se importante nesse estudo, dar uma atenção mais específica (relevância) à fronteira Leste da (RMB), isso em função de estar localizada aí, a maior cidade do nordeste paraense (Castanhal), depois de Ananindeua, Marituba e, evidentemente, Belém. Essa cidade integra uma extensão do próprio desenvolvimento urbano do eixo metropolitano e, dessa forma, torna-se parte de um mesmo “produto” socioespacial de desenvolvimento (melhor discutido mais adiante), por outro lado, sua responsabilidade territorial tem crescido muito nessa região do estado, tornando-a para alguns autores, uma cidade média.

As cidades médias, segundo Costa (2002), têm sua origem conceitual na década de 1970, na França, associadas à política de desconcentração de população decorrente das atividades ligadas ao VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975). Essas cidades têm um papel crescente no processo de desenvolvimento das relações urbanas e "...se tornaram um objeto de estudo relevante porquanto interagem com as formas de espacialização de diversos fluxos socioeconômicos, demográficos e simbólico-culturais" (Ramos; da Silva Matos, 2015).

As cidades médias se tornaram um objeto de estudo relevante porquanto interagem com as formas de espacialização de diversos fluxos socioeconômicos, demográficos e simbólico-culturais (Ramos; da Silva, p. 2015, p. 74).

Como já vimos aqui, as cidades assumem funções vitais no interior do processo produtivo capitalista. Sua espacialidade é, portanto, reflexo, condição e produto das relações que se encontram, dialeticamente, formadas e/ou se formando em seu interior. A produção, circulação e consumo inseridos nessa dinâmica acabam por centralizar funções econômicas essenciais ao processo de acumulação capitalista, gerando um (re)arranjo urbano. Esse arranjo, além de alimentar e/ou sustentar as realidades mencionadas acima, é primordial ao crescimento demográfico que se firma nas cidades.

A cidade faz parte de uma espacialidade de elevado dinamismo dentro da estrutura urbana, pois está sujeita às forças globais que agem tendo como motivação a lógica capitalista de reprodução e, como resultado, o surgimento de novos centros de reprodução desses fluxos.

[...] uma vez que a cidade torna-se condição/produto da acumulação, o que afeta profundamente a estrutura urbana por completo, produzindo novas centralidades, redimensionando o fluxo de pessoas nesse espaço, através de seus diferentes usos (Levy, 2014, p. 101).

É preciso, dessa maneira, analisar algumas transformações urbanas à luz dos vetores que as impulsionam de dentro para fora, como demandas locais que se desenvolvem de forma crescente devido à condição demográfica que passa a fazer parte dessa dinâmica. Além disso, é necessário abordá-las de fora para dentro, como resultado de uma conjuntura mundial de mudanças. Esses dois movimentos têm uma origem comum, pois todo fluxo global permite uma resposta, seja de transformação ou de assimilação no âmbito dos lugares, conforme argumenta Levy (2014):

De todo o modo, o local não deixou de existir, não desapareceu com o global, uma vez que adquire traços e movimentos herdados da sociedade global sem perder elementos locais [...] (Levy, 2014, p. 115).

O desenvolvimento das atividades capitalistas no contexto das relações econômicas tem se estabelecido como vetores importantes para as redefinições de funções territoriais que as cidades passam a incorporar na atualidade. Os movimentos de alocação de capitais estabelecem-se nas áreas não metropolitanas como resultado de estas apresentarem os requisitos, ou seja, condições mais favoráveis à sua reprodução (Lopes Junior; Santos, 2009).

Pode-se considerar que cada novo papel que uma cidade desenvolve ou deixa de exercer, cada influência que se amplia ou que diminui dentro de uma rede maior de relações precisa ser entendida como parte de um conjunto mais amplo de atuação do próprio modo de produção. O peso, portanto, que as atividades produtivas capitalistas exercem na organização social se refletirá como consequências variadas na reordenação e/ou na nova configuração que o espaço apresentará como elementos próprios de um dado contexto.

Considerar tais questões é permitir ir além de uma constatação de que as cidades são arranjos espaciais que se transformam apenas com seu adensamento demográfico, suas novas articulações com outros centros do sistema produtivo e/ou reservas de recursos naturais, etc. As cidades e suas redes diversas são igualmente representações de uma ordenação capitalista que tem seus fundamentos assentados nas contradições, cujas dinâmicas espaciais são partes inerentes de sua própria reprodução.

Podemos inferir, portanto, que através de um processo contínuo de concentração e reconcentração espacial, as cidades médias surgem como resultado de uma gama de fatores associados aos mecanismos de transformação produtiva e de acumulação capitalista. As relações associadas às vantagens locacionais que emergem com novas possibilidades tecnológicas aí favorecem de modo crescente o socioespacial que esse tipo de cidade tem adquirido com o passar do tempo.

Segundo alguns autores como Amorim Filho e Serra (2001), o desenvolvimento das cidades e de seu papel socioespacial tem sido observado por diferentes óticas, onde algumas destacam que as cidades médias "emergiram muito em função da grande revolução na economia, na geopolítica e nas comunicações mundiais, conhecida de maneira geral como 'globalização' ou 'mundialização'".

Os mesmos autores ainda destacam a função que as cidades médias possuem nos eixos de circulação e desenvolvimento dos transportes numa escala regional. Essas rotas de circulação possibilitam que os novos investimentos de capitais possam alcançar novos espaços menos aglomerados do que aqueles das grandes metrópoles, onde as dificuldades de mobilidade se acentuam significativamente.

As cidades médias, portanto, estão associadas a um fortalecimento de suas funções no contexto de ampliação das atividades econômicas que se elevam no território nacional seguindo uma lógica de reprodução do capital assentado na necessidade de maior eficiência na circulação imposta pela economia mundial do contexto pós-90. Essas transformações estão ligadas às dinâmicas produtivas que se desenvolvem no território nacional e chegam de forma significativa ao papel que as cidades desempenham na própria reorganização socioespacial.

Seguindo este raciocínio, portanto, a elevação da participação das cidades médias na distribuição do produto nacional pode ser interpretada como uma possível combinação entre as necessidades de distribuir espacialmente a riqueza nacional e as de buscar níveis de produtividade compatíveis com as exigências de competitividade impostas pela crescente globalização da economia (Amorim Filho; Serra 2001, p. 18).

Na abordagem da cidade média dentro de uma realidade amazônica, encontram-se, além das variáveis analíticas associadas ao papel que as mesmas possuem e exercem no contexto global e/ou nacional, aqueles fatores particulares que são essenciais para a compreensão dos vetores e dos processos intrínsecos à região, levando em conta suas peculiaridades. Assim, em um espaço onde a disponibilidade de produtos e serviços pode ocorrer geograficamente de forma mais seletiva ou onde as condições naturais foram essenciais para a evolução dos processos de formação das cidades, como na Amazônia, cabe ressaltar que as cidades médias assumem um papel proeminente, no qual elas surgem como:

[...] o principal centro provedor dos produtos e serviços de maior raridade que circulam na rede urbana e que, por conta de sua especificidade, atende os demais centros locais da região (Neto 2016, p. 22).

Sob tal aspecto, a circulação multimodal, que ampliou a dinâmica de ocupação na região e permitiu a fixação de populações em áreas de cidades mais afastadas dos rios a partir da segunda metade do século XX, não suplantou os obstáculos geográficos vinculados à extensão física que marcam o espaço amazônico. Desse modo, as rodovias têm relação direta com o desenvolvimento de padrões de redes urbanas mais comumente vinculadas aos vetores de uma nova conjuntura que as mesmas ajudaram a estabelecer.

As relações urbanas estabelecidas no desenvolvimento dos novos papéis assumidos pelas cidades médias não são claramente definidas, e ainda menos compreendidas em sua dimensão real no âmbito regional. Suas articulações no contexto da espacialidade estabelecida estão cada vez mais repletas de fluxos atrelados às estratégias de desenvolvimento realizadas pelo modo de produção capitalista, como chama atenção Spósito (2010, p. 60).

Do ponto de vista da reestruturação urbana, não constituem, claramente, áreas sob as quais mantêm efetivo domínio, pois se estruturam em eixos ou redes, ainda que sobrepostas às antigas estruturas regionais, tornando suas espacialidades bastante mais complexas.

Os territórios econômicos das cidades médias e pequenas tornam-se palco de importantes transformações em suas funções no meio urbano em que estão inseridas. Cada vez mais, torna-se necessário considerar a presença de dinâmicas oriundas das relações internacionais como vetores de modernização envolvidos nas transformações urbanas em curso.

A configuração de dois modelos de rede urbana amazônica a partir da década de 1960 tem forte relação com os principais vetores de transformação socioespaciais trazidos para a Amazônia nesse contexto. Entre eles, os eixos rodoviários foram fundamentais para a constituição de uma rede urbana complexa na região, substituindo o modelo dendrítico, macrocefálico e pouco complexo que existia anteriormente.

O tempo, impregnado de processos, funções e formas, assim como das contradições delas derivadas, é um determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana. (Corrêa, 2000, p. 2)

Nesse sentido, vimos que os diversos fatores que se desenvolvem como dinâmicas de um novo tempo encontram sentido nos inúmeros fluxos que se estabelecem entre os espaços locais, mais tradicionais, e aqueles que se desenvolvem nos circuitos modernos, vinculados ao capitalismo mundial.

Mesmo que a unidade presente na essência capitalista de produção permita identificar uma totalidade em sua forma de se estabelecer economicamente na organização produtiva dos

territórios, "as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares" (Santos, 1977, p. 87).

2.4.1. A cidade média e as AIPs (Áreas de Interface Periurbanas)

O papel desempenhado pelas cidades médias passa por sua presença significativa entre as horizontalidades e verticalidades e interage com os setores econômicos de uma produção regional, intermediando, entre o mundo e os locais, o sistema técnico e de informação que aí interagem e se sobrepõem para se articular num espaço mais amplo de distribuição (Santos; Silveira, 2008).

Ainda segundo os mesmos autores, esse é o aspecto em que se percebe a função especializada que, por vezes, esse tipo de cidade exerce. Portanto, dentro de um contexto de desenvolvimento em que a presença metropolitana articula regionalmente uma base econômica e produtiva, a cidade média possui um importante papel nessa configuração – função que é materializada na rede urbana a partir de um núcleo intermediário de reorganização das dinâmicas mais amplas de desenvolvimento desencadeado pela força da metrópole.

Sendo assim, acredita-se poder buscar e/ou considerar que, na medida em que as influências metropolitanas se tornam notadamente menos presentes, outras centralidades podem aparecer intermediando as redes de relações presas às funções urbanas metropolitanas. Desse modo, a participação da cidade média no âmbito da economia regional advém de sua responsabilidade mais imediata no que se pode denominar de hierarquia de um processo de periurbanização. Com efeito, consideramos que certos aspectos constitutivos das áreas periurbanas podem ser vistos como uma forma embrionária de importantes dinâmicas territoriais rurais nesse contexto.

Tal compreensão se torna válida para a ideia analítica aqui apresentada, na medida em que esta, de certa forma, possibilita uma interpretação dos fenômenos metropolitanos desigualmente distribuídos numa área, onde se encontra a função secundária da cidade média (Castanhal) enquanto fator de dispersão urbana em uma escala menor (secundária) de influência, mesmo que, segundo já se debateu aqui, esta cidade represente uma extensão do próprio desenvolvimento metropolitano.

Nesse caso, a cidade média de Castanhal serve de referência quanto ao desenvolvimento da referida transformação, numa zona de avanço Leste/Oeste, em relação à cidade de Stª Izabel do Pará. Essa perspectiva de abordagem tenta mostrar possíveis estágios de formação de atividades não-agrícolas no curso da BR-316, tendo como referências as fronteiras

castanhalenses, onde o espaço rural izabelense adquire importantes pontos de Áreas de Periurbanização (APs) a partir dessa cidade.

Como já mencionado, a cidade média se mostra como espaço de urbanização mais densa e consolidada, com sua centralidade junto das localidades próximas, redistribuindo o papel urbano metropolitano numa escala menor, onde se materializa um importante processo de modernização produtiva, os quais passam a configurar as zonas de interface rural-urbana.

Desse modo, essa diversificação e multiutilização da terra rural aparecem como uma perspectiva de modernização do campo e, no que se trata do estudo em questão, podem ajudar a compreender o cenário regional de consolidação de um processo urbano, que se mostra para além de uma influência meramente metropolitana.

Portanto, as Áreas de Periurbanização (APs) investigadas nesta pesquisa são representativas das transformadas que acompanham o desempenho desse tipo de cidade. No presente trabalho, tais Áreas de Periurbanização (APs) nos permitem identificar uma zona de influência urbana, centralizada na metrópole Belém, mas também evidenciam outra área que se desenvolve a partir da direção Leste do nosso recorte e passa a exercer sua influência crescente sobre o território rural da região estudada.

CAPÍTULO 3. TERRITÓRIO RURAL: ESTUDO DE CASO EM SANTA IZABEL DO PARÁ E SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

No presente capítulo, voltamos nossa atenção ao contexto geográfico intrincado e diversificado dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Essas localidades, enraizadas na rica história da antiga região da Bragantina, situada no Leste do Pará, participam da diversidade socioespacial contidas nas dinâmicas regionais amazônicas atuais. Esses processos socioterritoriais só podem ser compreendidos se vistos nesse contexto mais amplo de iteração histórico-espacial.

A região em análise testemunhou significativas mudanças ao longo do tempo, particularmente no que diz respeito à intensificação dos fluxos econômicos rodoviários no Nordeste do Pará. A crescente conectividade por meio de rodovias desempenhou um papel central nessas transformações, moldando não apenas a geografia de sua estrutura físicas atuais, mas também as interações socioespaciais, notadamente, no âmbito econômico das cidades maiores e suas áreas circunvizinhas.

No cenário contemporâneo, observamos um panorama de crescentes transformações rurais marcadas, dentre outros, pelo desenvolvimento de centralidades urbanas locais. Essas mudanças são intrinsecamente ligadas à ocupação econômica e ao uso da terra, com uma forte tradição agrícola que historicamente se conecta, no nível regional, ao mercado consumidor metropolitano de Belém.

Um aspecto essencial de nossa análise abrange a dispersão metropolitana, que desencadeou transformações profundas na relação entre o rural e o urbano local, refletindo-se de maneira expressiva na organização produtiva desses municípios inseridos, diretamente ou não, na Região Metropolitana de Belém (RMB). Ao explorar esses temas interligados, almejamos uma compreensão abrangente das dinâmicas geográficas que moldam essas localidades a partir das complexas tessituras do Nordeste paraense, sob e/ou a partir do desempenho dos diversos agentes públicos (gestão) e privados (investimentos) com atuação nos referidos municípios.

3. Território rural do recorte estudado

O papel do poder público municipal é crucial na gestão dos recursos naturais e no direcionamento do desenvolvimento de suas áreas rurais. A Constituição Federal, notadamente nos artigos 18 e 30, atribui liberdade de gestão aos municípios, ao mesmo tempo em que indica a necessidade de planejamento e organização nas relações locais. Sob essa perspectiva, a

autonomia municipal não apenas deve orientar questões de âmbito econômico e/ou ambientais, mas igualmente é responsável por fomentar a produção de alimentos, destacando-se como um forte vetor de dinâmicas rurais.

Assim, é inegável que a atuação administrativa municipal exerce uma influência permanente e direta no desenvolvimento do uso da terra em suas zonas rurais. Em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, a presença dos agentes públicos municipais deve ser considerada como parte de uma intensificação e modernização, com ritmos distintos, dessas duas áreas.

Ao se combinarem aí, o processo de urbanização regional, os agentes públicos locais e as iniciativas dos investimentos particulares, torna-se nítida a importância que os agentes capitalistas têm na ocupação e uso econômico da terra no rural; fato frequentemente associado ao discurso de progresso local, especialmente, ligado às metas e pretensões de aumento da arrecadação municipal.

Entretanto, a gestão das áreas rurais, quando focada nas pequenas propriedades, carece muitas vezes de um planejamento político eficaz (particular), dada ao seu ritmo de desenvolvimento e de uma possibilidade de retorno econômico de menor expressão. Como resultado, compromisso de organizar o ambiente rural desses municípios torna-se, por vezes, pouco eficaz, quando se referem a esse nível de produção.

As áreas de comércio agrícolas, como as feiras do produtor e as feiras livres, emergem como fontes cruciais de dados sobre o quadro rural, as dinâmicas produtivas e as concepções públicas predominantes (de rural) na gestão desses ambientes. Foi nesses espaços que se obteve uma diversidade de informações, com as quais foi possível desenvolver algumas das presentes análises acerca do rural dos dois municípios estudados, discutindo algumas de suas dinâmicas mais recentes.

Santa Izabel do Pará destaca-se pelo funcionamento diário de uma feira agrícola municipal, onde a presença dos agentes públicos deste município garante sua organização e manutenção (área física). Nesse espaço uma diversidade de produtos (locais e regionais) são negociados todos dias. Mesmo assim, muitos agricultores conduzem boa parte dos gêneros agrícolas de suas propriedades, ou a partir destas³, ao comércio no interior do espaço metropolitano.

³ Em alguns casos outros agricultores podem participar de negócios enviando seus produtos através de terceiros em regime de parceria.

A expansão (reorganização) do comércio agrícola nessa área do nordeste do estado chama atenção pelo surgimento de um entreposto comercial na BR-316, (interior de Santa Izabel do Pará)⁴, refletindo, entre outros, uma nova dinâmica de relações econômicas nessa parte da RMB. Já em Santo Antônio do Tauá, uma “feira do produtor rural”, com funcionamento apenas aos sábados representa, a participação e a organização da produção agrícola elaborada pelo poder público municipal – por meio da secretaria de agricultura – voltado ao contexto do comércio local; nesse caso a gestão pública tauaense exerce o papel de agente facilitador na distribuição e acesso dos pequenos produtores (feirantes) ao mercado consumidor mais ampliado ligado à sede municipal.

Já o mencionado entreposto de negócios agrícolas localizado em terras izabelenses (de iniciativa dos próprios produtores) surgiu timidamente por volta do segundo decênio do século XXI, num trecho rodoviário federal dessa cidade, mudando-se mais tarde para a atual localização (interseção da BR-316 com a PA-140; ver mapa da área). Essa constatação empírica foi um item importante das observações sobre uma nova dinâmica de comércio que passou a se realizar, não mais como antes, onde o fluxo em questão destinava-se (sua maioria), regularmente, ao interior dos limites de Belém. Mesmo que essa prática tradicional não esteja totalmente excluída nos dias de hoje, ficou evidente que uma nova condição de desenvolvimento urbano emergiu no entorno dessa circulação de produtos agrícolas oriundos do rural de uma parte importante do Nordeste paraense (ver com detalhes mais adiante). Esse fato aponta para o resultado de uma prática e reestruturação de negócios referentes ao campo, que tem sua origem, justamente, a partir das lacunas deixados pelo poder público municipal.

Sob tal perspectiva, também se pode tratar de Santo Antônio do Tauá, já que a sua produção agrícola participa regulamente do referido comércio. Embora, como vimos, existe uma “feira do produtor” tauaense neste município há vários anos, onde a pequena produção primária local é se concentra (entre esta, a considerada agricultura orgânica), o mercado belenense continua como o preferencial. Como vimos, a dinâmica dessa sua organização de comércio agrícola tem por base o apoio administrativo municipal onde os feirantes, inclusive, transportam seus produtos com auxílio de veículos, entre outros, cedido pela prefeitura.

A despeito dessa política de apoio, verificou-se a partir de relatos colhidos nesse espaço (entrevista semiestruturada), que o desenvolvimento de um projeto mais amplo de organização produtiva municipal tem se limitado a tais práticas assistenciais, com pouca efetividade no

⁴ Esta discussão será retomada mais a frente em estudo com maior detalhadamente sobre a referida área de comércio agrícola em questão.

âmbito do volume produtivo do rural tauaense. Como efeito disso, as pequenas propriedades passam a buscar sustentação nas hortaliças, além de culturas voltado ao mercado dos cosméticos ou orientam-se ao comércio de poupas de frutas, plantio de açaí, como forma de diversificação de renda, segundo entrevistados.

Ao longo da semana, através da Pa-140, flui a produção primária da porção Norte da Região Imediata de Belém (RIB); agricultores de diversas partes Santo Antônio do Tauá e de outras localidades próximas, dirigem-se para o trevo do encontro das rodovias estadual (PA-140) e federal (BR-316), onde se encontra a "Seasinha" izabelense.

Como resultados desse processo de reorganização e resignificação do rural local, onde o desempenho produtivo das terras de pequenos proprietários despontam para as hortaliças (números da produção), enquanto produtos de um ciclo mais curto e de comércio regular (mais frequente), revela-se, parte da autonomia municipal no planejamento e na gestão do campo izabelense e tauaense. E, na medida em que o alcance das políticas públicas destinadas ao setor primário, não surtem efeitos na dimensão e abrangência (extensão) desses processos, se elevam as iniciativas particulares (coletivas ou individuais) de organização. Dessa forma, é que, algumas cooperativas de pequenos agricultores, associações de produtores rurais, entre outros, passam a ter lugar nessa dinâmica. Porém, como apurado em campo, em poucas oportunidades esses agricultores se beneficiam de uma ação (verdadeiramente) mais efetiva – sistemática e organizada – dos agentes públicos municipais na condução dessas práticas.

Assim, os métodos empregados nesse comércio de produtos agrícolas não apenas destacam a importância econômica do entreposto mencionado anteriormente, mas também revelam uma estrutura que integra as práticas comerciais, influenciadas pelas centralidades urbanas em crescimento no Nordeste do Pará.

Em contrapartida, são visíveis as limitações deixadas pelo poder público municipal, ou suas intenções, no que tange às atividades diversificadas de uso da terra que proliferam nas áreas rurais desses municípios. A participação ativa dos produtores na organização e condução do comércio nesse contexto vai além do aspecto puramente econômico. Nas análises da relação rural e urbana local, essas ações destacam questões fundamentais relacionadas a um perfil de organização e gestão local delineado pelos agentes públicos e privados, revelando uma concepção particular do rural.

É importante registrar que a trajetória política administrativa municipal é marcada por diferentes gestões, e que o desenvolvimento de uma abordagem em relação ao rural pode se constituir ao longo de um período específico. Nesse cenário, é possível abordar contextos nos

quais houve um desempenho mais favorável ao pequeno produtor, enquanto em outros predominaram iniciativas adversas que podem ter estimulado certas atividades econômicas rurais benéficas à produção comercial, por exemplo.

Por essa razão procuramos reunir nesse estudo (mais adiante), uma variedade de perfis gerais de uso da terra, proporcionando a identificação da atuação dos referidos agentes (públicos e privados) na organização dessas práticas econômicas. Essa trajetória, conforme constatado, não se desdobrou de maneira linear ou de modo distinto, especialmente no que se refere aos gêneros agrícolas e aos números produtivos municipais obtidos ao longo desse tempo (gráficos mais adiante – 4º cap.). Se pode afirmar que Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá experimentaram um certo declínio de diversas culturas de subsistência na medida em que a integração regional com o resto do país se fortaleceu.

Por outro lado, essa evolução também implica discutir um mercado consumidor em expansão que atende tanto aos pequenos e médios negócios que ocupam essas terras rurais, quanto aos investimentos de grande porte que avançam sobre essas áreas, aproveitando-se das condições propícias decorrentes do contexto urbano atual. Isso representa uma mudança significativa na dinâmica econômica local, promovendo uma interconexão entre os diferentes estratos socioeconômicos e as escalas de produção.

A exemplo disso temos a dendeicultura que tem sido parte da economia primária tauaense desde a década de 1980, quando sua organização produtiva passa a se estruturar em torno da produção industrial. A ampliação e diversificação desse setor vem ocorrendo fora da zona urbana contínua municipal, onde outros seguimentos econômicos têm se fixado, e se beneficiando de algumas importantes vantagens locais.

Sendo assim, o uso da terra na zona rural tauaense presencia uma transformação marcada por uma crescente modernização produtiva, que se articula principalmente, a agricultura comercial. Além do dendê, ainda se pode inserir aí, também, o coco da Bahia; essas práticas promovem o desenvolvimento de negócios dentro de um circuito econômico regional, resultando, inclusive, no aparelhamento infraestrutural desse espaço. Por outro lado, constatou-se em pesquisa nossa (tese) nesse mesmo contexto, uma certa instabilidade nas atividades agrícolas, tradicionalmente, pertencentes às pequenas propriedades, como, mandioca, milho, feijão, etc.

A abordagem temporal dessas transformações permite – mesmo sem um grande detalhamento – não apenas uma compreensão das mudanças nos valores da produção agrícola (a seguir), mas também uma análise crítica de certas políticas públicas que moldaram, de algum

modo, esse cenário. A interação complexa entre as variáveis ligadas às iniciativas políticas, econômicas e sociais ao longo do tempo em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, demonstra a importância de uma abordagem e compreensão do rural pautado numa visão menos linear dos aspectos gerais que envolvem essas áreas.

Como já mencionado, a integração regional (rodoviária) dessa área com o resto do país, marcadamente após a década de 1960, impactou suas culturas de subsistência Égler (1967). Como resultado esse mesmo processo mais tarde, vai também impulsionar um mercado consumidor crescente, beneficiando uma gama de negócios dentro de relações multiescalares, onde se encontram atores de pequeno, médio e grande porte.

A importância do município como ente federativo na gestão do rural destaca-se pela capacidade de diretrizes que orientam as atividades econômicas, sociais e/ou ambientais. A estrutura política fornece as ferramentas possíveis para a implementação eficaz de ações visando seu desenvolvimento, equilibrando as demandas urbanas e rurais.

Verifica-se dessa forma, que o município, como *locus* de gestão e regulação, desempenha um papel central nas políticas de organização do rural. Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá compartilham uma particularidade geográfica que se reflete nessa dinâmica do territorial rural recente, sendo esta, uma expressão (mais ou menos efetiva) da gestão pública municipal sobre esses espaços. A concepção de rural e de urbano consolidada aí por meio da atuação dos agentes públicos e privados, no contexto estudado, é crucial para se analisar os diversos interesses e repercussões envolvidos nessas novas relações vivenciadas pelo rural e o urbano local.

As próximas seções deste capítulo buscam abordar diversas perspectivas cruciais para compreender os processos que têm moldado recentemente o território rural da área abordada neste estudo. Entre os tópicos discutidos estão as "Extensões regionais de ocorrência (RIB)", enquanto uma influência de alcance mais ampla e dispersa; as "Unidades administrativas no contexto das relações geográficas regionais", que destacam a relevância da organização administrativa em um novo contexto; as "Dinâmicas urbanas regionais e o Novo Rural", que exploram as mudanças nas áreas urbanas e rurais dessa parte do Pará; a "Dispersão metropolitana e a gestão pública municipal", que analisa as interações da metrópole e a gestão local; o "Trecho de maior expressão urbana da RMB", onde se concentra a área mais urbanizada; as "Rotas terrestres principais da dispersão urbana local", que examinam as vias cruciais para a dispersão urbana; as "APs como expressões de uma nova relação rural e urbana local no curso da PA-140 (norte RMB)", ressaltando as Áreas Periurbanas como indicativas

dessa nova relação; e as "Ocorrências das DNRs nos locais estudados (cartografia em análise)", que investigam as Dinâmicas de um Novo Rural mapeadas na região.

Portanto, a análise seguinte abrange uma variedade de aspectos, desde a influência regional até as transformações nas áreas urbana e rural, gestão pública, e as novas relações decorrentes da expansão urbana ao longo da PA-140. Nesse contexto, a compreensão desses elementos é essencial para uma visão abrangente do desenvolvimento socioespacial recente na área estudada.

3.2. Relação rural e urbana no contexto metropolitano: Uma Análise Geográfica regional da área de estudo

A Região Imediata de Belém (RIB), cuja definição, segundo o IBGE, considera um conjunto de relações articuladas de forma sistemática, configurando verdadeiros territórios em rede, conforme delineado por Haesbaert (2004). Nesse contexto, as cidades dessa área em relação à capital paraense destacam-se como elementos cruciais: As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana seu principal ponto de referência. Essas áreas são organizadas em torno de centros urbanos próximos, atendendo às necessidades imediatas da população, incluindo compras, busca de emprego, serviços de saúde, educação e outros serviços públicos. A intensa urbanização é uma característica proeminente nesse espaço, especialmente na faixa entre a capital do estado e Castanhal, ou seja, na Região Metropolitana de Belém (RMB). No entanto, para os propósitos deste estudo, nossa atenção está voltada para duas cidades, selecionadas com base em critérios metodológicos relacionados aos seus processos históricos de ocupação e integração no circuito socioespacial da metrópole de Belém.

Essas dinâmicas solidárias entre as estruturas urbanas visam atender às demandas imediatas das populações, conforme proposto pelo IBGE (2017). Nosso ambiente de estudo abrange os municípios de Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, ambos situados ao longo da BR-316, sendo este último fora da RMB e, apenas indiretamente articulado à referida rodovia federal. Embora compartilhem relações geográficas e algumas condições urbanas relevantes com outras cidades da área, apenas Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá constituem nossa área de investigação e a RIB.

As diversas circulações nesse espaço, caracterizando-a como uma Região Geográfica Imediata, são evidenciadas pelas inúmeras relações que envolvem a concentração de serviços e do comércio, alimentando fluxos constantes e regulares entre essas cidades. Foram tais condições que acabaram se estabelecendo aí enquanto parte de um fator de atração de novos

investimentos e de uma atuação dos agentes públicos e privados, que por meios de sua participação (mais efetiva ou não), tem conduzido o uso da terra rural dessa área.

Do mesmo modo, tem-se um caráter "regional" que aí se expressa na configuração da diversificação produtiva que se estende pelas vias terrestres, alcançando as áreas rurais desse espaço através de vetores urbanos de caráter metropolitanos. Esse aspecto destaca um vínculo histórico significativo entre os espaços investigados.

Considerando o papel metropolitano concentrado a Oeste e a cidade de Castanhal a Leste, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, como unidades administrativas, experimentam a dispersão urbana, especialmente nessa porção da RIB. A capital exerce hegemonia nos fluxos relacionados a serviços complexos, atraindo movimentos constantes ligados a diversos setores da economia e serviços, consolidando sua dinâmica na relação urbana e rural.

Categorizadas como "Cidades Região", esse tipo de áreas desempenha papel crucial na articulação de redes urbanas, conectando várias localidades em torno de atividades culturais, sociais e econômicas. Além disso, têm função vital na integração entre o meio rural e urbano, muitas vezes atuando como centros primários de serviços e comércio para as áreas rurais adjacentes (IBGE, 2018, p. 17).

É importante notar que esse conceito não é uniforme, sendo empregado em diversos contextos e abarcando características distintas. De maneira geral, essas cidades destacam-se por sua inserção em uma rede urbana mais ampla, possuindo uma estrutura urbana e funcional complexa, exercendo influência sobre um território mais extenso do que o próprio município.

Ao analisar essas cidades, é imperativo considerar suas particularidades, como localização geográfica, atividades econômicas predominantes, infraestrutura disponível, perfil demográfico e outros fatores relevantes para uma compreensão aprofundada da dinâmica regional. Dessa forma, é possível capturar a complexidade dessa configuração interdependente e suas implicações na construção territorial.

As Cidades Região apresentam uma diversidade de atividades econômicas, que podem ser agrícolas, industriais ou de serviços, além de contar com uma rede de equipamentos e serviços urbanos, como hospitais, escolas e comércio (IBGE, 2018, p. 18).

Essa classificação, como mencionado anteriormente, proporciona uma compreensão mais profunda da organização do território brasileiro, abordando os desafios enfrentados por essas localidades na gestão do território rural.

A influência de uma cidade sobre a área que abrange, compartilhada no contexto econômico e socioespacial, resulta na configuração de uma rede mais ou menos definida. Essa

rede reflete padrões de uso da terra, particularmente na relação entre áreas urbanas e rurais. Algumas cidades, contíguas aos municípios estudados, estabelecem vínculos intensos com a capital Belém. Benevides e Santa Bárbara do Pará, por exemplo, mantêm laços robustos, enquanto Santo Antônio do Tauá e Santa Izabel do Pará alternam suas relações entre Belém e Castanhal, influenciadas por fatores geográficos e dinâmicas econômicas.

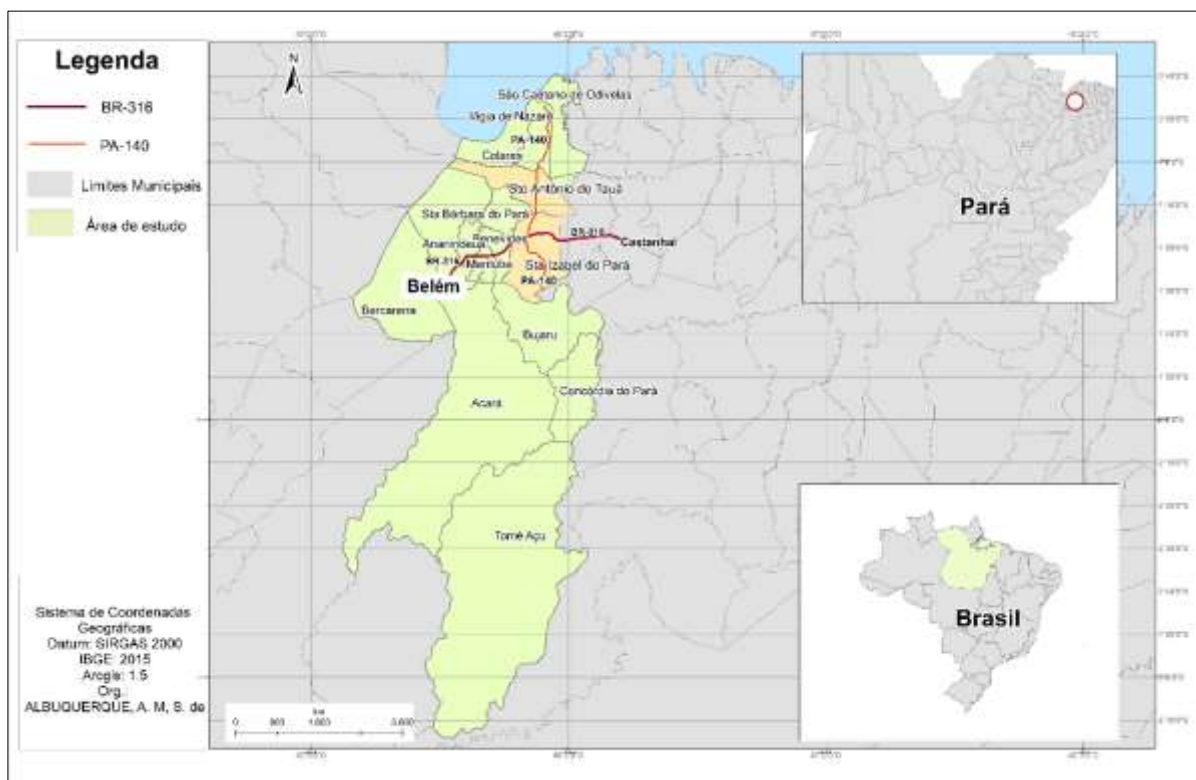
À luz das diversas proposições regionais que buscam reconhecer as complexidades das relações em áreas marcadas pela dinâmica das cidades, torna-se pertinente situar as Regiões Geográficas Imediatas (RGI) do IBGE como parte integrante deste estudo. Estas, estabelecidas em 2017, são uma divisão territorial oficial do Brasil, organizando a disseminação de dados estatísticos e geográficos, proporcionando um arcabouço crucial para a compreensão dessas dinâmicas territoriais (IBGE, 2017).

Ainda segundo o mesmo, as Regiões Imediatas são formadas por:

(...) aglomerados urbanos ou por microrregiões adjacentes de características socioeconômicas e de estrutura urbana semelhantes, cuja delimitação segue critérios técnicos definidos em conjunto com as AEPPs e os órgãos estaduais de planejamento (IBGE, 2017).

As Regiões Imediatas permitem uma análise mais precisa das características socioeconômicas e urbanas das regiões estudadas, o que pode ser útil para a implementação de políticas públicas e tomada de decisões. Levando-se em conta que muitos municípios experimentam suas próprias dinâmicas econômicas a partir de conexões construídas e organizadas dentro de espaços que vivenciam estruturas socioprodutivas de relativa semelhança, tem-se aí um recorte promissor para as análises propostas.

MAPA 3: Área de estudo: St^a Izabel do Pará e St^o Antônio do Tauá na Região Imediata de Belém⁵



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

Com uma economia originalmente voltada à metrópole, torna-se mais acessível compreender o comportamento produtivo das áreas em estudo. Contudo, assim como o mercado consumidor concentrado na capital historicamente impulsionou a agricultura no nordeste paraense, atualmente, esse mesmo centro emerge como um influente núcleo urbano catalisador de transformações. As dinâmicas rurais na região destacam-se pela relação intrínseca com a escala municipal, na qual as administrações locais desempenham um papel crucial na orientação do desenvolvimento. Ao longo do tempo, essas gestões públicas têm atuado em condições específicas de crescimento rural, frequentemente ancoradas em uma perspectiva predominantemente econômica desse ambiente. Esse processo, evidenciado no fenômeno da metropolização nos dias de hoje, requer uma análise que considere as disparidades inerentes ao processo de urbanização, resultantes da própria produção do espaço.

As regiões metropolitanas brasileiras caracterizam-se, em um primeiro olhar, por uma dualidade expressiva da ocupação do solo. Possuem áreas urbanas com altas densidades construtivas (que nem sempre são acompanhados de densidades populacionais) e, fora da

⁵ É importante destacar que a cidade de Castanhal (mapa anterior) não pertence a Região Imediata de Belém. Sua menção nesta cartografia se deu pela mesma razão que esta tem acompanhado as discussões deste trabalho: Importância geográfica e urbana à configuração da nossa área de estudo.

mancha, espaços com baixa densidade de ocupação e com grandes parcelas de remanescentes de vegetação, atividade agrícola e chácaras de recreio, em alguns casos, protegidos por legislação ambiental. (Travassos; Portes, p. 370; 371)

Na dualidade destacada pela autora, reside, em grande medida, o foco central desta pesquisa. O uso do solo não apenas serve como um indicador crucial para revelar dinâmicas urbano-rurais na região imediata de Belém, mas também se configura como uma ferramenta analítica essencial para compreender a extensão das transformações nos territórios rurais deste espaço. Assim, este trabalho enfatiza aspectos fundamentais, especialmente as dinâmicas relacionadas ao uso do solo, especialmente o rural, e sua relevância para a população inserida nesse contexto de desenvolvimento urbano. A abordagem socioespacial adotada aqui é abrangente, incorporando aspectos econômicos, históricos e espaçotemporais, conferindo ao território um papel central. Nessa perspectiva, é crucial compreender como alguns desses processos se desenrolam em uma escala mais ampla de interação.

3.3.1. Santa Izabel do Pará (SIP) e Santo Antônio do Tauá (SAT) no Contexto da Região Imediata de Belém (RIB)

A primeira metade do século XX carrega um significado expressivo não apenas para a nossa área de estudo, mas também marca o fim de um período crucial na formação da rede urbana de Belém e na integração do nordeste do estado ao atual circuito metropolitano em análise. Os elementos diversos já mencionados fornecem uma base sólida para a sistematização de uma abordagem regional neste recorte. É nesse contexto geográfico, caracterizado por uma presença significativa e tradicional do uso agrícola da terra, que este trabalho se desenvolve.

A presença de um setor rural na história de ocupação do recorte da região estudada é fundamental para a compreensão dos processos diversos que incidem sobre esse espaço enquanto parte das dinâmicas impostas pela urbanização e por um forte processo de metropolização "do espaço belenense, processos estes que vêm contribuindo para a produção de relações urbanas e rurais diversas e desiguais" (Rodrigues, 2018, p. 257).

Já no final do século XX, a área do nordeste do estado do Pará teve sua inserção num circuito de dinâmicas capitalistas de organização produtiva destinado ao abastecimento da capital desse estado. "Com a colonização, foi a ferrovia, cuja construção permitia o escoamento da produção dos vários núcleos coloniais para Belém" (Penteado, 1967, p. 115).

A forte relação entre Santa Antônio do Tauá e o mercado consumidor metropolitano tem se mostrado muito efetiva ao longo do tempo no sentido de estimular sua atividade agrícola já

na segunda metade do século passado. Segundo Valverde e Dias (1967): "As propriedades frutícolas e hortigranjeiras da estrada da Vigia (PA-16) têm explorações maiores e aspectos mais ricos, devido ao estímulo que lhe traz a proximidade de Belém." A mencionada rodovia estadual refere-se à atual PA-140. Sua criação se deu motivada pela incorporação de uma área litorânea paraense ao antigo eixo de circulação ferroviário izabelense, atual BR-316.

Pode-se dizer que esses são processos que surgem mediante as novas lógicas de produção advindas de uma urbanização extensiva (Mont-Mór, 1994) e, alcançam a Amazônia num contexto de forte internacionalização do capital.

O avanço da estrutura produtiva nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá é um processo complexo que se estende ao longo de décadas, deixando uma marca profunda na zona rural dessas localidades. Os agentes públicos municipais desempenham um papel central, exercendo influência significativa nas dinâmicas territoriais desses municípios paraenses. Suas ações moldam não apenas o desenvolvimento das áreas rurais, mas também as interações entre diferentes localidades, recursos naturais e a gestão pública em uma escala mais ampla.

Essas ações, que variam desde políticas de desenvolvimento econômico até intervenções na infraestrutura rural, refletem uma gestão autônoma do município como ente federativo. Esse contexto, especialmente no período pós-1990, possibilita uma análise mais aprofundada do território rural municipal e suas possibilidades de desenvolvimento local.

A estruturação de uma rede mais ampla e diversificada de conexões, mediada pelas cidades em torno de suas funções urbanas, e a capacidade de oferecer uma variedade maior de serviços e comércio em uma escala que ultrapassa seus limites definidos revelam uma trama cada vez mais complexa de desenvolvimento regional.

A Região Imediata de Belém (RIB) destaca-se como um cenário complexo de interações entre o rural e o urbano, onde Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá desempenham papéis produtivos fundamentais.

Nesse contexto, o território transcende sua dimensão geográfica, transformando-se em um palco complexo de interações: A PA-140 e a BR-316, como condutores dessas dinâmicas, não apenas facilitam o deslocamento físico, mas também moldam as complexas interações socioculturais desses territórios – a expansão urbana, o desenvolvimento econômico rural e as mudanças nas práticas agrícolas são expressões dessa intrincada coreografia territorial regional.

Silva e Oliveira (2019) destacam que a rede urbana de Belém possui características singulares em comparação com outras cidades brasileiras. A expansão desse circuito, mesmo

sem uma contiguidade clara, evidencia-se por meio de uma dinâmica de produção e circulação que envolve o mundo rural desses municípios. A malha viária em foco indica uma cidade mais integrada, com uma rede de transporte público relativamente eficiente, funcionando como infraestrutura adequada para o deslocamento de pessoas, bens e serviços.

Ao analisar a atuação dos agentes capitalistas, é crucial explorar como seus interesses e investimentos contribuem para a dinâmica territorial. A presença de empreendimentos, indústrias ou grandes produtores pode alterar significativamente a utilização da terra, frequentemente alinhada a objetivos econômicos, mas nem sempre considerando as necessidades dos pequenos produtores locais.

A análise do uso da terra no meio rural desta parte do estado deve abranger não apenas o presente, mas também a evolução histórica dessas interações. Estes são padrões estabelecidos ao longo do tempo, seja por meio de políticas públicas ou iniciativas privadas, que se transformam em vetores de mudança na paisagem e nas condições de vida das comunidades rurais nessa região.

3.4. Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá: Pressupostos Geográficos às DNRs

Tendo em vista que uma parte importante deste trabalho foi realizada por meio do debate das APs nos territórios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, as análises que se segue tem como objetivo discutir as "Dinâmicas de um Novo Rural" (DNRs) enquanto processos que se desenvolvem também, na área dos mesmos municípios.

Como vimos, a região em questão tem sido palco de significativas transformações nas últimas décadas, sobretudo em relação à urbanização e ao crescimento demográfico. É possível identificar, por exemplo, a expansão de uma significativa dinâmica no interior da rede urbana de Belém em direção a essas cidades (dispersão essa, ainda mais intensa ao longo das rodovias que ligam a metrópole paraense aos demais municípios da região).

Essas mudanças têm gerado impactos significativos na organização socioespacial desses municípios e na dinâmica do espaço rural. Diante disso, faz-se necessário investigar os pressupostos que permitem a discussão das Dinâmicas do Novo Rural nessa área específica, levando em consideração as particularidades locais e os processos mais amplos de urbanização e desenvolvimento regional.

O que se pode destacar nesse novo cenário de relações rural e urbana na referida área de estudo é a maneira como o território passará a ser usado, agora, mediante as novas condições de desenvolvimento oferecidas. O sistema de transportes que se consolida a partir da segunda

metade do século XX, acaba modificando a própria rede urbana regional, mostrando-se como um vetor de ampla capacidade de inserção de práticas produtivas modernas sobre o nordeste do Estado.

A expansão das atividades econômicas na Amazônia Legal brasileira no final do século XX teve como consequência o fortalecimento da rede urbana de Belém, que se tornou o principal sistema urbano da região (Guimarães; Deus, 2014). Segundo tal análise, a formação desta rede está intimamente ligada às dinâmicas socioeconômicas que sustentavam o processo de urbanização na região, o que resultou em um conjunto de cidades de diferentes portes e funções que se articulam entre si e com outras regiões do país. Nesse sentido, a compreensão desta rede urbana é fundamental para o estudo das transformações territoriais e das relações socioespaciais na Amazônia.

Além dessas transformações, uma transformação mais recente se tornou marcante pelo incremento demográfico urbano do Nordeste paraense:

Observa-se, a partir dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, que ocorreu um aumento significativo das populações dos municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, que compõem a região metropolitana de Belém" (Guimarães; Deus, 2014, p. 136).

A constatação do referido aumento populacional em determinados municípios que compõem a região metropolitana de Belém foi observada a partir da análise de informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Este é um importante dado para a compreensão do fenômeno da metropolização, processo caracterizado pela concentração de pessoas, atividades diretas e serviços em áreas urbanas de grande porte, como as regiões metropolitanas.

Dessa maneira, a região de Santa Izabel do Pará (SIP) e de Santo Antônio do Tauá (SAT) pode ser considerada parte do alcance da fronteira metropolitana em expansão. Suas vias principais de acesso, desenvolvidas historicamente para fazer circular sua produção agropecuária com destino à capital, hoje também desempenham um papel fundamental na desconcentração industrial, expansão habitacional e formação das novas centralidades que acompanham o progresso urbano dessa área.

Ao considerar esse fato como uma transformação ampla e inevitável de ramificações globais e de caráter geral, ou seja, relacionados ao próprio cenário de desenvolvimento do campo mediante a expansão urbana, podemos partir das aglomerações onde as cidades são os centros dispersores de um conjunto para estruturas físicas e/ou virtuais que alimentam os vetores de modernização do ambiente rural.

Esses processos que configuram um sistema de engenharia, como sugerido por Santos (1977), correspondem ao resultado das dotações técnicas, as quais se expressam através dos

mecanismos que as redes materiais dos fluxos e suas intensidades, mas também de um trânsito virtual que representa a ampliação da infraestrutura de comunicação nesses espaços. Mediante esses novos elementos, tanto comércio quanto serviços e a indústria crescem em decorrência da malha de comunicação de âmbito regional, nacional e internacional que se intensifica, tendo a metrópole como um ponto nodal de grande relevância.

Nesse caso, vale ressaltar que se está falando de uma faixa de terras para onde segue, naturalmente, esse processo de dispersão urbana, já que a capital, Belém, encerra a Oeste (limite da rota continental), de certo modo, a geografia que configura a zona continental de distribuição de sua rede urbana mais densa.

FIGURA 2: Área de Comércio Agrícola: “Seasinha” de Santa Izabel do Pará



Fonte: Imagens aéreas retiradas com drone, 06/10/2023, Stº Antônio do Tauá, Pará.

As imagens acima capturam uma cena dinâmica de grande significado no contexto da feira agrícola (Seasinha) de Santa Izabel do Pará. A nítida concentração de veículos nessas imagens está intrinsecamente relacionada ao aglomerado de agricultores, atravessadores, comerciantes (consumidores) e outros que, semanalmente, se reúnem nesse local para negociar produtos agrícolas.

Figura A e Figura B:

Nas Figuras A e B, as setas indicam a rodovia PA-140, que desempenha um papel fundamental como o principal acesso a Santo Antônio do Tauá. Essa rodovia é um elo vital para o transporte de produtos agrícolas e conecta essa área de comércio agrícola à região circundante.

Imagem Panorâmica:

A imagem panorâmica abaixo (C), revela a presença da rodovia BR-316, que atravessa Santa Izabel do Pará no sentido Leste-Oeste. Nesse caso, as setas estão indicando as direções das cidades circundantes:

À esquerda (2), aponta para a Metrópole, Belém, destacando a conexão com a capital do estado via BR-316.

A seta do meio (1), indica o seguimento da PA-140 em direção a Santo Antônio do Tauá.

À direita (3), corresponde ao sentido Leste da BR-316, em direção a Castanhal.

Este entroncamento rodoviário é de extrema relevância para o estudo em questão, uma vez que é aqui que se desenvolve uma dinâmica de comércio agrícola que reúne, em torno da influência metropolitana, a produção rural do próprio nordeste paraense. A localização estratégica dessas vias de transporte e sua interligação desempenham um papel fundamental na facilitação do comércio agrícola e na integração dessa área com os centros urbanos e rurais circundantes.

A referida figura, dessa forma, ilustra vividamente o vínculo intrincado entre o comércio agrícola (área demarcada), a infraestrutura rodoviária e a influência metropolitana na região, enfatizando o significado desse entroncamento para a compreensão das dinâmicas rural e urbanas relativa à economia local e regional.

Sob tal condição, os elementos ligados a um processo de urbanização podem ser percebidos como aspectos bem representativos de um importante sistema infraestrutural urbano que nos permite compreender a dimensão imediata de algumas de suas possíveis dinâmicas de aproximação ao ambiente rural em questão.

Já na região de Santo Antônio do Tauá, um fenômeno vem chamando a atenção: a crescente indústria do dendê, associada a uma nova trajetória agrícola municipal. Esse setor produtivo representa uma importante mudança no uso da terra e do território rural local, sobretudo considerando a forte tradição da pequena propriedade na região. O cultivo do dendê, típico do agronegócio, tem se expandido consideravelmente nas últimas três décadas nessas terras, transformando as dinâmicas rurais da área.

A produção do óleo de palma, como vem sendo conhecida essa indústria, desenvolve-se ao longo da PA-140, aproveitando-se do referido corredor que facilita a logística necessária ao funcionamento dessa atividade, justamente nas intermediações de recursos naturais, suporte técnico e distribuição. A cadeia produtiva em questão organiza-se, portanto, entre o acesso à matéria-prima local, o fornecimento dos insumos intermediários e a própria comercialização no contexto do mercado dessa parte da rede urbana do nordeste paraense, inserindo-se como

elemento de um processo de forte apelo moderno dentro da área rural de Santo Antônio do Tauá.

Figura 3: APs às Margens da Pa-140 e Pa- 242: Stº Antônio do Tauá



Fonte: divulgação oficial (redes sociais, 2023).

Desse modo, temos a junção de alguns elementos geográficos e socioeconômicos que nos permitem pensar em um processo mais amplo de transformações do território rural de Santo

Antônio do Tauá. Recorrendo-se às intermediações conceituais ligadas às interfaces entre o campo e a cidade, podemos discutir as “Dinâmicas de um Novo Rural” (DNRs), também, como resultado desses processos.

Ao analisarmos atentamente as imagens apresentadas, é possível compreender como se manifestam os efeitos da dispersão urbana, evidenciando a expressão metropolitana que se torna condição para o desenvolvimento dos usos do território rural, a partir da incorporação de elementos de caráter moderno. As atividades não agrícolas nessa área rural crescem, portanto, associando-se ao próprio perfil econômico local, seguindo assim uma diversificação produtiva advinda de um contexto urbano de interesse dos novos agentes capitalistas.

Outras unidades produtivas fabris ligadas ao mesmo gênero (dendê) estão sendo implantadas neste início de terceiro decênio do século XXI, tanto em terras izabelenses quanto tauaenses, onde se pode destacar, por exemplo, uma importante zona de interface rural-urbana, denominada km 12, que se desenvolve a partir da indústria do dendê. Assim, podemos considerar que o crescimento de tais atividades econômicas surge como parte de um processo mais amplo de inserção desses espaços, em uma dinâmica em que a dispersão mais evidente ocorre pelas rotas terrestres, onde vemos as referidas configurações socioeconômicas (espaços de periurbanização) tauaenses.

Desta forma, é preciso mencionar também a rodovia estadual (242), que interliga a PA-140 à cidade de Castanhal. Esse eixo é responsável por conectar as terras rurais desses dois municípios, interligando a rodovia estadual PA-140, local das referidas fábricas, à também

rodovia estadual PA-136. Essa malha estradal compõe a importante zona de mediação entre a área costeira paraense e o principal espaço de dinâmica urbana da rede urbana em questão.

FIGURA 4: Stº Antônio do Tauá: Complexos Industriais na Interseção das PA-140 e PA-242



Fonte: Imagens aéreas retiradas com drone, 06/10/2023, Stº Antônio do Tauá, Pará.

A Figura 4 exibe uma vista aérea de um complexo industrial crucial na região em análise, localizado no entroncamento das rodovias PA-140 e PA-242. A imagem total é composta por duas áreas distintas, identificadas como Área 1 e Área 2, cada uma delas merece destaque na influência que as mesmas desempenham aí. Nesse caso, trata-se de uma verdadeira “zona municipal do dendê”, que vem desempenhando papel significativo na economia local.

Área 1: Esta seção da imagem é notável pela concentração de indústrias relacionadas à produção de dendê, gordura vegetal e subprodutos do abate. A densidade industrial aqui é evidenciada pelas estruturas e instalações de processamento em destaque. A presença dessas indústrias sugere uma importante atividade econômica relacionada à agricultura e processamento de produtos agrícolas na região.

Área 2: A segunda área destacada na figura é dedicada exclusivamente à produção de dendê e, portanto, trata-se de uma segunda indústria do mesmo ramo. Esta parte do citado complexo industrial tauaense indica a relevância da produção rural deste município à economia

local, com instalações que há anos vem desempenham um papel fundamental na cadeia produtiva e no mercado regional ligado à indústria de alimentos.

As setas identificadas como A, B e C, indicam as direções das cidades próximas:

A: Aponta para a cidade de Castanhal.

B: Indica a direção de Santa Izabel do Pará.

C: Direciona-se para a sede de Santo Antônio do Tauá.

Além disso, a figura em questão também apresenta dois recortes que fornecem informações adicionais:

Recorte da Figura 1 (abaixo da foto principal): Amplia a visualização da zona industrial, que atualmente tem se estendido na direção leste ao longo da denominada Estrada de Iracema. Isso sugere uma expansão ou uma complexidade adicional nas atividades industriais que aí se desenvolvem.

Recorte 2: Mostra uma área industrial distinta, identificada como futuras instalações de uma indústria de alimentos. Esse recorte destaca o potencial crescimento e desenvolvimento desse tipo de atividade na região.

Em resumo, a Figura 4 oferece uma visão abrangente das áreas industriais de interesse nesse estudo, destacando a importância das indústrias de dendê relacionadas à economia local e fornecendo pistas sobre seu potencial de expansão futura que resultam no desenvolvimento das APs tauaenses.

Com o aumento desse setor moderno instalando-se nesse espaço em função da atividade agrícola do dendê, tem-se a formação de uma cadeia produtiva voltada, justamente, para o aproveitamento de outras matérias-primas fornecidas pelo mesmo sistema fabril. Essa rede de negócios, portanto, denota o surgimento, de modo mais nítido, de evidências das transformações de uso da terra acompanhadas de uma dinâmica territorial que reorganiza seu entorno imediato, configurando uma área de periurbanização, além de se estender para outras partes do ambiente rural tauaense, por meio da referida cadeia produtiva. Com isso, além do plantio de dendê, fazendas bovinas são organizadas e articuladas em função e/ou no entorno desse projeto.

Em todo esse processo, torna-se fundamental a ocupação agrícola dessa área e sua relação com Belém, onde igualmente se insere Santa Izabel, em cujo território, a mesma rodovia estadual também desempenhou o mesmo papel, especialmente no seu prolongamento ao sul, onde alcança as áreas litorâneas e sua base rural de ocupação.

Podemos considerar que a tríade agricultura, rodovias e metrópole possui papel indispensável para a compreensão dessa parte do Pará. Do mesmo modo, tais relações constituem-se como os principais vetores de dinâmicas territoriais rurais e urbanas abordadas na pesquisa. Com efeito, a questão de uma herança agrícola e sua inserção em um ambiente de influências metropolitanas, marcadamente por meio das rodovias, torna-se indispensável às análises em questão.

Consideramos, assim, que os rebatimentos territoriais de um possível perfil agrícola novo, começam a se anunciar por meio do crescimento da área urbana das cidades, mas também se estabelecem por meio de uma modernização do rural, como resposta desse ambiente às novas condições de uso da terra pelos novos agentes capitalistas que aqui procuramos associar aos elementos periurbanos. Sendo assim, as (DNRs) Dinâmicas de um Novo Rural emergem enquanto expressão dessa introdução de práticas modernas de desenvolvimento desse espaço, tendo nas (APs) Áreas de Periurbanização, (discutidas acima), as evidências da formação dessas interfaces rural e urbanas.

3.5. Rede Urbana: Belém como Metrópole e sua Influência Regional

O agrupamento de diversas cidades, interagindo preferencialmente por meio de condições favoráveis diversas, foi anteriormente discutido como parte de uma estrutura expansiva, capaz de abranger vastas áreas e exercer variadas influências. Nesse percurso, ocorre a convergência entre as condições disseminadas pelas centralidades urbanas e aqueles naturais e/ou organizadas nos espaços locais. Desta forma, os territórios rurais se constituem e se revitalizam por meio de um processo de reorganização de seus papéis, impulsionado por conexões de natureza multiescalar, processos vistos nas relações econômicas acima, com as DNRs e APs, nos dois municípios em questão.

Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá emergiram como unidades administrativas fundamentadas em atividades econômicas agrárias, situadas em estreita proximidade com a capital paraense. Ao longo das últimas três décadas, a gestão pública desses municípios tem testemunhado avanços em seu desenvolvimento urbano, fortemente vinculado ao sistema de relações estabelecido entre o conjunto de cidades menores e a metrópole, Belém. Essa configuração geográfica desempenha um papel central no planejamento, organização e/ou desencadeamento (exclusivo) pelos agentes públicos sobre as áreas rurais desses municípios.

Assim, a atuação da gestão pública municipal sobre o uso da terra nessas áreas rurais desempenha um papel crucial na conformação desses territórios, influenciando diretamente as

dinâmicas econômicas, sociais e culturais. As decisões e políticas adotadas pelos agentes públicos moldam não apenas a estrutura espacial, mas também as relações entre o meio rural e urbano, estabelecendo, desse modo, a dinâmica territorial da região.

Parte desse processo pôde ser visto acima nas áreas de investimentos modernos ou através das novas dinâmicas do comércio agrícola, que se desenvolvem associados aos recursos naturais e as novas condições produtivas oferecidas pelo fluxo de alcance amplo e diversificado que vem crescendo nesse local.

É crucial contextualizar Belém como uma metrópole na configuração do desenvolvimento urbano amazônica, cujo papel está intrinsecamente ligado à geografia do Nordeste paraense. Essa metrópole desempenha um papel central na formação de uma rede que se articula, tornando-se uma base regional significativa para o capital proveniente de outras partes do país. Nesse sentido, podemos afirmar que "a cidade de Belém, principal metrópole da região, se tornou o centro da economia e da cultura da região Norte" (Costa, 2001, p. 89). De acordo com Lopes (2005), "a cidade de Belém tem sido a metrópole amazônica por excelência desde o final do século XIX" (p. 13). Essa afirmação destaca a importância urbana de Belém, cujo desenvolvimento histórico tem moldado a configuração do Nordeste do Pará.

A expansão urbana na região tem sido impulsionada, sobretudo, pela intensificação de atividades como a exploração de recursos naturais, a agropecuária e a industrialização, resultando no crescimento populacional e na concentração urbana em áreas específicas.

O processo de urbanização na Amazônia é diferente de outras regiões do Brasil e do mundo, pois é impulsionado por atividades como a mineração, a produção de energia hidrelétrica e a exploração madeireira, além da agricultura e da criação de gado (...) (Browder; Godfrey, 2013, p. 36).

Ainda segundo o mesmo autor, esse processo de urbanização acelerado tem gerado diversos desafios para as cidades amazônicas, especialmente no que diz respeito à evolução das infraestruturas urbanas e à oferta de serviços públicos básicos, como saneamento, transporte, saúde e educação. Além disso, a rápida transformação do espaço urbano afetou significativamente a vida social e cultural das localidades, alterando suas formas de sociabilidade e identidade cultural.

A partir da década de 1970, a Amazônia passou por um intenso processo de urbanização acelerado, que resultou em profundas mudanças na organização espacial da região. Nesse contexto, a formação de uma complexa rede urbana regional tem sido uma das principais consequências desse processo, caracterizada pela emergência de cidades com diferentes portes e funções.

Assim, a consolidação dessa rede urbana tem sido impulsionada pela dinâmica econômica da região, marcada pela expansão das atividades agropecuárias, extrativistas e mineradoras, bem como pelo aumento da presença do Estado na região, seja por meio de políticas públicas, seja pela implantação de infraestruturas e equipamentos públicos.

A Rede Urbana de Belém (RUB) tem sido responsável por uma zona de frequentes dinâmicas relativas ao desempenho de muitas cidades e seus papéis no trajeto que estas exercem nas hierarquias aí estabelecidas. Nesse caso, Belém assume a responsabilidade pelo núcleo de maior adensamento das funções de caráter mais moderno, concentrado, diverso e complexo.

A rede urbana de Belém é caracterizada pela hierarquização dos municípios em função da população, atividades econômicas, infraestrutura e serviços disponíveis. A capital paraense é o centro polarizador da região, apresentando um conjunto de atividades econômicas e serviços de maior complexidade em relação aos demais municípios (Vasconcelos, 2003, p. 121).

O que se pode observar nesse caso, segundo o autor acima, é que a própria condição de centro de atração de investimentos de capital para o desenvolvimento econômico torna a metrópole um núcleo para onde convergem, por força de sua aglomeração urbana, o desenvolvimento que, por sua vez, consolida essa área como um grande centro polarizador. Sob essa lógica de atração urbana, encontram-se os municípios, de onde os fluxos crescentes e regulares de pessoas se deslocam em busca de produtos, trabalho, estudo, serviços, etc. Portanto, além do papel de atração e polarização dessa rede urbana, é preciso reconhecer igualmente que:

A evolução da rede urbana de Belém no período de 1991 a 2010 revela um processo de descentralização das atividades econômicas e da população em direção aos municípios vizinhos, mas ainda concentrado em torno da capital (Alves; Ferreira, 2014, p. 26).

Alguns estudos mais recentes apontam para uma importante descentralização de certas funções econômicas metropolitanas. Isso é objeto de debate em nosso trabalho, pois discutimos a capacidade dessas dinâmicas de promover modificações na relação entre o meio rural e urbano dos municípios dessa área.

A Rede Urbana de Belém, nesse caso, tem passado por uma transformação observada desde o final do século XX. Esse processo de ampliação da capacidade dessa rede em expandir suas estruturas internas, dando novas dimensões e reconfigurando algumas centralidades, no contexto pós-1990, está relacionado às suas crescentes interações regionais em uma escala nacional. A consolidação de uma geografia cada vez mais ampla e extensa tem sido um fator de transformações nessa região do estado, o que tem impacto direto em suas relações urbanas.

A inserção da RMB na rede urbana brasileira se dá por meio da interação com outras regiões metropolitanas e capitais do país, que criou para a circulação de pessoas, mercadorias e informações entre as regiões (Cardoso; Fernandes; Bastos, 2014, p. 36).

Mesmo que a RMB não possua uma escala de alcance em todas as áreas às quais pertencem muitas cidades dessa rede urbana, fica evidente que suas transformações, no que se refere ao incremento das estruturas de caráter moderno e diversificação de serviços, por exemplo, estão relacionadas a esse processo, aumentando sua integração à referida rede urbana.

Essas novas dimensões de alcance geográfico têm sido acompanhadas de um processo que vem sendo revelado por meio de fluxos cada vez mais intensos, em que o desenvolvimento de muitas centralidades influenciada pela metrópole Belém aparece como fator principal de atração demográfica.

A mobilidade populacional na rede urbana de Belém é influenciada por fatores como a busca por emprego e renda, a oferta de serviços e equipamentos urbanos, e as condições de moradia e transporte (Moraes, 2015, p. 40).

O crescimento do aparato urbano é, sem dúvida, um dos fatores de grande influência no processo de dispersão metropolitana, responsável pelo espraiamento dos recursos e pela crescente influência desse circuito mais dinâmico sobre as demais cidades, especialmente nos últimos decênios do século XXI.

A condição urbana descrita no trecho abaixo pode ser traduzida em uma dimensão material de enorme expressão às conexões e fluxos que nessa área se formou por meio dos novos equipamentos urbanos. Nesse sentido, não se pode deixar de considerar o crescimento dos negócios ligado tanto ao volume de comércio quanto ao de pessoas, em um movimento que reflete, em parte, os vetores de reorganização das unidades administrativas da Rede Urbana de Belém, constatados nos últimos decênios desse século.

A expansão da rede urbana de Belém nas últimas décadas tem sido influenciada por fatores como a instituição do comércio, a construção de novos equipamentos urbanos e a melhoria dos transportes (Benchimol, 1997, p. 45).

Portanto, o uso da terra nesse contexto e as novas demandas de consumo estão associados a um mercado de extensão territorial cada vez mais amplo, que alcança os ambientes rurais desse espaço. Essa transformação tem sido induzida, segundo alguns autores, por um conjunto de elementos que têm se ampliado no período pós-1990.

A força metropolitana de Belém consolidou-se sobre a porção nordeste do estado, tendo por base a relação firmada sobre a exploração dos recursos naturais dessa área do Pará. Nesse sentido, a agricultura familiar ganha expressão por se tratar de uma prática desenvolvida no contexto da ocupação continental e de sua articulação posterior ao litoral ribeirinho da região.

Outras atividades econômicas passam a fazer parte desse fluxo, que se desenvolvem combinando aspectos de uma diversidade econômica regional alocada em cada município.

Assim, a referida rede urbana tem, nesse sentido, um papel fundamental quanto ao destino das práticas produtivas adotadas nessa região.

A relação entre os municípios que compõem a rede urbana de Belém é marcada por uma dinâmica de fluxos de pessoas, bens e serviços, principalmente em função das atividades experimentadas na região, como a pesca, a exploração mineral e o comércio (Vasconcelos, 2003, p. 124).

A dinâmica verificada no trecho acima demonstra uma característica significativa quando se trata do presente trabalho. Essa relação de interdependência vem se desenvolvendo nas últimas décadas, como bem mencionamos, em torno de um mercado consumidor. Esse processo é organizado tendo a metrópole como referência, mas a dispersão dessa dinâmica econômica tem se firmado em uma escala também menor, onde outras cidades assumem posição intermediária. Com isso, o consumo se torna uma variável para medir a intensidade com a qual as áreas próximas se conectam ao novo circuito de relações que se estabelecem nessa região a partir das últimas décadas.

Segundo se verificou em alguns trabalhos:

Os resultados da análise dos fluxos de mercadorias em Belém indicam que há uma intensa interdependência entre os municípios que compõem sua rede urbana, destacando-se a importância do capital como centro de distribuição e consumo de produtos na região (Rodrigues; Vasconcelos, 2017, p. 34).

Ao se observar também as mudanças na distribuição espacial da população, com destaque para a concentração urbana em Belém e a expansão dos assentamentos informais nas áreas periféricas da região, é possível identificar um crescimento do fluxo de pessoas associado ao comércio desenvolvido nessa área. Tem-se aí, portanto, outro aspecto do desenvolvimento da rede urbana que incide diretamente sobre a relação econômica no âmbito das transformações mais recentes que marcam as cidades alcançadas pela dinâmica metropolitana atual.

Com o surgimento de outras áreas de comércio fora do eixo de desenvolvimento urbano mais adensado da metrópole, os fluxos que passam a compor esse movimento de interiorização respondem por um mercado consumidor disperso ao longo da rede urbana em questão.

O aumento significativo das populações dos municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, que compõem a região metropolitana de Belém, observado nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, evidencia uma tendência de metropolização da capital paraense e de sua área de influência. Esse processo pode ser explicado pela intensificação das atividades econômicas na região, que gera oportunidades de emprego e atrai migrantes de outras áreas.

Além disso, a concentração de serviços e equipamentos urbanos nas grandes cidades acaba por torná-las polos de atração populacional (Guimarães; Deus, 2014).

A rede urbana de Belém desempenha um papel central na reorganização produtiva do território rural de Santo Antônio do Tauá e Santa Izabel do Pará, evidenciando-se através de um comércio dinâmico alimentado por um fluxo diversificado que converge para essa porção específica da Região Imediata de Belém.

A presença de Santa Izabel na Região Metropolitana confere à sua economia uma maior atratividade para investimentos, tornando-se uma zona preferencial para Atividades Produtivas (APs). Esta condição, atrelada à sua conexão efetiva com a Rede Urbana de Belém, estabelece um ambiente propício para o desenvolvimento econômico. O município se destaca como um ponto estratégico, atraindo não apenas investimentos, mas também consolidando-se como um centro de atração de fluxos comerciais.

Em contrapartida, Santo Antônio do Tauá, ao vincular-se à Rede Urbana de Belém por meio da PA-140, depende desta infraestrutura para garantir não apenas o acesso a outras cidades costeiras ao Norte, como Vigia de Nazaré, Colares e São Caetano de Odivelas, mas também para estabelecer sua conexão com os municípios ao Sul, cruzando Santa Izabel. A PA-140, assim, desempenha um papel crucial na relação de Santo Antônio do Tauá e Santa Izabel e os demais municípios da porção oriental da RIB.

Neste contexto, a análise da rede urbana e a atividade econômica primária desse espaço, revela-se fundamental. A interconexão entre os municípios, mediada pelas vias de transporte, não é apenas um meio de movimentação que se configura através de uma rede rodoviária, mas um elemento estruturante que organiza e reorganiza o território rural em questão. A dinâmica do comércio, os investimentos e as relações econômicas estão intrinsecamente ligados à presença efetiva desse sistema de fluxos. A compreensão de tal interdependência oferece uma perspectiva mais ampla sobre as forças motrizes por trás do desenvolvimento territorial e da distribuição espacial das atividades econômicas. Assim, a rede urbana é uma estrutura que não apenas reflete, mas também molda a geografia econômica que envolve os municípios investigados.

3.5.1. O eixo urbano Castanhal/Belém

A geografia que configura o início da rede urbana do nordeste paraense apresenta características marcantes do padrão das cidades amazônicas. É possível observar áreas ribeirinhas de ocupação mais antigas, conectadas a zonas de articulação rodoviária mais

recentes, que também possuem uma economia expressiva. Portanto, é importante considerar que estamos falando de territórios rurais dentro de uma rede urbana, que, embora tenha se formado inicialmente a partir dos rios, possui nas zonas das rodovias a maior representação desse novo contexto de desenvolvimento.

Desse modo, além da capital do estado, é importante situar ainda no presente trabalho a cidade de Castanhal no contexto de tais transformações, mesmo que isso se dê meramente como uma base de referência para situar o quadro territorial dos municípios estudados na RMB e na Região Imediata de Belém. Tal colocação se faz necessária mediante a própria expressão urbana que esta cidade representa dentro da dispersão metropolitana atual de Belém.

Como vimos, a relevância histórica da rede urbana formada nessa área está intimamente relacionada à construção da malha de circulação terrestre, que não apenas articulou o Nordeste do estado e estabeleceu seus assentamentos populacionais, mas também dinamizou a rota por onde ocorreu uma marcante etapa de urbanização amazônica.

Importantes transformações espaciais serão experimentadas no ambiente das cidades amazônicas a partir do período de 1960. Esse processo resultará na forma como a região passa a se relacionar com as dinâmicas globais de transformações capitalistas. Suas formas espaciais assumirão, nesse ínterim, características das funções novas, em meio às realidades pretéritas que perduram nas continuidades que ainda se ajustam nos dias atuais, às mudanças introduzidas nessa região.

Essas transformações fazem parte da forma como as novas demandas são construídas a partir de uma relação cada vez mais fortalecida entre a região Sudeste (enquanto centro dinâmico do capital nacional) e a região Norte (espaço de fronteira para a atuação capitalista). "É no âmbito desta 'fronteira' que, a partir de 1960, verificou-se um conjunto de transformações que, entre outras, dizem respeito à rede urbana" (Corrêa, 1987, p. 57).

Com a crescente ampliação dos fluxos que se estabelecem entre esse espaço (Nordeste Paraense) e a metrópole paraense, pode-se considerar que esta última passa a representar a porta de acesso das demandas produtivas modernas (urbanas) que chegam a essa região do Pará.

As mudanças em curso, como a implantação de rodovias e o aumento da presença dos agentes ligados ao capital internacional, certamente produzirão impacto sobre o modelo econômico tradicional das populações assentadas nas proximidades de Belém. Essa relação é inevitável, uma vez que a metrópole ainda se mantém como núcleo principal para os diversos fluxos econômicos que impulsionam as dinâmicas atuais da região amazônica.

Desse modo, os centros urbanos assumem papéis cada vez mais intensos e complexos como parte desses novos fluxos que representam "[...] na Amazônia, fundamentalmente a redefinição de sua integração na divisão nacional e internacional do trabalho, dentro da fase atual do capitalismo" (Corrêa, 1987, p. 65).

O circuito de relações que se espalham pela RMB tem na cidade de Castanhal um importante núcleo urbano para a reorganização da sua hierarquia. Esse papel chama a atenção e alimenta importantes debates acerca da classificação dessa cidade, já definida atualmente como cidade média por alguns autores.

Cabe ressaltar que a abordagem da rede urbana mencionada é tomada aqui apenas com o intuito de estabelecer parâmetros para analisar um contexto mais amplo de transformações em que o recorte territorial adotado aparece inserido, ou seja, numa conjuntura amazônica (regional) de grandes mudanças.

Tais dinâmicas passam a determinar os crescentes rearranjos locais, os quais se dão, como já mencionado, por meio de uma incorporação crescente da Amazônia a partir desse contexto. Tal cenário se faz notar pela consolidação mais efetiva da região amazônica na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), sendo este um momento marcado por novos ordenamentos produtivos internos, sem a simples natureza cíclica dos períodos anteriores (Cardoso; Müller, 2008).

O que se constata a partir desse momento, segundo os referidos autores, é que "trata-se agora de uma efetiva integração que foi viabilizada pela magnitude do capital constante aí implantado e pelo afluxo da força de trabalho que para lá se deslocou" (Santos, 1980).

A dinamização econômica terá destaque regional, e a metrópole do Pará crescerá em importância ao capital que, a partir de agora, alcançará outros núcleos urbanos pelas vias terrestres, onde se fixarão as populações que chegarão à região provenientes de várias partes do Brasil.

Durante os anos 60, com o início da abertura de estradas para a Amazônia e ligações internas à região, intensifica-se sobremaneira a penetração das frentes pioneiras; agora não mais oriundas apenas do nordeste e do Maranhão, mas também do sul, via Belém-Brasília, e, por caminhos naturais, via Mato Grosso para Rondônia e Acre e sudoeste do Amazonas (Cardoso; Müller, 2008, p. 10).

Observa-se no referido trecho como a organização produtiva concretiza no espaço as transformações provenientes tanto do planejamento quanto também, essas podem ser levadas a cabo por condições territoriais historicamente determinadas, o que, segundo Santos (1977), equivale a entender a linguagem do modo de produção capitalista dentro de uma dada organização socioespacial sob condições geográficas específicas.

A ruralidade enquanto configuração de uma diversidade de organizações e relações socioespaciais de continuidades (rurais e urbanas) foi estudada num ambiente de interface na cidade de Benevides (RMB-PA), cidade no limite Oeste da fronteira izabelense. Nesse espaço, observou-se, além de certas lacunas que envolvem as bases teóricas de suporte ao assunto analisado, também a falta de discussões sobre a temática referente ao próprio município em questão (Souza, 2011).

As relações de interfaces rural-urbanas, dentro do ambiente rural do citado município, mostraram-se presentes nos modos de vida de populações localizadas num espaço rural de intensas imbricações urbanas. Ali, foram constatadas – mais especificamente, em duas localidades (recortes) estudadas em tal pesquisa – um processo de reprodução de práticas socioespaciais, marcadas por lógicas urbanas de organização.

Além disso, igualmente, observou-se aí a existência de aspectos característicos do rural (interfaces), presentes na própria percepção dos moradores locais, enquanto dimensões da interação desses territórios ao mundo urbano. Por conseguinte, mesmo que algumas dessas pessoas se encontrassem em meio a uma ruralidade marcadamente instituída pelas relações mais contidas espacialmente, estes se percebiam envolvidos por um circuito produtivo mais amplo e citadino, como mencionado anteriormente por Galvão (2017).

Muitas relações mais ou menos derivadas e/ou relativas aos dois ambientes em questão mostraram-se como formas combinadas de um rural-urbano nas configurações socioespaciais das áreas estudadas. Dentre estas, chamou atenção o uso da terra (perfil das construções), além de muitas atividades ligadas à oferta de produtos e serviços, enquanto práticas econômicas diversificadas, ora urbanas, ora rurais, mesmo em locais mais afastados das zonas urbanas mais contíguas. A expansão metropolitana é evidente nessas áreas, tanto nas edificações quanto nas transformações sutis trazidas por novas oportunidades econômicas provenientes das populações urbanas mais densas da RMB.

Variáveis como políticas públicas, agentes econômicos e condições geográficas influenciam essas áreas de interface. Esses elementos desempenham papéis decisivos na transformação do mundo rural em espaços de periurbanização, conectando tradições rurais a novas funções econômicas e atividades como turismo e agricultura orgânica.

Assim, a relação dialética entre espaços rural e urbano permanece central nessa dinâmica. Empiricamente, ao cruzar Benevides pela BR-316 em direção a Belém ou em direção a Leste de Santa Izabel do Pará, observam-se evidências semelhantes das influências das centralidades urbanas nessas rodovias federais.

Portanto, o que Benevides nos permite constatar é, na verdade, a produção do espaço se tornando evidente em um circuito de relações econômicas de desenvolvimento urbano que atravessa ambientes rurais fortemente conectados aos mecanismos de funcionamento dessas novas estruturas mais extensas e dinâmicas de cidades.

Mesmo que a presente tese se estabeleça em um recorte menor da Rede Urbana de Belém, sua proposição analítica vem se desenvolvendo tendo por base o ambiente rural de dois locais, onde o alcance metropolitano se mostra particularizável por meio das dinâmicas territoriais rurais que aí se estabelecem de forma mais imediata, através de um uso cada vez menos tradicional da terra.

3.6. Os municípios estudados e a rodovia PA-140

A intensificação de consumo demandado pelas maiores centralidades urbanas tem como uma de suas principais condições de dispersão, as rotas de fluxos rodoviários, essa extensão (relações) prolonga-se e se intensifica na medida em que as vantagens locais (comparativas e competitivas) são alcançadas. Dessa forma, retomamos a análise da rodovia estadual (PA-14), como importante eixo de dispersão e de reorganização das atividades produtivas modernas, nos locais estudados.

O traçado rodoviário no Nordeste paraense, concebido para suportar uma rede urbana focalizada na exploração agrícola regional, mantém sua influência vital na relação entre a área estudada e a metrópole de Belém até os dias atuais. Esse percurso não apenas conecta geograficamente as localidades, mas também desempenha um papel fundamental nas dinâmicas socioeconômicas entre a região em foco e a influente da metrópole paraense.

Como se viu, Santa Izabel do Pará tem em sua fronteira Oeste a cidade de Benevides, onde se encontra uma área mais urbanizada da Região Metropolitana de Belém. Além disso, essa cidade também faz fronteira a Leste com Castanhal, tudo isso mediado pela rota federal que conecta esses dois pontos à dinâmica urbana de Belém através de seu território. Isso nos permite inferir, com alguma lógica, que há aí um ambiente rural mais fortemente integrado às condições urbanas de organização do espaço.

Por outro lado, Santa Antônio do Tauá é uma cidade cujo território continental está diretamente vinculado à PA-140, através da qual este município estabelece importantes relações com o espaço metropolitano de Belém através do trecho urbano de sua vizinha Santa Izabel do Pará. Esse mesmo sistema viário se tornou no passado, em meados do século XX, uma rota de comércio oriundo da área ribeirinha do estado do Pará, onde se situam as cidades de Vigia, São

Caetano de Odivelas, Colares e o território que mais tarde se tornaria Santa Antônio do Tauá. Portanto, naquela época, grande parte da produtividade rural desse espaço estava destinada à circuito ferroviário da citada FBB, o que consequentemente, tornava Santa Izabel do Pará um importante núcleo para esse comércio de interseção econômica oriundo dessa parte do estado.

Não podemos deixar de mencionar ainda que essa mesma rodovia penetra o espaço de Santa Izabel do Pará, cortando seu território no sentido norte/sul, a partir da BR-316, e seguindo em direção ao rio Guamá, essa rota atravessa as terras rurais izabelenses até chegar, mais adiante (após um trecho de hidrovía), as cidades como Concórdia do Pará, Tomé-Açu e Acará.

Essa fronteira do recorte estudado, cuja base agrícola foi estabelecida por meio de uma produção rural fortemente vinculada à sustentação das famílias desenvolveu, além de uma base de subsistência, produtos comerciais, onde se destacara a juta, malva e a pimenta-do-reino. Sua relevância no período recente se dá por haver aí, um crescimento das atividades ligadas ao agronegócio do dendê, além da própria tradição do plantio da *Piper nigrum* ligado às comunidades japonesas, ainda relevante nessa região, fato que reforça a importância da PA-140 no fluxo agropecuário proveniente dos limites sul da própria Região de Integração de Belém (RIB).

O nordeste paraense possui uma diversidade de organização socioespacial à qual se pode atribuir às dinâmicas pretéritas de ocupação humana, em que os rios permitiram um importante processo de desenvolvimento litorâneo do estado e aquelas advindas do adentramento do território, quando as rodovias passaram a ser os principais vetores das transformações. É nesse conjunto de cidades que se torna importante verificar tanto a relação entre elas frente a seu processo de urbanização quanto a influência da capital, mediante a metropolização que se apresenta, impondo uma forte dinâmica de transformações sobre toda essa área do Pará.

Na atualidade, essas cidades passam a conviver com lógicas de interações e dinâmicas de centralização diversas. Num primeiro aspecto, elas aprofundam sua relação com Belém e passam (mesmo que diferenciadamente) por certo processo de metropolização do espaço a partir dos vetores da dispersão metropolitana; numa outra perspectiva, esses centros através de atividades que concorrem e de outras que se complementam, desenvolvem interações entre si, reforçando a condição do Nordeste Paraense enquanto região; e ainda em um terceiro aspecto, continuam ou até ampliam a sua própria área de influência, ou seja, aprofundam sua condição de centros de suas próprias regiões (Ribeiro, 2017, p. 452).

Segundo se pode notar sobre o Nordeste Paraense, este é um espaço cuja história de ocupação humana e papel econômico criam uma forte relação que o coloca tradicionalmente em conexão fiel com a rede urbana de Belém, tanto do ponto de vista funcional quanto como área de expansão atual das diversas dinâmicas metropolitanas. Portanto, pode-se considerar que há uma certa unidade em torno dessa área urbana, expressa pela vinculação das cidades locais

às dinâmicas metropolitanas, ao mesmo tempo em que esses centros se desenvolvem (urbanização), alterando alguns padrões de centralidade dentro das áreas de influência de seus próprios eixos regionais.

Ainda de acordo com o mesmo autor acima mencionado, os processos identificados no Nordeste Paraense podem caracterizá-lo como um espaço de transformações distintas em determinados aspectos, mas esse fato não o diferencia completamente dos padrões que marcam o próprio contexto amazônico em termos de conformação das relações urbanas. Assim, no que se refere à atual realidade urbana na Amazônia, esta se vê entrelaçada a uma configuração regional derivada de uma extensão proveniente da internacionalização do capital e da forma como esse processo foi mobilizado nesse espaço a partir da segunda metade do século XX.

A configuração desse fenômeno no cenário regional é consequência da expansão da globalização e como esta se apresenta na região, haja vista a inserção da Amazônia na internacionalização da economia brasileira, desde meados dos anos 1970, com as políticas de integração nacional e desenvolvimento regional (dos Santos; dos Santos Sousa; de Lima, 2018, p.109).

Dessa forma, podemos considerar que as políticas de integração nacional que abriram a região Amazônia para uma intensa circulação interna também a conectaram a um circuito crescente de interação com o centro econômico do país. Nesse sentido, a reestruturação de seu padrão de urbanização advém de um avanço sistemático de uma malha urbana, conforme mencionado anteriormente, com alcance intra e inter-regional, que articulou a capital paraense em sua quarta fase de urbanização, tendo agora a metropolização como elemento de destaque em relação às etapas anteriores.

Desse modo, a rodovia, é um dos elementos explicativos fundamentais para entender a expansão da malha urbana de Belém e a consequente possibilidade de espraiamento da cidade. Assim, é possível entender a metropolização regional a partir do desenvolvimento da infraestrutura que possibilitou o projeto de integração da Amazônia ao restante da economia nacional via articulação dessas redes rodoviárias (dos Santos, *et al* 2018, p.116).

O papel das rodovias, de fato, assume uma função essencial na conjuntura regional, permitindo uma urbanização a partir de uma expansão metropolitana. Esse processo se desenvolve dentro de uma etapa particular de reorganização dessa urbanização em relação à capital paraense. Além de possibilitar uma maior mobilidade dos fluxos dentro de um circuito econômico vinculado à rede urbana nacional, essa malha viária também é importante para a redistribuição dessa nova dinâmica no interior da área de abrangência da capital do estado.

Se a forma urbana da metrópole se apresentou em um primeiro momento confinada, e a partir dos anos 1980 em diante assumiu seu caráter disperso, na atualidade, observa-se cada vez mais uma complexificação da metropolização em âmbito regional, viabilizada pelo aumento de fluxos, da implantação de infraestrutura de circulação material e da ampliação da influência da metrópole sobre a região (dos Santos, *et al* 2018, p.118).

Segundo se pode inferir da leitura acima, a metropolização belenense se complexifica sobre sua área de abrangência a partir das últimas décadas do século XX, com o estabelecimento de uma influência crescente que, segundo Trindade Júnior (2014), articula um amplo espaço sob sua dinâmica. Seguindo uma tendência que se apresenta em todo o cenário nacional, por meio da sobreposição de uma malha de articulações, surge na Amazônia uma realidade urbana e metropolitana cada vez mais complexa e dinâmica. Essa conjuntura tanto se expressa por meio de transformações advindas de um contexto mais recente quanto também através daqueles aspectos inerentes à realidade da própria urbanização do país (Veloso; da Trindade Júnior, 2014). Sendo assim, é preciso levar em conta que muitos problemas relativos a esses processos terão lugar nas áreas de metropolização, já que esses espaços crescem em aglomerações urbanas e, do mesmo modo, também revelam demandas advindas das contradições socioespaciais comuns a tais ambientes, em especial, os amazônicos.

Nesse caso, pode-se afirmar que, mesmo com maior difusão na extensão territorial do país, a urbanização tem ainda nas metrópoles os principais focos de sua concretização e projeção. O tamanho e a expressão em aspectos diversos dessas aglomerações urbanas revelam uma face importante da dinâmica socioespacial brasileira, que é a concentração demográfica em pouco mais de uma dezena de epicentros nacionais e regionais (Veloso; da Trindade Júnior, p.178).

Nessa perspectiva, podemos considerar que o aspecto demográfico, quando da sua concentração espacial, frequentemente está relacionado a processos de urbanização, os quais têm grande participação das metrópoles no que concerne à sua intensificação e dinamização.

Assim, emerge uma base significativa para se explorar na influência da metrópole um processo regional que impactou expressivamente o reordenamento socioespacial, especialmente no território rural em foco. Outro ponto crucial nessa dinâmica da Região Metropolitana de Belém (RMB) é a dimensão relacionada às práticas econômicas não agrícolas. Essas se manifestam nos usos da terra, revelando novos significados e padrões produtivos que delineiam uma interface distinta na relação entre o rural e o urbano nesta parte da referida região do estado do Pará.

3.7. Indústrias Tauaenses: Áreas de Periurbanização (APs) no Curso da PA-140?

Considerando que a conexão viária entre os dois municípios estudados se faz por meio da rodovia estadual PA-140, esse mesmo trajeto precisa ser reconhecido como um percurso de adentramento do desenvolvimento urbano nesse espaço. Como já mencionado, a junção dessa rodovia com a BR-316 ocorre no quilômetro 41, em Santa Izabel do Pará. Sob essa condição, é preciso situar devidamente o papel que essas rotas terrestres desempenharam nas relações de

uma economia tradicional que se constituiu nessa região, juntamente com a própria ocupação da faixa continental desses dois municípios.

Destarte, pode-se falar de uma área cuja economia agrícola se desenvolveu em meados do século XX, mediada pela entrada de uma colonização planejada a partir da metrópole paraense, cuja proposta de alcançar a região Bragantina encarregava-se, do mesmo modo, de abarcar a faixa continental contida entre o Caeté e o Guamá (Égler, 1961).

Após o traçado da Ferrovia Belém-Bragança (FBB), determinar o que se tornaria mais tarde o eixo principal de articulação da rede urbana do nordeste paraense em direção ao litoral norte do Estado, esse empreendimento foi desativado ainda na primeira metade do século XX. Entretanto, já se tinha, além do referido dorso central, as ramificações que buscaram alcançar as áreas ribeirinhas por meio das estradas estaduais que avançam em direção aos espaços de ocupação constituídos a partir da circulação mais tradicional dessa região, ou seja, os rios.

Assim, os primeiros núcleos de colonização poderão tanto se formar quanto progredir em função do mercado consumidor de Belém, em especial aqueles oriundos das áreas continentais, onde o comércio de gêneros agrícolas, segue em direção à metrópole intercalando igualmente outros espaços consumidores no caminho. Foi nesse cenário que se desenvolveu o povoamento continental que deu origem a Santo Antônio do Tauá, no início da segunda metade do século passado.

Portanto, sua atividade econômica rural tornou-se próspera junto com seu incremento demográfico, processo viabilizado pela rodovia PA-140 e sua articulação com a rodovia federal BR-316, que por sua vez vincula Santa Izabel do Pará a esse trajeto de conexão ao nordeste paraense, dando aos referidos municípios, certa unidade relativa ao seu processo de formação socioespacial.

O desenvolvimento de um fluxo de comércio entre as cidades vizinhas localizadas ao norte de Santo Antônio do Tauá e, desse com a capital paraense, através da rodovia estadual em questão, torna nítida a relevância que a circulação terrestre adquire por essa rota nos dias atuais. Essas são relações que representam uma geografia cada vez mais ampla de conexões urbanas com os municípios estudados.

Algumas cidades importantes dessa região paraense, como Vigia, São Caetano de Odivelas e Colares, não alcançam Belém por rodovia sem passar pela cidade de Santo Antônio do Tauá. Por outro lado, como já mencionado anteriormente, o circuito mais diversificado no período atual nos permite observar que há aí, uma via de mão dupla no contexto mais recente. Ou seja, os interesses econômicos originários da metrópole partem da zona mais urbanizada da

RMB em direção a essa porção do estado, representado por fluxos diários e regulares, com destaque para o comércio (abastecimento) e ao mercado consumidor (lazer) que busca as cidades litorâneas dessa parte do estado.

Assim, podemos considerar que o destino de uma parcela considerável de pessoas que procuram regularmente essa região com interesse nos serviços de lazer (rural), trabalho (serviço público municipal), entre outros, serve também como percepção dos elementos de uma demanda urbana que se estende a partir da capital em direção a essa região do estado, onde se encontram áreas rurais, enquanto expressão de natureza e tranquilidade.

Deste modo, podemos falar de um fluxo mais intenso que cresce trazendo e/ou representando às cidades em questão transformações, enquanto principais vetores ligados aos agentes econômicos que buscam esses locais, diversificando o uso da terra no campo.

Por outro lado, existem também aquelas práticas econômicas através das quais podemos identificar dinâmicas de uso da terra nas áreas rurais, tidas aqui como algumas evidências mais representativas das referidas transformações. Algumas dessas atividades podem ser consideradas não agrícolas e revelam, de certa forma, uma dimensão das mudanças que procuraremos analisar nesse trabalho, como parte das transformações que configuram as interfaces campo e cidade no recorte estudado, ou seja, a formação do que denominadas aqui de APs.

Quadro 2: Atividades Econômicas (Uso da terra) no Curso da Pa-140 (APs – Stº Antônio do Tauá) *

Atividade desenvolvida	Setor econômico	Localização a partir da sede municipal	Ano de Criação
Distribuidora de alimentos	Indústria/comércio	PA- 140 (Norte)	Década de 2000
Fábrica de ração para aves	Indústria	PA-140 (Sul)	Anos 2000
Produção de farinha de mandioca e derivados	Indústria	PA-140 (Sul)	Década de 1990
Produção de óleo de dendê e derivados	Indústria	PA-140 (Sul)	Anos 2022

Fonte: Do próprio autor, 2022.

Mesmo que as dinâmicas territoriais rurais em questão não leve em consideração a sua relação econômica com a produção mais tradicional desenvolvida nesse espaço, é possível verificar o surgimento de um novo perfil marcante voltado ao setor industrial. Esse uso da terra se estabelece dentro de uma lógica própria de reorganização produtiva que faz parte do contexto pós-1990.

Assim, o referido quadro indica a presença de uma transformação do território rural de Santo Antônio do Tauá. Tal processo surge como uma consequência do território rural

submetido a uma influência notável do desenvolvimento urbano de escala regional. Embora esse processo não tenha a mesma expressão observada na BR-316 (trecho de St^a Izabel do Pará), pode-se afirmar que a inserção dessas atividades em um mercado consumidor mais diverso e intenso tem sido uma consequência das novas condições de desenvolvimento estimuladas pela dispersão da metrópole Belém.

A presença de investimentos nos setores de serviços, comércio e indústria, vistas no gráfico (acima), também revela importantes transformações e/ou impactos em curso que alcançam o rural tauaense. Isso ocorre porque a modernização produtiva no campo, tido como espaço de tradicional prática agrícola, muitas vezes não ocorrem sem implicações ao pequeno produtor rural local. As práticas econômicas mencionadas anteriormente estão distribuídas a partir da sede municipal, ao longo da rodovia estadual que corta Santo Antônio do Tauá no sentido norte-sul.

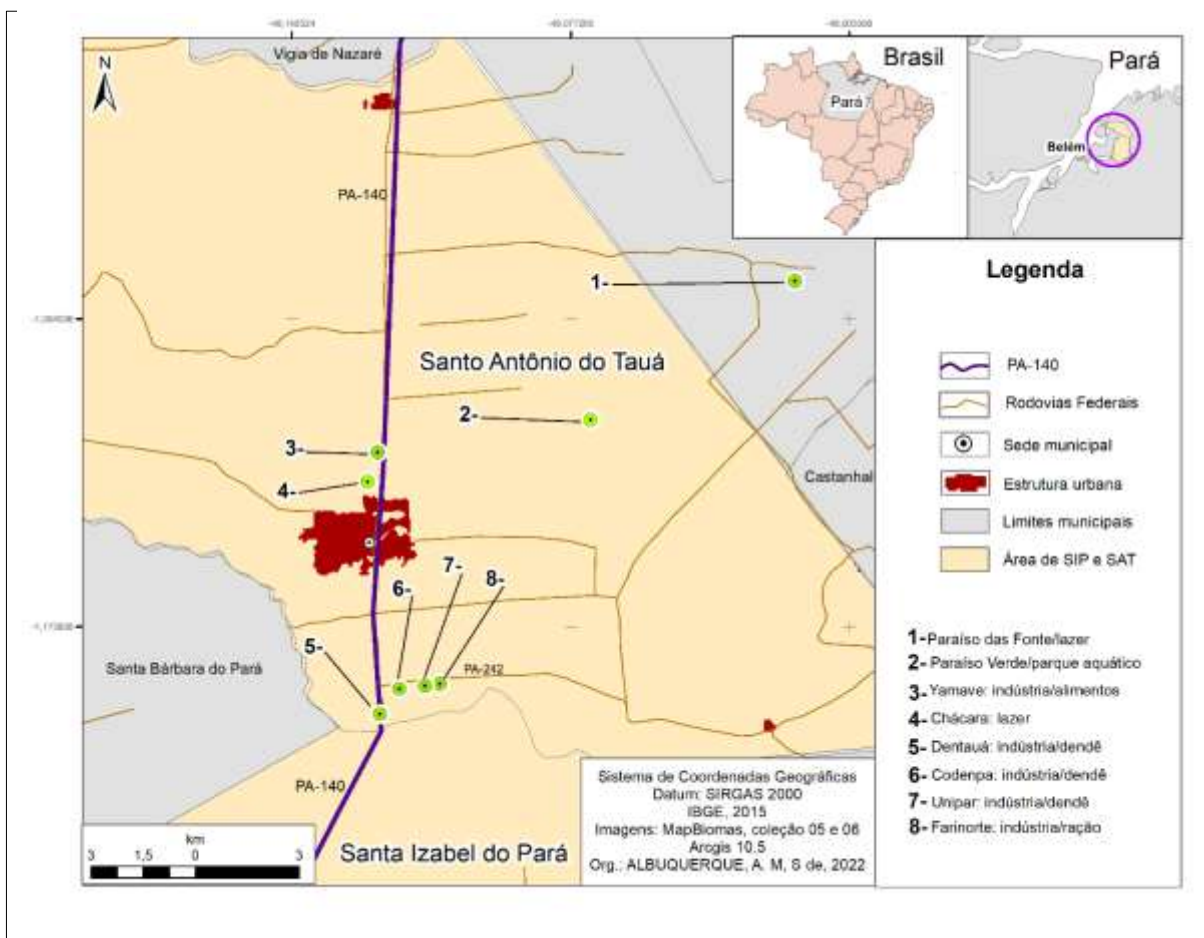
Nesse caso, o meio rural de Santo Antônio do Tauá tem experimentado um aumento dos investimentos agrícolas de grande porte (práticas comerciais) em função, justamente, desse processo moderno de uso da terra. Essa observação não é apenas uma inferência intuitiva, pois a economia rural de Santo Antônio do Tauá já possuiu uma base agrícola assentada na pequena produção de subsistência⁶. As novas características dessa prática mais recente de aproveitamento do ambiente rural associam um perfil agroindustrial sustentado, justamente, por um novo perfil de negócios desenvolvido no âmbito da estrutura urbana atual.

A identificação, nesse caso, das "Áreas de Periurbanização" (APs), nos permite associar o caráter desses espaços de interface ao avanço da urbanização dentro da Região Imediata de Belém (RIB). Assim, é possível observar a faixa correspondente à rodovia PA-140 como uma via de acesso que tem estimulado mudanças no padrão produtivo rural dessa área estudada. As APs, desse modo, se tornam um elemento metodológico mediador para essas transformações nos novos usos da terra no meio rural, seja nas zonas mais expressivas de ocorrência que estas representam, ou como importante parte das atividades não-tradicionais de uso da terra ligadas às DNRs municipal.

⁶ Dissertação de mestrado onde se discutiu a relação da gestão pública municipal e as dinâmicas territoriais em Santo Antônio do Tauá. O território rural de St^o Antônio do Tauá foi abordado em nossa dissertação de mestrado intitulada "Território Municipal e dinâmica rural em Santo Antônio do Tauá-pa.", nessa ocasião o foco central foi a dinâmica produtiva Rural mediada pela Gestão Pública local.

Como exemplo dessas transformações, podemos mencionar o surgimento de negócios relacionados ao lazer, que têm se destacado em alguns pontos mais distantes da rodovia. Esses tipos de investimentos se aproveitam e dependem das condições naturais específicas do meio rural para oferecer serviços de atendimento ao público, como os chamados clubes aquáticos.

MAPA 4: Stº Antônio do Tauá: Rural Não-Tradicional | Lazer e Indústria



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

Embora a maioria dos pontos identificados no mapa possam estar ligada à indústria (conforme o gráfico anterior), os números 1, 2 e 4 foram escolhidos como representantes de atividades que se desenvolvem com base nas dinâmicas de mercado do lazer. Mesmo que esse tipo de atividade econômica tenha uma certa presença tradicional nesse município devido aos recursos naturais disponíveis, o perfil desses serviços se modificou em alguns locais, sugerindo, além de uma nova condição de atuação viabilizada por um mercado mais amplo e frequente, também uma resposta às mudanças produzidas (impostas) pelo contexto de reorganização da própria economia municipal.

Podemos perceber, na distribuição desses negócios, como visto acima, a relevância muito grande do papel da PA-140 no desenvolvimento do processo de diversificação e

multiutilização do ambiente rural mencionado. Assim, é possível verificar algumas relações entre esse modelo de uso da terra rural e uma demanda que depende de diversos elementos espaciais, como o transporte rodoviário, o desenvolvimento demográfico nas proximidades desse local e a acessibilidade a partir da região metropolitana de Belém.

Embora esses exemplos isolados não possam demonstrar o estabelecimento definitivo de um processo de desenvolvimento de um "Novo Rural", eles representam a extensão que resulta do encontro entre a cidade e o campo. Portanto, é importante salientar que eles são parte de uma modernização inegável para se compreender as dinâmicas territoriais rurais locais por meio dessa abordagem.

Com efeito, estamos agora falando de um incremento urbano que se torna imprescindível para o desenvolvimento rural de Santo Antônio do Tauá, uma vez que esses negócios estão localizados mais distantes da zona urbana contínua desse município. Isso nos permite falar sobre suas consequências para o território local, que hoje está envolvido em um circuito moderno de atividades produtivas. Sendo assim, não se pode separar desse tecido socioespacial recente, as estruturas produtivas industriais indicadas no mapa acima pelos números 3, 5, 6, 7 e 8.

Embora a implantação de alguns desses empreendimentos possa ter ocorrido anteriormente aos anos de 1990, data inicial do nosso recorte temporal, sua diversificação produtiva e a própria escala regional de comércio atual se tornaram diferenciais inquestionáveis no contexto urbano recente.

Dessa forma, o território rural de Santo Antônio do Tauá adquire uma nova perspectiva de organização produtiva para atender aos novos interesses e demandas desse novo período. Esses processos são determinantes para compreender os resultados da participação dos diversos agentes na construção dos sistemas técnicos e políticos envolvidos no uso do território e em sua configuração recente.

Assim, o mapa em questão nos permite discutir os elementos de diversificação econômica que expressam as particularidades envolvidas no perfil de uso da terra relativo à economia rural desenvolvida nesse espaço. Portanto, é válido destacar as novas infraestruturas, que se combinam com as mais tradicionais, permitindo-nos pensar no uso do território (rural) a partir de sua unidade e diversidade (Santos, 2005).

Retomando as análises resultantes de dados variados e da empiricização local sobre o quadro regional de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, podemos identificar algumas heranças de forte presença espacial na história de ocupação local que hoje fazem parte de um

novo roteiro produtivo. Entre essas heranças, destaca-se a tradição rural consolidada, tendo Belém como principal mercado consumidor. Essa condição é mencionada no livro de Valverde e Dias (1967), onde esses autores mencionam a referida década, ressaltando-a como um momento de grande produtividade fruticultora na então rodovia 16, estrada de Vigia e principal eixo estadual (PA-140) de acesso a esse município nos dias de hoje.

Portanto, chama a atenção a presença das indústrias ligadas ao beneficiamento do dendê, localizadas no Km 12 da rodovia PA-140, ao sul da sede municipal de Santo Antônio do Tauá. Essas indústrias, juntamente com outras empresas que se instalaram na área, relacionadas à produção de biodiesel, por exemplo, representam setores modernos ligados à agricultura comercial. Esses, portanto, são produtos de uma nova condição de uso da terra associada à expansão da fronteira metropolitana de Belém.

Como resultado, o padrão de relação entre o campo e a cidade está se alterando nessa área, produzindo um perfil de organização socioespacial que configura uma interface entre o rural e o urbano, mediada por esses fatores particulares. Esses novos usos da terra configuram uma geografia territorial de grande significado para o ambiente rural e para o debate sobre o periurbano no debate em questão.

Começamos a perceber, portanto, uma sutil presença urbana se formando nessa região, como uma parte descontínua da própria cidade. Essa transformação nos permite verificar a intensificação de uma forma particular de organização territorial na franja urbana das cidades, conferindo-lhes certo grau de intermediação das relações urbanas nessa região.

Portanto, é assim que as dinâmicas territoriais rurais adquirem uma possibilidade de percepção que vai além do seu perfil eminentemente rural de suas práticas econômicas. Essa área de periurbanização (APs), que analisamos aqui como parte desse contexto, possui uma condição importante para nos ajudar a compreender as facetas dos espaços de interface entre o rural e o urbano nas localidades 1 e 2 do mapa acima (o que será melhor discutido posteriormente como DNRs).

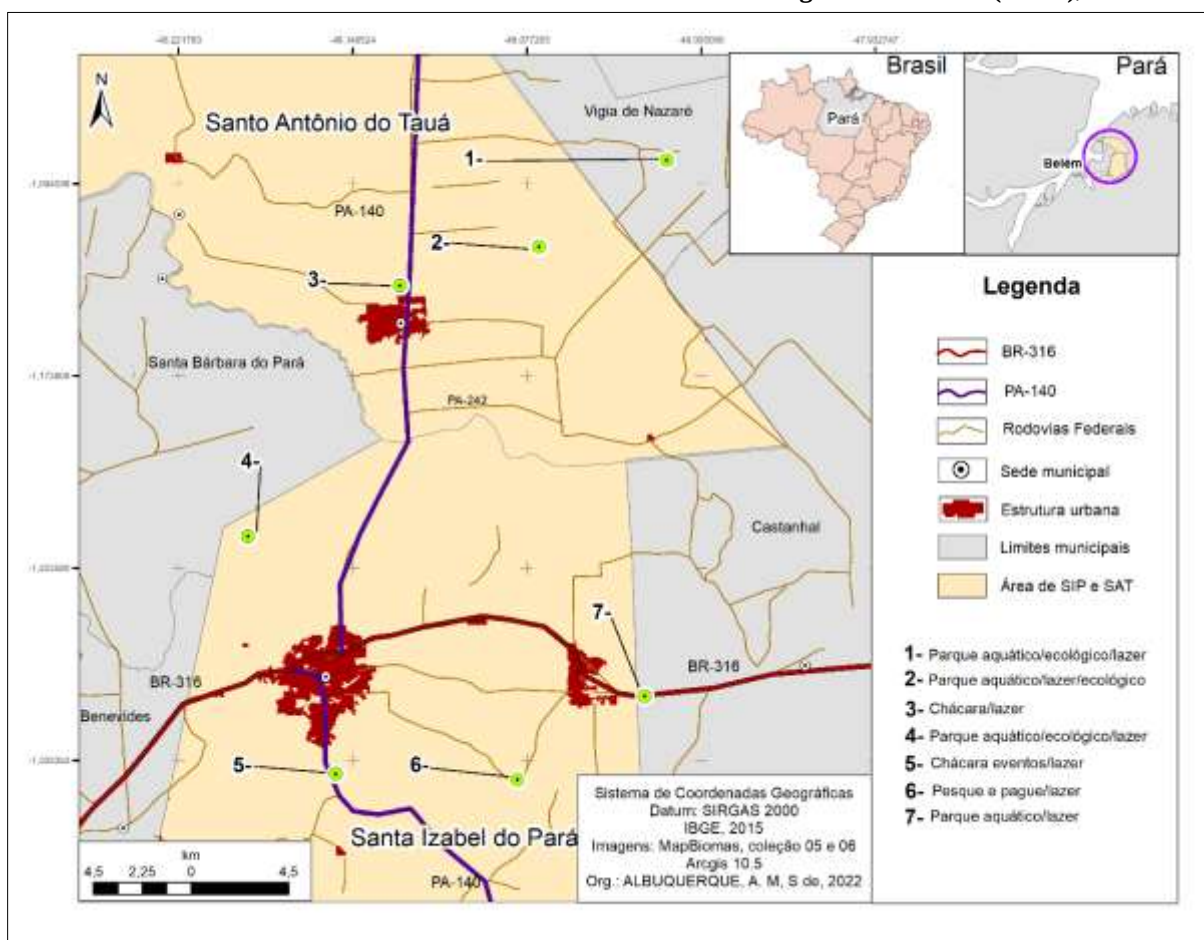
No entanto, como mencionado anteriormente, é importante ressaltar que essas áreas ainda representam um setor produtivo rural relevante (agropecuária) para o mercado de Belém. Portanto, parte do desenvolvimento urbano que está ocorrendo nesse ambiente só pode ser compreendida considerando sua participação produtiva e sua relação geográfica com a capital do estado.

3.8. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs)

Como vimos, o campo brasileiro passou por mudanças significativas nas últimas décadas, gerando discussões em torno do conceito de "Novo Rural". Nesse contexto, os municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, localizados na Região Imediata de Belém (RIB), destacam-se como exemplos de dinâmicas que apontam para essa nova configuração do espaço rural.

A diversificação dos usos da terra, com a presença de atividades agropecuárias de caráter empresarial, como a produção industrial, que podem vir ligadas diretamente às práticas produtivas rurais, como produção e exportação de polpa de frutas, e aquelas consideradas diversificação e multiutilização utilização do campo (práticas econômicas não-tradicionais), como pousadas, pesque e pague, parques aquáticos, entre outros, são algumas das principais características que têm atraído a atenção de estudiosos sobre esse tema.

MAPA 5: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Uso Não-Agrícola do Rural (Lazer), 2020



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

Os pontos representados no mapa acima estão relacionados a uma perspectiva crescente de atividades econômicas nos espaços rurais. Essas atividades, como se viu, representam uma diversificação no uso da terra e se destacam por suas características naturais (ecológicas) e pela oferta de atividades recreativas ligadas a um novo perfil de desenvolvimento do campo.

Mesmo considerando que isso se trata de um incremento econômico moderno que configura o chamado "Novo Rural", é importante distingui-lo de uma mera apropriação e uso capitalista do rural. Nesse caso, pode se tratar apenas de ações econômicas mais pontuais de investimentos. Conforme observado aqui, esse incremento tem sido associado a um considerável desenvolvimento da área urbana contínua municipal em dois locais, associados às Áreas de Periurbanização (APs) discutidas aqui previamente.

Portanto, é importante ressaltar que o uso do ambiente rural mencionado no mapa está associado a um conjunto de fatores relacionados à formação das áreas de periurbanização. Isso inclui a desconcentração do setor industrial, o papel do transporte rodoviário e as novas áreas de interesse do mercado habitacional, que representam o desenvolvimento das regiões metropolitanas sobre suas zonas periféricas (Adell, 1999).

No recorte estudado, tem sido verificado um crescimento significativo na oferta de serviços, como habitação, recreação e outros, o que reflete a inserção desses municípios em uma lógica de urbanização cada vez mais presente no campo brasileiro.

Nesse caso, além da agricultura comercial, que tem peso nas análises das transformações rurais enquanto condição para o desenvolvimento das indústrias ligadas à exploração do dendê em Santo Antônio do Tauá, o setor de serviços tem se expandido no interior das áreas rurais municipais, atividade esta que também pode ganhar expressão nesse mesmo processo de crescimento urbano local e regional.

Assim, podemos considerar que esses investimentos estão relacionados à oferta de serviços caracterizados por um certo grau de sofisticação, além das vantagens naturais, que se tornam importantes atrativos para uma clientela mais regular e efetiva, oriunda de uma parte da própria Região Imediata de Belém. Essas atividades econômicas não-tradicionais do campo (vistas a seguir) estão associadas a propriedades rurais, como fazendas, sítios e/ou chácaras próximas à PA-140.

Figura 5. DNRs: Parque Aquático “Paraíso das fontes” /Stº Antônio do Tauá (Lazer)



Fonte: divulgação oficial (redes sociais, 2021).

O uso não tradicional do espaço rural pode ser observado nas imagens acima, que mostram o desenvolvimento de atividades em áreas afastadas da rota federal mencionada, da área urbana tauaense e das cidades vizinhas. Esse tipo de atividade se torna possível não devido à presença de uma rede viária de qualidade inquestionável, mas sim devido a uma combinação de vários fatores decorrentes do desenvolvimento urbano local.

Considerando a questão demográfica e o mercado consumidor daí resultante para esse tipo de produto, fica evidente que este está mais concentrado na RMB e que as conexões rodoviárias desse espaço se limitam ao percurso feito pela PA-140. Portanto, trata-se do desenvolvimento pontual de alguns processos de modernização do uso da terra rural.

Deve-se salientar a relevância das condições particulares do período mais recente, especialmente a partir do segundo decênio do século XXI, como fatores determinantes para o desenvolvimento do mercado de atividades recreativas na área rural, marcada pela presença dessa nova realidade urbana. Sendo estes, elementos cruciais para se compreender o contexto em que tais empreendimentos surgem e se consolidam, influenciando a dinâmica do território rural e sua interação com a área urbana circundante.

Dessa forma, embora essas atividades econômicas sejam mais limitadas nas áreas de Santo Antônio do Tauá, é crucial considerar que estes fazem parte de uma transformação mais ampla, onde tais dinâmicas resultam de um processo que se pode considerar como parte integrante de uma diversificação de uso da terra no campo em crescimento nesse local.

Assim, utiliza-se das Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) neste trabalho para compreender as diversas dimensões desse desenvolvimento que configuram a interação rural-

urbano em Santo Antônio do Tauá. Nesse contexto, a observação não se limita apenas às áreas consolidadas desse espaço, mas abrange uma rede mais complexa de relações em constante consolidação. Alguns aspectos podem se expressar até de forma imaterial, sendo a gênese desses processos que subjazem às novas geografias territoriais investigadas.

Ao contrário do rural de Santa Izabel do Pará, segundo mencionamos, o que se percebe nas terras de Santo Antônio do Tauá ainda representa uma expressão menor (em vários aspectos) das dinâmicas presentes e analisadas nesses dois municípios. No entanto, quando estes são visualizados em uma cartografia mais ampla, como mostrado na figura abaixo (6), podemos observar uma configuração clara dessa distribuição regional dos referidos processos.

Na extremidade Leste do território de Santa Izabel do Pará, um grande exemplo de atividade moderna que caracteriza o Novo Rural, de acordo com Rua et al. (2005, 2015), é um parque aquático em funcionamento desde a década de 2009.

A compreensão desse tipo de território rural, de seus elementos característicos e de sua expressão no contexto de sua relação geográfica entre campo e cidade, nos dias de hoje, nos ajuda a abordar sua participação em um processo de desenvolvimento das DNRs nas áreas estudadas.

Figura 6. DNRs- Parque Aquático “Guará” /Stª Izabel do Pará (Lazer)



Fonte: Divulgação oficial (redes sociais, 2022).

No contexto mencionado, essa forma de atividade não apenas incorpora uma rede abrangente de atrativos recreativos, incluindo pesca, trilhas e hospedagem, mas também reflete uma gestão eficiente do território no âmbito do desenvolvimento urbano em mercados

consolidados e regulares. Desde simples serviços de bar até experiências de contato com a natureza, com ênfase em aspectos ecológicos, esses exemplos representam uma diversificação que atende à demanda crescente por espaços recreativos na região de maior densidade urbana em torno de Belém.

Esse cenário é emblemático do desenvolvimento urbano na Amazônia no século XXI, caracterizado por uma evolução progressiva na interação entre áreas urbanas e rurais em uma escala regional mais ampla. A eficácia dessa atividade está intrinsecamente ligada ao crescimento das relações regionais, especialmente em consonância com as influências da RMB. O amplo e diversificado mercado que surge nesse contexto não apenas assegura a sustentabilidade econômica desses serviços, mas também evidencia a vitalidade da interconexão entre áreas urbanas e rurais na região.

Portanto, os parques aquáticos mencionados se tornam uma expressão não apenas do crescimento do setor industrial e comercial nesses municípios, mas também dos serviços que adentram o meio rural, processo que se evidencia pela própria multiutilização do espaço rural, visto no recorte analisado.

Figura 7. DNRs-Parque Aquático “Açaí” /Stª Izabel do Pará (Lazer)



Fonte: Divulgação oficial (redes sociais, 2022).

Assim, outro exemplo de espaço de recreação que vem crescendo no mesmo município, com nítida dependência dessa nova demanda, está localizado nos limites Oeste da fronteira Izabelense. O rural dessa parte da cidade já recebeu atenção neste estudo, sendo identificado, para fins de abordagem didática, como Zona Oeste Izabelense, onde foi ressaltada uma maior concentração de atividades econômicas de caráter moderno que parecem se deslocar a partir da zona mais urbanizada da RMB.

Embora não sejam os únicos empreendimentos desse tipo na área em questão, os parques aquáticos destacados desempenham um papel relevante, integrando-se a uma dinâmica de transformação do cenário rural local. Essa transformação está intrinsicamente ligada às vias terrestres, com especial destaque para a BR-316, que exerce uma influência significativa no município em questão. Aqui, encontramos uma incidência de natureza mais sistemática, diretamente relacionada ao perfil de negócios previamente discutido.

Esses parques aquáticos representam os fluxos de uma dinâmica em ascensão, estabelecida entre a centralidade representada por Castanhal e a área de maior presença urbana na capital do estado. Esse eixo é fundamental, já que, conforme Ribeiro (2018) destaca, é nessa região que os sistemas de objetos apresentam sua maior contiguidade. Portanto, é ao longo desse eixo que o tráfego rodoviário conecta a RMB às demais cidades da rede urbana do Nordeste paraense, revelando aspectos marcantes de um ambiente rural não-tradicional com maior frequência.

Nesse contexto, nosso trabalho se propõe a analisar as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs), mesmo quando sua presença espacial é limitada. As diferenças nas densidades técnicas, embora sejam características típicas do urbano, não impedem a identificação de traços de uma transformação rural, indicando o surgimento de relações comuns às interfaces rural-urbanas, mesmo em áreas de menor contiguidades.

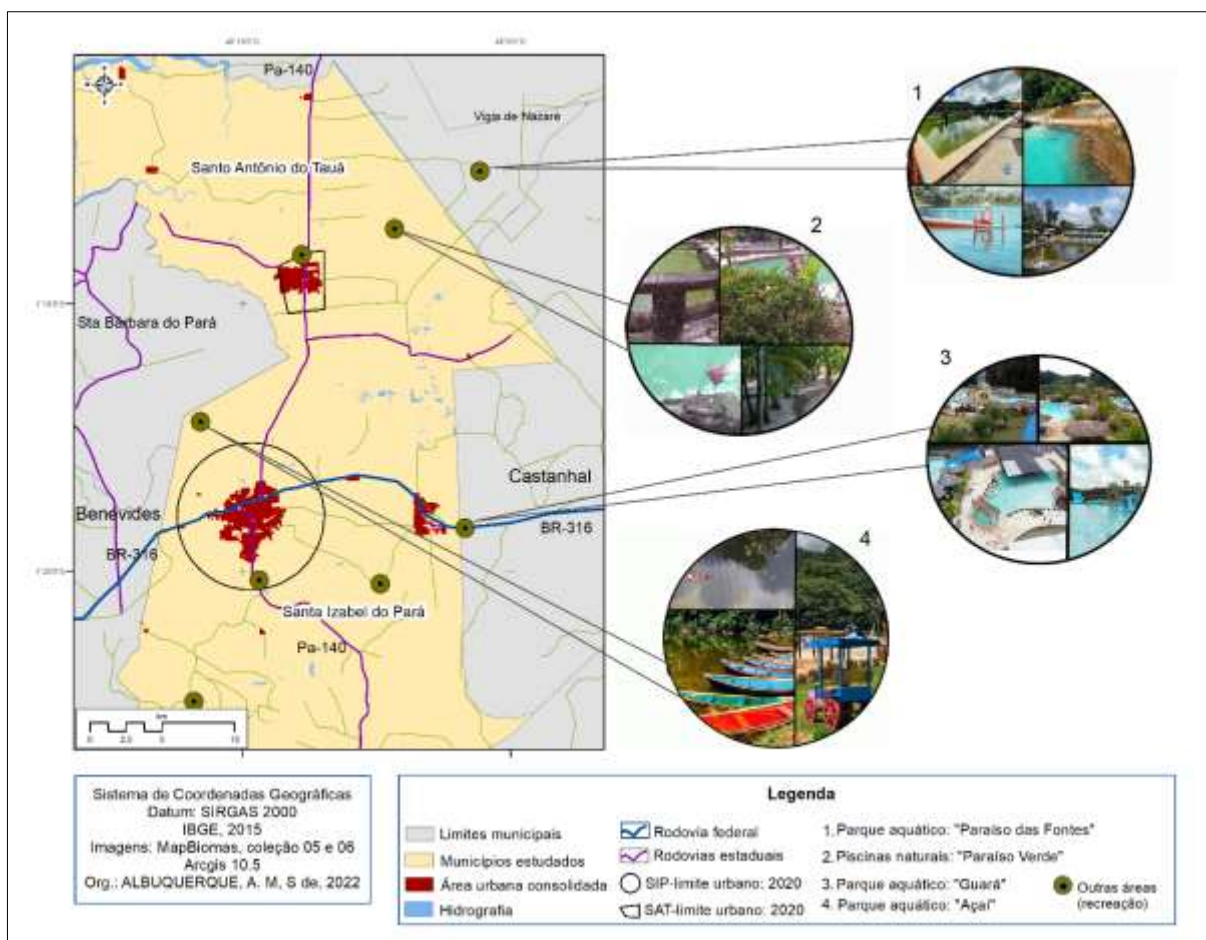
O desenvolvimento urbano está intrinsecamente ligado ao crescimento de um mercado consumidor interessado em produtos associados às amenidades do campo. Portanto, podemos inferir que o comércio mencionado representa um componente crucial dessa nova dinâmica rural.

As demandas por espaços recreativos, com serviços voltados para um público interessado em lazer com características do cotidiano rural ou simplesmente ambientado nesse contexto, apresentam oportunidades que se expandem à medida que as áreas rurais desenvolvem capacidades técnicas para esse fim. Essas práticas podem ser vistas como produtos do estreitamento das relações entre campo e cidade, marcando uma incorporação urbana do uso da terra nos espaços rurais e dinamizando sua apropriação econômica.

Mesmo assim, a questão central desse entendimento é a leitura de que o resultado dessas novas relações configura formas híbridas de organização do território, onde predominam características próprias de funcionamento a partir de elementos dos dois ambientes. Nesse caso, esse é um aspecto da organização desse tipo de espaço ao qual o interesse administrativo precisa

direcionar atenção no contexto das iniciativas políticas de assistência, gestão e planejamento ligados ao território rural desse novo contexto.

Mapa 6: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Rural Não-Tradicional/Lazer ⁷



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

A partir dessa observação, é possível sistematizar melhor algumas análises acerca da relação entre os novos usos da terra no meio rural em questão e a perspectiva de leitura das áreas de interface rural-urbana na abordagem das DNRs. Nesse caso, é preciso notar que há uma nítida presença do elemento ecológico como fator de atração principal nos empreendimentos selecionados. Esse aspecto nos ajuda a inserir nesse contexto, os serviços como produto de uma relação cada vez mais forte entre o rural e o urbano, o que nos permite igualmente compreender tal perfil enquanto novas dinâmicas socioespaciais de crescente viabilidade e perspectiva para esse espaço.

⁷ A localização identificada no mapa com o N° 1, aparece nitidamente em terras vigienses, porém esta é considerada uma área administrativa de Sto. Antônio do Tauá. As referidas relações territoriais nos permitem considerá-la, portanto, pertencentes a este último município.

Essa é outra importante mudança reconhecida nesse ambiente rural merece uma análise mais profunda e adequada, em capítulo próprio. Quando levamos em conta o recorte temporal de 30 anos dessa pesquisa, constatamos as inegáveis alterações nos padrões produtivos (já, em parte, observados em trabalho anterior), o que nos leva a considerar que esses dados também corroboram as constatações, como aquelas observadas na ampliação do próprio uso da terra nessa área, revelados em cartografia.

Portanto, nesse contexto, leva-se em conta o relevante papel do mercado consumidor metropolitano e sua importância no estímulo da própria atividade agrícola local como um dado de influência urbana inegável, tanto ligado às áreas de periurbanização quanto às Dinâmicas de um Novo Rural, percebidas como variável inegável de transformação das referidas relações nessa zona da Região Imediata de Belém.

Assim, vale ressaltar que o parque aquático (fotos 1, mapa acima), por exemplo, está em terras de uma fazenda, onde parte dessa propriedade foi destinada à prática do lazer ligado ao aproveitamento dos recursos naturais e do próprio ambiente rural em questão. Como mencionado anteriormente, esse processo não é recorrente em muitas propriedades locais, especialmente nas pequenas, mas isso se torna um elemento de referência para pensar as terras do meio rural em questão, numa perspectiva de sua inserção num desenvolvimento em que os elementos típicos desse espaço são fundamentais para as novas relações rural e urbanas que estamos discutindo.

É possível verificar, portanto, que de forma pouco nítida em alguns casos, o território rural estabelece, sob essa perspectiva, novas formas de consumo em relação às demandas urbanas. Em certos pontos desse processo, algumas características se tornam mais claras, e assim os traços que configuram uma forma indistinta na interface desses dois ambientes ficam mais evidentes. No caso das análises em questão, temos uma espécie de alcance urbano que ainda não é capaz de se mostrar como evidências materiais mais amplas e sistematizadas, permitindo que a paisagem rural ainda seja predominante.

Assim, a sociedade urbana não se consolida por um avanço incontestável da cidade sobre o campo. No entanto, o advento que marca a sociedade contemporânea, em sua forma de produção do espaço, também se expressa por meio de mecanismos mais sutis de organização da lógica de funcionamento capitalista, nos quais se configuram importantes traços territoriais particulares (Lefebvre, 1974; Brenner, 2015).

Mesmo assim, é indispensável buscar no crescimento urbano da cidade seu elemento de adjecção, ou seja, o ponto de partida através do qual se possa analisar as áreas rurais, conectadas

geograficamente a esse processo por diversos meios, como vias terrestres, hidrográficas, ferroviárias, mercado consumidor, entre outros, pelos quais se configuram o território em suas diversas ocorrências.

CAPÍTULO 4. TRANSFORMAÇÕES PÓS-1990: RELAÇÃO RURAL E URBANA E USO DA TERRA

O capítulo que agora se inicia tem como objetivo fazer uma leitura da relação campo e cidade, que se desenvolve nas últimas décadas (1990/2022), na região estudada, considerando-se, para isso, as discussões acerca das Áreas de Periurbanização (APs), nos locais abordados. Além disso, também adotar-se-á, para tanto, uma proposição escalar que visa mediar a relação desse fenômeno em um ambiente de menor expressão, onde as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) serão utilizadas para o entendimento de outros processos distintos de uso da terra, especialmente associados à diversificação e multiutilização do campo em áreas mais específicas desse espaço enquanto transformações, marcadamente, ocorridas no contexto pós-90.

Mesmo que estas transformações já estejam em discussão aqui em momentos anteriores, a partir do presente capítulo, procuraremos desenvolver uma abordagem associando as referidas dinâmicas às transformações no padrão de uso da terra (dados da produtividade agrícola) a partir dos diversos fatores (socioespaciais) abordados nesse trabalho.

Portanto, vale ressaltar que o esforço nesse caso é não restringir tal abordagem à visão apenas setorial do significado do rural. Assim, espera-se reunir informações e análises que, por meio de uma dialética espacial, possam identificar os processos inerentes à expansão da própria urbanização sobre o território rural dessa área do Pará. Pretende-se, ainda, utilizar as informações obtidas e analisadas nesse primeiro momento para dar suporte aos questionamentos que envolvem as possíveis dinâmicas territoriais rurais constatadas no próprio cenário produtivo presente nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santa Antônio do Tauá.

Dessa forma, os vetores relativos ao desenvolvimento de possíveis transformações quanto ao uso da terra nesse espaço poderão ser investigados, considerando-se as evidências acerca de uma transformação nas relações campo e cidade, configurando uma organização socioespacial cada vez mais complexa de interação entre campo e cidade nos dois locais estudados.

A dinâmica da urbanização é uma questão complexa e presente em sob diversos aspectos na sociedade contemporânea. No caso específico dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, na Região Imediata de Belém (RIB), o desenvolvimento urbano tem sido um dos principais vetores de transformações ocorridas nas últimas décadas. Esse desenvolvimento, por sua vez, tem impactado diretamente o uso da terra e a relação entre o rural e o urbano nessas localidades.

A cartografia referente aos dois municípios nos últimos 30 anos (mapas a seguir), por exemplo, evidencia uma significativa diferença entre as áreas desses dois espaços e suas zonas urbanas consolidadas, o que consequentemente tem significado uma crescente expansão do uso da terra nessa região. Nesse contexto, é fundamental compreender todo o esse desenvolvimento e como este afeta a relação entre o rural e o urbano nessa região.

Assim, o presente capítulo tem como objetivo analisar o desenvolvimento urbano de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá a partir de uma perspectiva geográfica, considerando a comparação do crescimento urbano local e a cartografia de uso e cobertura do solo (contraste), de modo a relacionar as transformações ocorridas nesse recorte às questões relativas às dinâmicas mais expressivas de caráter rural e urbano local, que se tornam cada vez mais evidentes no contexto pós 1990.

4.1. Urbanização local: As APs e DNRs nas interações campo e cidade

Como discutido em diversos estudos, notadamente na ciência geográfica, a análise do impacto do crescimento urbano nas áreas rurais tem sido uma preocupação constante. A busca pela intensificação de atividades humanas nessas zonas, por diversas razões, sugere uma transição inevitável do campo para a cidade. Embora essa perspectiva tenha validade, há crescentes indícios de que a transformação do campo em resposta às demandas urbanas é um processo mais complexo do que inicialmente percebido. Nesse sentido, é crucial adotar uma abordagem de pesquisa focalizada no meio rural para compreender as configurações específicas dessas novas estruturas socioterritoriais. A mediação urbana não anula a natureza rural desse ambiente; em vez disso, contribui para a formação de relações complexas e híbridas.

A interação rural-urbana no contexto recente, vista como mera área de alcance de uma urbanização extensiva, teria como resultado o iminente fim do rural. No entanto, considerando-a como o surgimento de novas estruturas socioespaciais híbridas e difusas que se desenvolvem nesses espaços, ela poderá ser entendida como espaços onde as identidades rurais e urbanas coexistem como franjas entre esses dois ambientes (Woods, 2007).

A partir dos anos 1980, os espaços de interação rural-urbana passaram a integrar contornos associados aos resultados da ampliação do desenvolvimento urbano (Brenner, 2015). Assim, as dinâmicas da periurbanização começaram a representar uma forte base de estudos envolvendo esse tipo de relações geográficas de interfaces em vários países do mundo (Ávila Sánchez, 2015).

Sem categorias intermediárias entre o urbano e o rural para se dirigir às fronteiras metropolitanas fica difícil a ação de políticas públicas para atender às demandas dessa forma particular de organização socioespacial (Travasso; Ferreira, 2016).

Como mencionado anteriormente, muitas questões assistenciais, cuja responsabilidade administrativa municipal deve assumir junto às unidades sociais desses espaços, podem se tornar cada vez mais deficitárias devido à falta de uma tipificação própria para lidar com essa condição na gestão pública.

Segundo se pôde perceber:

(...) o periurbano é visto principalmente como banco de terras tanto para atender à demanda por habitação de interesse social quanto para abrigar o desenvolvimento de novas áreas industriais e de logística. Essas dinâmicas levam a uma crescente pressão para a ocupação das franjas urbanas e a fragmentação das áreas rurais, dificultando ainda a manutenção de atividades de natureza diversa da urbana (Travassos; Ferreira, 2016, p. 4).

O desenvolvimento rural, ao articular elementos socioeconômicos urbanos, precisa ser compreendido no contexto periurbano, considerando ações que impactam esse ambiente, intencionais ou não. Identificar dinâmicas nas áreas urbanas periféricas é crucial, reconhecendo seu papel econômico no desenvolvimento municipal e na produção de alimentos. Observa-se uma frequente preferência por atividades produtivas urbanas nas decisões de uso da terra em prol do desenvolvimento local. As zonas municipais, influenciadas pelo caráter urbano, sinalizam uma nova apropriação da terra, evidenciando diversificação e multiutilização do campo.

Ao considerar o espaço de transição entre o rural e o urbano no contexto metropolitano para fins de planejamento e gestão, observa-se uma variedade de denominações não consensuais para abordar esses ambientes, o que "por um lado reflete a heterogeneidade desses espaços e, por outro lado, reforça a necessidade de pesquisas que os identifiquem e caracterizem" (Bellenzani et al., 2020, p. 97).

In fact, while changing the scale and the definition of the urban agglomeration, these processes are actually occurring in a larger zone, where one can find at the same time residential outward movement, changing land use of the inner cores, industrial decentralisation into new industrial states and the creation and amelioration of transportation networks. This larger zone is the Extended Metropolitan Region (Adell, 1999, p. 20).

Os diversos campos de conhecimento, especialmente as ciências sociais, têm interesses variados nos estudos da relação entre campo e cidade. Algumas dessas justificativas são estabelecidas com base em orientações científicas para fins conceituais e/ou tipificações necessárias às suas análises. A maioria dessas abordagens busca estabelecer um diálogo que

compreenda a formação de espaços onde os limites entre os ambientes rurais e urbanos se tornam cada vez mais indefinidos.

Com isso, também crescem as preocupações com a capacidade administrativa de gerir corretamente as zonas de expansão urbana quando estas, por razões fiscais, passam a incorporar vastas áreas com populações ligadas ao meio rural de uma cidade. Essas questões são essenciais porque expõem as fragilidades das áreas que constituem as franjas urbanas em relação à percepção dos serviços essenciais nesses locais. Por outro lado, é preciso acrescentar às justificativas de compreensão desses territórios alguns aspectos positivos advindos de sua condição para o desenvolvimento estratégico da produção de alimentos. Essa relação de dependência da cidade com seu abastecimento foi destacada em um interessante trabalho de pesquisa que ressaltou o crescimento da “agricultura urbana” em decorrência dos efeitos restritivos da pandemia da covid-19.

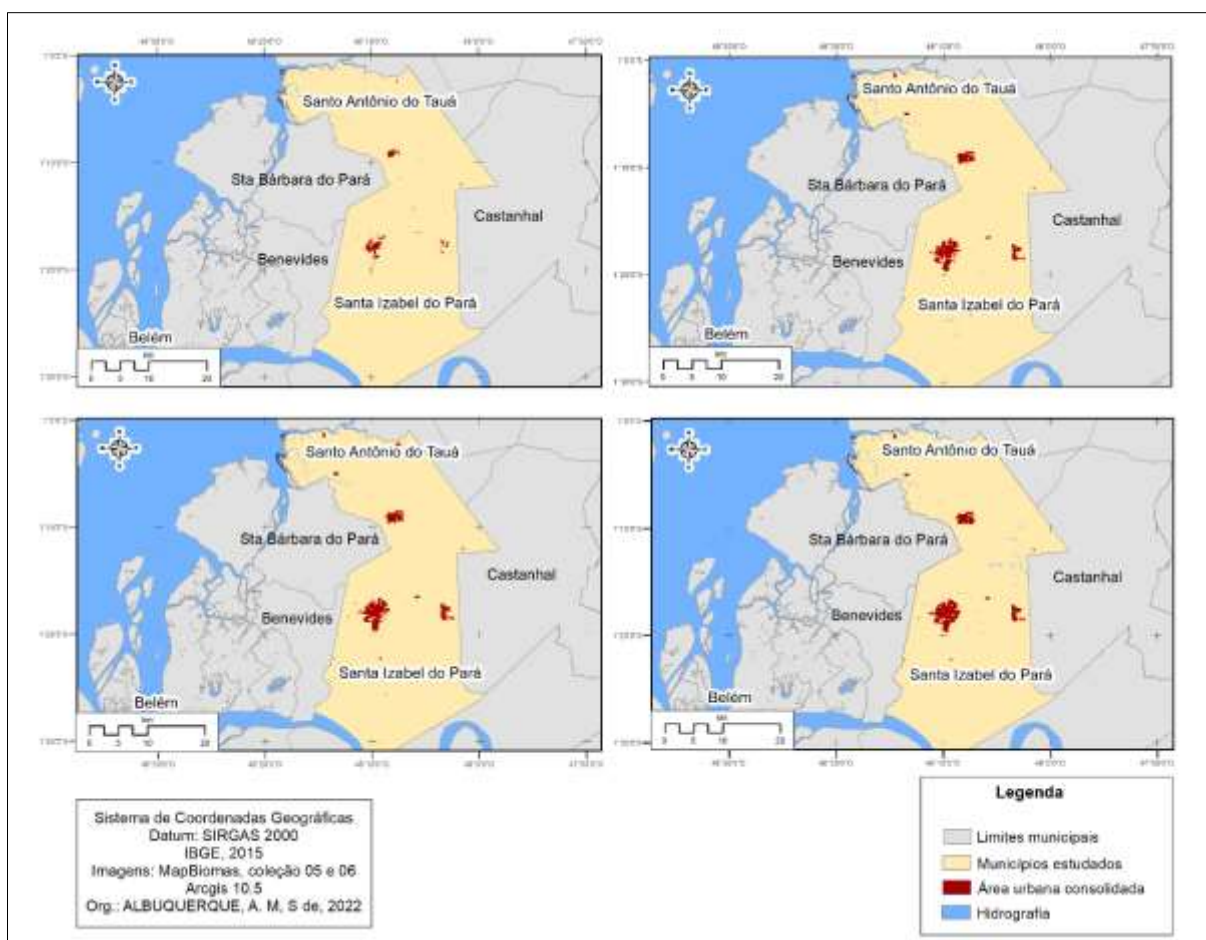
O impacto nesse sistema produtivo foi sentido em grande medida porque boa parcela do que se consome nas cidades é produzida fora delas e por ter havido uma quebra nas cadeias de transporte e nos canais de comercialização. “Com a pandemia, percebeu-se que é importante fortalecer a produção local (...)” (Jones, p.67, 2021).

Em uma dimensão escalar diferente de organização urbana, essas aglomerações podem ser compreendidas como zonas mais amplas, onde se apresenta todo um aparato relativo ao arranjo socioespacial necessário à sua dinâmica de funcionamento. Nessa área ampla de distribuição urbana, forma-se uma Região Metropolitana Estendida, para onde se deslocam novas habitações, setores industriais e redes de transporte melhoradas. Segundo o mesmo autor, temos uma configuração que emerge como reflexo dessa interface rural-urbano.

Embora, longe de constituir-se em uma proposição completa e definitiva, a presente abordagem do território rural na RIB, baseada na leitura das Áreas de Periurbanização (APs), tem uma forte base de discussão teórica, através da qual, acredita-se poder pensar nas dinâmicas metropolitanas discutidas aqui, e que têm se estendido sobre a referida região.

O registro temporal apresentado (Mapa 7), revela uma expansão nítida da urbanização em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, especialmente nos últimos vinte anos. A ampliação da área com características urbanas desempenha um papel crucial neste estudo, proporcionando uma perspectiva temporal das transformações ocorridas nesse espaço. Essa observação baseia-se na evolução da dinâmica da relação entre o rural e o urbano. Torna-se evidente que os municípios em foco passaram por algum grau de desenvolvimento urbano, mesmo que esse processo aparentemente tenha uma expressão modesta. No entanto, é importante destacar que tal desenvolvimento repercute significativamente no meio rural local.

MAPA 6: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento da Área Urbana, 1990–2000–2010–2020



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE.

O nítido crescimento, da área urbana das sedes municipais, nos últimos 30 anos, nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, também significou uma ampliação da demanda por produtos agropecuários. Além disso, outras práticas econômicas (não-tradicionais) também emergiram nas zonas mais distantes da faixa urbana dessas cidades. Todo o incremento econômico correspondente ao desenvolvimento dessa região, se deu em função das demandas resultantes de sua inserção em uma área de maior mercado consumidor, onde o alcance urbano metropolitano tornou-se mais evidente.

Portanto, é necessário levar em conta que esse espaço está inserido em uma área considerada Imediata de Belém (IBGE, 2017) e, desse modo o desenvolvimento das redes de relações aí presentes, vão se estabelecer criando maior proximidades entre às centralidades urbanas de um conjunto cada vez mais denso, formado por um mercado consumidor regional.

É inegável, nesse caso, que a integração de certas localidades a uma rede de relações comerciais, fortalecida no interior desses municípios, assim como o desenvolvimento do setor

industrial, desenvolve e/ou estimula transformações favoráveis à demanda por produtos do campo. Em tal contexto, é possível verificar como o ambiente rural passa a se articular às novas dinâmicas que se estendem como condições urbanas para o desenvolvimento econômico desses espaços. Trata-se, portanto, de um movimento que envolve a superação de barreiras espaciais e o fortalecimento das relações entre cidade e campo, no qual é preciso compreender as transformações que ocorrem em diferentes escalas para abarcar a complexidade de tais processos.

Essa transformação representa uma ampla gama de dinâmicas que, ao se integrarem em uma rede de relações mais intensamente ligadas ao comércio e ao desenvolvimento industrial, conferem à área rural uma condição urbana impondo-lhe novas demandas. Esse processo, de grande extensão e diversificação produtiva, desdobra-se como uma estrutura essencial para o desenvolvimento econômico local, com fortes efeitos sobre as relações rural e urbanas.

Como previamente assinalado, a região em análise está inserida na malha viária que compreende a rodovia federal BR-316, com trajeto no sentido Leste/Oeste, e a PA-140, que cruza os dois municípios no sentido Norte/Sul. É nessa complexa configuração geográfica da rede urbana de Belém, onde se destacam as principais aglomerações do nordeste paraense, que o espaço rural examinado se metamorfoseia pela influência do processo de urbanização desses centros urbanos, ocorrido nos últimos 30 anos.

A dinâmica urbana contemporânea tem presenciado uma transformação significativa nas periferias da cidade, onde o desenvolvimento econômico está reconfigurando a paisagem e desafiando as fronteiras tradicionais entre o rural e o urbano. Essa metamorfose não apenas redefine uma geografia municipal, mas também exige uma nova abordagem e compreensão por parte do poder público em relação às crescentes interações entre campo e cidade.

4.1.1. SIP e SAT: geografia local e uso da terra pós 1990

O aspecto geográfico mais relevante do recorte estudado destaca-se pela sua posição estratégica entre Castanhal a Leste e a capital Belém a Oeste. Essa configuração geográfica ganha destaque, especialmente no eixo entre Benevides e Castanhal, como uma área de ocorrência das Áreas de Proteção (APs). Este território rural é caracterizado por uma diversificação produtiva, atraindo múltiplos interesses e agentes econômicos nos últimos anos, gerando transformações tanto locais quanto em uma escala mais ampla. No entanto, essa análise é apenas uma necessidade de observar o rural em uma inserção mais ampla (regional) de fenômenos urbanos.

Com uma área mais densamente urbanizada a Oeste, esta parte da RIB, destaca-se como uma área de grande influência metropolitana. Nas áreas periurbanas, notadamente ao longo da BR-316, que se estende desde a capital do estado em direção a Santa Izabel do Pará, há um aumento de densidade de estruturas modernas.

A BR-316 concentra um volume considerável de atividades urbanas ao longo de seu curso, dando origem a uma crescente urbanização perceptível de maneira dispersa, configurando-se como as APs, aqui discutidas. Isso reflete a dinâmica socioespacial originada da metrópole e sua distribuição ao longo desse trecho da rede urbana até a cidade de Castanhal. Essa forma de dispersão particular da metrópole Belém ultrapassa sua zona urbana contígua, atravessando as terras izabelenses e tauaenses.

A dinâmica territorial rural não se manifesta apenas por meio de uma transformação identificável na base econômica agrícola, mas constitui uma conformação socioterritorial complexa à medida que a modernização produtiva se intensifica ao longo da BR-316, refletindo-se na crescente mobilidade socioeconômica atual.

Assim, considerando a BR-316 como vetor de dispersão e sua capacidade de estimular investimentos, destaca-se o papel da PA-140 como mecanismo de extensão desses processos. Essa rodovia, como se viu, contribui para ampliar as relações metropolitanas entre a Zona Costeira desta parte do Estado do Pará e a capital Belém. Mesmo as áreas mais afastadas, com tradição rural, experimentam um aumento nas relações metropolitanas. Essa rota orientou a ocupação agrícola ao longo da área continental, impulsionando o incremento demográfico e o uso agrícola das terras nos núcleos de colonização implantados ao longo de seu traçado. A PA-140, nesse contexto, estabelece-se como a principal rodovia estadual nos dois municípios, conectando-os geograficamente aos núcleos urbanos presentes na BR-316.

Portanto, o que se constata na rodovia que conecta Santa Izabel do Pará à capital do estado é a presença inquestionável de uma influência metropolitana que está se consolidando como um vetor de modificações no uso da terra e, conseqüentemente, de reorganização do território rural local.

Quadro 3. (APs) Izabelense: Uso da terra no Curso da BR-316

Atividade desenvolvida	Setor econômico principal	Localização a partir da sede municipal	Criação
Produção de carrocerias	Indústria	Zona Leste	Década de 1990
Produção de tanques de fibra de vidro	Indústria/ comércio	Zona Oeste	Anos 2000

Venda de flores ornamentais	comércio	Zona Leste	Década de 2010
Exploração de fontes de água mineral	Indústria	Zona Leste/zona Oeste	Década de 1990
Produção de móveis	Indústria/ comércio	Zona Leste	Década 2010
Produção de tubulações e forro em pvc	indústria	Zona Oeste	Década 2001
Produção de ração	Indústria/ comércio	Zona Oeste	Década de 2010
Exportação de madeira	Comércio/ comércio	Zona Oeste	Década de 2010
Residencial	comércio	Zona Oeste	Anos de 2017
Produtos agrícolas	comércio	Zona Oeste	Década de 2005
Distribuição de alimentos congelados	comércio	Zona Oeste	Década de 2017
Produção de alimentos	Indústria/ comércio	Zona Oeste	Década de 2000
Distribuidora de alimentos	comércio	Zona Leste	Década de 2021
Produção de colchões	Indústria	Zona Oeste	Década de 2010

Fonte: Do próprio autor, 2022.

As informações acerca das atividades ao longo da BR-316 esclarecem de maneira mais nítida o fortalecimento do desenvolvimento urbano nos municípios da região metropolitana de Belém. Nesse contexto, observamos exemplos de usos da terra associados tanto ao desenvolvimento rural não-tradicional quanto a atividades mais modernas, beneficiando-se da dispersão metropolitana.

O desenvolvimento econômico nesse percurso não se vincula diretamente à exploração das condições naturais para a prática da agricultura tradicional. Os dados revelam a integração desse local à dinâmica urbana metropolitana, onde o fluxo rodoviário se destaca como estímulo crucial. Esse cenário fortalece um território rural conectado aos investimentos de capitais, utilizando as cidades como entrepostos cruciais para setores produtivos.

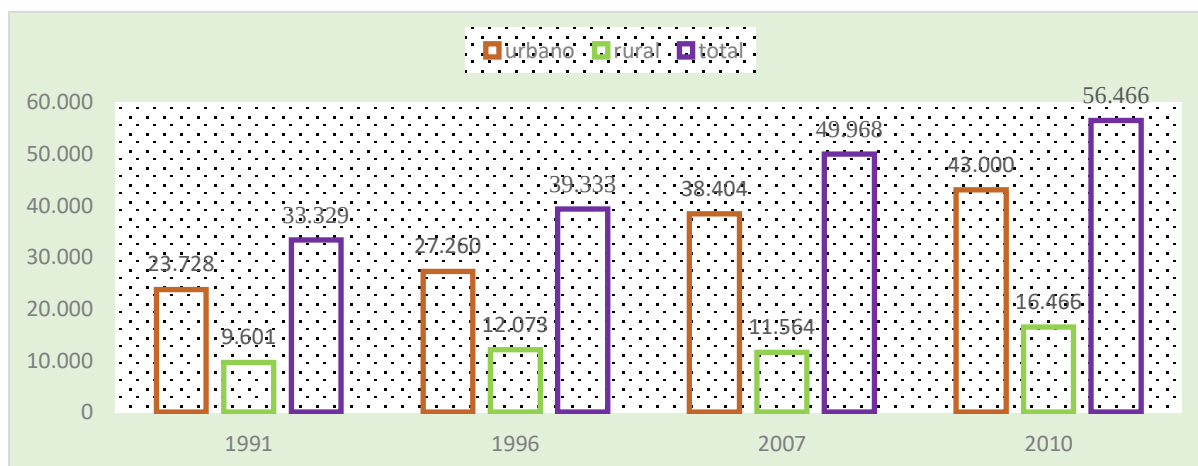
Nesse contexto, o uso da terra assume um novo significado, refletindo um cenário econômico atual com aumento de produtividade e diversificação das atividades. O processo influencia na configuração de um ambiente periurbano, transcendendo a compreensão exclusiva como setor agrícola que se moderniza para ser absorvido pela nova organização socioespacial urbana.

Ao considerarmos a introdução desse conjunto de agentes econômicos em Santa Izabel do Pará como um processo mediado por uma relação dialética, surge uma perspectiva integrada,

aproximando-se de uma visão de continuidade entre o espaço urbano e rural. No entanto, essa análise preliminar não conclui que o território rural do município esteja definitivamente assumindo um perfil produtivo equivalente às áreas de periurbanização. Os dados indicam uma aproximação com a lógica urbana de uso da terra, revelando um processo de transformação na área municipal por meio da formação de áreas de interface (continuum rural-urbano). Essa presença de um ambiente caracterizado pela periurbanização é de suma importância para a análise dos efeitos da metrópole sobre as terras municipais de Santa Izabel do Pará.

É também importante considerar a expansão da área urbana municipal, pois essa transformação está relacionada ao crescimento demográfico, ao desenvolvimento econômico e à formação de um setor de comércio e serviços que são relevantes para esse processo de desenvolvimento.

Gráfico 1: Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural



Fonte: IBGE, censo demográfico.

Nesse sentido, vale igualmente fazer uma observação mais ampla dessa relação, a fim de se pensar em um processo de transformação no qual a dinâmica demográfica se torna uma importante variável. Observa-se claramente que a população urbana de Santa Izabel do Pará apresenta um crescimento maior em comparação com os números referentes à população rural ao longo dos quase vinte anos em questão.

Portanto, pode-se afirmar que em Santa Izabel do Pará, o crescimento da área urbana municipal já é evidência do estreitamento das relações metropolitanas com o seu entorno, e esse processo está intrinsecamente ligado ao uso não-tradicional que vem se manifestando no meio rural local, visto de modo mais evidente nas APs apresentadas acima.

A formação das áreas de interface rural-urbana torna-se, dessa maneira, uma dinâmica que, como mencionado anteriormente, precisa ser analisada em seu sistema mais complexo de

relações entre as diversas centralidades e sua capacidade de articular os demais espaços aos interesses econômicos combinados da própria rede urbana.

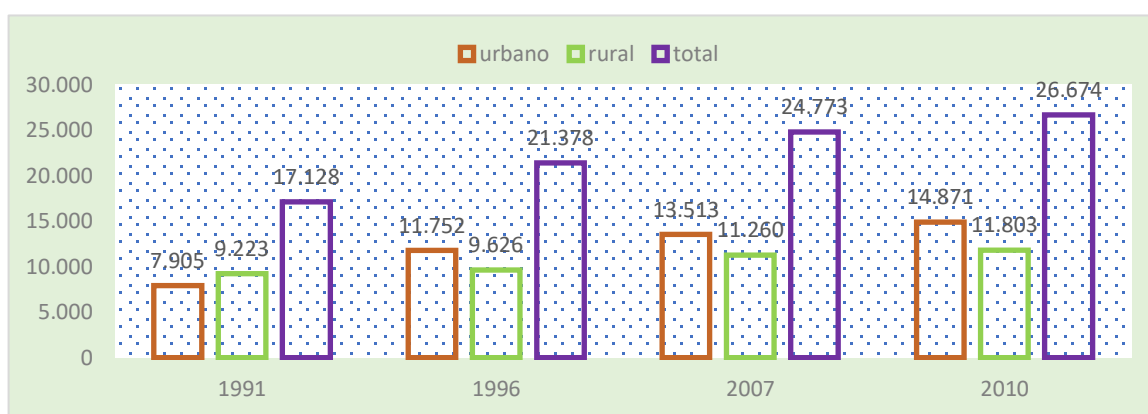
Sendo assim, temos as terras de tauaenses alcançadas de forma secundária pela rodovia estadual PA-140, onde a diferença entre a população rural e urbana diminui em termos relativos. Isso também é um importante indício da tradição agrícola desse município. A população rural de Stº Antônio do Tauá já foi mencionada em nosso trabalho anterior como uma das maiores dessa área do estado em termos de densidade em 1960.

O aumento populacional urbano identificado até o censo de 2010 mostra que Santo Antônio do Tauá vem gradualmente ampliando sua população urbana em relação à rural. No entanto, ainda podemos observar que a população total desse município não aumenta de forma a demonstrar uma diferença mais significativa nesse intervalo de dez anos.

Portanto, é preciso levar em conta nessa análise o papel da rodovia PA-140, onde as novas condições de uso da terra no meio rural e aquelas relacionadas ao desenvolvimento da cidade e do urbano têm uma ocorrência menor em comparação com a área de Santa Izabel do Pará, no eixo da BR-316. Esse fato ganha relevância na medida em que os mecanismos de estímulo e ampliação do uso não-tradicional da terra são percebidos aqui, por exemplo, com diferentes intensidades, no contexto do desenvolvimento urbano local.

Ao observarmos o quadro a seguir, constata-se que a população urbana de Santo Antônio do Tauá só superou a população rural no final do século passado.

Gráfico 2. Stº Antônio do Tauá: População Urbana e Rural



Fonte: IBGE, censo demográfico, 2010.

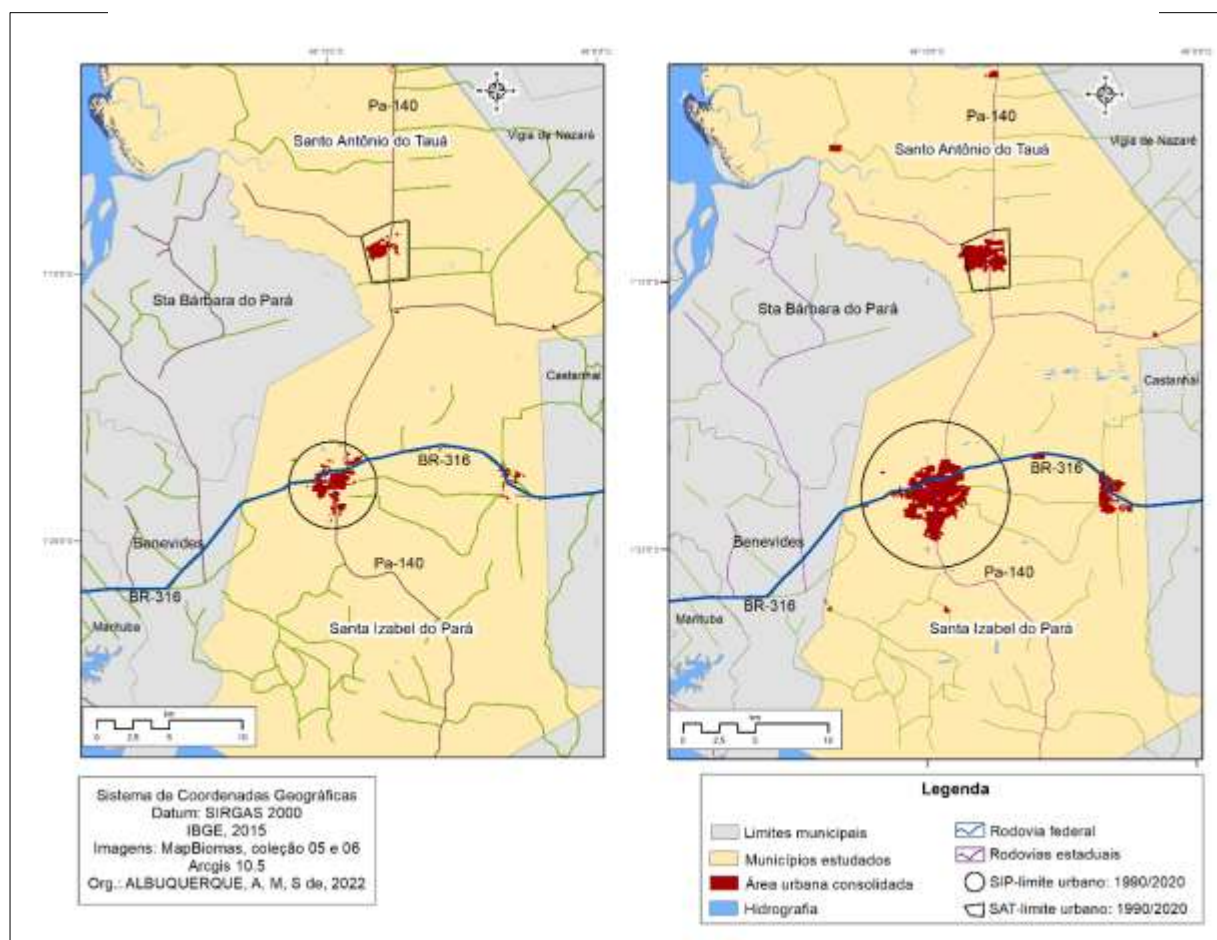
Assim, em relação à semelhança nos números da população, é evidente a ampliação do processo de urbanização nessa área. A proximidade geográfica com a BR-316, um eixo crucial na rede urbana de Belém, confere a Santa Izabel do Pará um destaque significativo em termos de urbanização, ao passo que o município vizinho experimenta uma relação mais indireta com

esse crescimento. Assim, as dinâmicas demográficas refletem esta interação entre o campo e a cidade, manifestando-se principalmente nos números da população.

A análise demográfica de Santa Izabel do Pará, derivada dessas transformações, destaca mudanças econômicas significativas nesse recorte paraense. Essas transformações não apenas indicam um crescimento urbano ou uma redução do rural, mas também um aumento crescente da interação entre esses dois espaços.

Conforme discutido em capítulos anteriores, o papel crucial do poder público municipal na condução do desenvolvimento econômico nas periferias, tem se mostrado evidente. A expansão das zonas urbanas em direção às áreas periurbanas tem sido impulsionada por interesses econômicos. Ou seja, a atuação do poder público muitas vezes se concentra na delimitação das áreas municipais, especialmente nas zonas urbanas, por questões econômicas, como tributação. O mapa a seguir ilustra essas delimitações nos dois locais estudados, proporcionando algumas observações sobre tais questões.

MAPA 7: Stª Isabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Zonas de Expansão Urbana, 1990-2020⁸



Fonte: IBGE, 2015. Organizado pelo próprio autor

A infraestrutura viária, inicialmente projetada para integrar os núcleos populacionais no Nordeste paraense à capital estadual, hoje também desempenha um papel inverso. Atualmente, facilita os fluxos relacionados ao fortalecimento de práticas modernas de uso e desenvolvimento rural, conectando Santa Isabel do Pará e Santa Antônio do Tauá às áreas urbanas mais densas do estado de onde se originam muitos dos novos agentes capitalistas (investimentos).

Com base na gestão de suas Zonas de Expansão Urbana (ZEU), os municípios podem situar-se aí, a atuação política ligada aos interesses diversos que têm impacto direto sobre as suas áreas rurais. Nesse ínterim, as abordagens administrativas variadas podem acabar demonstrando certo alinhamento às perspectivas de entendimento acerca das áreas de interface campo e cidade, as quais podem ser mais adequadas ou não a tais espaços.

⁸ As demarcações de limites urbanos em questão têm apenas diferenças naquela apresentada por SIP. Esse município ainda criou uma proposta anterior, a qual mais tarde foi modificada para a versão em vigor no ano 2022.

Destarte, tem relevância nesse caso justamente o papel da gestão de tais unidades sobre o desenvolvimento local. Vale ainda ressaltar que a própria capacidade de agir nesse campo pressupõe a adoção de uma leitura que envolve os usos pretendidos para o rural, a partir do próprio desenvolvimento urbano dessas áreas, mesmo que isso represente, muitas vezes, uma postura administrativa dicotômica de rural-urbano.

No caso de Santo Antônio do Tauá, constata-se ainda nesse início do século XXI uma zona urbana estabelecida oficialmente na década de 1960. O mapa evidencia claramente que uma parte de sua área urbana consolidada já ultrapassou, inclusive em 2020, as fronteiras de seus limites oficiais. Nesse sentido, não estaria mais estritamente dentro de sua zona urbana designada. Portanto, esse aspecto revela, de certa forma, uma dissonância comum em relação aos debates políticos pertinentes (autonomia local) no contexto do planejamento municipal.

Um dos aspectos mais relevantes dessa abordagem administrativa, fundamentada na autogestão e autorregulação das zonas de expansão urbana, reside na possibilidade de desenvolver políticas abrangentes relacionadas ao planejamento, gestão e regulação desses espaços. A distinção e identificação técnica dessas áreas são cruciais para a implementação eficaz de serviços públicos, destacando a importância de uma abordagem diferenciada baseada na capacidade de discernimento.

É crucial observar que essa perspectiva visa analisar processos nos quais as interfaces rural-urbanas não se traduzem necessariamente como uma modernização linear do campo. O desenvolvimento urbano observado nessas áreas reflete as configurações de uma transformação na relação entre o rural e o urbano, mesmo que alguns desses aspectos se manifestem de maneira sutil, especialmente na cidade de Santo Antônio do Tauá.

Neste capítulo, delineamos os desdobramentos resultantes do processo contínuo de urbanização nos municípios em estudo. Este fenômeno, visivelmente manifestado nos centros urbanos, revela-se como um movimento intrinsecamente ligado à modernização. No caso específico de Santo Antônio do Tauá, como previamente explorado, a evolução notável em direção a um perfil agropecuário ascendente encontra sua ancoragem na indústria do óleo de palma, fundamentando-se no paradigma do agronegócio.

Paralelamente, não podemos negligenciar as experiências agrícolas dos pequenos produtores rurais, cuja atividade está enraizada na produção voltada para a subsistência e o abastecimento da capital estadual. Estes produtores, agora diante de um mercado mais dinâmico, veem-se dotados de novas necessidades e meios para seu desenvolvimento.

Nesse contexto, cabe destacar, inicialmente, que dados secundários indicam de modo expressivo a presença das hortaliças no território rural de ambos os municípios. Esse padrão organizativo das atividades econômicas locais denuncia inequivocamente a integração progressiva desse campo na região urbana de influência metropolitana.

A compreensão mais abrangente da base econômica dos territórios rurais de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá exige uma análise dos indicadores relacionados ao perfil de sua economia agrícola, especialmente considerando as últimas três décadas. A identificação do surgimento de espaços de interseção entre campo e cidade nos conduz exatamente a essa configuração, fundamentada na expansão urbana desencadeada pelas rotas rodoviárias previamente delineadas. Tais rotas, ao redesenhar o uso das áreas rurais, delineiam as fronteiras urbanas dessas cidades.

Observa-se, assim, que o processo mais visível de urbanização nesta região se manifesta espacialmente, apoiado em elementos fundamentais como infraestrutura de transporte, oferta de matéria-prima, disponibilidade de mão de obra e acesso ao mercado consumidor. Estamos, portanto, diante de estruturas que derivam de uma escala mais ampla de desenvolvimento, na qual tais atividades econômicas encontram-se intrinsecamente vinculadas.

O ambiente rural de Santa Izabel do Pará, situado no eixo rodoviário principal, desempenha um papel proeminente nesse cenário. Suas condições geográficas propícias favorecem a observação de diversificações no uso da terra no rural local. Da mesma forma, a cidade evidencia um perfil de produção mais intenso em áreas já edificadas, notadamente relacionadas à periurbanização.

Partindo de tais observações, portanto, situamos a cidade de Santa Izabel do Pará bem na fronteira de expansão da fronteira metropolitana, onde esperamos observar o avanço de uma dinâmica urbana se desenvolvendo nas áreas mais afastadas da cidade, tendo como referências, para tanto, os dados produtivos tipicamente rurais. Nesses locais, onde se destacam atividades produtivas modernas, também permanecem os traços marcantes de um ambiente rural por definição, mesmo que, em função de justificativas fiscais e administrativas, grande parte dessas áreas esteja hoje oficialmente na zona urbana izabelense⁹.

De fato, a crescente interação entre o campo e a cidade é um fenômeno incontestável. Contudo, é crucial não cair na concepção simplificada de uma dispersão urbana que implica automaticamente na modernização linear do campo. Torna-se imperativo reconhecer que a

⁹ Tais questões mais ligadas ao estabelecimento das zonas urbanas municipais serão tratadas por ocasião de uma análise das conclusões acerca do papel político local sobre seus espaços rurais ou urbanos estabelecidos por definição legal.

reorganização socioprodutiva nessas áreas pode ser complexa, apresentando características distintas e estabelecendo-se de forma mais fluída num continuum rural-urbano.

A análise das Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) emerge como uma abordagem conceitual valiosa para compreender essas zonas de interface rural-urbana. Essa perspectiva reconhece que o território rural possui particularidades e expressões socioespaciais distintas, moldadas pelas interações entre diversos interesses e usos da terra, especialmente quando mediadas por condições naturais favoráveis.

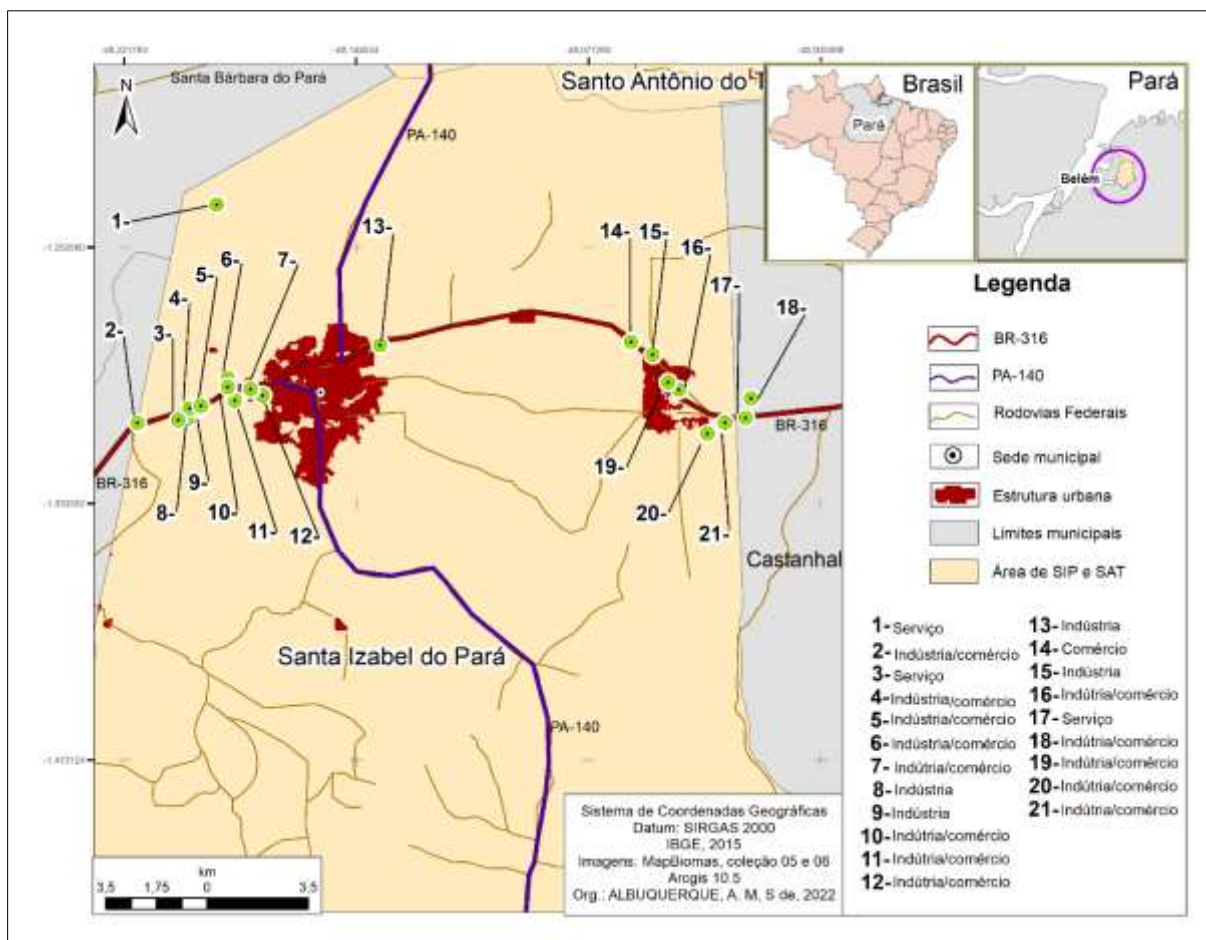
O mapa subsequente dos investimentos realizados no território rural de Santa Izabel do Pará oferece uma visão abrangente das áreas impactadas por atividades não tradicionais. Essa cartografia não apenas revela as atuais condições de uso da terra, mas também destaca a importância das novas relações socioespaciais nesse contexto contemporâneo.

É pertinente ressaltar a relação intrínseca entre o desenvolvimento urbano local e a modernização do território rural (objeto de estudo), especialmente perceptíveis nos novos investimentos produtivos concentrados às margens da rodovia federal em questão. O desenvolvimento urbano desempenha um papel crucial como catalisador das transformações técnicas e do uso recente do espaço rural, notadamente a partir do século XXI. Neste cenário, a área de maior circulação na rede urbana de Belém torna-se uma zona preferencial.

Nesse processo, elementos tradicionais convergem com as novas relações de uso do campo, dando origem às estruturas que caracterizam a produção predominante nas áreas rurais. Compreender os mecanismos subjacentes a essas novas funções e como elas demonstram o desenvolvimento do meio rural é essencial, especialmente ao considerar o alcance metropolitano como vetor dessas dinâmicas.

As áreas periurbanas desempenham um papel relevante nesse contexto e podem indicar possibilidades de abordagens e planejamento que considerem as interações das dinâmicas campo e cidade aqui discutidas. Embora muitas dessas áreas ainda apresentem atividades predominantemente agrícolas, é importante reconhecer que elas fazem parte de um sistema diversificado de uso da terra, caracterizando um processo de modernização, de ocorrência, muitas vezes com efeitos indiretos sobre o perfil predominante de uso da terra.

Portanto, o ambiente rural de Santa Izabel do Pará vivencia uma clara e crescente relação de caráter urbano, com interações que se apresentam nas transformações mais complexas ligadas às dinâmicas rurais e urbanas presentes nas estruturas produtivas dessa região.

MAPA 8: Stª Izabel do Pará: Uso da terra ao longo da BR-316 ¹⁰

Fonte: IBGE, 2015. Base de dados coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

Na tessitura histórica da geografia paraense, salienta-se a relevância do extenso eixo viário que conecta o litoral Leste do estado, abrangendo os rios Caeté e Guamá. Esse trajeto, ao longo dos anos, não apenas estruturou, mas também intensificou a ocupação regional, estabelecendo um paradigma rodoviário que suplantou o projeto ferroviário da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), inativo desde 1965. Apesar da não realização plena do projeto ferroviário, sua concretização foi essencial para moldar a base geográfica sobre a qual floresceu a malha urbana do estado. Esta localidade evoluiu como um polo de dinâmica socioespacial, onde a influência da metrópole estadual se faz presente, configurando-se como uma das áreas econômicas preeminentes do Pará, estendendo-se através dessa vital malha rodoviária.

Logo, ao investigarmos o papel do desenvolvimento econômico nessa região, inevitavelmente consideramos o significado urbano que esse espaço adquire no processo de

¹⁰ As identificações no mapa em questão se restringem apenas à classificação das atividades econômicas de modo a ressaltar o desenvolvimento urbano local por meio desse novo perfil de uso da terra no rural izabelense ao longo da BR-316. Os pontos 17 e 18 no mapa, mesmo localizados (aparentemente) no território municipal de Castanhal, são oficialmente pertencentes a Santa Izabel, segundo se verificou junto a administração local.

metamorfose do território rural. Os dados recentes indicam que, nos últimos trinta anos, surgiram atividades econômicas relevantes, delineando uma diversificação no uso da terra, diretamente associada ao vigoroso tráfego na rodovia federal BR-316. A cartografia desse processo se torna essencial para esclarecer a maneira como esse desenvolvimento se manifesta em Santa Izabel do Pará, delineando-se desde seus limites Leste até Oeste. Destacam-se, nesse contexto (ver mapa: 10), a sede municipal e a Vila de Americano como pontos de referência para as Áreas de Preservação (APs), manifestações sob as quais podemos discernir e analisar as nuances das novas relações entre o rural e o urbano locais.

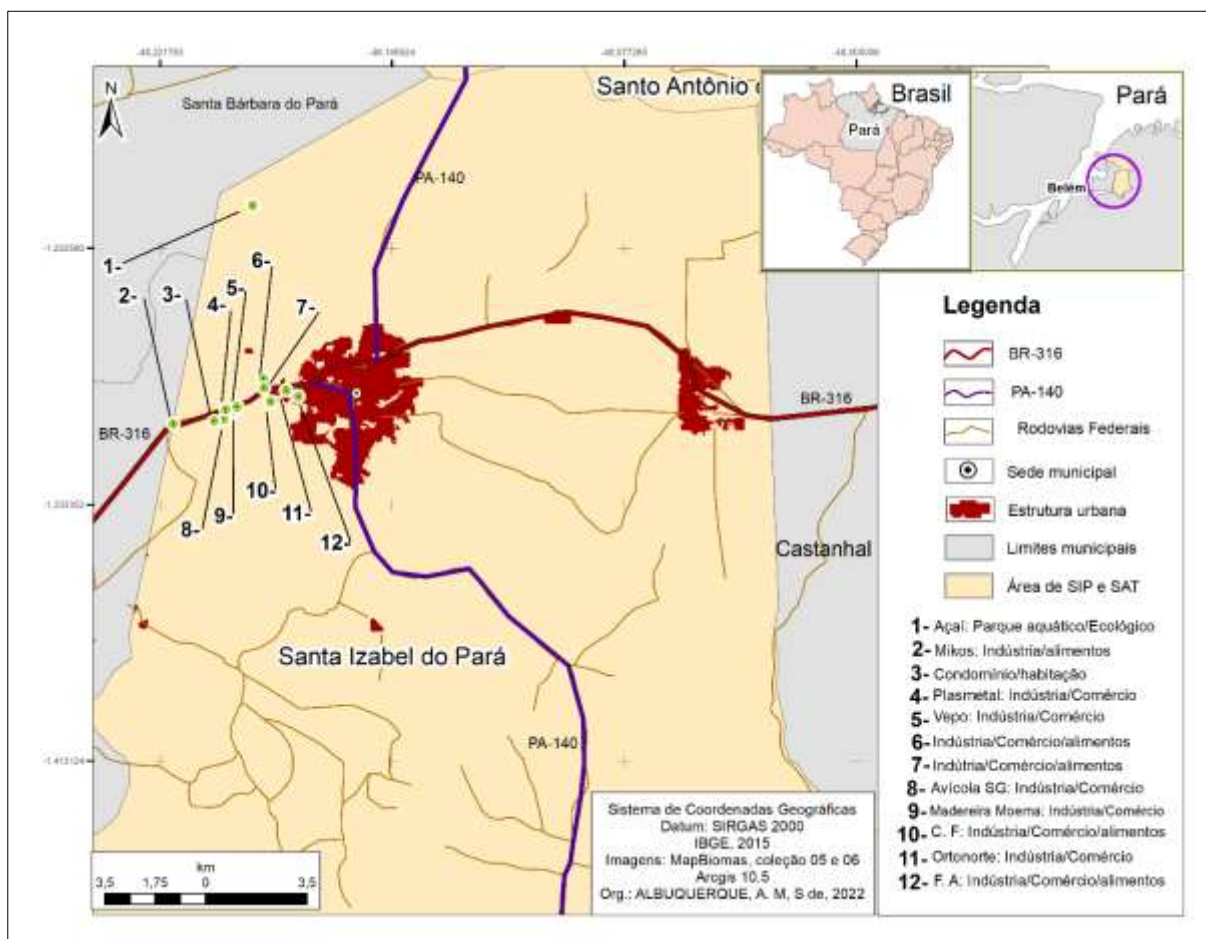
Ao considerarmos que Santa Izabel do Pará faz fronteira a Leste com a cidade de Castanhal (já mencionada), onde esta desempenha um papel crucial enquanto centralidade, podemos melhor apreender o significado dessa extensa demanda urbana e a crescente presença de agentes econômicos que almejam estabelecer-se nessa área municipal.

As indústrias relacionadas à exploração de recursos naturais, como as de envasamento e comercialização de água mineral, exemplificam um uso da terra cuja localização geográfica amplifica o potencial desses negócios. Nesse contexto, os fatores relacionados à mobilidade e à disponibilidade dessas fontes na área em questão ganham uma proeminência ainda maior.

Além disso, o setor de serviços associados ao lazer e à recreação floresce onde as condições naturais do campo se tornam um atrativo. Este setor se desenvolve com base em um mercado constituído por várias cidades, abrangendo tanto os municípios estudados diretamente quanto outros incorporados a essa rede urbana. Dessa maneira, essas novas relações configuram um contexto amplo e diversificado de inserção do território rural em um sistema mais disperso de desenvolvimento econômico regional.

Cite-se, exemplarmente, os fatores que favoreceram a instauração de uma considerável empresa do setor atacadista na mesma localidade, por volta do ano de 2020. Neste cenário, não se identificam elementos inerentes às questões naturais ou à base econômica rural tradicional que se integrem de modo direto à rede produtiva em questão. Entretanto, é manifesto que a malha viária, estendendo-se por diversas cidades da região metropolitana de Belém e áreas circunvizinhas, desperta o interesse para novos aportes de capital e para atividades produtivas modernas.

MAPA 9: St^a Izabel do Pará: Uso não-Agrícola da terra, Zona Oeste ¹¹



11

Fonte: IBGE, 2015. Base de dados: coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

O que identificamos no mapa acima é uma seleção dos principais pontos de desenvolvimento econômico que datam, em sua maioria, do século XXI.

No primeiro trecho (Oeste da sede municipal) de ocorrência das atividades econômicas não-agrícolas, procuramos apresentar algumas Áreas de Periurbanização (APs), como parte de um processo de desenvolvimento desencadeado a partir da capital paraense.

A extensão total desses investimentos (mapa acima) nos permite visualizar a área de alcance representada pelos usos não-tradicionais do rural de Santa Izabel do Pará desenvolvidos mediante uma clara aproximação geográfica aos novos interesses econômicos e, nesse caso, especialmente ao mercado habitacional (nº 3 no mapa). O tecido socioespacial em questão

¹¹ A localização das principais unidades de investimentos representadas no mapa destaca o nome fantasia e o ramo (seguimento econômico) em que os mesmos atuam segundo divulgação oficial de tais empresas. Essa tipificação simplificada visa apenas salientar um novo padrão de uso do ambiente rural municipal, com destaque ao desempenho rodoviário em tal processo. A identificação, também de muitos destes, como comércio/alimentos, tem o intuito de destacar esses ramos dentro de uma tradição produtiva rural municipal (avicultura). As identificações no mapa em questão se restringem apenas à classificação das atividades econômicas de modo a ressaltar o desenvolvimento urbano local por meio desse novo perfil de uso da terra no rural izabelense ao longo da BR-316.

demonstra o quanto as áreas de interface rural e urbanas são reveladoras das condições atuais (nos últimos 30 anos) de uso da terra que se fortalecem aqui. Sendo assim, sobressaem-se ainda mais as questões de interesses diversos que permeiam esse tipo de relação socioespacial, que estamos presenciando na referida cidade.

Há ainda nesse caso uma relação prévia necessária que precisa ser reconhecida aqui, quando na análise das informações presentes no mapa em questão, isso porque a área urbana consolidada deste município corresponde a 2020 e os investimentos em questão são posteriores aos anos 1990. Com isso, pode-se considerar que a modernização do território rural estudado tem no desenvolvimento urbano local um indutor inegável das principais dotações técnicas que passam a caracterizar o uso recente desse espaço, no início do século XXI.

Nesse contexto, entram os elementos tradicionais que são incorporados pelas novas relações de uso do território, estabelecendo-se assim as estruturas envolvidas nas funções mais recentes que passam a desenhar o perfil predominante de produção das áreas rurais.

É crucial ponderar sobre os mecanismos que passam a compor as novas funções do campo, analisando como essas alterações podem evidenciar o desenvolvimento rural, especialmente em áreas de influência metropolitana. A observação dos elementos periurbanos sugere possíveis abordagens de planejamento que considerem as interações discutidas. Embora muitas dessas áreas ainda exibam uma predominância agrícola, já podem ser vistas como integrantes de um sistema mais diversificado de uso da terra, indicando uma modernização do ambiente rural de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, em estreita relação com o desenvolvimento urbano do nordeste paraense.

A cidade em análise destaca-se por receber inúmeros investimentos modernos concentrados ao longo da BR-316, indicando uma perspectiva de avanço nos investimentos de capitais, especialmente nesse trecho. Atividades industriais, condomínios e serviços de recreação emergem como respostas do ambiente rural ao desenvolvimento urbano em curso, representando produtos dessa transformação.

A BR-316, como o principal eixo de circulação econômica, serve como a espinha dorsal pela qual flui a rede de relações entre as centralidades que compõem a malha de cidades. O mapa ilustra como o ambiente rural começa a adotar um novo padrão de uso da terra, consolidado pelo interesse proveniente das vantagens locacionais oferecidas pela rota. Na zona oeste da rodovia, observa-se um perfil de habitações não populares (condomínios fechados), destacando a importância da acessibilidade aos serviços urbanos e o conforto associado a um perfil rural de paisagem.

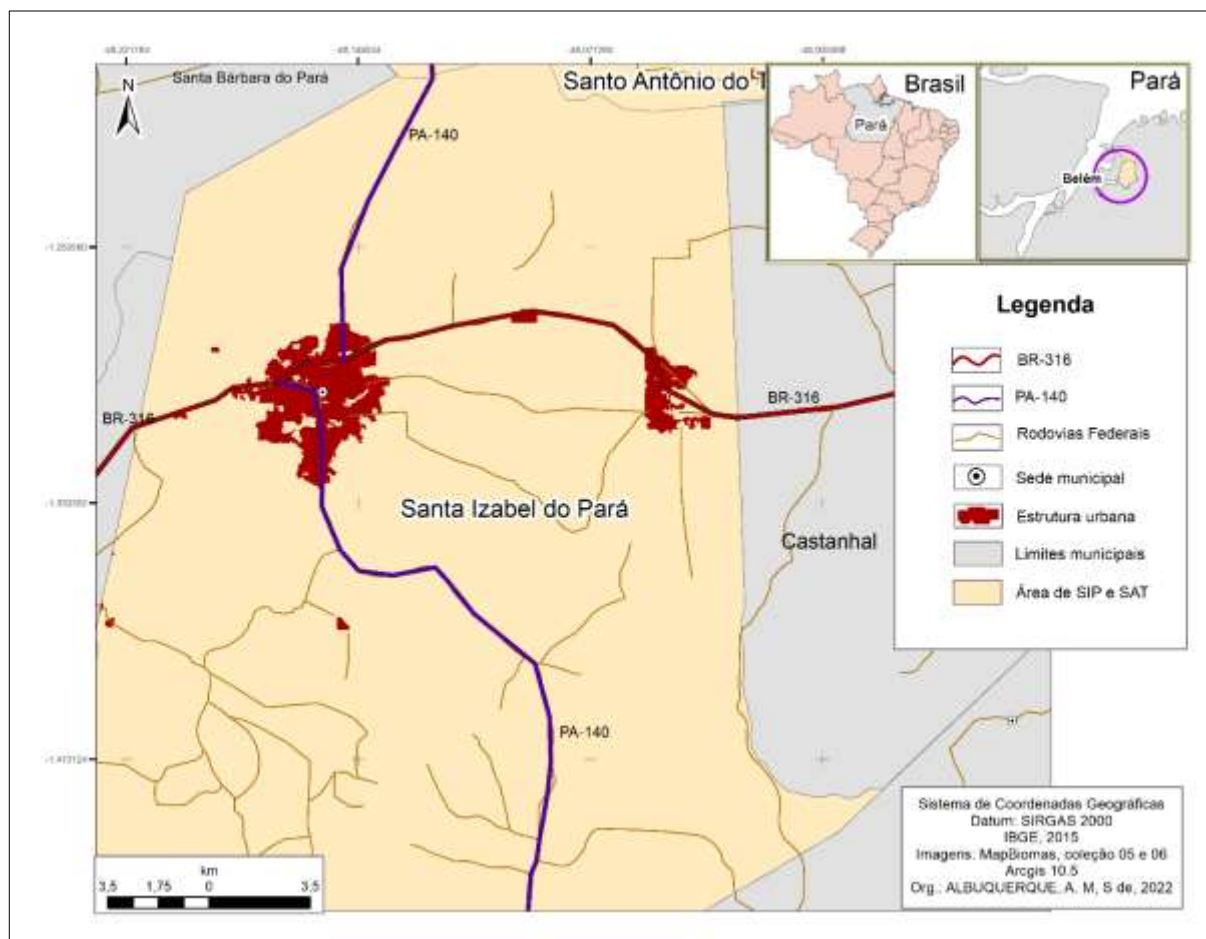
Ao analisar a forma como o território rural responde aos processos de apropriação capitalista moderna, investigamos elementos socioespaciais que indicam uma relação intermediadora entre os perfis de uso da terra discutidos. Abordar o ambiente rural apenas por meio de práticas produtivas tradicionais pode obscurecer uma dinâmica territorial mais diversificada, manifesta sutilmente entre as áreas de urbanização contínuas. Portanto, uma análise mais ampla e aprofundada da relação entre esses dois territórios é essencial para uma compreensão abrangente dos processos de desenvolvimento socioespacial na região.

A área urbana consolidada de Santa Isabel do Pará em 1990 revela uma dinâmica significativa em relação à rede urbana da capital. A rodovia federal BR-316 desempenha um papel crucial na morfologia da cidade, mas não é a única infraestrutura relevante; a rota estadual PA-140 também se destaca. Orientada de Norte a Sul, a PA-140 é o principal eixo de ligação com o ambiente rural mais distante do município, organizando o uso econômico e conectando essa parte do território izabelense ao circuito mais dinâmico da região metropolitana de Belém.

A cidade de Castanhal, a Leste, desempenha um papel essencial na distribuição e organização da ocupação econômica, enquanto o distrito de Americano, a segunda zona de destaque urbano municipal, reflete a importância da centralidade castanhalense no desenvolvimento urbano da zona oriental de Santa Isabel do Pará. O interesse habitacional também impulsiona a formação de espaços importantes, revelando dinâmicas decorrentes da dispersão urbana, e o território rural assume particularidades nas zonas de interface.

A análise das atividades econômicas no mapa (11) destaca o desenvolvimento ocorrido nos últimos 30 anos, principalmente ao longo da BR-316, o eixo central de conexão entre a capital do estado do Pará e sua rede urbana. Essa conformação urbana atua como o vetor principal das dinâmicas que se aprofundam no espaço rural, impondo mudanças significativas.

MAPA 10: Stª Izabel do Pará: Área Urbana Consolidada, 2020



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados, coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

No mapa em questão, é visível uma expansão urbana significativa nos dois primeiros decênios do século XXI, contextualizando a dispersão metropolitana e a transformação do território rural de Santa Izabel do Pará, especialmente nas rotas rodoviárias citadas. A análise comparativa dos mapas de expansão urbana de Santa Izabel do Pará (Mapa 9) revela um crescimento nas demandas urbanas sobre o ambiente rural nos últimos 30 anos. Esses processos indicam novas condições de uso econômico do campo, caracterizadas pela diversificação e multiutilização, impulsionando sua modernização e possivelmente provocando mudanças no perfil produtivo agrícola.

O desenvolvimento de um novo perfil de atividades econômicas em áreas de características rurais, estimulado pela proximidade com as zonas urbanas mais densas das cidades circundantes, evidencia um processo sistemático de apropriação e uso da terra. Essa mudança certamente exercerá influência sobre o padrão produtivo agropecuário mais tradicional que historicamente se consolidou na região.

Assim, é possível discernir uma clara relação entre a valorização econômica ao longo da BR-316 e a presença de cidades ao longo desse trajeto. Essa constatação revela uma condição urbana mais abrangente que respalda a implementação de uma lógica produtiva moderna nesses locais. Torna-se evidente que Santa Izabel do Pará está se aproximando cada vez mais do circuito econômico metropolitano, um fato que tem impulsionado o surgimento de áreas de interface crescentes entre o meio rural e urbano, delineando um processo de desenvolvimento em constante transformação em seu território.

As indústrias situadas a Oeste do território rural izabelense (conforme indicado no mapa 11), ao longo da rodovia em direção a Benevides, desfrutam de uma acessibilidade rodoviária privilegiada até o núcleo mais denso da área urbana contínua de Belém. Essa localização oferece condições ideais para a expansão de modelos vinculados a agentes capitalistas de grande capacidade produtiva, englobando aspectos como matéria-prima, escoamento da produção e disponibilidade de mão de obra no mesmo eixo econômico. Essa configuração é propícia para o desenvolvimento das áreas de periurbanização ao longo dessa rota.

Assim, a análise proposta permite identificar um traço contemporâneo relevante associado ao avanço da fronteira metropolitana sobre a área em estudo. A partir dessas observações, podemos examinar como o território rural reagirá a esse avanço, adaptando-se às demandas técnicas impostas pelo quadro produtivo atual. Essas condições urbanas de desenvolvimento econômico fazem parte dos mecanismos significativos que moldam o território rural, contribuindo para a formação das chamadas novas geografias territoriais (Brenner, 2015).

Nesse contexto, é pertinente considerar o campo como um espaço de pluriatividades e multifuncionalidade, destacando os diversos usos econômicos na região rural de Santa Izabel do Pará, especialmente nas áreas mais distantes da BR-316. Os empreendimentos ao longo dessa rodovia federal, em especial, delineiam a geografia local das Áreas de Periurbanização (APs).

O interesse habitacional anteriormente mencionado em Santa Izabel do Pará (identificado como nº 3 no mapa subsequente) exemplifica uma abordagem específica na utilização do ambiente rural. Este empreendimento fundamenta-se na oferta de vantagens, em parte, dependentes das características naturais encontradas no campo. Assim, podemos inferir que esse elemento é uma característica que não se pretende descartar, uma vez que influencia o perfil comercializado, garantindo um considerável valor agregado. O território rural, dessa

maneira, transcende a definição tradicional de uma área de campo e não se enquadra como uma área urbana.

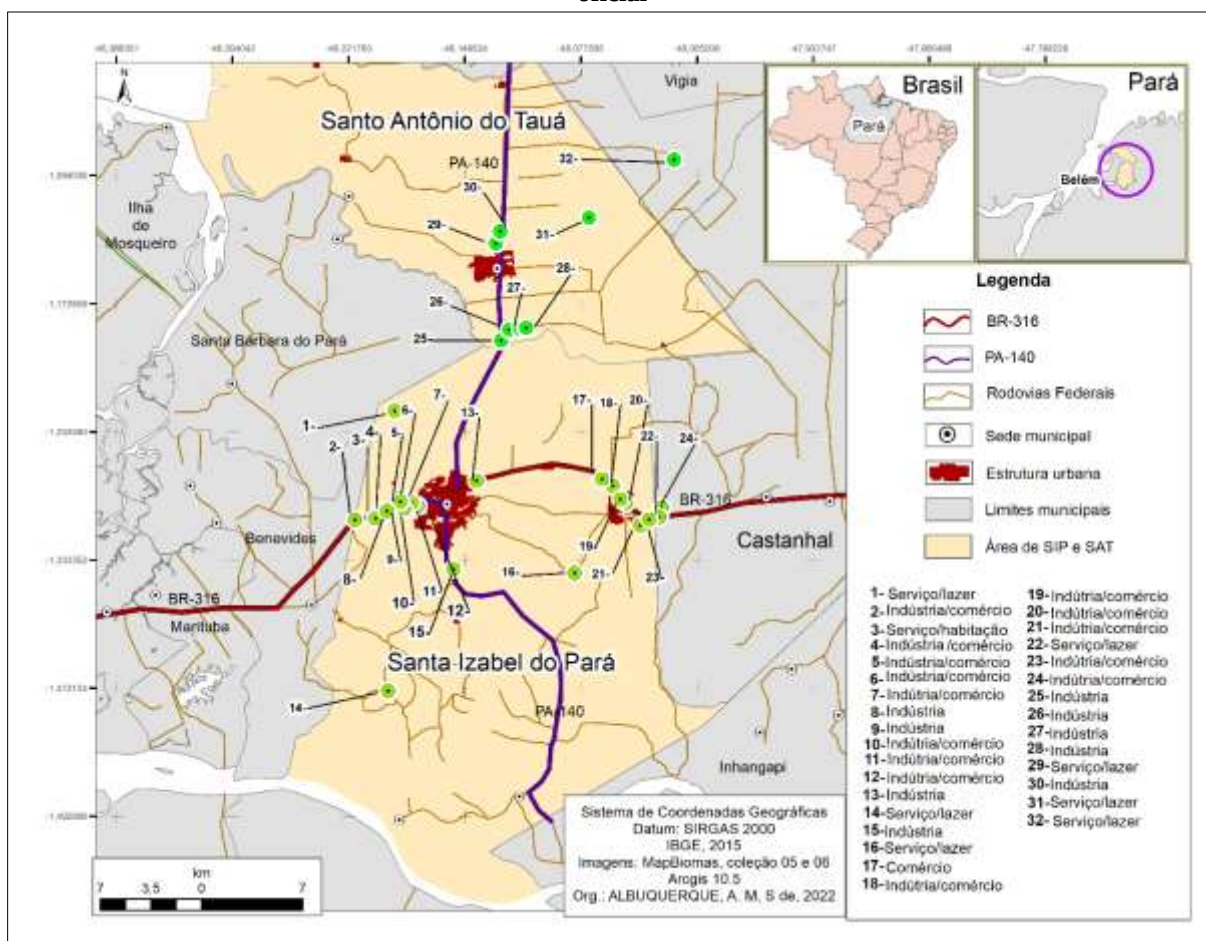
As Áreas de Periurbanização (APs) emergem em resposta a uma demanda crescente por terras, impulsionada inegavelmente pelo vetor urbano. Posteriormente, é necessária atenção às diversas relações que se originam desse processo, considerando que os modernos circuitos de interconexão permitem uma coexistência de identidades pertencentes a um caráter específico de território nos dias atuais. Nesse vasto processo de produção do espaço, guiado pela lógica abrangente de funcionamento e atuação dos agentes capitalistas, buscamos estabelecer essa linha de raciocínio.

No escopo deste estudo, é crucial esclarecer que essa interpretação, em algumas instâncias, necessita abranger uma extensa área da RMB, a fim de estabelecer parâmetros sobre o processo de avanço de um determinado padrão de uso da terra. Dessa forma, algumas dessas realidades ocasionalmente ultrapassam os limites dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, onde buscamos extrair aspectos do desempenho metropolitano considerados relevantes como referências para as dinâmicas que se desenrolam nesses municípios.

Nesse cenário, é relevante ressaltar sem, contudo, adotar uma postura visionária, que este é um processo que se delineia como uma nova condição de envolvimento econômico, com a tendência de abranger de forma progressiva e mais intensa toda a área rural em questão. Atualmente, essa configuração representa um espaço em que as influências de uma lógica produtiva urbana já permeiam toda a extensão da área rural, desempenhando um papel significativo como agente indutor de transformações, ainda que essas transformações não se manifestem de maneira proeminente na paisagem.

Algumas localidades mais afastadas do eixo de maior dinamismo representado pela rodovia federal que adentra a rede urbana do nordeste paraense, depois de cruzar o território municipal izabelense, são articuladas a este ambiente de dispersão urbana metropolitana por meio da PA-140. Aí, tanto podemos considerar o caso das áreas ao sul da sede municipal de Santa Izabel do Pará, levando-se em conta a sua zona urbana contínua, como também aquelas que estão no eixo norte, no sentido de Santo Antônio do Tauá.

MAPA 11: Stª Izabel e Stº Antônio do Tauá: Uso da terra fora das sedes municipais (contínuas) e/ou oficial



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados, coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo autor.

Ao integrar elementos mais arraigados no desenvolvimento regional local com as atuais dinâmicas econômicas de um comércio mais abrangente e diversificado, notamos, no contexto das atividades econômicas mencionadas, a emergência e/ou expansão de setores como avicultura, fruticultura (especialmente no comércio de polpa) e produtos industrializados derivados da mandioca.

Dessa forma, evidencia-se como esse circuito mais intrincado, amplo e diversificado contribui para moldar o perfil territorial de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. Os principais impulsionadores desse cenário certamente têm sua origem no mercado consumidor, expandindo-se tanto dentro da Região Metropolitana de Belém quanto, no caso deste recorte, em sua proximidade imediata.

Embora o destino definitivo do território rural em questão não possa ser plenamente delineado apenas com base nas observações até o momento, sustenta-se, por meio destas, alguns

argumentos a favor das designadas Áreas de Periurbanização (APs) como peças-chave para compreender esses novos processos de desenvolvimento rural e urbano nesse espaço.

Portanto, ao abordar um processo de absorção de novos recursos técnicos para reorganizar ou sistematizar os usos da terra no ambiente rural estudado, é vital reconhecer que esses não excluem a combinação de práticas modernas com bases produtivas tradicionais. Elas são evidências da presença de novos agentes econômicos que conduzem negócios relacionados ao ambiente rural.

Diante dessas novas relações, percebe-se que o mercado consumidor desta época difere substancialmente daquele que costumava caracterizar a região, quando a dinâmica principal da produção rural estava voltada para a capital. Já nas primeiras décadas do século XXI, observa-se que essa cadeia inclui novas dinâmicas de produção e distribuição, expandindo-se além das fronteiras do próprio estado para a obtenção de algumas matérias-primas.

No que se refere ao lado oriental da cidade de Santa Izabel, a trajetória das atividades relacionadas ao uso não tradicional das terras rurais ao longo da BR-316 destaca-se, notadamente, na Vila de Americano, onde a agricultura continua a desempenhar um papel econômico local significativo. Essa área municipal absorve uma série de investimentos, alguns deles integrados a projetos de incentivos estaduais. No entanto, é crucial situar nesses limites uma centralidade importante, agindo como vetor de desenvolvimento dessa parte do município.

Castanhal, com quase 200 mil habitantes, é uma cidade localizada no nordeste do Pará e representa a última cidade da região metropolitana de Belém a Leste. Suas fronteiras com Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá a situam, de forma indispensável, na área objeto deste estudo, visto seu papel direto nas dinâmicas relacionadas ao território rural dessa região.

A zona limítrofe entre o território de Castanhal e Santa Izabel do Pará revela uma diversidade de investimentos que vêm se intensificando numa franja urbana, possibilitando assim a identificação das chamadas "Áreas de Periurbanização Izabelense". Alguns negócios em desenvolvimento nessa área chamam a atenção por dependerem de condições geográficas originadas tanto da influência metropolitana quanto da disponibilidade de um ambiente natural propício ao lazer (base econômica regional). Esse local harmoniza, desse modo, elementos de um modo de vida rural com uma acessibilidade rodoviária que assegura fluidez aos núcleos urbanos circundantes.

Nesse cenário, o uso da terra tem propiciado a expansão tanto de serviços quanto do comércio. Esses elementos são, portanto, componentes essenciais para o surgimento de dinâmicas territoriais rurais significativas, uma vez que resultam em uma interface rural-urbana

que, certamente, conduz a dinâmicas na área agrícola, impulsionada pela notável demanda crescente de consumo.

Na análise conceitual do fenômeno periurbano nesta região, é crucial destacar elementos que configuram um continuum entre rural e urbano, embora essa dinâmica seja secundária neste estudo. Alguns pontos merecem atenção: Em primeiro lugar, é essencial integrar esta análise a uma abordagem sobre o perfil produtivo agropecuário para compreender as dinâmicas locais. Portanto, o debate sobre o caráter periurbano não será tão aprofundado aqui, dada sua capacidade de revelar formas híbridas de relações, interesses e conflitos no território e seu uso. Em segundo lugar, ao longo do trabalho, enfatiza-se que o foco está na discussão da relação campo e cidade, abordando a formação de espaços que desenvolvem um continuum entre esses dois ambientes. Essa abordagem concentra-se na transformação produtiva do rural local e sua integração à expansão urbana metropolitana.

Essas considerações visam posicionar o recorte de estudo em uma hierarquia de relações, onde as bases funcionais se ramificam em cenários de urbanização intensiva e extensiva. Assim, as áreas de periurbanização em Santa Isabel e o espaço industrial em Santo Antônio do Tauá revelam um perfil de uso da terra que atende a uma crescente demanda de consumo, especialmente nesta região do estado.

Nessa perspectiva, a intensa dimensão urbana da área de estudo relaciona-se às condições contemporâneas da reprodução do capital, configurando-se como um centro de convergência dessas forças. Tais elementos, conforme apontado pelo mesmo autor, expandem-se globalmente para reorganizar os lugares, embora, em alguns casos, como evidenciado no presente estudo, de forma menos densa e expressiva.

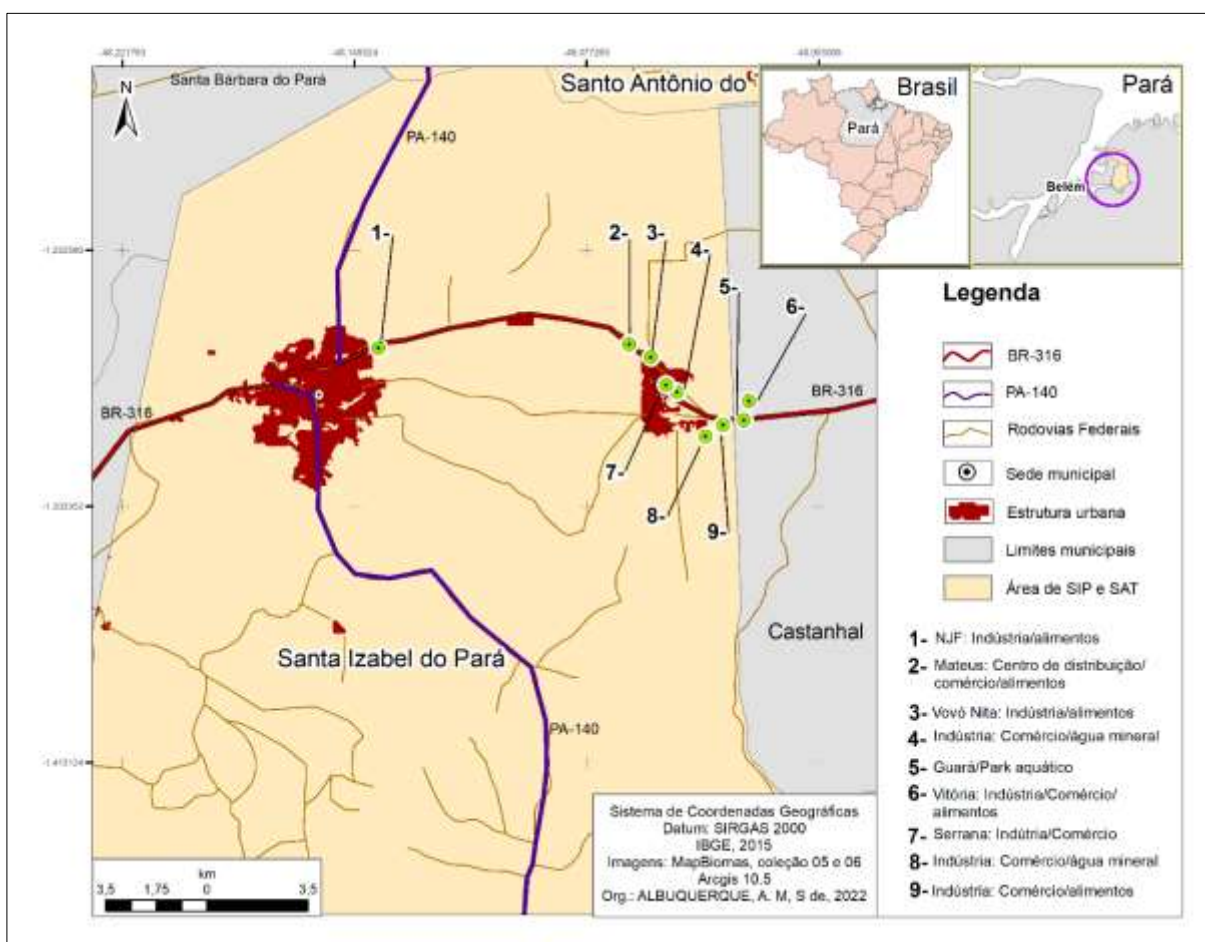
A porção territorial mencionada anteriormente, no Leste de Santa Isabel do Pará, possui uma importância agrícola considerável nos dias atuais. Trata-se de uma faixa do recorte de estudo em que as relações urbanas e rurais se intensificam sob uma centralidade de proporções menores em comparação com aquelas observadas a Oeste, onde já mencionamos os efeitos mais nítidos da dispersão metropolitana, inclusive na transformação do território rural da cidade fronteira de Santa Isabel do Pará e Benevides.

Por outro lado, a presença dos setores da indústria, comércio e serviços nesse perímetro é um importante traço do processo de formação de uma interface campo-cidade que se configura de forma contínua no uso da terra nessa zona, especialmente ao longo da BR-316, tendo a cidade de Castanhal como núcleo dispersor mais evidente. Portanto, mesmo que esta cidade seja uma

extensão da RMB, seu papel intermediador de âmbito urbano demonstra forte influência territorial sobre essa área.

Considerando que todo o fluxo de transporte entre a capital e suas fronteiras imediatas precisa passar por esse ambiente para alcançar as rotas que compreendem a extensão da rede urbana paraense a Leste, podemos dimensionar a importância desse local para o circuito econômico metropolitano. Somando-se a isso a relevância demográfica concentrada nessa área, teremos uma dimensão das possíveis implicações territoriais rurais em curso.

MAPA 12: St^a Izabel do Pará: Investimentos Não-agrícolas, Zona Oriental, (BR-316)¹²



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados, coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

As atividades econômicas destacadas na porção oriental de Santa Izabel do Pará exercem uma influência significativa no desenvolvimento urbano secundário desse município,

¹² A identificação das atividades econômicas do mapa em questão é uma tipificação simplificada que visa apenas salientar um novo padrão de uso do ambiente rural municipal, com destaque ao desempenho rodoviário em tal processo, além de mencionar recursos naturais rurais que podem aparecer associados ao tipo de atividade desenvolvida (exploração mineral) por exemplo.

destacando a análise de Castanhal como uma cidade média na fronteira Leste izabelense. A estrutura urbana, nesse cenário, apresenta-se de forma descontínua, ressaltando mais uma vez a importância da relação entre a rodovia BR-316 e o meio rural dessa área.

Essa leitura contextualiza o recorte da cidade em uma configuração regional urbana específica, relacionada à dinâmica urbana em expansão na RMB, com destaque para o papel desempenhado por Castanhal. As transformações produtivas não tradicionais nesse espaço abrangem desde a utilização de recursos naturais para recreação e lazer até a indústria extrativa e de alimentos. Dessa forma, percebe-se que o ambiente rural em questão apresenta particularidades no aumento das Áreas de Periurbanização (APs), considerando a presença da maior cidade na extremidade oriental da RMB.

A diversificação econômica e a pluriatividade do uso da terra no ambiente rural, como indicadores de uma nova ruralidade segundo Travassos (2018), permitem associar o quadro em questão ao processo de formação de elementos ligados ao desenvolvimento do periurbano, que estamos tentando identificar e discutir nesse espaço. Com a inauguração de um centro comercial de distribuição de grande porte, vinculado ao comércio atacadista (nº 2 no mapa), de alcance nacional, torna-se evidente a magnitude dos processos incorporados ao território rural por meio de atividades econômicas modernas representadas por esse empreendimento. Além disso, nota-se também um aumento no comércio de produtos rurais locais devido à expansão do consumo proporcionada por esse tipo de empreendimento.

Portanto, mesmo que os principais fatores de atração para esse tipo de atividade não sejam as condições naturais ou os interesses imediatos por matéria-prima ou mesmo gêneros agrícolas encontrados nessas terras – enquanto bases de uma economia regional –, a sua simples presença resultará em uma espacialização que emerge nas franjas das cidades, configurando uma nova relação campo e cidade em nítido processo de crescimento.

A reboque de tais transformações, há uma notória diversificação da oferta de comércio e serviços, mesmo que estejam ligadas às atividades informais que passam a se concentrar nesses locais, a fim de obter vantagens junto a essas fronteiras de desenvolvimento. Sendo assim, intensifica-se a relação que as áreas de ocorrência urbana descontínuas têm nesses locais de interface entre campo e cidade.

Por outro lado, podemos considerar que a dispersão metropolitana de Belém nos permite identificar o desenvolvimento, com maior intensidade, das Áreas de Periurbanização, tanto a Oeste quanto Leste de Santa Izabel do Pará, onde não se pode deixar de mencionar o crescente

desempenho urbano de Castanhal, enquanto área de maior destaque fora da zona contínua mais urbanizada da metrópole.

É necessário ressaltar, nesse caso, o desenvolvimento de uma dinâmica no território rural, cuja mediação ocorre por meio de sua interface às características urbanas desencadeadas pela metrópole, como principal núcleo dispersor dessa rede urbana. Nesse contexto, pode-se concluir, ainda que parcialmente, que essas transformações inevitavelmente terão impacto nas atividades agropecuárias locais, as quais, por sua vez, não poderão prescindir do sustentáculo tradicional agrícola (regional) que marcou a origem da ocupação humana no Nordeste paraense.

Ao compartilhar desse importante parcela dos processos experimentados por sua vizinha Santa Izabel, o município de Santo Antônio do Tauá forma, juntamente com esta, uma área que nos ajuda a compreender não apenas o desempenho metropolitano sobre esse recorte, mas também a reestruturação do campo resultante de relações complexas, percebidas em grande medida pelo novo uso da terra nesse espaço. Esses, por sua vez, carregam consigo as desigualdades (contradições) da produção do espaço, por meio das quais ocorre o próprio processo desigual de dispersão urbana das metrópoles.

O território rural em questão apresenta uma importante característica que revela a crescente apropriação capitalista nas fronteiras metropolitanas. Nessas áreas periféricas, ocorre uma combinação dos efeitos da urbanização dispersa com elementos mais tradicionais de uma economia regional, estabelecendo uma relação dialética entre o campo e a cidade. Esses dois ambientes municipais, assim, ao combinar algumas de suas propriedades originais, permitem o surgimento de um tecido socioespacial moldado por suas próprias especificidades.

Portanto, ao discutirmos as Áreas de Periurbanização (APs) nesse contexto, é importante considerar o limite conceitual que adotamos, uma vez que utilizamos um agrupamento de evidências socioespaciais em uma região de interfaces ou transição entre o rural e o urbano para o desenvolvimento de nossas análises. No entanto, outras dimensões mais profundas dessas realidades no território rural dos municípios estudados não serão exploradas em detalhes nesta tese. Como mencionado anteriormente, a centralidade da presente pesquisa está voltada para as transformações percebidas tendo, especialmente, como referência as bases rurais produtivas tradicionais da área em questão compreendido num processo mais amplo de desenvolvimento urbano.

4.1.2. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Relação Rural e Urbana Pós 1990

Este prosseguimento de capítulo tem como objetivo discutir as principais perspectivas econômicas que têm marcado o desenvolvimento urbano municipal, assim como as dinâmicas de uso da terra rural em Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá, buscando compreender tais mudanças como processos que resultaram na reorganização do espaço geográfico local analisado no presente trabalho até o momento.

Considerando, igualmente, se estar adentrando às análises finais sobre os dados referentes ao rural da nossa área de estudo, fazemos agora uma pequena retomada dos principais aspectos referentes ao desenvolvimento das hipóteses e de algumas discussões conceituais, enquanto proposições analíticas do quadro socioespacial, apresentados nesse trabalho.

Ao longo das últimas décadas, tem-se observado mudanças consideráveis no modo como as dinâmicas de uso da terra rural se articulam com o desenvolvimento urbano municipal. Esse fenômeno ocorre em diversas regiões do mundo e é especialmente intenso em países que passaram por processos de industrialização tardia, como é o caso do Brasil (Fernandes, 2000). Nesse contexto, o crescimento do consumo local e a adoção de atividades ecológicas de ciclo curto, como a produção de hortaliças, têm se tornado cada vez mais importantes para os pequenos agricultores, tanto para atender à demanda dos centros urbanos como para garantir mercado para seus produtos.

Ao mesmo tempo, o crescimento das práticas agrícolas comerciais e a diminuição no ritmo produtivo das atividades tradicionais têm transformado profundamente o modo como o território rural se insere na dinâmica econômica do país. Essas dinâmicas têm desencadeado uma série de mudanças socioterritoriais, especialmente na relação campo e cidade, o que demanda análises minuciosas sobre o tema.

Ao retomar esse debate sobre a economia rural de Stº Antônio do Tauá no contexto da rede urbana da capital, reiteramos o significado da PA-140 como uma infraestrutura essencial para a compreensão regional da ocupação econômica que ela ajudou a consolidar entre o litoral e a faixa continental do estado, onde se desenvolveu uma forte atividade agrícola e a sede dos mencionados municípios. Enquanto a BR-316 foi fundamental para a formação dessa rede urbana em um curso L/O, a rota estadual em questão tem sua maior expressão geográfica em uma configuração N/S. Com isso, pode-se atribuir à PA-140 uma relação fundamental no contexto do estabelecimento das características territoriais rurais (uso da terra), além daquelas mais ligadas às bases tradicionais de ocupação litorânea dessa região.

A geografia das cidades ribeirinhas amazônicas, integrantes de um modelo anterior de organização urbana, complexifica-se com a articulação amazônica rodoviária iniciada na segunda metade do século XX. O Nordeste paraense, impulsionado por políticas federais voltadas para a Amazônia, experimenta um novo ritmo de organização espacial, notável no desenvolvimento urbano de Santa Isabel e Santo Antônio do Tauá.

Apesar da ausência de números produtivos atuais, constatações empíricas indicam que o desenvolvimento urbano na região tem impacto significativo nas dinâmicas rurais dos municípios. Nas últimas décadas, as transformações evidenciam uma produção agrícola orientada para um mercado mais complexo e dinâmico. As médias e grandes propriedades seguem o roteiro dessas novas relações, enquanto os pequenos produtores enfrentam os desafios de um comércio mais instável.

Esses processos são fundamentais para uma análise geográfica do fenômeno urbano na área, destacando uma zona onde o alcance metropolitano é crucial. Assim, para se estabelecer parâmetros analíticos e metodológicos apropriados, é essencial identificar dinâmicas rurais em torno das quais giram algumas hipóteses deste estudo comparativo municipal.

- 1- Redução do uso da terra relacionada à prática agrícola tradicional dessa região, como mandioca, feijão, milho, arroz, etc. (atividades econômicas desenvolvidas tradicionalmente no curso do processo histórico de ocupação da mencionada área);
- 2- Estabelecimento de um novo padrão produtivo, marcado por um perfil agrícola que indica o aumento de uma atividade mais voltada para a comercialização de alguns produtos do campo, favorecido por um certo grau de modernização produtiva local;
- 3- Crescimento de um perfil agrícola considerado de ciclo curto nas terras das pequenas propriedades, como hortaliças, como possível reflexo das dinâmicas rurais em curso;
- 4- Mudanças no perfil econômico (PIB) e demográfico municipal, mediadas por um processo de desenvolvimento urbano das cidades abordadas, marcadas também por sua geografia de caráter metropolitano.

Esta seção do trabalho será mais objetiva em relação ao foco central da pesquisa. Enquanto anteriormente se estabeleceu um diálogo conceitual, discutindo seu alcance teórico para a interpretação da relação rural e urbana, esta fase dos estudos sobre o território rural de Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá direcionará a investigação e análise especialmente para a dimensão agrícola e seus significados nesse contexto.

Ao abordar questões relacionadas ao perfil econômico rural nesta região do Pará, estaremos explorando diretamente ou indiretamente os possíveis processos vinculados ao contexto híbrido da organização do território rural, conforme mencionado por Woods (2016).

É importante, contudo, verificar que os estudos do periurbano surgiram como uma ferramenta de abordagem da expansão e do planejamento das áreas periféricas de grandes zonas urbanas europeias na década de 1940 (Avilla, 2015). Embora, nesse contexto, essas abordagens procurassem se referir a um processo de desenvolvimento das franjas urbanas mediadas por ações do Estado em termos habitacionais, expansão das ocupações espontâneas, entre outros, essa perspectiva foi mudando com o desenrolar da globalização.

As fronteiras metropolitanas se expandiram e alcançaram áreas cada vez mais afastadas. Seu estabelecimento em ambientes rurais cresceu, provocando transformações significativas do território e fazendo com que tal processo fosse percebido nas interfaces rural-urbanas. Assim, em muitos países do mundo, mesmo nos menos desenvolvidos, foram observadas as áreas periurbanas (Adell, 1999).

É essencial observar que o conceito de periurbano abordado aqui busca estabelecer uma medida específica de seu alcance. Nosso foco está na identificação prioritária de sistemas de objetos e sistemas de ação (Santos, 1990) que orientam, de alguma forma, o desenvolvimento econômico desta área do estado. Este esforço visa encontrar relações adequadas entre vetores, dinâmicas e configurações espaciais na análise da relação rural e urbana.

Esse conjunto indissociável, solidário e contraditório representa uma parte do processo de transformação atualmente observado como um componente da periurbanização, que emerge como parte de uma nova geografia territorial (Brenner, 2015) na interface entre o rural e o urbano na região estudada. No mesmo cenário, não podemos ignorar as continuidades representadas pelo uso agrícola do território, pois contêm dados regionais essenciais para as análises territoriais mais recentes no início do século XXI.

Contudo, o sentido introdutório relativo ao referido conceito, na composição desse trabalho, está mais próximo de uma abertura analítica de entendimento do que de um prelúdio para se lançar uma percepção acerca da relação campo e cidade. Sendo assim, destaca-se aqui a compreensão não apenas de que o rural ganha novos significados frente ao desenvolvimento urbano, mas que suas interfaces também nos alertam para a necessidade de planejamento local, no que se refere, igualmente, à segurança alimentar – mesmo que isso signifique pensar o rural em um sentido estritamente tradicional, como área produtora de gêneros agrícolas.

Dessa maneira, abordaremos os cinco pontos supracitados, com base nas diversas literaturas consultadas, tendo em vista pensá-los em um contexto de modernização produtiva e evitar uma imersão baseada apenas em dados quantitativos nesse estudo do rural, mediado a partir de então por seus números produtivos e/ou diversas relações nesse ambiente, considerando o efetivo início do referido capítulo.

Muitas questões que envolvem as definições administrativas do urbano acabam sendo pouco adequadas quando se trata de atender à pauta do rural, justamente porque tais políticas são adotadas sem os critérios adequados a esses territórios e suas características tradicionais de uso. O reconhecimento dos processos que configuram um continuum rural-urbano acaba sendo uma condição importante para a administração local.

A retomada dos pontos acima ocorreu com o objetivo de estabelecer um breve resgate dos principais temas adotados aqui, como hipóteses decorrentes das dinâmicas que se pretende analisar dentro do território rural em questão. Estamos falando de uma área que combina duas frentes distintas de ocupação histórica, cuja configuração atual interessa ao quadro regional que combina tais características ao desenvolvimento urbano que avança sobre essa parte do estado.

4.2. Urbanização e transformações socioespaciais locais

Nos últimos trinta anos a economia primária municipal passou por transformações significativas, tanto no quadro produtivo (itens cultivados) quanto no volume (quantidade e valor obtidos), nesse sentido a proximidade das terras tauaenses como a metrópole Belém tem sido essencial à compreensão do desenvolvimento de tais dinâmicas.

Quadro 2. Stº Antônio do Tauá, Produção Agrícola: Culturas Permanentes, 1970

Pimenta do reino Quant. (t)	Banana Quant. Cachos	Laranja Quant. 1000f	Mamão Quant. 1000f
518	150	138	1

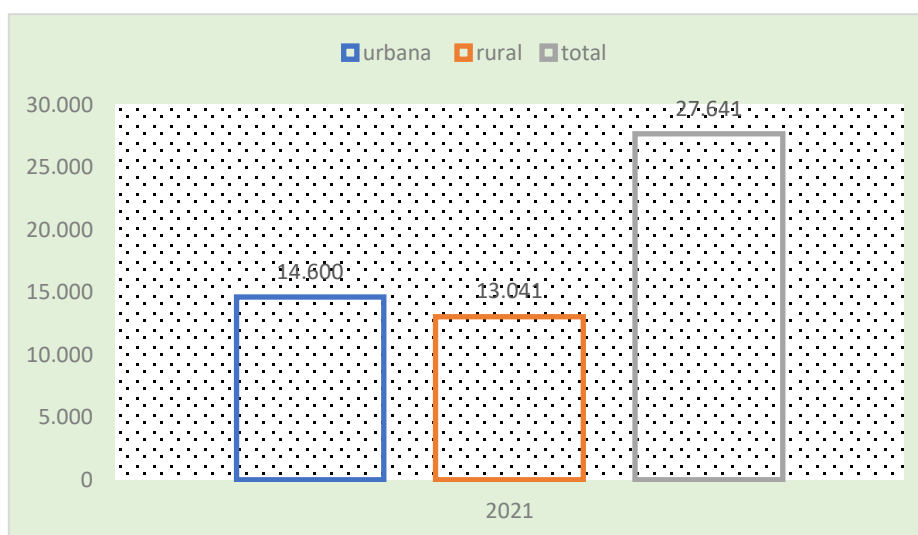
Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário – Pará, VII Recenseamento Geral, 1970. (Série Regional) vol. III, IV. Fundação IBGE – IBE. Rio de Janeiro, 1975. In: O Uso da Terra em Tauá-Vigia Estado do Pará, vol. I, 1980, p. 30.

Com base nas informações apresentadas no quadro de culturas permanentes, torna-se evidente a relevância da década de 1970 para compreender o uso da terra e a dinâmica rural em Santo Antônio do Tauá. Nesse período, algumas práticas agrícolas assumiram papel de destaque na região, contribuindo significativamente para a configuração do meio rural. Essa análise permite uma melhor entender tais transformações ocorridas ao longo do tempo, possibilitando

uma visão mais abrangente sobre a evolução do setor agrícola e suas implicações para a comunidade local.

Portanto, o padrão produtivo agrícola exemplificado no quadro em questão (1970) e aquele pós-1990, demonstra alterações significativas no cenário geral da economia rural local¹³. Embora vários fatores estejam envolvidos nessas transformações, podemos considerar que o desenvolvimento urbano dessa região desempenha um papel fundamental no fortalecimento das culturas comerciais, como indicado por dados recentes que apontam para um novo e importante perfil produtivo do meio rural local (mais detalhes serão abordados posteriormente).

Gráfico 3. Santo Antônio do Tauá: População Urbana e Rural – (valor estimado) ¹⁴



Fonte: IBGE, censo demográfico 2010.

Nesse contexto, é possível perceber uma lógica comum a diversas cidades pertencentes à Região Geográfica Imediata de Belém (RIB), à medida que as diferenças entre a população urbana e rural aumentam. Contudo, para uma análise mais aprofundada, é necessário mediar esse fato com outras variáveis econômicas, que serão abordadas posteriormente. Essa referência é de grande importância para discutir a ocorrência desigual quanto à dispersão metropolitana em determinados trechos da rede urbana em questão.

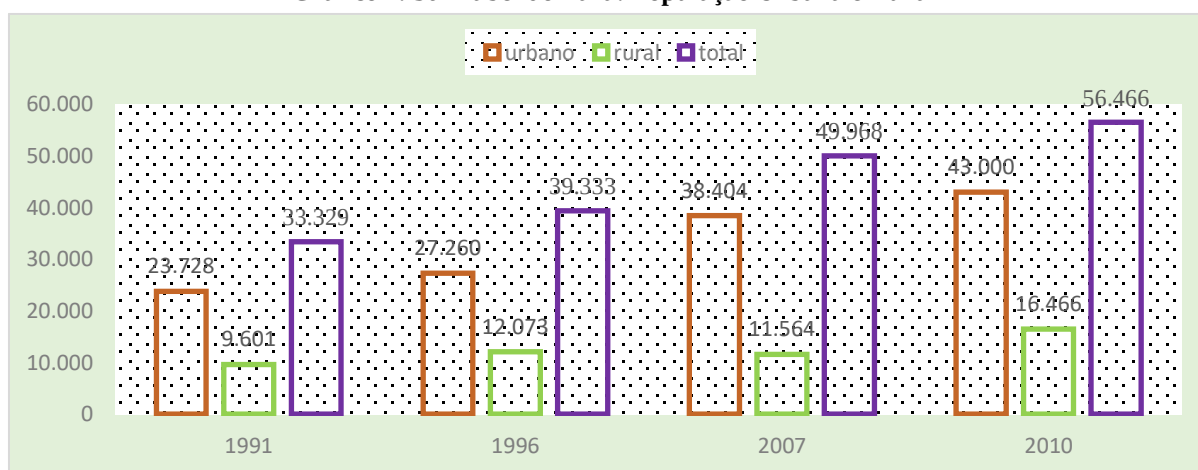
¹³ Entre as referidas décadas constatou-se uma redução das práticas agrícolas de subsistência (pequena produção rural), enquanto as culturas de ciclo curto se ampliaram (hortaliças). Tais informações fazem parte do, já mencionado, trabalho de pesquisa (dissertação), concluído em 2018.

¹⁴ Os valores estimados em questão, foram obtidos por meio da média do incremento demográfico para a população urbana municipal ocorrido nos períodos anteriores através de dados fornecidos pelo IBGE. O referido procedimento se tornou necessário considerando o atraso no recenseamento populacional do país previsto para o ano de 2020.

Embora a evolução da população urbana do município de Santo Antônio do Tauá possa não representar números expressivos em termos de concentração demográfica na cidade, ela nos permite melhor compreender a inserção da cidade no contexto de uma urbanização local significativa. Esse processo também tem peso no que se refere ao território rural, onde se verifica um decréscimo populacional.

Por outro lado, os dados representados no gráfico a seguir, referentes a um período de 10 anos, demonstram que a população urbana de Santa Izabel do Pará sempre se mantém superior ao dobro da população rural. Essa relação se amplia ainda mais na década de 2010, onde o aumento populacional em questão parece evidenciar sua relação geográfica, estando mais restrito à dispersão metropolitana desse período.

Gráfico 4. Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural



Fonte: IBGE, censo demográfico.

Levando em conta as transformações já analisadas nos municípios de Santa Izabel do Pará e considerando uma escala mais ampla de análise dessas modificações, pode-se perceber a importância da configuração que ganha força em outro trecho da referida região de estudo, principalmente às margens da BR-316. Torna-se notório que o incremento de caráter urbano desempenha um papel significativo na relação campo-cidade nesse espaço, sistematizando, de alguma forma, um comportamento socioterritorial mais amplo.

Dessa forma, podemos abordar o setor industrial que surge em áreas ao longo da PA-140 como um advento urbano em expansão e, ao mesmo tempo, um importante indutor de dinâmicas rurais nos dois municípios em questão. Isso representa demandas de um sistema econômico mais amplo e diversificado que se origina nas cidades e alcança as áreas rurais, primeiramente por meio das rodovias que fazem parte desse processo de dispersão.

A partir dessa análise, podemos fazer uma leitura do ambiente rural remanescente, em que sua estrutura produtiva tradicional, que se estabeleceu dentro das mencionadas

particularidades regionais, abrange tanto Santa Izabel do Pará quanto Santo Antônio do Tauá. Portanto, essas áreas de interface rural-urbanas aparentam ser uma resignação do campo à cidade. Nesse caso, o território rural, visto como um espaço híbrido de múltiplas relações, adquire essa dimensão geográfica particular de análise.

O tecido socioespacial na Região Intermediária de Belém passa por modificações sob a influência da urbanização metropolitana, afetando os territórios rurais de Santo Antônio do Tauá e Santa Izabel do Pará. As vias terrestres são cruciais para novos investimentos produtivos nesse circuito de desenvolvimento regional.

Ao analisar o território rural de Santo Antônio do Tauá, observamos processos econômicos gerais que refletem a organização do espaço no contexto da reprodução das relações do modo de produção hegemônico. A dinâmica territorial desse município é influenciada por elementos relacionados ao desenvolvimento urbano, seguindo a lógica global de reprodução do capital, gerida pela administração local.

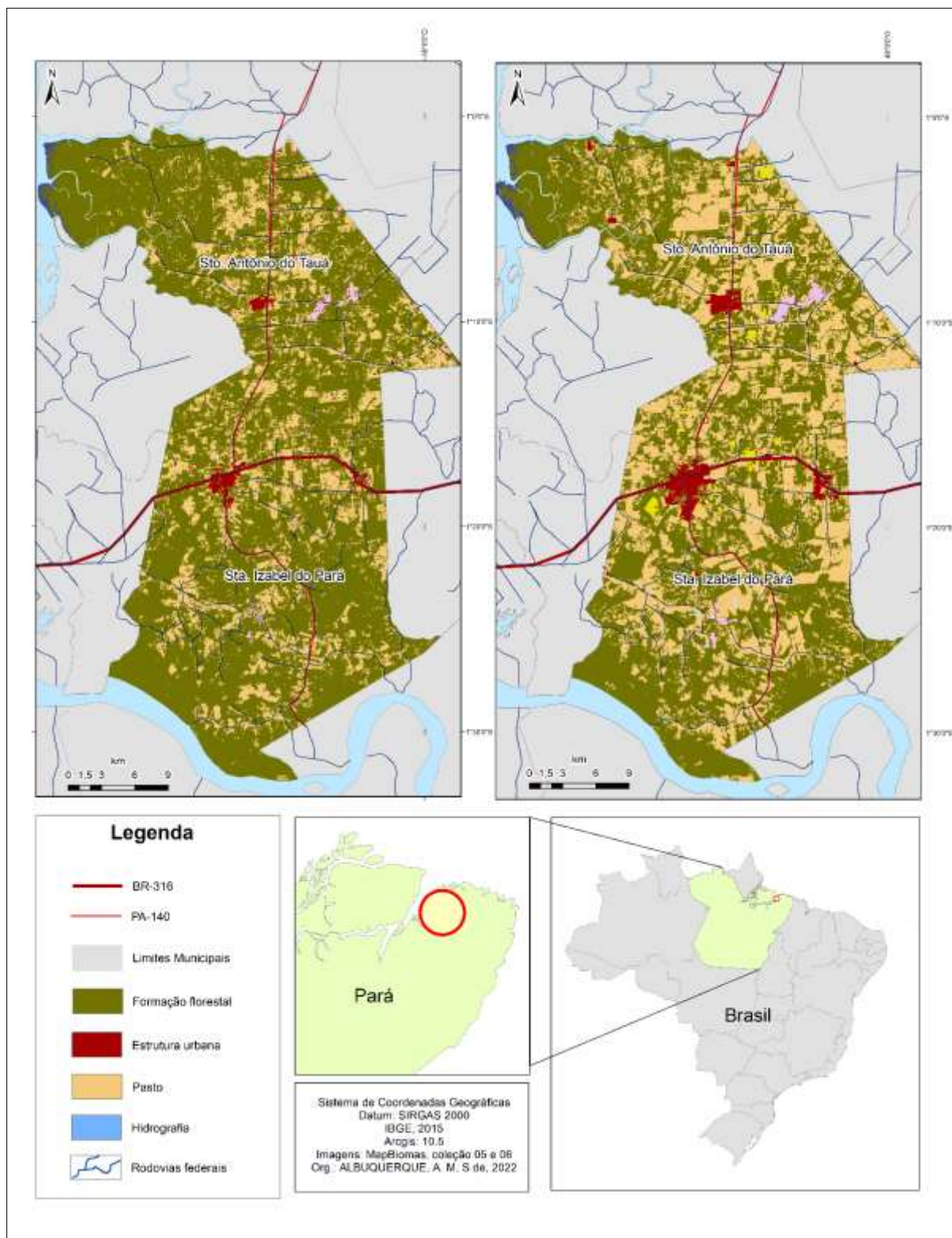
Discutimos a presença de um processo de urbanização dispersa, formando áreas descontínuas e novas geografias territoriais em escala discreta. Identificamos processos mediados por relações regionais e iniciativas econômicas não tradicionais no ambiente rural, possibilitando reorganização socioespacial.

Essas observações inserem novas relações, provenientes do uso da terra por iniciativas econômicas não tradicionais, abrindo possibilidades de reorganização socioespacial. Essas condições estendem-se aos dois municípios, envolvendo demandas urbanas por novas áreas industriais, habitacionais, matéria-prima e produtos agrícolas variados.

O movimento e as novas estruturas econômicas tornam-se mais nítidos à medida que se aproximam da capital e menos intensos à medida que avançam a Leste da rede urbana, retomando um pouco desse perfil nos limites de Castanhal. Esses dados resultam de constatação empírica, cartografia e mapas, sistematizando alguns dos principais investimentos.

Em suma, diante da configuração espacial dessa dinâmica e sua natureza urbana, pode-se concluir que esse é um processo que tende a continuar concentrado, de forma mais acentuada em Santa Izabel do Pará e, secundariamente, em Santo Antônio do Tauá. Com efeito, a presença urbana como vetor de transformações do território rural local também crescerá proporcionalmente ao aumento desses investimentos locais.

MAPA 13: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento Urbano e Uso e Cobertura 1990/2020



Fonte: Do próprio autor, com base cartográfica do IBGE. ¹⁵

¹⁵ A elevação da área de uso em relação à cobertura no território de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, visto por contraste, demonstra claramente o desenvolvimento urbano local, avançando sobre o ambiente rural em questão no período analisado, daí o recorte de 30 anos ter importância à observação referente ao avanço do urbano municipal.

A expansão urbana ocorrida nos últimos 30 anos nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá reflete-se no uso e cobertura do território, revelando contrastes significativos com as áreas rurais dessas localidades. Analisando esse desenvolvimento no contexto mais amplo da expansão da fronteira metropolitana, emerge a compreensão das novas relações entre o rural e o urbano, configurando um padrão de uso da terra em evolução.

A compreensão do território rural requer a consideração de sua relação com os vetores urbanos, expressões técnicas da organização do espaço. A busca pelas Áreas de Periurbanização (APs) destaca-se como um conceito mediador nas transformações urbanas intensas, atingindo o ambiente rural mais distante e delineando aspectos do Novo Rural.

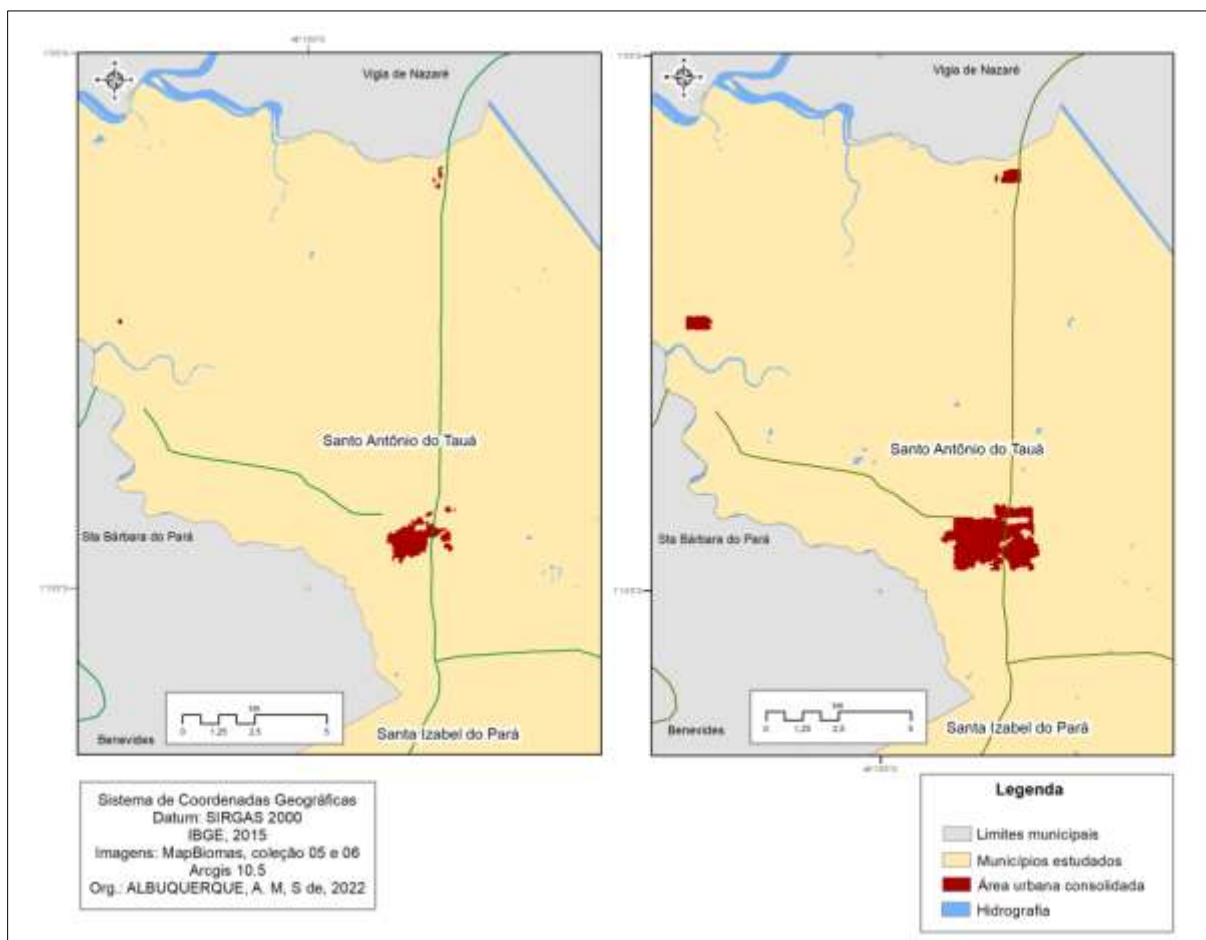
Infere-se que o território rural, tradicionalmente agrícola em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, está se adaptando a uma nova realidade socioeconômica influenciada pela presença metropolitana. Os pequenos produtores rurais enfrentam desafios, sujeitando-se ao mercado, mas também encontram oportunidades comerciais, como evidenciado pelo crescimento de atividades de ciclo curto, como o cultivo de hortaliças, desde 1990¹⁶.

Ao longo de três décadas, a expansão metropolitana sobre o Nordeste paraense molda novos cenários, apresentando desafios e oportunidades para a pequena produção rural local. A crescente influência da metrópole Belém se reflete em dinâmicas de um Novo Rural (DNR), marcando a conexão entre o ambiente rural tradicional e o desenvolvimento urbano. A infraestrutura moderna, derivada de uma escala nacional/internacional de produção, contribui para a formação de realidades socioterritoriais particulares.

Assim, tanto em Santa Izabel quanto na área industrial de Santo Antônio do Tauá, é possível identificar processos de periurbanização associados ao circuito rodoviário que articula a economia da região paraense.

¹⁶ Processo observado em trabalhos ligados ao rural metropolitano, tal como constatado igualmente em nosso trabalho de dissertação (mencionado) sobre esse mesmo tema.

MAPA 14: Stº Antônio do Tauá: Desenvolvimento da Área Urbana Municipal, 1990-2020



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados: coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

Nesse contexto, a periodização proposta para esse fim torna-se ainda mais relevante, uma vez que busca associar elementos de uma conjuntura socioespacial específica, marcada por características regionais distintas, às implicações de um novo cenário mais amplo de desenvolvimento econômico moderno. Nesse sentido, é importante considerar os diversos dados de pesquisa que abrangem tanto aspectos da história geográfica – com a tradicional economia local – quanto os mais recentes, como bases para análise do território rural em questão e suas dinâmicas socioprodutivas.

Assim, mesmo que a referida abordagem do estudo rural, neste trabalho, possa parecer restringir-se a uma visão dualista de entendimento, a presente metodologia de análise estabelece uma perspectiva diferente. Ela considera a percepção dos laços inquestionáveis que hoje unem o rural e o urbano nos processos que ora buscamos estudar, tentando, igualmente, romper com a grande dicotomia que aí existe.

Dessa forma, ao se falar das dinâmicas de um Novo Rural, no caso Izabelense e, secundariamente, em Stº Antônio Tauá, estamos assegurando que os fatores geográficos

contidos no dorso da circulação mais significativa, a ocupação do nordeste paraense, entre outros, tenham o devido lugar nesse cenário maior de urbanização e de transformações do território rural em questão.

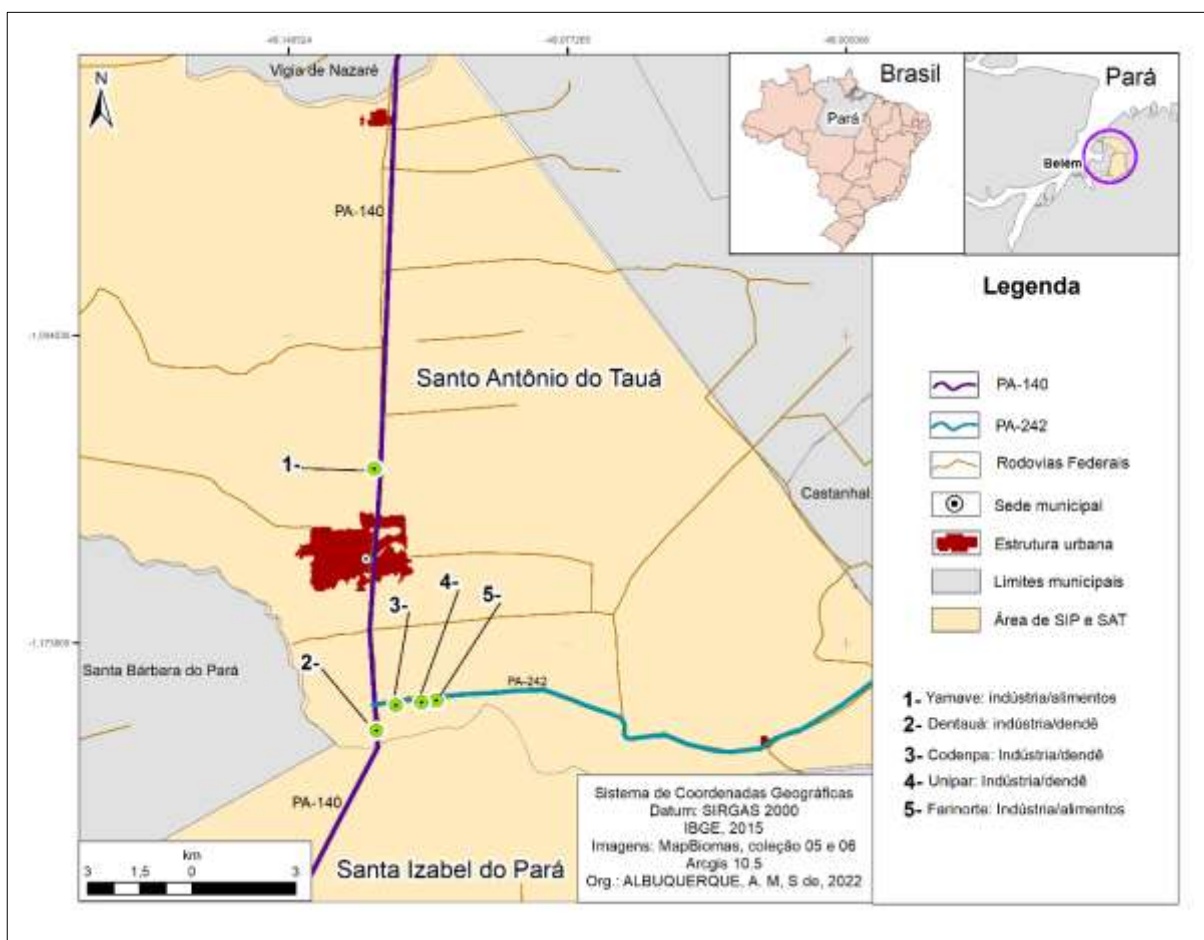
Como já mencionado, não se pode deixar de perceber ainda uma expansão secundária de mesma natureza por entre as vias, que de modo menos intenso, conduzem o alcance desses fluxos às localidades mais distantes a partir da BR-316. Sendo nesse contexto, a própria rede técnica que se coloca aí enquanto condição essencial aos novos arranjos socioespaciais, é parte dos processos imediatos que nos permitem notar o referido território rural, ao alcance dos vetores urbanos de transformação.

Há de se perceber, portanto, o avanço nesses primeiros decênios do século XXI, de uma sociedade urbana (Lefebvre, 1999), não por conta de uma total urbanização do rural, mas sim, por se tratar de fenômeno indispensável à compreensão das novas espacialidades daí decorrentes. Nesse caso, acabamos lidando com uma questão paradoxal onde ao mesmo tempo em que se propõe a leitura do espaço rural-urbano, para se contrapor à ideia de uma completa absorção do campo pela cidade, não se pode falar do campo sem a sua relação com o urbano.

Portanto, se hoje podemos dizer que a urbanização é contemporânea dos fenômenos socioespaciais mais amplos, expressivos e marcantes do espaço atual, esta, de algum modo, se encontra intrínseca às práticas produtivas desenvolvidas no mundo, segundo se pode depreender da leitura de Brenner (2015), em sua análise do pensamento lefebvreano de uma sociedade urbana.

Retomando o mapa acima, podemos destacar a PA-140 como a principal ligação entre os dois municípios. Sendo assim, o crescimento da área urbana tauaense, seja referente à sede municipal ou às localidades de predominância do rural (por definição), podemos identificar a relevância dessa nova condição ao desenvolvimento local, a partir do urbano como referência.

MAPA 15: Stº Antônio do Tauá: Rural Não-Traducional (Indústria) ¹⁷



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados, coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor

Considerando-se que as relações do município de Stº Antônio do Tauá se estabelecem, como mencionado anteriormente, por meio das vias estaduais (PA-140) e (PA-242), seu ambiente rural precisa ser analisado a partir de uma inserção secundária ao circuito metropolitano, tendo ainda a cidade de Castanhal como parte dessa geografia. Podemos considerar, nesse caso, que o ritmo de transformações do uso do rural em questão obedece a uma variedade e intensidade menor do que a de sua vizinha Stª Izabel do Pará, o que requer, por vezes, observações sobre como a rede urbana de Belém pode ser percebida em tal contexto, em especial por meio das APs.

Tais questões têm relevância neste trabalho, já que o mesmo busca reconhecer as, aqui, denominadas Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) como elementos que possam identificar o desenvolvimento de uma diversificação e uma multiutilização do campo, de modo a se pensar

¹⁷ O setor industrial tauaense acima ainda tem uma forte relação (restrição) ao rural local. Nesse caso, a PA-242 representa uma importante rota para as atividades ligadas à exploração do dendê, além de articular SAT à cidade de Castanhal.

em uma nova ruralidade, conforme mencionado por Travassos (2000). Sendo assim, a dimensão ecológica aparece como um aspecto importante no âmbito das práticas econômicas ali desenvolvidas, de forma oficial ou não¹⁸. Estas, por sua vez, podem surgir associadas às pousadas, clubes, pesque e pague, parques aquáticos, etc.

Sob essa perspectiva, é possível observar que o território rural pode apresentar formas e aspectos particulares que indicam seu grau de integração aos ambientes urbanos. No caso tauaense, os elementos que aqui consideramos Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) ainda são pouco expressivos e pouco materializados no espaço. No entanto, é justamente nesse contexto que residem os traços essenciais das novas lógicas produtivas em desenvolvimento.

Dessa forma, é importante destacar que a localização de Stª Izabel do Pará na Região Metropolitana de Belém a torna essencialmente um ambiente tributário da intensa circulação que atravessa a cidade por meio da rodovia federal previamente mencionada. Contudo, é possível observar também que algumas atividades econômicas em sua área rural estão articuladas aos mecanismos de uma rede urbana mais ampla, devido à natureza do uso da terra, que depende de um aparato abrangente de relações. Isso inclui tanto o mercado de lazer e serviços nas áreas de recreação quanto outras indústrias mais tradicionais já mencionadas.

Até o momento, observa-se uma diversificação e uma multiutilização da terra no território rural tauaense, embora esse processo não seja tão numeroso ou intenso a ponto de representar um perfil econômico de nítida expressão nesse município. No entanto, nos territórios rurais de Stª Izabel, como vistos, tais incrementos são mais evidentes e significativos. Portanto, essas são condições de transformação desses territórios que não podem ser dissociadas de sua inserção em um sistema mais amplo e diversificado de relações socioeconômicas metropolitanas.

Mesmo com a presença de uma base produtiva primária ainda significativa para a economia desses dois locais, não se pode deixar de observar uma transformação crescente de seus ambientes rurais. Por isso, a dimensão do território possui um alcance importante quando se trata de identificar alguns elementos urbanos como parte desses processos, ainda mais no contexto da gestão e do planejamento municipal de tais áreas.

¹⁸ Algumas das atividades rurais não-tradicionais verificadas não apresentam um perfil ecológico de modo mais comercial, embora tragam esse item de modo intrínseco.

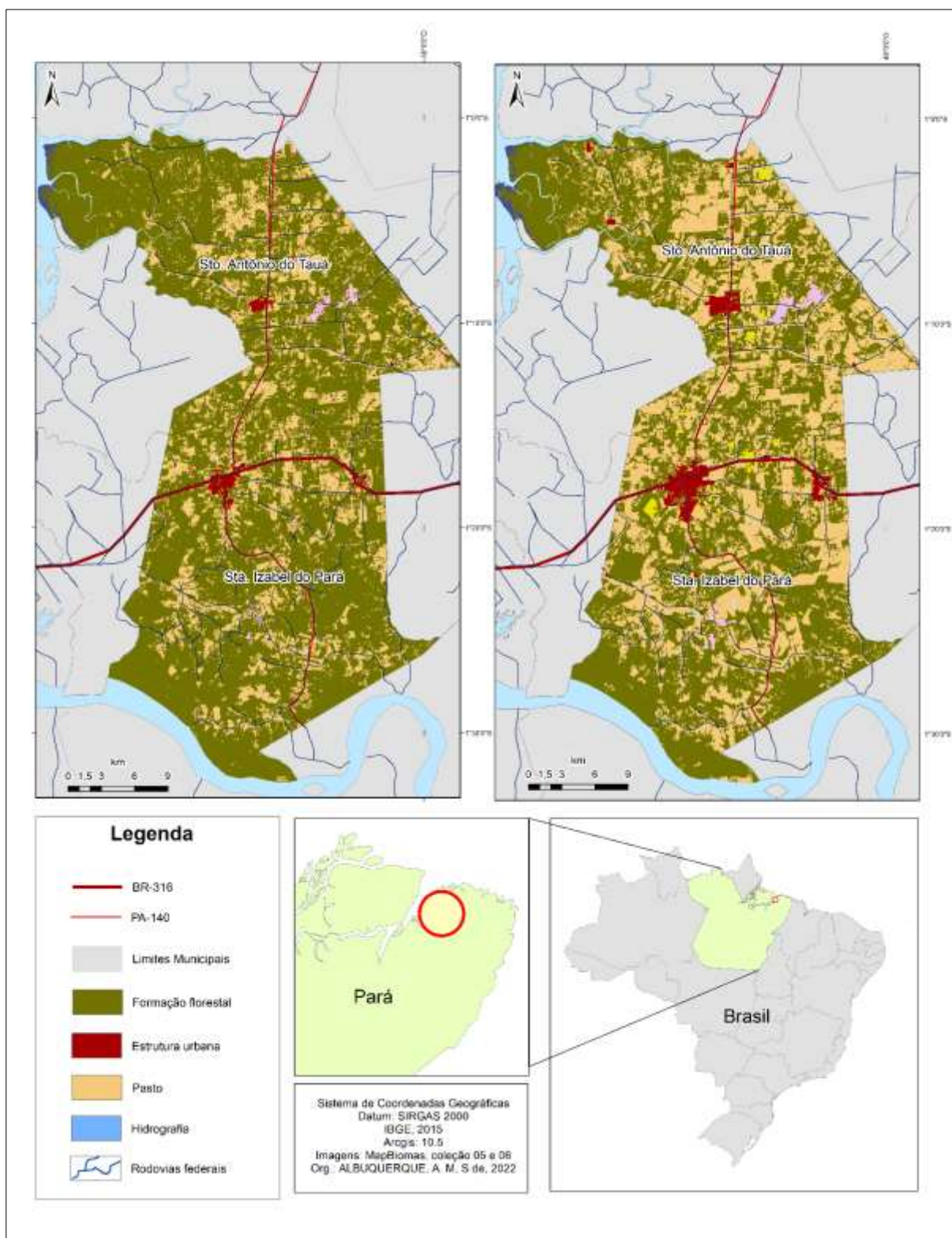
4.3. Dinâmicas do Padrão Produtivo Atual: Território rural de St^a Izabel do Pará e St^o Antônio do Tauá (1990/2020)

O desenvolvimento urbano municipal tem sido um fator preponderante nas dinâmicas de uso da terra rural, especialmente em relação ao consumo local e às práticas agrícolas comerciais, já que estas podem representar tanto um padrão econômico de modernização do campo e das pequenas propriedades, como também um sinal de seu enfraquecimento. A adoção de atividades rurais de ciclo curto, como a produção de hortaliças, tem sido nesse contexto uma estratégia importante para atender à demanda do comércio urbano metropolitano. Por outro lado, o uso agrícola da terra não pode ser a grande referência ligada às dinâmicas rurais num contexto de significativa urbanização contemporânea.

O aumento da produção agrícola comercial tem impulsionado mudanças no uso da terra rural, com um declínio no ritmo produtivo das atividades tradicionais. Consequentemente, elevam-se as experiências de multiutilização do campo, e desse modo, o "Novo Rural" emerge como um território mais diversificado e inserido num contexto regional. As práticas agrícolas estão se tornando cada vez mais intensivas, impulsionadas pelas novas tecnologias e demandas do mercado. Isso tem levado a uma reorganização do espaço rural, com a expansão das áreas cultivadas e a diversificação das atividades produtivas modernas, e, desse modo, das áreas de periurbanização.

No entanto, essas mudanças no uso da terra rural não ocorrem de forma tão sistemática e padronizada, mas são influenciadas de forma particular pelo desenvolvimento urbano local e sua capacidade de reorganização e resignificação dessas áreas. Assim, a expansão das cidades e dos centros urbanos tem produzido e/ou imposto, de certo modo, adaptações ao campo em função das novas demandas do mercado, com a adoção de práticas agrícolas mais eficientes e produtivas.

MAPA 16: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Uso e Cobertura, 1990 – 2020 ¹⁹



Fonte: IBGE, 2015. Base de dados, coleção mapbiomas 5 e 6. Organizado pelo próprio autor ¹⁹

¹⁹ Outro importante aspecto do referido mapa é a identificação do pasto enquanto área de uso mais relevante (tamanho) e frequente (quantidade). Embora se possa atribuir alguns destes espaços a outras práticas econômicas, essa informação é um importante dado que contribui com à leitura da relação rural/urbana desenvolvida aqui.

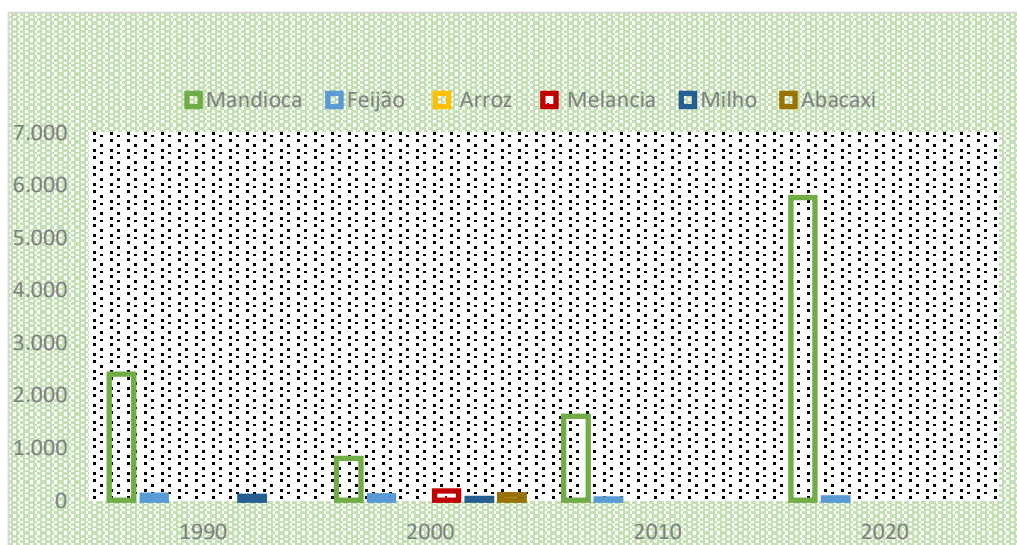
A nítida redução da cobertura natural vista no contraste da área dos dois municípios abordados pode ajudar na leitura de uma transformação desencadeada a partir do desenvolvimento urbano local e mesmo, amazônico. Sem dúvida, que a diminuição da área de vegetação correspondente aos ambientes rurais desses municípios reflete uma elevação de atividades econômicas demandadas pelo crescimento do seu uso nos últimos 30 anos.

Pode-se dizer que tanto Santo Antônio do Tauá quanto Santa Izabel do Pará guardam esse registro que assinala uma inserção crescente de suas terras em uma dinâmica de desenvolvimento associada a diversos fatores de caráter urbano-regional. Nesse caso, vale ressaltar que as elevações tanto no que tange ao desenvolvimento urbano local quanto à redução na cobertura das duas unidades administrativas, parece atestar um inquestionável processo de alcance desta área pelas novas relações rural e urbanas experimentadas nos últimos 30 anos.

Assim, os dados secundários que se seguem visam contemplar tais transformações em relação ao ambiente rural izabelense e tauaense entre os anos de 1990 e 2020, com o intuito de reunir dados e analisar comparativamente as transformações dessa prática econômica nos dois locais estudados.

Na última década do século XX, é possível perceber que, dos 6 itens ligados à pequena produção agrícola de Santa Izabel, apenas a mandioca tem destaque no quadro produtivo a seguir.

Gráfico 5. Stª Izabel do Pará: Lavouras Temporárias (T) ²¹

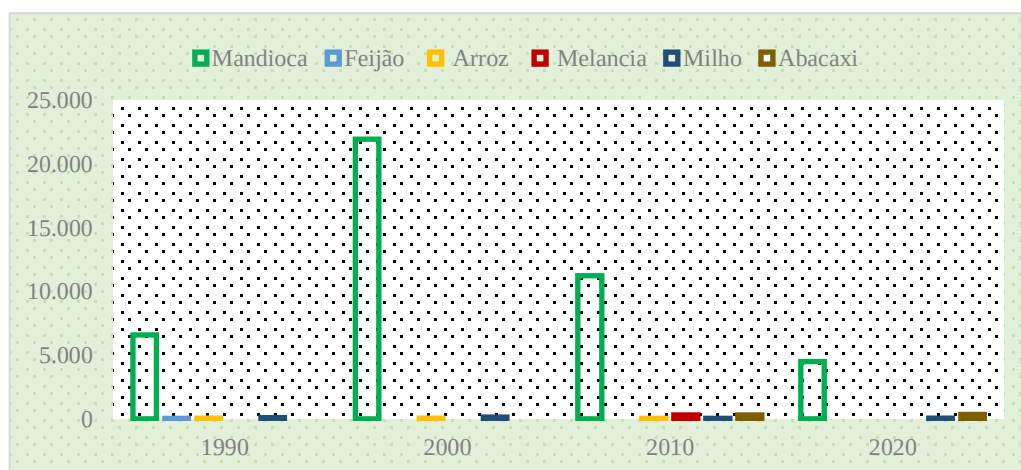


Fonte: IBGE, censo agropecuário.

²⁰ As lavouras em questão são importantes por apresentarem uma importante relação às práticas agrícolas desenvolvidas tradicionalmente nas terras das duas cidades estudadas.

Quando comparados, os referidos gráficos das atividades rurais de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, é possível notar certa semelhança no que se refere aos possíveis processos de transformação pelos quais essa área (Região Imediata de Belém) vem passando. Sendo assim, eles podem ser melhor analisados quando abarcam uma área mais ampla de dinâmicas, resultado da interação entre campo e cidade. Nesse contexto, o meio rural em questão aparece sob a perspectiva de um desenvolvimento em que o cenário produtivo ligado às pequenas propriedades demonstra perda de sua relevância.

Gráfico 6: Stª Izabel do Pará: Lavouras Temporárias (T) ²¹



Fonte: IBGE, censo agropecuário.

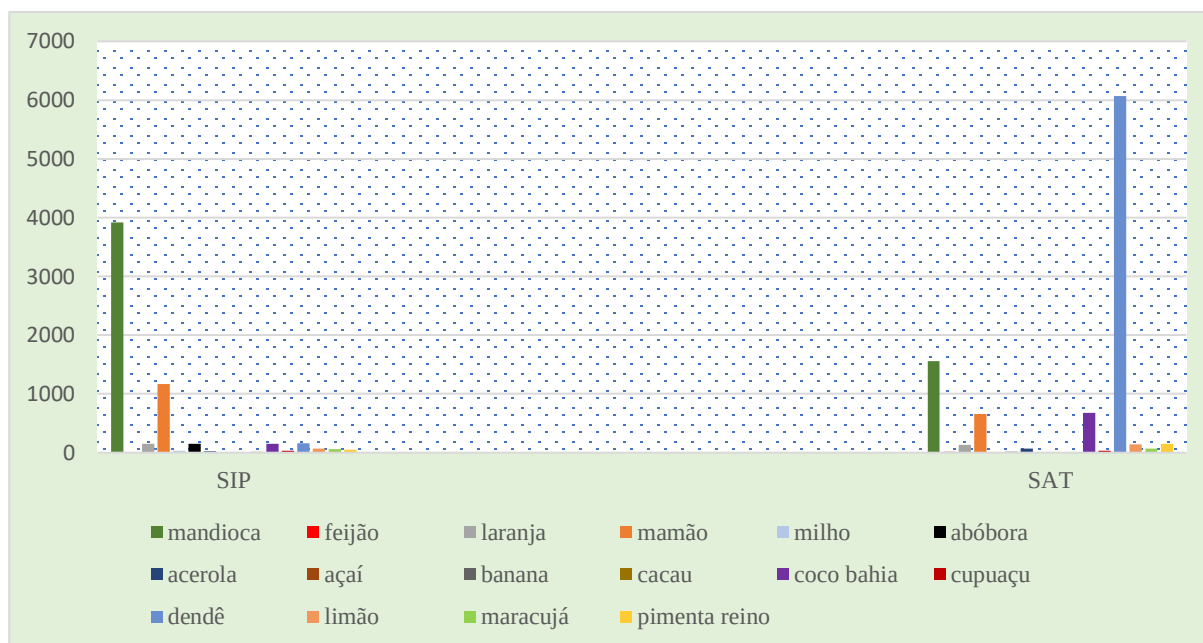
Assim, mesmo que a produção de mandioca permaneça como uma atividade de maior volume no contexto dos municípios estudados, ela pode fornecer importantes informações sobre as dinâmicas que se desenvolvem nesses locais ao longo de parte do período estudado, afetando de forma negativa o meio rural em questão. Nesse caso, vale ressaltar que os demais produtos apresentados nos gráficos (1 e 2) sempre estiveram na base da agricultura de subsistência local, onde a mandioca sempre foi um cultivo presente. No entanto, a diferença significativa constatada nos dados analisados se dá devido à pouca presença dos demais produtos dessa amostragem.

O fato é que, enquanto algumas culturas encontram espaço no ambiente econômico mais dinâmico e diversificado do contexto recente dos últimos 30 anos, as demais práticas produtivas, também provenientes das pequenas propriedades, perdem relevância quantitativa, especialmente no ambiente analisado.

²¹ Os dados em questão representam o comportamento agrícola municipal com a produção da mandioca em 1º lugar. Esse panorama reflete certas dinâmicas interessantes às análises desse trabalho, como por exemplo a própria instabilidade das culturas, tradicionalmente, pertencentes às pequenas propriedades locais.

A comparação seguinte é feita em relação às amostras que incluem tanto produtos da pequena produção agrícola quanto aqueles cultivados atualmente no contexto das consideradas médias e grandes propriedades rurais.

Gráfico 7: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola (T), 2017



Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2017.

Assim, Santa Izabel obteve a primeira colocação estadual na produção de mamão no ano de 2017. Santo Antônio do Tauá, no mesmo contexto, ficou na 4ª colocação no referido item, assim como ocorreu também com o coco da Bahia. Outro importante destaque desse município foi a 6ª colocação na produção de dendê, em todo o estado do Pará.

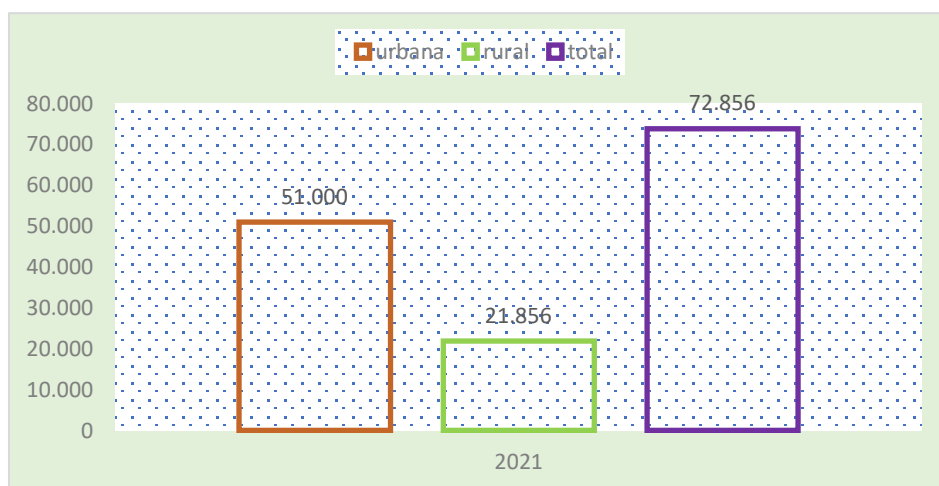
A área em questão possui pelo menos uma referência atribuível às áreas agrícolas de pequeno porte, no caso, a mandioca. Enquanto o mamão, o coco da Bahia e o dendê, que se apresentam como os segundos itens de maior volume numérico nessa comparação, estão tradicionalmente ligados aos médios e grandes produtores. O dendê, inclusive, tem uma expressiva presença em terras tauaenses.

Por outro lado, o mais importante nessa análise é a possibilidade de reconhecer alguns processos de transformação relacionados ao uso da terra rural desses municípios, associados a um circuito econômico de avanço metropolitano. Portanto, a população urbana estimada²² no gráfico demonstra uma progressiva superação de uma antiga realidade desses locais, marcada

²² Os valores estimados em questão, foram obtidos por meio da média do incremento demográfico para a população urbana municipal ocorrido nos períodos anteriores através de dados fornecidos pelo IBGE. Os referidos números foram necessários considerando o atraso no recenseamento populacional do país previsto para o ano de 2020.

historicamente por uma importante presença do campo na composição demográfica de Santo Antônio do Tauá.

Gráfico 8: Stª Izabel do Pará: População Urbana e Rural (Valor Estimado) ²³



Fonte: IBGE, dados demográficos 2021, valores estimados

Pode-se considerar, assim, que Santa Izabel do Pará, com uma população urbana superando a rural em mais do dobro, apresenta-se nas primeiras décadas de 2022 como um município cujo perfil produtivo rural tem incorporado um notório processo de incremento urbano.

Como discutido em capítulo anterior, o uso da terra adquire um perfil diversificado, configurando-se a partir de uma crescente relação com o espaço metropolitano. Por isso mesmo, é necessário verificar o quadro econômico municipal distribuído ao longo dos quase 20 (vinte) anos de seu desempenho, a fim de compreender outras dimensões desses processos.

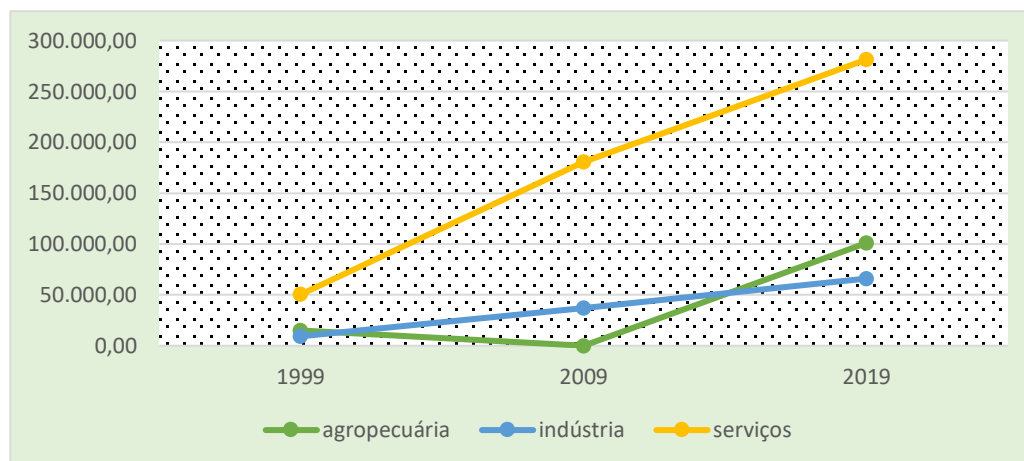
O gráfico seguinte das atividades desenvolvidas nos três ramos da economia mostra que os serviços se elevam, indicando um desempenho típico de uma economia predominantemente urbana. A indústria cresce em um ritmo regular, enquanto o desempenho agropecuário se recupera após um período de queda na década de 2009.

De certa forma, isso reflete a própria transformação pela qual o meio rural em questão vem passando, e que buscamos identificar por meio das áreas de periurbanização (APs), além das dinâmicas de um Novo Rural (DNRs).

²³ Os valores estimados em questão, foram obtidos por meio da média do incremento demográfico para a população urbana municipal ocorrido nos períodos anteriores através de dados fornecidos pelo IBGE. Os referidos números foram necessários considerando o atraso no recenseamento populacional do país previsto para o ano de 2020. Com a divulgação do censo demográfico de 2022, mantivemos os valores estimados considerando que estes ficaram bem próximos da população total desse município, que foi de 73.019 habitantes para 2022.

Por outro lado, é importante ressaltar que a atividade agropecuária e/ou seu desempenho em relação ao rural, assim como a indústria local, não revelam o quanto essas atividades estão "funcionalmente" articuladas às novas configurações territoriais decorrentes das práticas produtivas não-tradicionais do campo.

Gráfico 9. Stª Izabel do Pará: Evolução das Atividades Econômicas (x1000 R\$)

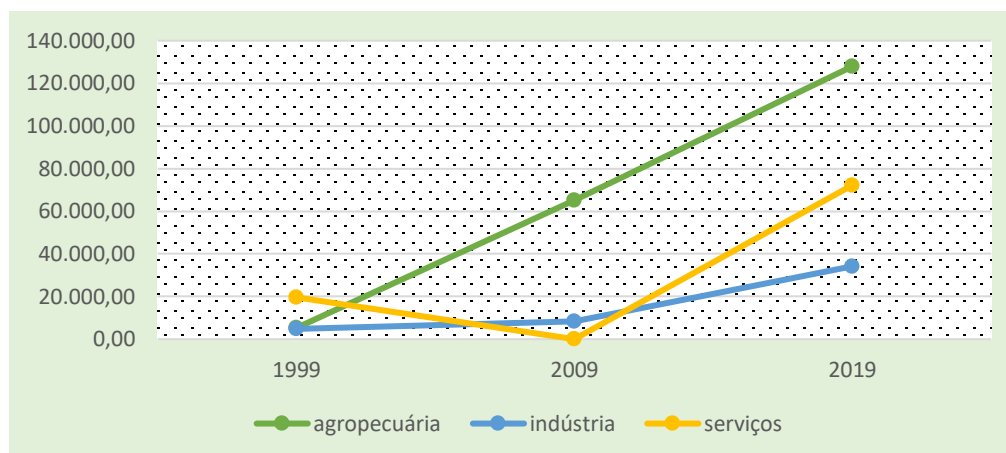


Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2017.

Os serviços desempenham um papel fundamental na mensuração do grau de influência urbana em uma determinada economia. Assim, é importante destacar que, neste caso, eles se articulam de forma constante tanto com o campo quanto com a cidade, por meio dos diversos usos verificados nas terras de Santa Izabel do Pará, como atividades recreativas desenvolvidas em seu território rural.

Dessa forma, estamos estabelecendo as relações necessárias entre o contexto pós-1990, o adensamento técnico percebido por meio das áreas de periurbanização (APs) e sua relação com o sistema mais amplo e diversificado de funcionamento, que envolve aspectos urbanos e metropolitanos.

Além disso, é possível mencionar a extensão dessas dinâmicas também na porção norte, onde se encontra Santo Antônio do Tauá, dentro desse mesmo recorte de produção do espaço.

Gráfico 10. Stº Antônio do Tauá: Evolução das Atividades Econômicas (x1000 R\$) ²⁴

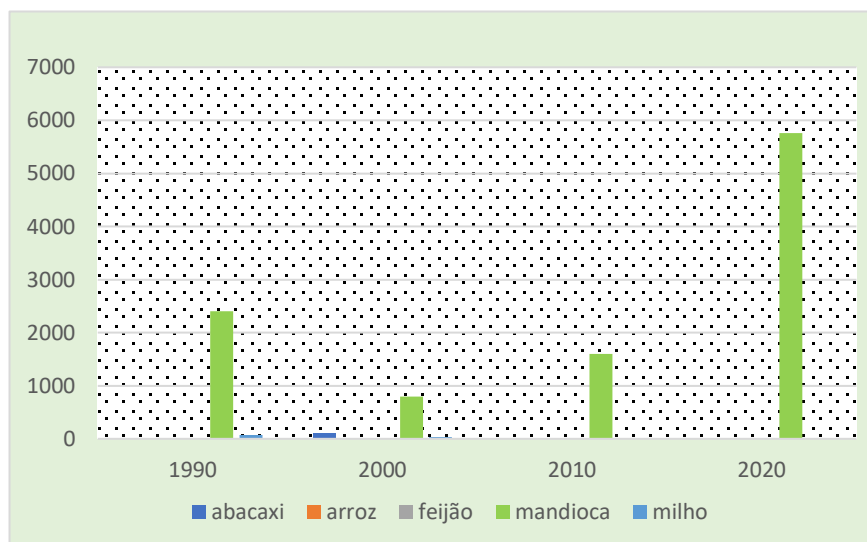
Fonte: IBGE, censo agropecuário, 2017.

É notório que a linha ascendente representada pela agropecuária, evidencia uma relevância do rural tauaense nesses primeiros decênios do século XXI. Por outro lado, ao se verificar (mais adiante) o desempenho de certas culturas (dendê e coco da Bahia) no perfil agrícola desse município, é possível identificar uma forte relação entre os dados em questão e o fortalecimento de um perfil novo de uso rural dessas terras. Nesse caso, como já é previsível, a demanda de mercado por itens de uso industrial cresce estimulando alguns produtos agrícolas, mais que outros.

Já a presença de uma prática agrícola ligada à pequena propriedade precisa ser analisada em uma escala intermunicipal de observação produtiva para se notar o comportamento desse importante traço regional de uso da terra. Pode-se verificar que, segundo já demonstrado, as terras izabelenses vêm passando por importantes dinâmicas produtivas rurais e, nesse ínterim, apenas a mandioca ainda tem expressão constante e inegável.

Quanto à presença de outras práticas agrícolas, estas no mesmo período de 30 (trinta) anos, matem-se bem abaixo de um volume da agricultura, o que denota o crescente papel do comércio no cenário econômico municipal, nessas últimas décadas de desenvolvimento.

²⁴ A tabela em questão manteve diversos itens sem valores para vários anos por interesse na produção de mandioca que chama atenção por seu crescimento em 2020.

Gráfico 11. Stª Izabel do Pará: Agricultura Municipal (Culturas Temporárias/T) ²⁵

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

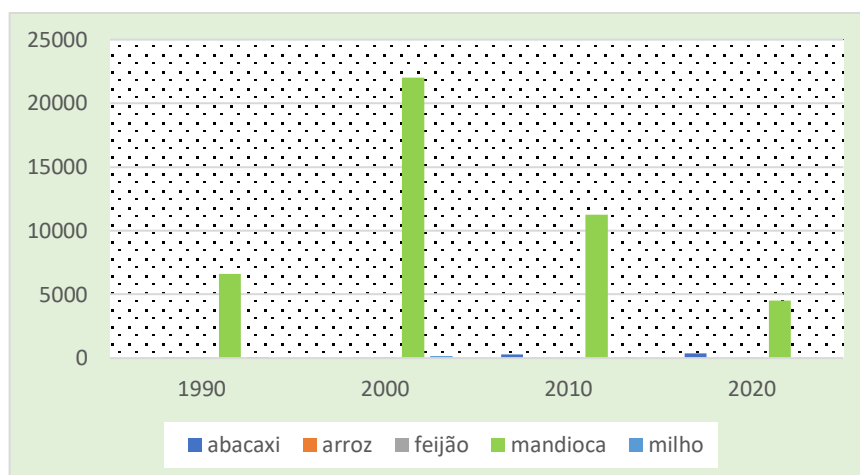
Uma forte tradição agrícola²⁶ ligada a produção de mandioca esteve associada à ocupação do nordeste paraense, prática que e ainda parece desempenhar um papel importante na economia local. No entanto, como podemos observar, sua frequência e regularidade diminuíram em parte, secundo se verificou, devido a fatores naturais de caráter regionais. Dentre estes tem-se o esgotamento do solo, por exemplo, fator mencionado como uma limitação significativa para a agricultura local, resultante de uma sistemática prática de preparo do uso do solo desde a década de 1960.

Apesar dos desafios mencionados, os dados analisados revelam que este foi um item que se manteve em destaque produtivo na economia agrícola municipal. Esse resultado se torna ainda mais nítido considerando o enfraquecimento de outras culturas tradicionais de subsistência dessa área, como feijão, milho e arroz.

Por outro lado, o mesmo gráfico em Santo Antônio do Tauá apresenta um aspecto peculiar e curioso, já que nas terras mais afastadas do alcance metropolitano, a presença da mandioca mostra uma variação significativa com certo declínio nos últimos 20 anos.

²⁵ A referida prática agrícola foi discutida aqui a partir dos estudos desenvolvidos por diversos autores a exemplo de Valverde e Mesquita (1961)

²⁶ A referida prática agrícola foi discutida aqui a partir dos estudos desenvolvidos por diversos autores a exemplo de Valverde e Mesquita (1961)

Gráfico 12. Stº Antônio do Tauá: Agricultura Municipal (Culturas Temporárias/T)

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Na região estudada, a produção de mandioca se destaca como o principal item no ambiente rural. Embora outras culturas agrícolas mais tradicionais, como feijão, milho e arroz, estejam enfraquecendo, sua produção ainda mantém uma regularidade tanto em Santo Antônio do Tauá quanto em Santa Izabel do Pará. Porém, em Santo Antônio do Tauá, a produção de mandioca obteve um quadro menos regular em comparação a sua presença entre outros produtos agrícolas de subsistência, como visto nas terras izabelenses. No entanto, em termos de frequência e regularidade mais amplas, a produção de mandioca desempenha um papel econômico inquestionável nessa área do Pará.

Embora intervenções técnicas para corrigir o solo sejam possíveis, isso representaria um investimento adicional inviável para muitos agricultores. Além disso, é importante ressaltar que essas observações não capturam completamente as complexidades que atuam no ambiente agrícola local. Há também outros fatores importantes a serem discutidos em relação à formação de uma zona rural-urbana em desenvolvimento.

Nesse contexto, a fruticultura, juntamente com outros exemplos da agricultura nessa área estudada, pode oferecer uma perspectiva analítica sobre outra importante relação entre o padrão produtivo e o desenvolvimento do meio rural municipal. Embora alguns desses itens selecionados sejam práticas agrícolas encontradas em pequenas e médias propriedades, a maioria deles está mais tradicionalmente associada às terras de grandes produtores locais, como aquelas de origem japonesa.

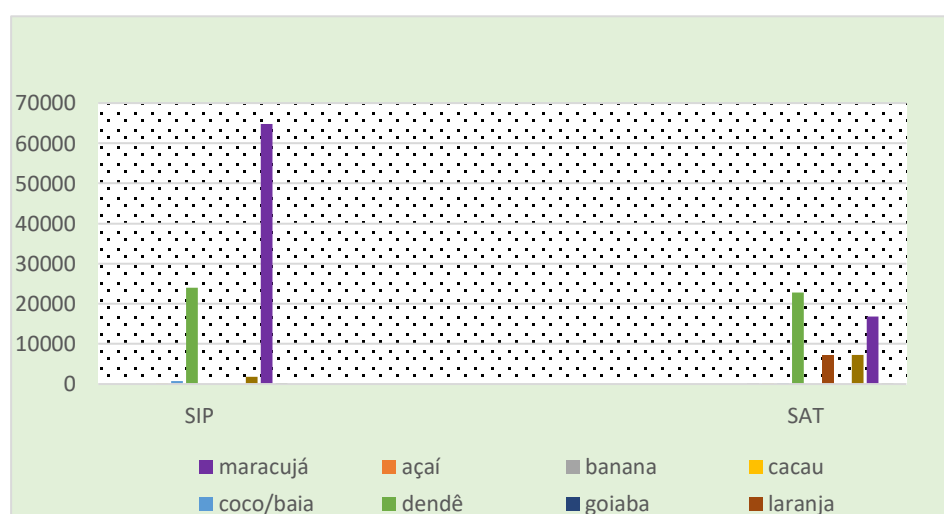
4.3.1. Culturas perenes municipais

No início do século XXI, a fruticultura local ainda mantém certa importância, desempenhando um papel relevante nas dinâmicas produtivas agrícolas desses municípios. Essas atividades agrícolas se tornam elementos fundamentais à compreensão de outros processos que indicam uma reorganização econômica local, impulsionada pela dispersão urbana da capital do estado, Belém.

A análise dessa prática agrícola permite uma discussão mais ampla sobre as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) nesses territórios. É notório a presença de uma indústria em crescimento, impulsionada principalmente pela demanda do dendê, que aponta para a inserção dessas áreas rurais em uma economia mais ampla e diversificada, que vai além das atividades agrícolas tradicionais.

Nesse contexto, a fruticultura desempenha um papel fundamental, não apenas como uma atividade econômica importante para a subsistência local, mas também como parte integrante de um processo maior de transformação econômica e social. Através dessa atividade, novas relações comerciais são desenvolvidas, e a economia local passa por uma reorientação que acompanha a dispersão urbana da capital do estado.

Gráfico 13. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Municipal (Culturas Perenes, 1990) ²⁷



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

²⁷ Em 1990, é importante observar o destaque representado pela dendeicultura nos dois municípios. A produção da fruticultura também chama a atenção pelo valor de certos itens, mesmo em volume bem menor que o dendê.

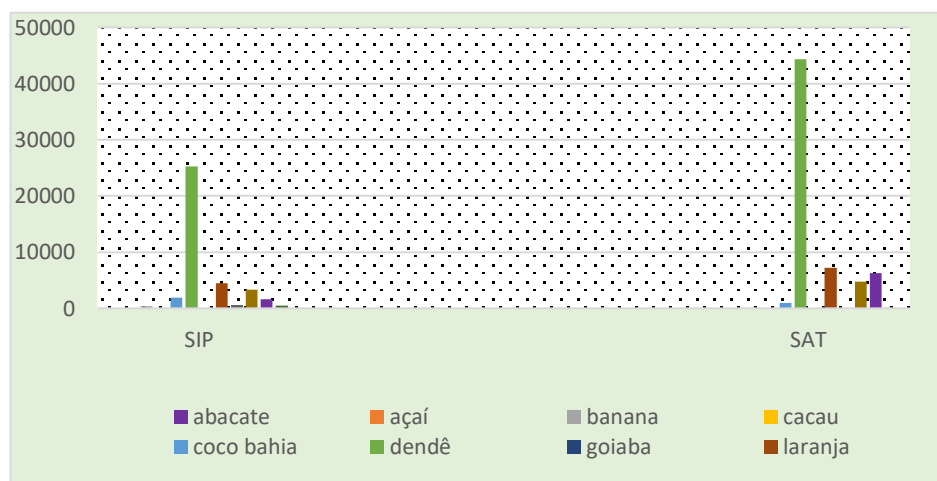
O gráfico em questão mostra que os dois municípios compartilham uma economia rural, cuja base de sustentação, tanto dos produtos tradicionais quanto dos mais comerciais, segue uma frequência mais ou menos estabelecida no contexto estudado.

A fruticultura local mantém ainda certa importância nesse início do século XXI, onde as dinâmicas produtivas rurais são peças-chave para compreender outros processos que indicam uma reorganização econômica local, decorrente da dispersão urbana da capital do estado.

Portanto, podemos considerar que os exemplares descritos no quadro em questão, onde há uma nítida disparidade de volumes, podem estar associados às novas propostas de uso da terra no meio rural, sendo uma das expressões desse contexto a própria diversificação e a multiutilização da terra nesse ambiente rural.

Por essa razão, voltamos aos dados de produção econômica de Santo Antônio do Tauá de um período anterior, a fim de mencionar essas informações à luz das dinâmicas modernas de produção resultantes da gradual introdução de atividades econômicas observadas no ambiente rural em questão. O crescimento industrial em Santo Antônio do Tauá nos últimos dez anos pode ser um importante fator de transformação, processo esse representado pelas mencionadas Áreas de Periurbanização (APs) nas muitas análises realizadas neste trabalho.

Gráfico 14. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2000) ²⁸



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O desempenho do dendê no contexto rural da área estudada evidencia uma demanda significativa desse produto no período de análise. Essa constatação aponta para um mercado em expansão, o que é corroborado pelo crescimento da indústria rural em Santo Antônio do

²⁸ Alguns itens das culturas perenes municipais sem destaque aparente no gráfico acima, são mantidos na tabela a fim de se analisar eventuais disparidades no que se refere ao cenário agrícola em questão.

Tauá, conforme abordado no capítulo anterior. Essa diversificação do uso do espaço rural de Santo Antônio do Tauá é um reflexo da tradição econômica local, que tem sido favorecida pelo cultivo desse produto agrícola.

Além disso, como mencionado acima, essa análise permite uma discussão mais ampla acerca das Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) no território desses municípios. A presença de uma indústria em crescimento, impulsionada pela demanda do dendê, aponta para a inserção dessas áreas rurais em uma dinâmica econômica mais ampla, que vai além das atividades agrícolas tradicionais. Essa articulação entre o setor rural e o setor industrial, e suas implicações nas DNRs, é, portanto, um aspecto relevante a ser considerado na compreensão das transformações socioeconômicas em curso nessa região.

Assim, o desempenho do dendê no meio rural da área estudada sugere que o mercado para este produto tenha alcançado uma demanda significativa no período analisado. De fato, o crescimento industrial em Santo Antônio do Tauá, como mencionado no capítulo anterior, representa uma diversificação no uso desse espaço. Isso nos permite falar tanto de um setor favorecido por uma tradição econômica local quanto de discutir as Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs), que hoje vem se desenvolvendo de forma mais ampla no território desses municípios.

Gráfico 15. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2010)

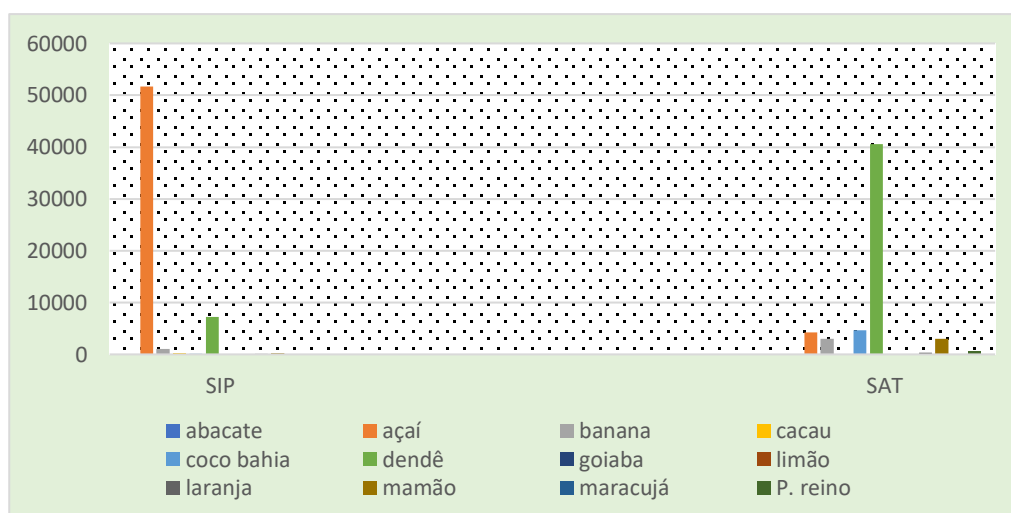


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Pode-se observar que a dinâmica agrícola nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, adentrando o século XXI, ainda apresenta certa instabilidade na produção rural local. É possível realizar comparações entre os principais itens que são

representados no gráfico acima e constatar uma transformação relativa na subida e descida de determinados produtos, sendo o dendê destacado como um item que mantém uma posição de referência, especialmente em Santo Antônio do Tauá. As demais atividades rurais tradicionais nessas localidades também apresentam variações que podem ser atribuídas às oscilações do mercado regional. Isso ocorre devido à crescente articulação entre esse espaço e uma escala nacional, principalmente no que se refere ao comércio, onde o mercado influenciado pelas áreas metropolitanas desempenha um papel inegável.

Gráfico 16. St^a Izabel do Pará e ST^o Antônio do Tauá: Produção Agrícola Municipal (Culturas Perenes, 2020)²⁹



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

O perfil produtivo rural de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, no contexto mais recente do período estudado, revela um cenário de importantes mudanças. Ao longo dos trinta anos de dinâmicas agrícolas nessas cidades, é evidente uma vantagem significativa em relação a determinados itens produzidos. Nesse contexto, é importante ressaltar as características tradicionais associadas a essas terras, onde a agricultura de base familiar ganhou destaque como uma economia de subsistência. Muitos núcleos de colonização se desenvolveram nessas terras por meio dessa modelo de agricultura.

É importante destacar também que alguns dos exemplares apresentados nos gráficos em questão (fruticultura), eram praticados por meio de uma agricultura consorciada, onde a terra era frequentemente marcada pela presença de pomares com uma variedade de cultivos

²⁹ Alguns itens agrícolas sem valores e/ou sem muita expressão, no gráfico acima se mantêm por uma necessidade de se fazer referência às atividades rurais que constatamos, praticadas nos municípios estudados, embora estes não tenham números oficiais divulgados pelo IBGE para alguns anos. Ex.: abacate, goiaba, mamão e limão.

agrícolas; traços de uma prática econômica ainda presentes em muitas áreas agrícolas nos dias atuais.

No entanto, a análise desse quadro de irregularidade produtiva local, mostra um crescimento, por exemplo do açaí e do dendê, assim como do coco da Bahia, indicando um novo perfil econômico que passa a predominar no meio rural estudado.

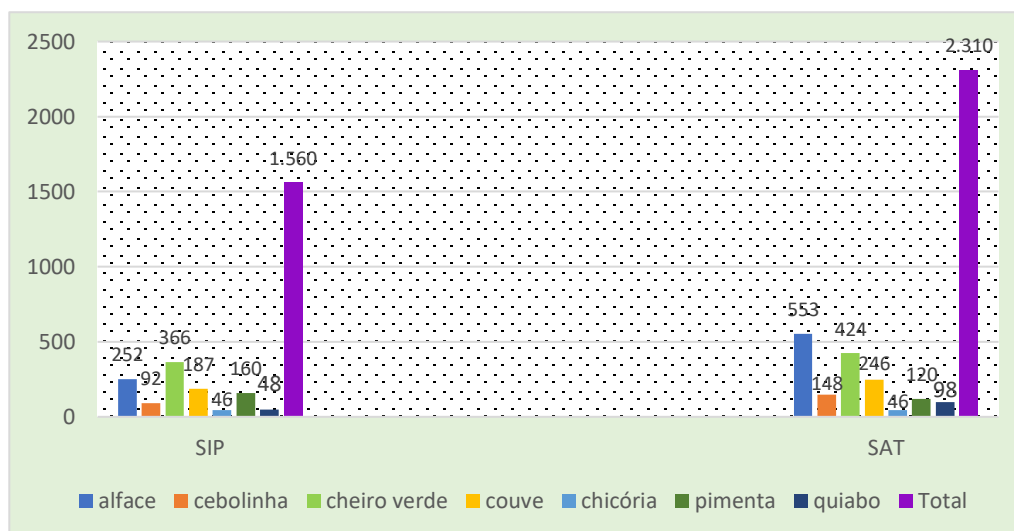
Embora a cultura do açaí esteja presente, também, em terras de pequenos proprietários, ela não está mais vinculada ao abastecimento de subsistência, como observado anteriormente com maioria dos produtos cultivados nas terras dos pequenos produtores rurais izabelenses e tauaenses.

Não se pode ignorar o considerável decréscimo de certos usos tradicionais do território rural dessa região, enquanto outros produtos se desenvolvem, de alguma forma, associados ao processo de desenvolvimento urbano das cidades.

Portanto, levando-se que o avanço econômico da produção primária em Santo Antônio do Tauá tem como base a cultura do dendê, pode-se afirmar que o aumento na linha desse gráfico também representa um traço inegável do desenvolvimento das chamadas Áreas de Periurbanização (APs), já que isso tem sido fator indispensável ao crescimento desse tipo de uso da terra (direta ou indiretamente) ligado ao ambiente rural municipal.

4.3.2. St^a Izabel do Pará e St^o Antônio do Tauá: Produção Municipal da Hortaliça e o Rural Metropolitano

A relação entre o desenvolvimento da pequena produção agrícola e a influência metropolitana aparece como um traço inevitável do mercado mais amplo e diversificado, que caracteriza a interação entre o meio rural e urbano nesse tipo de configuração geográfica metropolitana.

GRÁFICO 17: Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção da Hortalicha Municipal, 1995

Fonte: Produção da horticultura, IBGE (1995).

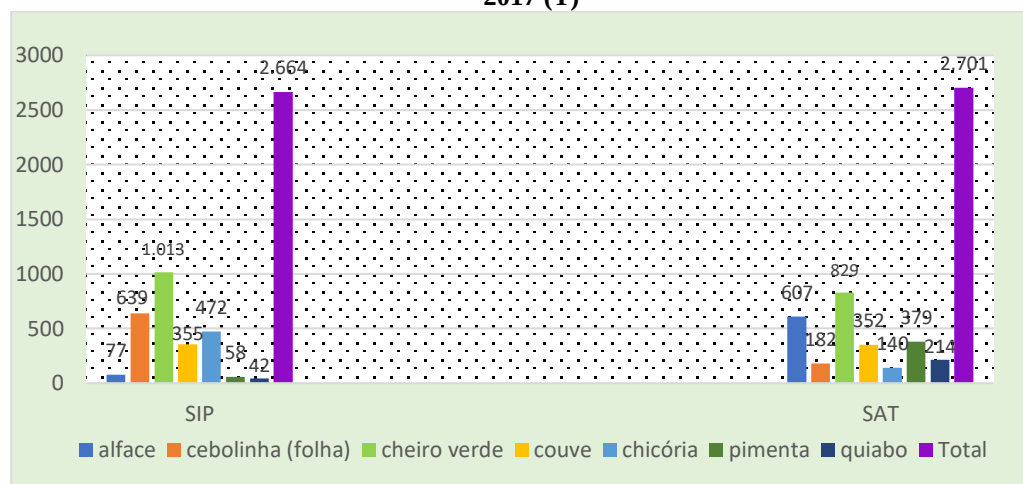
Em meados da década de 1990, a produção de hortaliças apresentava um volume relativamente alto nos dois locais estudados. No mesmo contexto, identificou-se, em nossa dissertação (trabalho já mencionado), uma política municipal de incentivo às atividades rurais em Stº Antônio do Tauá, que possivelmente contribuiu para o bom desempenho dessas culturas no gráfico durante esse período.

Stª Izabel possui um volume um pouco menor em comparação com sua cidade vizinha, porém ainda é possível perceber que ambas sustentam uma certa regularidade nas atividades agrícolas que caracterizam, grosso modo, o ambiente rural dessa região.

Ao analisar as comparações anteriores entre o gráfico das culturas permanentes e os gráficos das hortaliças de 1995 e 2017, fica evidente, tanto uma maior regularidade, quanto um certo equilíbrio nos volumes destas últimas. Portanto, pode-se notar a consolidação de um novo perfil econômico de uso da terra nesse espaço, com ênfase nas produções de ciclo mais curto (culturas temporárias), enquanto as culturas perenes ainda passam por oscilações periódicas em seus volumes.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o desenvolvimento das produções de dendê e coco da Bahia (gráfico 15) como referências de atividades rurais que adotam um perfil mais moderno, vem ganhando força nos dois municípios, tornando-se culturas de destaque nesse tipo de perfil de uso da terra.

Gráfico 18. Stª Izabel do Pará e Stº Antônio do Tauá: Produção da Hortalicha Municipal, 2017 (T)



Fonte: Produção da horticultura, IBGE (2017).

O recorte composto pelos municípios de Stª Izabel e Stº Antônio do Tauá, em meados da década de 2020, destaca-se como um importante polo produtor de hortaliças, cuja atividade apresenta variações entre diferentes culturas e volumes de produção. Essa localidade evidencia uma notável conexão econômica com a metrópole de Belém, onde a atividade agrícola, visivelmente, ainda desempenha um papel fundamental nessa relação.

Nesse caso, não se pode deixar de notar que essa questão está relacionada ao próprio desempenho econômico metropolitano, que abrange o recorte geográfico estudado, possibilitando o acesso a um amplo mercado consumidor, ao mesmo tempo em que impõe maiores desafios aos produtores.

Essa constatação leva em consideração uma série de aspectos, incluindo as áreas de periurbanização discutidas anteriormente, que têm crescido especialmente ao longo das principais rotas de circulação municipais, formando zonas de interface rural-urbana caracterizadas por um perfil diversificado de uso da terra.

4.4. O Rural na Região Imediata de Belém

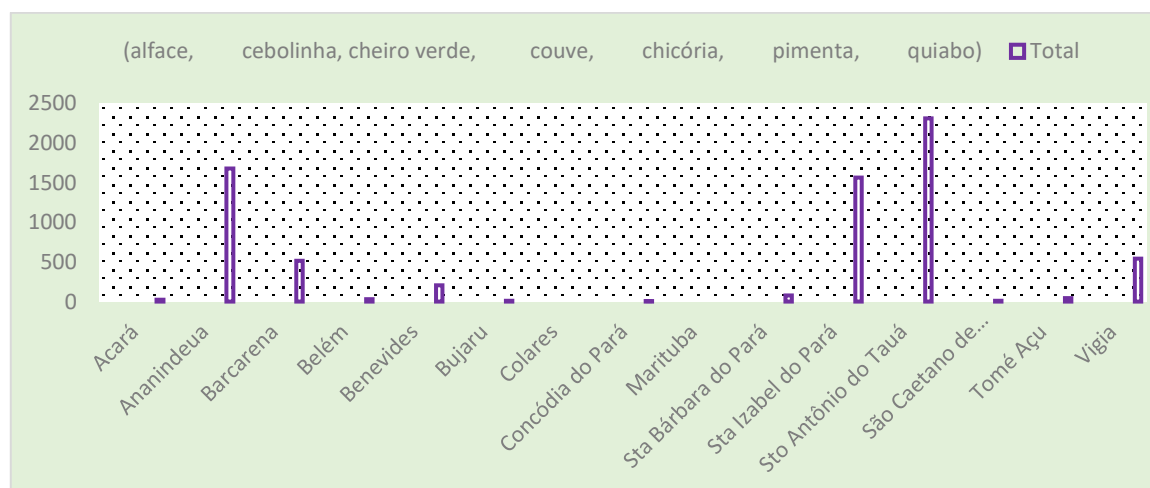
Na Região Imediata de Belém (RIB), o cenário produtivo agrícola do início do período estudado destaca a importância da produção de hortaliças como um dos elementos do "rural metropolitano". Essa prática agrícola se adapta às demandas de consumo de um mercado extenso e dinâmico, influenciado pela presença urbana e pela diminuição progressiva da destinação exclusivamente agrícola das terras. Como resultado, observa-se uma transformação na produção nesse espaço, caracterizada pela intensificação das relações entre campo e cidade. Essa mudança se reflete no papel central que as hortaliças passam a desempenhar na economia

local, em resposta às demandas de consumo urbano e à consequente adaptação da produção às dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais da região.

Em relação ao desenvolvimento rural, os municípios de St^a Izabel e St^o Antônio do Tauá possuem uma população menor em comparação com a cidade de Ananindeua, que possui uma realidade urbana consolidada e uma população superior a 100 mil habitantes. No entanto, eles se destacam pela produção agrícola de hortaliças, que se beneficia da adoção de culturas mais adequadas, como aquelas de ciclo mais curto e menor custo de preparação do solo. Essa produção de hortaliças desempenha, portanto, um papel importante na avaliação das novas condições de desenvolvimento do ambiente rural local.

Dessa forma, as constatações sobre a produção rural evidenciada no quadro abaixo, bem como a variação e instabilidade em outras atividades perenes, conforme observado anteriormente, juntamente com o aumento na produção de dendê e coco da Bahia, indicam um novo padrão de uso da terra que se consolida por meio de um modelo produtivo distinto do que prevaleceu por um certo período.

Gráfico 19. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): Produção Total das Hortaliças, 1995 (T)



* Fonte: Produção da horticultura, IBGE (1995).

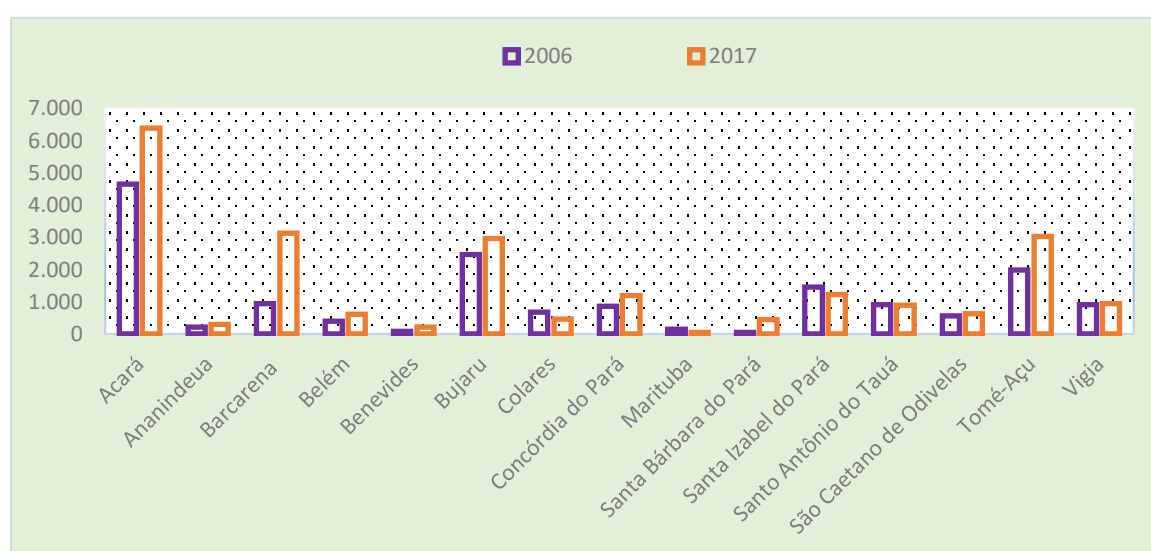
Segundo notar nesse gráfico o fator geográfico desempenha um papel fundamental nas análises sobre o desenvolvimento das hortaliças nos municípios estudados, conforme os valores representados no gráfico acima. Podemos citar as áreas de maior produção dessa cultura, como Ananindeua, Barcarena, Benevides, St^a. Izabel, St^o. Antônio e Vigia, e observar a relação entre a ocorrência e o volume produzido desses itens com a proximidade desses locais ao circuito econômico gerado pelo fluxo da BR-316. Vale ressaltar que apenas a cidade de Vigia de Nazaré

* As cidades de Colares e Marituba não aparecem e/ou não possuem valores para o período.

é o município mais distante, ao Norte, da dessa zona de maior influência urbana aqui discutida, por outro lado sua base pesqueira tem papel relevante numa relação comercial que se estabelece de forma mais ampla e independente da própria articulação (direta) metropolitano presente nessa parte do estado.

Outro fator relevante em tais análises é o próprio cenário rural dessas unidades administrativas. Assim, ao observar o comportamento desse ambiente em termos quantitativos ao longo de um período de dez anos, é possível identificar importantes padrões de comportamento do campo em uma perspectiva mais ampla dentro da referida região.

Gráfico 20. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): Número de Estabelecimentos Agropecuários, 2006/ 2017 (Unidade)



Fonte: Produção da horticultura, IBGE (1995).

Considerando a relação entre o número de estabelecimentos agropecuários na Região Geográfica Imediata de Belém em 2006 e os valores apurados em 2017, é possível perceber que a maioria dessas áreas se ampliou. Dentre elas, destacam-se os municípios de Acará, Barcarena, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu, que apresentaram elevações mais expressivas.

Esse quadro evidencia a presença de uma economia rural que se mantém relevante no contexto das relações pertencentes a essa parte da rede urbana paraense, principalmente em relação à sua abrangência metropolitana. Além disso, ao analisarmos os municípios em que houve diminuição ou alteração mínima no número de estabelecimentos rurais, podemos identificar algum tipo de padrão significativo. Os municípios com maior crescimento desse

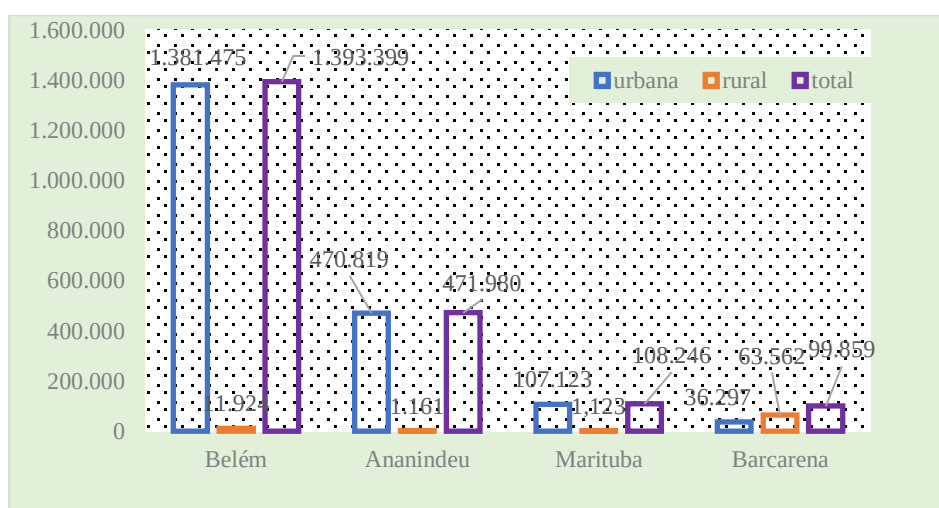
perfil estão localizados mais distantes do eixo rodoviário concentrador dos fluxos da metrópole Belém.

Por outro lado, os municípios que apresentaram perda ou mudança mínima (relativa) no número de estabelecimentos rurais, como as unidades administrativas estudadas aqui, estão geralmente localizados ao longo das rodovias mais fortemente ligadas à capital do estado. Portanto, é justo considerar que estamos testemunhando uma dimensão das dinâmicas urbanas que avançam sobre essas áreas rurais, onde a geografia desempenha um papel decisivo nas expressões econômicas do uso da terra.

Outro aspecto importante para avaliar as diferenças no grau de urbanização da RGIB está na distribuição da população nos ambientes rurais e urbanos das cidades. Com o objetivo de melhorar as relações comparativas nessa abordagem demográfica, foram selecionadas as quatro maiores cidades da região, incluindo a capital do estado. Esse critério leva em consideração as unidades com 100 mil habitantes ou mais, a fim de agrupar realidades socioespaciais que se assemelham em suas interações campo e cidade.

Dessa forma, a única particularidade a ser destacada nesse grupo está na cidade de Barcarena, onde, em 2010, a população rural superava a urbana. Esse aspecto nos leva a mencionar que, mesmo experimentando um desenvolvimento industrial impulsionado pelo setor do alumínio, essa cidade é a mais afastada geograficamente entre as cidades do gráfico.

Gráfico 21. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): População Rural e Urbana/2010 - (4 Maiores Centros)



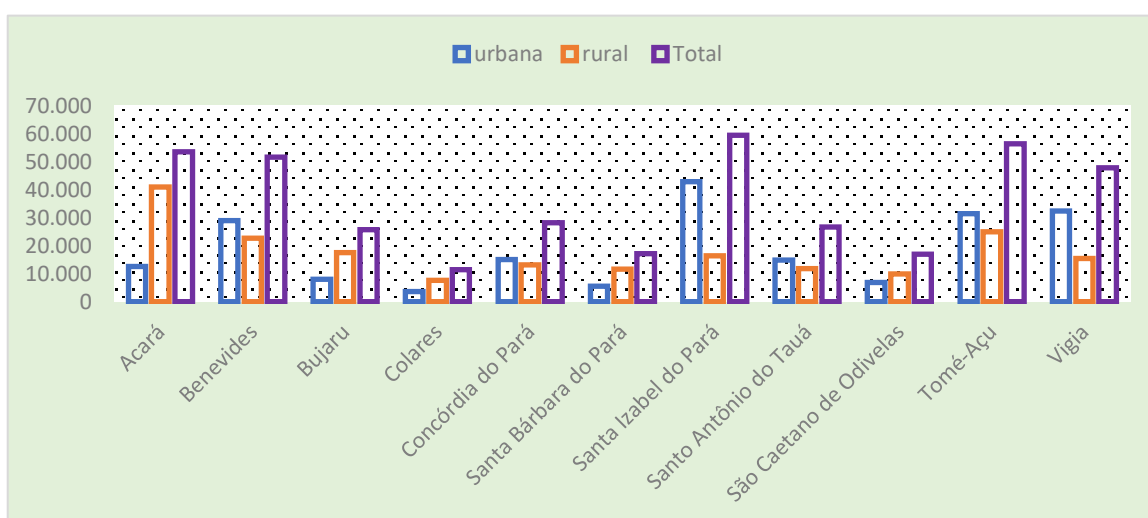
Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010).

Portanto, estamos nos referindo a uma parte da rede urbana de Belém em que o principal vetor de desenvolvimento não está diretamente relacionado ao mercado consumidor da capital paraense, ao contrário do que ocorre com as outras cidades em questão.

Essa condição particular desse segmento da rede urbana de Belém implica em uma dinâmica econômica e estratégias de desenvolvimento distintas. Enquanto as demais cidades estão intimamente ligadas ao mercado consumidor da capital, beneficiando-se de sua proximidade e dos fluxos econômicos resultantes, essa parte específica apresenta um cenário diferenciado.

A ausência de uma ligação direta com o mercado consumidor de Belém demonstra o quanto essas localidades são distintas em muitos aspectos e seu desenvolvimento fora de um contato direto com as dinâmicas da rede urbana metropolitana de Belém.

Gráfico 22. Região Geográfica Imediata de Belém (RGIB): População Rural e Urbana/2010 (Centros com Menos de 100 Mil Habitantes)



Fonte: Censo demográfico, IBGE (2010).

Já nas cidades com menos de 100 mil habitantes, existiam, em 2010, cinco representantes cuja população urbana era menor que a rural. Dessa maneira, pode-se considerar que se trata de uma região em que as relações rural-urbanas começam a se desenhar, revelando-se com maior ou menor intensidade na medida em que tais redes de relações se fortalecem, tendo a metrópole Belém como vetor principal de organização desses processos.

Considerando a diferença entre a população rural e urbana dos municípios de St^a Izabel do Pará e St^o Antônio do Tauá, podemos notar que o primeiro já possui o dobro de sua população morando na zona urbana, enquanto o segundo vem apresentando um incremento demográfico nesse ambiente nitidamente menor que aquele observado em sua vizinha.

Embora os dados em questão não sejam definitivos para as análises de uma intensificação da formação das interfaces rural-urbanas, estes, quando englobam outras variáveis desse mesmo cenário, podem adquirir um importante significado para tais conclusões. Dessa forma, a RIB tem suas particularidades socioespaciais mais amplas em termos de

organização histórica de suas bases econômicas. No entanto, mediante um determinado escalonamento de alguns desses fatores no período recente (pesquisa), como vimos, é possível destacar particularidades significativas na dimensão territorial municipal.

Portanto, somando-se a referida ampliação populacional local, o aumento da dependência e as melhorias das condições de transporte rodoviário, o crescente interesse do setor de habitação e a expansão das indústrias identificadas, têm-se elementos ligados ao desenvolvimento das áreas de periurbanização (locais citados). Por esse viés de observação, chega-se ao adensamento técnico que se associa ao fluxo rodoviário, em especial do recorte estudado, como um importante vetor urbano de reorganização e resignificação das relações rurais e urbanas. Por isso mesmo, os novos usos do território rural observados nessa área passam a configurar, em nossa abordagem, dinâmicas que também revelam a presença de um "Novo Rural" em desenvolvimento.

Em contrapartida, o crescente setor industrial que busca as vantagens proporcionadas pela oferta de produtos rurais pode impulsionar o desenvolvimento das atividades agrícolas comerciais nesse tipo de espaço. Na região de Stº Antônio do Tauá e Stª Izabel do Pará, por exemplo, observa-se um aumento no cultivo de açaí, dendê, coco da Bahia, entre outros. Por isso mesmo, a modernização do ambiente rural estudado revela, nesse ponto, seu estreitamento com o desenvolvimento urbano, influenciado por diversas variáveis, dentre as quais se pode destacar o adensamento demográfico local.

A RIB, é um espaço urbano que se estabelece tendo como grande mediador territorial a própria expansão metropolitana para além dos limites do centro urbano de suas fronteiras imediatas e, no contexto recente, nos permite verificar esse processo na própria dinâmica caracterizada pela formação de áreas de periurbanização. Essas áreas, situadas entre o rural e o urbano, são marcadas por uma forte presença de atividades agrícolas que se adaptam às demandas do mercado urbano, configurando um novo tipo de ruralidade.

Como já discutido, as novas condições de produção econômica resultantes da dispersão metropolitana têm levado a uma intensificação das relações entre o rural e o urbano, com um crescimento expressivo das atividades agrícolas comerciais em alguns municípios da Região Imediata de Belém. As hortaliças, por exemplo, destacam-se como um importante produto agrícola cultivado nessa região, graças à adoção de culturas mais adequadas, de ciclos mais curtos e menor de custo para o pequeno agricultor.

Esses processos de modernização do rural, impulsionados pela expansão urbana, têm a inevitável capacidade de alcançar municípios estudados, como Santa Izabel e Santo Antônio do

Tauá. Embora esses municípios apresentem uma realidade populacional menor em comparação com a cidade, por exemplo, de Ananindeua, que compartilha da área urbana consolidada da metrópole e população acima de 100 mil habitantes, a sua produção agrícola de hortaliças e outros produtos, como o açaí e o dendê, vem se destacando na comparação e essas áreas de periurbanização indicam, igualmente, um fortalecimento das atividades agrícolas comerciais em sua interação com a dinâmica urbana da Região Imediata de Belém.

Em suma, as Áreas de Periurbanização (APs) e as dinâmicas do Novo Rural (DNRs) se revelaram elementos metodológicos cruciais para a análise das complexas relações entre o rural e o urbano na RIB. Essas abordagens não apenas possibilitaram a identificação das transformações ocorridas, mas também destacaram os desafios enfrentados por uma região em meio a um processo de crescimento e modernização econômica recente.

Na condução desta pesquisa específica, a aplicação desses métodos proporcionou a identificação de elementos de caráter rural e urbano com uma natureza territorial local transitiva, cuja relevância se amplia consideravelmente quando inserida no contexto mais amplo das relações entre campo e cidade. Esse enfoque metodológico permitiu um aprofundamento na compreensão da dinâmica territorial, evidenciando não apenas a coexistência, mas a interdependência crescente de elementos urbanos e rurais.

CAPÍTULO 5. O PAPEL DA AUTONOMIA MUNICIPAL NA CONFIGURAÇÃO DAS NOVAS RELAÇÕES RURAL-URBANAS

Este capítulo encerra a presente tese, promovendo uma reflexão sobre o papel central do município como berço das políticas de alcance local, ressaltando sua importância na compreensão do significado do território rural, tanto em suas funções tradicionais quanto nas resultantes de sua interação com o ambiente urbano. A abordagem nessa escala permite uma compreensão mais profunda da complexidade do território rural e seu contexto socioeconômico, destacando sua relevância nesse debate.

Ao reconhecer o município como ponto de partida para políticas locais, compreendemos sua posição privilegiada na articulação de ações e estratégias abrangendo aspectos socioambientais, econômicos e culturais. O desenvolvimento no âmbito municipal é uma empreitada que depende intrinsecamente da ativa participação da administração pública local. Nesse contexto, as ações estrategicamente adotadas, ou não, pelo governo municipal desempenham um papel crucial na configuração do cenário de progresso. Nessa perspectiva, o território rural revela suas funções tradicionais, como produtor de alimentos, preservador de recursos naturais e guardião de tradições econômicas e culturais. Além disso, essa análise permite visualizar as novas facetas do território rural, resultantes de sua dinâmica relação com o ambiente urbano, tais como a diversificação econômica, o turismo rural e as novas formas de organização comunitária.

Compreender e valorizar essa dimensão multifacetada do território rural é essencial para a formulação de políticas públicas mais assertivas e inclusivas, capazes de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e valorizar as particularidades do campo. Nesse sentido, este capítulo propõe um diálogo com o debate estabelecido ao longo da tese, reforçando a importância do município como protagonista das ações de alcance local e sua contribuição na construção de um território rural mais resiliente, justo e integrado ao contexto urbano.

Neste momento conclusivo, buscaremos discutir, à luz de uma literatura diversificada, incluindo estudos específicos do direito, as atribuições constitucionais conferidas aos municípios desde a promulgação da Constituição de 1989. Esse debate evidencia tanto suas virtudes como avanço jurídico-administrativo quanto limitações e perspectivas discutidas no campo das execuções desses aparatos legais delegados às administrações locais.

Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá serão exemplificações de como os agentes públicos e privados têm lugar no desenvolvimento territorial rural municipal na medida em que

as políticas de gestão, organização e planejamento, são fundamentais ao estabelecimento tanto de uma abordagem quanto do próprio uso da terra que aí se estabelecerá.

O debate sobre o território e sua abordagem conceitual em geografia efetivamente nos permite avaliar o desenvolvimento do processo de transformação dos espaços rurais municipais, considerando tanto as políticas de uso da terra em nível local quanto a inserção do campo em uma escala regional ou global. Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de levar em conta os recursos técnicos e políticos representados pelo município no planejamento e uso do território, especialmente na relação entre rural e urbano.

Conforme proposto por Santos e Silveira (2001), as instituições administrativas se articulam ao território utilizado. Nesse ínterim, a autonomia municipal cresce em termos de poder de participação nos processos socioespaciais analisados, uma vez que a adoção de políticas públicas está inevitavelmente vinculada a concepções específicas de rural e urbano. É nesse contexto que a ação do poder público e a participação dos agentes privados desempenham um papel significativo no desenvolvimento do perfil econômico das áreas rurais dos municípios.

Desde sua origem, o debate sobre municipalização orbita os pressupostos fundamentais que servem de base ao princípio de "gerir" e à forma como alcançar seus objetivos em relação à capacidade administrativa de atender às necessidades reais dos indivíduos. Os interesses locais são as primeiras referências. Portanto, o poder administrativo busca harmonia ao atribuir funções específicas aos municípios, como sugerido por Sobrinho (1966).

Esse tema já tinha suas razões políticas discutidas em relação à capacidade do Estado de exercer suas funções administrativas muito antes de sua implementação legal pós-1990. A defesa de um projeto de municipalização está sempre relacionada à possibilidade de autogestão e autorregulação, criando espaço para os interesses locais.

A atuação do Estado, o desenvolvimento característico das suas funções de intervenção – funções necessárias, supletivas ou delegadas – encontra no município o seu limite de atividade administrativa. Nunca seria possível a tutela dos interesses gerais sem a proteção dos interesses locais. Aqui está a *municipalização* na importância do seu aspecto político. A descentralização do poder como indispensável à satisfação das necessidades imediatas de ordem pública. Nunca seria possível a proteção dos interesses Locais se aos *municípios* não competissem funções específicas. Na ação municipal também está a tutela do direito. Como o conceito de *planejar* encerra no seu conteúdo a ideia de *prever*, a condição municipal impõe condições à ordem geral constitucional. Aqui está o equilíbrio essencial para a harmonia dos poderes políticos. Equilíbrio que alcança o Estado na extensão de capacidade administrativa e jurisdicional (Sobrinho, 1966, p. 77).

Este projeto de descentralização visa alcançar harmonia e equilíbrio, delegando funções administrativas específicas ao município, executadas de forma mais planejada e orientada por questões locais. A capacidade do município de gerir e executar ações destaca-se como a mais

viável dentro da federação. O autor sugere um possível equilíbrio e harmonia entre os poderes, destacando a organização política representada pelo município como essencial. A descentralização do poder encontra sua atuação mais efetiva no planejamento administrativo dessa escala.

Ao abordar tradições econômicas locais, questões relacionadas ao uso do território surgem, especialmente aquelas ligadas às condições passadas de um processo de apropriação natural. Isso envolve condições técnicas e a influência das forças políticas como elementos atuantes em um período histórico específico, interferindo na construção de uma base produtiva única.

De acordo com Milton Santos e Maria Adélia (2001), o território "utilizado" reflete como a sociedade se estabelece por meio de sua capacidade de transformar o meio, com a mediação do trabalho ocorrendo pela capacidade técnica presente nesse contexto.

Além disso, é crucial considerar outras questões relevantes para essa base produtiva. Essas estruturas podem representar continuidades ou novos aportes técnicos decorrentes da organização do espaço e das novas condições de reprodução social. A participação dos agentes políticos, ou seja, a administração, é uma parte inseparável dos mecanismos que envolvem as relações em cada contexto, contribuindo para a dimensão institucional que muitas vezes orienta o desenvolvimento local e organiza uma aparente tradição produtiva.

Dessa forma, é crucial atribuir o devido papel às instituições, pois elas são indispensáveis para conduzir as formas de apropriação e uso do espaço em uma escala de ação política nacional, estadual ou local.

5.1. Autonomia e Possibilidades

A gestão pública municipal amplia sua liberdade de atuação ao adotar princípios de autogestão e autorregulação. Além da autonomia na formulação de políticas urbanas, destaca-se a responsabilidade crucial pelo planejamento do setor produtivo, abrangendo tanto a modernização do campo quanto o suporte à pequena produção rural.

Essa autonomia foi institucionalizada pela Constituição Federal de 1988, ampliando as ferramentas das unidades municipais para elaborar projetos significativos em prol do bem comum. A CF, em seu capítulo 23, inciso VIII, atribui ao município o papel de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar. Com mais de 30 anos de via institucional, os municípios têm o respaldo para desenvolver, organizar e implementar políticas públicas.

Isso não apenas estabelece um canal de articulação com os entes federativos, por meio de programas e repasses financeiros, mas também proporciona instrumentos legais para atuar de forma descentralizada, democrática e sistematizada no meio rural. A gestão municipal está no cerne das deliberações oriundas dos interesses que chegam trazidos por diversos agentes econômicos ao espaço rural mediante ao avanço da urbanização.

Criou-se assim as condições para que a população rural possa ser inserida de forma mais efetiva nas políticas públicas locais (Ferraz; Souza, p. 2010). De fato, esse é um marco legal sem precedentes nas interações políticas entre campo e cidade, ainda mais quando as demandas urbanas contemporâneas têm se mostrado tão significativas no processo de reorganização das condições socioespaciais que chegam a tais espaços.

A atuação da administração pública municipal desempenha um papel crucial no ordenamento territorial e na atividade agropecuária. As áreas rurais devem ser consideradas autonomamente, levando em conta suas realidades socioespaciais, dada a crescente integração em um circuito urbano (regional) contemporâneo das novas práticas econômicas.

Nas terras izabelenses e tauaenses verificou-se que o desempenho dos agentes públicos tem se revelado por meio de um planejamento (atuação) que ainda se limita a uma política setorial, onde o rural é visto apenas como uma fonte produtora de gêneros agrícolas. Essa abordagem tem limitações frente ao crescente processo de diversificação e multiutilização do campo, o que acaba se adequando com mais facilidade às atividades agrícolas comerciais.

Outro aspecto observado nos casos em questão, é que estas precisam avançar no uso econômico rural, abrangendo desde a pequena produção subsistente até formas modernas de apropriação desses espaços, seja na agricultura comercial ou na crescente inserção de atividades não primárias. Nesse caso, o melhor planejamento e a mitigação de problemas agrários podem ser alcançados com a compreensão da dinâmica de apropriação econômica de natureza urbana que chega ao campo.

Destarte, reconhecer a inserção do município em um quadro econômico regional é crucial, situando essas unidades administrativas nas áreas de influência metropolitana ou na rede urbana onde seus territórios rurais estão presentes. Esse processo é imperativo para conservar modos de vida sustentáveis e justos, além de promover a produção de alimentos, conforme previsto na Constituição Federal.

Ainda no que diz respeito à instituição para o planejamento de políticas voltadas para as áreas rurais, destaca-se a importância do Plano Diretor Municipal (PDM), criado como um mecanismo para impulsionar políticas direcionadas ao desenvolvimento e redução das

desigualdades sociais em todo o território das cidades, mesmo que este tenha seu foco centrado na gestão urbana das cidades. Sobre esse tema, ainda se faz necessário efetivar a participação dos diversos atores sociais e comunidades (municipais) interessadas, nos debates relativos ao citado planejamento.

5.1.2. Autonomia e ordenamento territorial

Ainda no primeiro decênio do século XXI, as várias discussões acerca das políticas e proposições encaminhadas como demandas sobre as quais as cidades precisavam se debruçar trouxeram à pauta as finalidades e o alcance do Plano Diretor Municipal (PDM). O planejamento em questão trouxe ações preventivas que, dentre outros, “(...) abrangeram o fomento à atividade de planejamento municipal – Plano Diretor, planos municipais de redução de risco e de reabilitação de áreas consolidadas degradadas ou subutilizadas” (Rolnik, 2003, p.13).

O ordenamento territorial ganha destaque e se torna uma importante ferramenta para somar à autonomia municipal na busca por uma política mais ampla e organizada de gestão pública. Desta feita, a prevenção por meio de iniciativas no tocante às práticas econômicas desenvolvidas tradicionalmente por unidades sociais que dependem da terra para a sobrevivência e/ou conservação de seu modo de vida se mostraram um importante campo para a atuação da administração municipal.

Mesmo diante do silêncio da norma constitucional no que se refere aos municípios, evidencia-se que a competência legislativa concorrente da União com os Estados e o Distrito Federal inclui implicitamente os mesmos como importantes unidades da federação autônomas e integrantes da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil no tocante às matérias intimamente ligadas ao conteúdo de interesse local como urbanismo, tributação, meio ambiente, educação, cultura e saúde (Alves, 2004, p. 571-573).

A perspectiva de atuação política no âmbito das bases econômicas locais tem no município um espaço para o desenvolvimento socioprodutivo nos ambientes rurais mediante a descentralização administrativa garantida constitucionalmente. Sendo assim, é preciso que os setores ligados ao planejamento municipal tenham essa diretriz, primeiro enquanto projeto e depois, na forma de uma estrutura de atuação que procure se consolidar por meio de recursos técnicos – onde a qualificação de pessoal e suas articulações façam parte de um programa sistematizado de atuação.

Faz-se necessário, portanto, a ampliação das redes que se formam entre as cidades, enquanto centros difusores de uma malha técnica urbana – mesmo que de forma dispersa – tem intensa capacidade de impactar as populações locais por meio de suas organizações socioespaciais resultantes, como se discutiu aqui no contexto das denominadas Áreas de Interface Periurbanas (AIPs).

O território do município torna-se, assim, o *locus* privilegiado para análise das práticas de gestão territorial e do campo de poder na definição do território no qual melhor podemos evidenciar o uso do território pelos diferentes atores sociais. É no município que esses atores buscam resolver seus anseios e garantir seus acessos aos recursos sociais. Para isso lutam para ampliar as possibilidades de participação efetiva nas políticas sócio-econômico-culturais (da Silva, 2009, ps. 10-11).

Segundo se pode concluir, então, a diversidade de interesses e, portanto, dos usos que se estabelecem no território, representa muito da sua complexidade, os quais tanto originam quanto refletem suas próprias disparidades. As relações políticas por meio das práticas de gestão podem assim, atender às demandas diversas que chegam aos territórios municipais, intensificadas por um processo crescente de estreitamento das relações que marcam os espaços rurais e urbanos, a exemplo do que se verifica (contemporaneamente) nas áreas metropolitanas.

É evidente que a efetivação de muitas dessas proposições enquanto novas práticas de planejamento e de gestão democráticas, inclusivas, redistributivas e sustentáveis precisa ser construída, segundo mencionado acima, por meio de uma participatividade permanente dos cidadãos. De qualquer forma, as ações engendradas por essas iniciativas políticas são, segundo Rolnik (2003, p. 13), "(...) registro de experiências que mostram como as sementes plantadas na Constituição de 1988 germinaram e cresceram em cada canto do País."

Se a malha urbana técnica representada pelo sistema de organização de cidades em rede é uma expressão socioespacial contemporânea que só tende a se ampliar, esse viés descentralizado de planejamento e desenvolvimento rural centrado na unidade territorial – representado pelo Município – precisa buscar cada vez mais seu lugar.

Portanto, o que se tem em mãos atualmente em termos de autonomia administrativa – no nível local – nos parece relativamente recente, porém, este princípio republicano vem se ajustando perfeitamente bem enquanto instrumento melhorado de gestão pública, em especial quando se trata do ambiente rural.

Nenhum ente federado brasileiro está, certamente, tão próximo da ideia de cidadania quanto os Municípios, com seus instrumentos de efetiva participação comunitária nos negócios da cidade e do campo, através de seus líderes comunitários, das audiências públicas, dos orçamentos participativos, da feitura democrática dos planos urbanísticos, dentre outros. O princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República, também é traço imperativo na trajetória municipal de prestação jusfundamental, poder-dever de caráter imediato e garantidor de um autêntico Estado Democrático, Social e Ambiental de Direito (Ferraz; Souza, p. 2009).

A representação municipal no ambiente dos fundamentos republicanos destaca-se por seu caráter associado à dignidade da pessoa humana. Essa unidade administrativa possui, portanto, uma escala mais adequada para o exercício da cidadania. Nesse nível de debates, é possível articular representações comunitárias, pois estas estarão compartilhando as mesmas relações socioespaciais territorialmente estabelecidas. Segundo mencionado pelos autores em questão, os Municípios trazem consigo a própria realidade comunitária à participação nas atividades desenvolvidas na cidade e no campo.

A relação entre o planejamento político municipal e as transformações no território rural é crucial. Além de representar um patrimônio econômico, esse território ainda hoje envolve um considerável número de pessoas, o que demandando mais atenção institucional.

A autonomia política municipal não apenas confere poder de gestão sobre o campo, mas também implica responsabilidade pelo desenvolvimento desses ambientes. A intensificação do uso da terra, incluindo atividades não agrícolas, está intrinsecamente ligada à atuação do poder público local. Portanto, é fundamental posicionar as municipalidades como unidades essenciais na reorganização do território rural. Seja por meio de um planejamento direcionado a políticas de desenvolvimento das unidades sociais, seja pelas influências da modernização do campo alinhadas aos interesses empresariais urbanos; o Município desempenha um papel crucial na condução desses processos. Como vimos, a relevância da atuação municipal sobre as áreas rurais aumenta ainda mais com a crescente influência metropolitana, que atua como um principal catalisador das transformações no campo através do desenvolvimento urbano, que tem nesses espaços sua área periférica de reservas de terra.

No âmbito deste estudo, destaca-se um circuito de relações mais dinâmico, evidenciando um cenário de desenvolvimento urbano impulsionado pelos agentes capitalistas que expandem sua presença nos territórios rurais estudados. Esse avanço é facilitado pelo suporte técnico e operacional providenciado pela metrópole, Belém.

É nesse ambiente que o uso da terra e a própria política municipal voltada ao rural de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, precisam ser planejadas para garantir a pequena propriedade rural dentro de uma relação nova, onde as interfaces campo e cidade tornam-se cada vez mais frequentes e desafiadoras.

5.2. O Município no Contexto das Relações Globais

Os desafios aqui discutidos se ampliam significativamente com a internacionalização do capital, pois é necessário considerar os efeitos desse processo como catalisador das

transformações municipais. Os aglomerados urbanos desempenham um papel nodal nas relações econômicas cosmopolitas.

Para os municípios brasileiros, as transformações resultantes da reorganização política em uma escala mais ampla representam desafios sem precedentes. Isso abrange desde novas posturas na gestão pública até avanços tecnológicos decorrentes da globalização pós-90 (Campanone, 1999).

É imperativo abordar as políticas públicas municipais no século XXI considerando o contexto pós-Constituição de 1988. Este período não apenas marca um novo capítulo para a autonomia administrativa municipal, mas também tem implicações significativas nas dinâmicas globais do sistema produtivo hegemônico.

Assim, é preciso observar que o entrelaçamento dos territórios rurais e urbanos tem crescido mediado por processos mais amplos de reorganização desencadeados pelo próprio modo de produção. Segundo se pode observar.

A globalização da atividade social que a modernidade ajudou a produzir é de certa maneira um processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais — como aqueles envolvidos no sistema global de estados-nações ou na divisão internacional do trabalho. (...) A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais "à distância" com contextualidades locais. (...) a globalização tem que ser entendida como um fenômeno dialético, em que eventos em um polo de uma relação muitas vezes produzem resultados divergentes ou mesmo contrários em outro (Giddens, 1999).

O entendimento do autor mencionado destaca que a tendência globalizante da modernidade está intrinsecamente ligada a um novo cenário mundial de produtividade humana. No entanto, enquanto a elaboração e execução de projetos econômicos podem ser bem-sucedidas nos centros desenvolvidos, esse mesmo processo pode gerar efeitos contraditórios em outras partes do sistema global.

O uso da terra no meio rural izabelense e tauaense tem apresentado recentemente um perfil moderno de investimentos. Como visto aqui, o contexto pós 1990, tem sido marcado pela inserção de estruturas socioeconômicas modernas, onde os recursos naturais e a produção tradicional (agrícola) desses municípios estão cada vez mais articulada ao mundo urbano.

Assim, a integração inegável entre o local e o global não apenas afetará a dimensão do município, mas o fará independentemente de sua capacidade de resposta. A gestão pública local deve orientar seu planejamento considerando essa condição moderna de desenvolvimento ou enfrentar os efeitos prejudiciais dessa expansão global.

5.3. Condições Locais e Gestão Pública Municipal

A autonomia municipal (municipalização) foi um tema importante para o estudo territorial das unidades administrativas enquanto base de análise de seu papel e/ou possibilidade de gestão pública sobre seu ambiente rural mediante a autonomia constitucional.

Esse tema foi debatido aqui para analisar a dinâmica territorial rural nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, dentro de um recorte espacial mais amplo. Os mecanismos de autonomia política concedidos a essas unidades administrativas foram cruciais para observar e discutir questões gerais e particularidades nos processos de desenvolvimento econômico rural.

Tal discussão torna-se especialmente relevante ao considerar em que medida os processos municipais, especificamente as dinâmicas territoriais rurais, derivam de uma postura relativa ao planejamento público desses espaços. Esse aspecto é abordado aqui, sistematicamente, sob a perspectiva do processo de configuração dos espaços de interface entre campo e cidade.

Assim, presume-se a existência de uma orientação mais ou menos regular de gestão pública, que influencia a evolução do uso da terra ao longo da PA-140, principal eixo de ligação entre Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, bem como no contexto da BR-316. Essas vias foram elementos para se compreender a circulação e expansão, na região imediata de Belém, do desempenho do papel das dinâmicas de urbanização na RMB.

Examinar o papel, a liberdade de gestão e as possibilidades de atuação municipal no ambiente rural é essencial para compreender as dinâmicas de desenvolvimento econômico no referido trecho do estado do Pará. Apesar de se ter observado uma atuação política sistemática reduzida na organização e gestão do rural desses municípios, a análise do desempenho produtivo izabelense e tauaense destaca variações e a expansão da urbanização nas sedes municipais e nas áreas de urbanização descontínuas, onde se observa um novo perfil de uso da terra, em especial nos últimos 30 anos.

Nesses contextos, as Áreas Periurbanas (APs) representam o uso do território rural por práticas econômicas diversas, embora ligado às atividades modernas. Nos espaços rurais onde se observa a diversificação e a multiutilização da terra, identificou-se as DNRs, portanto, processos de reorganização produtiva local marcados por um conjunto de condições próprias ao seu desenvolvimento. Este estudo comparativo busca constatar as expressões de uma nova relação campo e cidade nos dois locais, visando a efetiva presença da gestão pública local enquanto quanto um fator de desenvolvimento local.

5.3.1. A relevância da dimensão local

A eficiente distribuição da relação entre o território municipal e sua clientela imediata, levando em consideração a extensão desse espaço, é crucial para o desenvolvimento de diversas relações socioespaciais, incluindo práticas econômicas tradicionais. Esse processo possibilita a identificação e assistência necessária à clientela local, tornando mais ágil o acompanhamento, a definição das bases produtivas, o controle e o avanço dos programas (Marques, 1999).

Conforme discutido anteriormente, a escala territorial do município proporciona condições adequadas para iniciativas políticas voltadas ao planejamento econômico, promovendo uma relação mais equitativa entre a administração pública e a sociedade. A descentralização das ações governamentais pode operar de maneira democrática e específica no planejamento de ações numa escala local, onde o rural se expressa de modo imediato e ou dentro de um caráter mais comunitário.

Essa abordagem não apenas viabiliza que as ações de desenvolvimento local alcancem o território rural municipal, alinhadas com suas realidades imediatas de participação na organização econômica regional, mas também se integram às relações dentro da escala da rede urbana e/ou metropolitana em dispersão.

O homem do campo experimenta um novo processo de relações nas áreas metropolitanas, exigindo a formulação de políticas públicas para garantir uma inserção positiva do meio rural nesse contexto. "De fato, o rural presente nas metrópoles brasileiras padece de grande invisibilidade, uma vez que não é alcançado pelas políticas rurais e se encontra a reboque das políticas urbanas" (Travassos; Portes, 2018, p.360).

As literaturas indicam uma crescente indefinição quanto à denominação do rural, à medida que ocorre a aproximação das dinâmicas urbanas e a inserção do rural nos mecanismos da reprodução econômica das cidades. Portanto, é crucial estar atento às transformações na configuração da ruralidade frente ao urbano, pois essas tendem a crescer como consequências desse processo.

Assim, o município, como ente federativo, oferece condições para articular de forma mais eficaz os interesses urbanos crescentes às condições reais e justas de realização da população rural, cuja realidade socioambiental não pode ser ignorada. A municipalização oferece uma base institucional para analisar as dinâmicas contemporâneas resultantes desse tipo de configuração por meio de uma leitura do próprio *continuum* rural-urbano.

A compreensão do território "utilizado", conforme apresentado por Santos e Silveira (2001), valida a análise das relações estabelecidas, tanto como base histórica de

desenvolvimento socioespacial quanto como um processo de reestruturação produtiva que configura as novas relações de trabalho e políticas no espaço (da Silva, 2009).

Dessa maneira, o território rural municipal transcende a escala regional de articulações econômicas, tornando-se um sistema de dinâmicas e transformações produtivas intrinsecamente ligado a esse espaço local. Esse cenário é delineado por uma interação complexa de fatores naturais, históricos e socioespaciais, os quais definem as peculiaridades dessas áreas. Assim, o território municipal emerge como um instrumento de análise indispensável para discernir as nuances da gestão pública e sua possível contribuição nas dinâmicas econômicas locais no contexto do rural e urano.

5.3.2. Desenvolvimento local e cidadania

As localidades abordadas desempenharam um papel fundamental como unidades territoriais, analisadas tanto na perspectiva regional, considerando o contexto amazônico de transformações (no recorte da RIB), quanto nas características locais onde atua a gestão pública dessas unidades administrativas. Isso nos permite, igualmente, pensar na própria organização das ações políticas no contexto do rural estudado.

No cenário brasileiro, como discutido aqui, nenhum ente federado se aproxima tanto da ideia de cidadania quanto os Municípios. Eles se destacam pelos instrumentos que promovem a participação efetiva da comunidade nos assuntos urbanos e rurais. O que pode ocorrer por meio de líderes comunitários, audiências públicas, orçamentos participativos, elaboração democrática de planos urbanísticos, entre outras práticas.

Além disso, de acordo com diversas fontes, o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República, assume um papel imperativo na trajetória municipal de prestação jusfundamental. Essa prestação é um poder-dever de caráter imediato e atua como garantidor de um autêntico Estado Democrático, Social e Ambiental de Direito (Ferraz; Souza, 2009).

Ancorada nos princípios republicanos, a representação municipal destaca-se pela vinculação à dignidade humana, proporcionando um cenário propício para o exercício da cidadania. Nesse contexto, os Municípios incorporam a realidade comunitária às atividades urbanas e rurais, revelando uma relação sensível enraizada no planejamento político, especialmente ao analisar o território rural e suas transformações. Além de ser um patrimônio econômico, o território rural abriga uma população considerável, enfatizando a importância de uma abordagem abrangente (*continuum* rural-urbano).

A autonomia política dos municípios confere poder de gestão sobre o campo, implicando responsabilidade significativa no desenvolvimento desses ambientes. A intensificação do uso da terra, incluindo atividades não agrícolas, demanda a associação do poder público municipal a esses processos. Nesse contexto, o ente federativo municipal se destaca como um local crucial na reorganização do território rural, orientando políticas de desenvolvimento a partir do setor econômico local e da modernização do campo influenciada pelos interesses empresariais urbanos.

O território municipal é, assim, o local privilegiado para a análise das práticas de gestão territorial e do campo de poder na definição do território, onde diferentes atores sociais buscam resolver seus anseios e garantir acessos aos recursos sociais, lutando pela participação efetiva nas políticas socioeconômico-culturais.

A diversidade de interesses e os usos estabelecidos no território refletem sua complexidade, gerando e refletindo disparidades próprias. As ações políticas, por meio da gestão, são fundamentais para atender às diversas demandas nos territórios municipais, especialmente diante do estreitamento crescente das relações entre espaços rurais e urbanos.

Desde sua origem, o debate sobre municipalização gira em torno dos pressupostos básicos do princípio da "gestão" e de como atingir seus objetivos, destacando os interesses locais como referência primordial. Esse tema já era debatido muito antes de sua experimentação legal, após 1990, e envolvia as razões políticas relacionadas à relação entre o Estado e sua capacidade de exercer funções administrativas. A defesa de um projeto de municipalização está sempre relacionada à possibilidade de autogestão e autorregulação, onde há espaço para os interesses locais existirem.

A atuação do Estado, o desenvolvimento característico das suas funções de intervenção – funções necessárias, supletivas ou delegadas – encontra no município o seu limite de atividade administrativa. Nunca seria possível a tutela dos interesses gerais sem a proteção dos interesses locais. Aqui está a *municipalização* na importância do seu aspecto político. A descentralização do poder como indispensável à satisfação das necessidades imediatas de ordem pública.

Nunca seria possível a proteção dos interesses Locais se aos *municípios* não competissem funções específicas. Na ação municipal também está a tutela do direito. Como o conceito de *planejar* encerra no seu conteúdo a ideia de *prever*, a condição municipal impõe condições à ordem geral constitucional. Aqui está o equilíbrio essencial para a harmonia dos poderes políticos. Equilíbrio que alcança o Estado na extensão de capacidade administrativa e jurisdicional (Sobrinho, 1966, p. 77).

Esse projeto de descentralização se pauta, portanto, numa busca de harmonia e equilíbrio, delegando ao município funções administrativas específicas naquilo que, nesse âmbito das relações, possam ser realizadas de forma mais bem planejada e orientada por questões locais.

O autor destaca a eficácia da federação na gestão nesse nível, ressaltando o equilíbrio e harmonia entre os poderes, especialmente no âmbito municipal, onde a autonomia de gestão e planejamento é central. A discussão sobre a tradição econômica local revela a relação entre o uso do território e as condições históricas de apropriação natural. É assim que o território utilizado reflete a forma como a sociedade se estabelece pela transformação do meio, mediada pela capacidade técnica contextual. Ao abordar a base produtiva local, é essencial considerar estruturas que representam continuidades e inovações técnicas, influenciadas pelas características preexistentes do espaço. A questão crucial sobre a integração do mundo rural ao desenvolvimento capitalista ou sua transição para uma completa sofisticação técnica é, em parte, evidente no contexto do *continuum* rural-urbano, contudo, permanece uma realidade ainda indefinida. Nesse sentido, compreender e planejar esse processo em meio à expansão contemporânea emerge como uma responsabilidade central para os agentes públicos municipais

Ao considerar o território municipal como referência para o desenvolvimento rural, ganhamos uma compreensão mais aprofundada de como essas dinâmicas afetam as estruturas produtivas nas novas geografias territoriais, especialmente nas interfaces entre campo e cidade. Em Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, observou-se que essa abordagem concentra-se, principalmente, na responsabilidade territorial relacionada à produção e distribuição de alimentos. Os agentes públicos municipais têm gerenciado suas reservas naturais, estabelecendo um certo ordenamento territorial, embora sem um comprometimento significativo com as complexidades reais dessas áreas, onde reside a própria essência da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegarmos à fase final deste trabalho, é importante ressaltar que nenhum dos conceitos e processos abordados e analisados por ele pode ser considerado, de maneira alguma, exaurido em suas possibilidades de interpretação, mesmo quando estes foram baseados em dados quantitativos (números) ou delimitados por dimensões (áreas) cartográficas.

Durante toda a trajetória desta pesquisa, buscamos compreender as complexidades e dinâmicas inerentes ao objeto de estudo, considerando suas múltiplas facetas e perspectivas. No entanto, é imprescindível reconhecer que o conhecimento produzido até o momento representa apenas um avanço inicial em direção a uma compreensão mais profunda e abrangente desse tema.

As bases de dados quantitativos forneceram informações valiosas para sustentar nossas análises, permitindo uma visão quantificável de algumas das variáveis em estudo. No entanto, é preciso reconhecer as limitações referentes a esses dados, bem como a necessidade de análises qualitativas complementares que possam fornecer um contexto mais completo e detalhado de investigações orientadas por outras proposições de estudos.

Além disso, as dimensões cartográficas utilizadas como referência para a delimitação e representação espacial também são passíveis de rediscussão e aprofundamento. Embora tenhamos utilizado esse recorte como ponto de partida, é fundamental considerar que a realidade geográfica é dinâmica e complexa e que as fronteiras territoriais rurais e urbanas podem e, serão, certamente, rapidamente modificadas, já que estas são permeáveis e suscetíveis à mudanças ao longo do tempo.

Diante dessas considerações, é crucial reconhecer que este trabalho representa um ponto de partida para futuras investigações e reflexões. As lacunas e questionamentos que surgiram durante o processo de pesquisa e que ainda persistirão após esta são convites para a continuidade de outros estudos nesse campo e para um melhor aprofundamento dos temas aqui abordados.

Dessa forma, espera-se que esta tese sirva como uma contribuição inicial para o campo de conhecimento em questão, incitando debates, ampliando horizontes e motivando pesquisas posteriores nos municípios aqui trabalhados. A complexidade de um objeto de estudo de tal natureza exige uma abordagem contínua e aberta, capaz de capturar sua essência em constante evolução.

Portanto, ao concluirmos esta etapa, reconhecemos que ainda há muito a ser explorado e descoberto. Dizemos, por necessidade dos próprios princípios científicos, que a pesquisa

acadêmica é um processo contínuo e cumulativo, no qual cada descoberta abre caminho para novas indagações e investigações. Nesse sentido, encerramos este trabalho com a convicção de que os resultados obtidos até o momento constituem um ponto de partida promissor para a ampliação do conhecimento sobre o tema da relação campo e cidade no contexto contemporâneo.

Enfim:

"O campo não desapareceu; pelo contrário, ele sobrevive, mas em uma relação nova com a cidade, a qual o absorve, o transforma e o regenera. (LEFEBVRE, p. 25)"

Segundo se pode abstrair das contribuições de Lefebvre, torna-se evidente que o campo não está destinado a uma derrocada certa diante do avanço do urbano. Embora a cidade possua um conjunto mais amplo e completo de funções nessa relação, o campo não desaparecerá. De acordo com esse autor, é possível e até certo ponto inevitável que surja uma espécie de absorção do campo a partir do processo produtivo incorporado pela cidade em relação às terras rurais. Neste trabalho, essa nova relação é identificada nas áreas que compõem uma dinâmica rural-urbana nas terras izabelense e tauaenses.

De fato, trata-se de uma relação nova em várias dimensões. O desenvolvimento urbano cresce e se expande, especialmente a partir da centralidade representada pela metrópole, Belém. A diversidade de interesses e atores envolvidos torna-se cada vez mais evidente, e as terras rurais, tanto izabelenses, quanto em tauaenses, começam a evidenciar transformações de diferentes formas e intensidades. A questão sobre se tais dinâmicas representam de fato uma "regeneração" do rural nessa parte do nordeste do Pará ainda não pode ser plenamente avaliada. No entanto, é inegável que o rural, enquanto área de mera realização de atividades agropecuárias, tenha apresentado evidências contrárias, mesmo considerando-se a realidade do espaço amazônico.

Durante a pesquisa, discutimos as novas estruturas metabólicas modernas como expressões territoriais urbanas ao longo de um trecho rodoviário federal que atravessa Santa Isabel, no sentido Leste/Oeste. A questão central, nesse caso, é se tais processos representavam mesmo uma "absorção" (inicial) do campo pela cidade. Após algumas constatações e análises de tais dinâmicas, considerou-se se tratar de um estágio incipiente desse processo, portanto, elementos representantes das novas estruturas da relação rural-urbana local. No entanto, antes de chegar a essa conclusão, foi necessário buscar sustentação teórica no conceito de "Periurbano". Além disso, dialogou-se, devidamente, com os temas da "metropolização" e da

urbanização em sua forma dispersa. A partir dessas questões, admitiu-se a possibilidade de haver um perfil específico de uso da terra compatível à ocorrência de uma Área de Periurbanização e, sendo assim, de um processo de transformação em estágio inicial e/ou em desenvolvimento, a partir do qual se poderia abordar, inclusive, compreender o uso não-tradicional da terra em outros pontos desse território, como parte da emergência de um Novo Rural.

Para garantir a abrangência da análise em relação ao ambiente rural em outras áreas dos territórios municipais em questão, tornou-se necessário expandir a discussão e a aplicação dos conceitos relacionados, visando compreender as dinâmicas rurais-urbanas em contextos diversos. Essa abordagem integrada e analítica tornou-se indispensável para o estudo e a compreensão das transformações territoriais em andamento, especialmente, ao adentrarmos no último capítulo da tese, olhando às análises dos dados secundários, com ênfase, especialmente, nas informações agrícolas dos dois municípios.

A partir dessa compreensão de natureza mais ampla, a tríade mencionada anteriormente por Henry Lefebvre, composta pelos termos "absorver, transformar e regenerar", adquiriu um significado profundo e instruído, nos permitindo uma análise consistente e fundamentada do desenvolvimento da relação entre o rural e o urbano na escala dos municípios de St^a Izabel e St^o Antônio do Tauá. Tal abordagem, dessa forma, nos possibilitou uma leitura mais aprofundada das inevitáveis interdependências entre esses dois espaços, desvelando, inclusive, algumas das perspectivas de desenvolvimento territorial dessa parte da Região Imediata de Belém.

Ao estender a investigação para além das fronteiras rurais tradicionais, exploramos as dinâmicas que transcendem os limites geográficos e se entrelaçam com o ambiente urbano. Isso nos levou a identificar as influências mútuas entre as esferas rural e urbana, assim como as características peculiares que moldam o desenvolvimento socioeconômico dessas áreas. Do mesmo modo, ao analisar os dados secundários, especialmente aqueles relacionados à agricultura, obtivemos ganhos concretos para embasar nossos princípios e aprofundar o conhecimento sobre o desempenho da produção agrícola nos municípios em estudo.

A relação entre o espaço rural e urbano é um tema que tem sido amplamente estudado e refletido nas ciências sociais há décadas. Tal relevância decorre de diversos fatores, como as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas, que se materializam no território e determinam as formas de uso e apropriação do espaço, tornando essa relação bastante complexa e multifacetada. Como salienta Santos (1996), "a cidade e o campo não podem ser

compreendidos apenas como unidades geográficas e morfológicas, mas devem ser analisados como expressões de processos sociais e históricos que envolvem interesses, conflitos e lutas".

No entanto, é importante destacar que essa relação não é homogênea e pode variar de acordo com as características de cada lugar, como sua localização geográfica, dinâmica econômica e influências culturais. Portanto, o estudo comparativo entre municípios, como St^a Izabel do Pará e St^o Antônio do Tauá, ambos situados na região amazônica e influenciados pela metrópole de Belém, tem grande relevância à compreensão das complexas dinâmicas que se manifestam em diferentes contextos locais. Muitas dos quais se desenvolvem numa aparente lentidão, mas são efetivos e robustos na sua capacidade de reorganizar o espaço e criar dimensões de alcance que se estendem para além das fronteiras municipais, porque na verdade, estão interligadas a uma rede mais ampla e diversificada, da qual faz parte o fenômeno urbano.

Para a escolha das bases teóricas e conceituais desse trabalho foi preciso buscar diálogos que tivessem capacidade analítica para se interpretar os fenômenos de uma relação entre o rural e o urbano. Esse campo investigativo é amplo, complexo e se diversifica na medida em que os dois ambientes se aproximam enquanto partes de uma realidade particular ou híbrida. Enfim, foi preciso situar os territórios municipais abordados num contexto geográfico onde, se verifica uma influência metropolitana inegável, para então, partir para sua teorização e possibilidade de análises.

Sob tal perspectiva a compreensão do território tornou-se de fundamental importância aos estudos das relações entre o rural e o urbano, uma vez que essa dinâmica espacial é central para a construção de políticas públicas de atuação local. Conforme Santos (2008), a compreensão do território não pode ser reduzida à sua dimensão física, mas deve considerar as relações sociais, políticas e econômicas que o constituem. Outro autor que contribui para essa discussão é Haesbaert (2016), que enfatiza a importância de compreender o território como uma construção social e política.

Assim, a pesquisa bibliográfica realizada permitiu identificar alguns aspectos relevantes do desenvolvimento rural-urbano em St^a Izabel e St^o Antônio do Tauá desse início de século XXI: o processo de desenvolvimento urbano local e suas implicações para o uso da terra no rural. Nesse sentido, conforme Berdegué e Bebbington (2019), o Novo Rural é marcado por transformações significativas na relação campo-cidade, demandando uma gestão territorial integrada que considere suas particularidades. Daí a importância de se estabelecer uma linha de compreensão voltada às transformações observadas, não apenas como um fenômeno a partir do urbano, mas sim, enquanto um processo de dinâmica particular entre esses dois ambientes.

As referidas dinâmicas rurais e urbanas interdependentes, evidenciadas na pesquisa, apontam para a necessidade de uma gestão integrada do território que considere tanto as necessidades do meio rural quanto do meio urbano. Conforme Souza (2018), o desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo que envolve a articulação entre diferentes atores e setores, e a promoção de políticas públicas que visem à construção de um projeto mais integrado de desenvolvimento. Sob tal constatação, verificou-se igualmente à importância de uma leitura mais ampla de tais transformações. Nesse caso, as referidas dinâmicas precisavam ser discutidas em uma escala mais integrada (regional), onde se possam abarcar o papel das cidades enquanto centralidade, ou a própria área de alcance metropolitana, na sua forma mais contígua ou dispersa de ocorrência.

Mesmo que a tese em questão se voltasse ao debate da relação campo e cidade numa perspectiva comparativa entre dois municípios, tendo sua centralidade, portanto, no território rural, a leitura conceitual de caráter urbano começava a se colocar como necessária, nos levando a buscar apoio em uma gama de autores e debates nesse campo. Portanto, a relação entre o recorte estudado e os conceitos e categorias de análises precisavam encontrar lugar adequado na própria pesquisa. Segundo Gil (2017, p. 7), a pesquisa científica "é um procedimento formal e sistemático de desenvolvimento do método científico". Ela se baseia na observação empírica, na formulação de hipóteses e na realização de experimentos controlados para testar essas hipóteses. O pesquisador desempenha um papel central nesse processo, sendo responsável por conduzir e interpretar os resultados da pesquisa. Desse modo, para realizar uma pesquisa científica de qualidade, é importante que o pesquisador estabeleça uma relação de proximidade e cuidado com o objeto estudado. De acordo com Minayo (2017, p. 79), "a construção do objeto implica a consideração dos sujeitos, dos seus comportamentos, valores e significados". Isso significa que o pesquisador deve estar atento às particularidades do objeto de pesquisa e às suas implicações sociais, políticas e culturais.

Para Giddens (2015, p. 25), "a pesquisa social é uma atividade planejada que visa descobrir algo no campo dos fenômenos sociais". Nesse sentido, a pesquisa social se destina a investigar questões relevantes que afetam as relações sociais, culturais e políticas, permitindo a produção de conhecimentos capazes de contribuir para a compreensão da realidade e para o desenvolvimento, nesse caso, de políticas públicas mais efetivas.

Ao longo da pesquisa, o pesquisador deve estar atento aos seus próprios vieses e preconceitos, buscando manter uma postura crítica e reflexiva em relação aos seus resultados. Segundo Bourdieu (2015, p. 32), "a pesquisa é uma construção social, e, portanto, está sujeita

a vieses e influências". Para minimizar tais aspectos, é importante que o pesquisador adote uma postura ética e transparente em relação aos seus métodos e resultados.

Por fim, é preciso destacar que a pesquisa científica não é um fim em si mesma, mas sim um meio para produzir conhecimento que possa ser utilizado para o desenvolvimento da sociedade. Como afirma Demo (2017, p. 17), "a pesquisa tem uma finalidade prática, que é a de contribuir para a transformação do mundo". Por isso, é fundamental que o pesquisador esteja atento às implicações sociais e políticas de seus resultados, buscando sempre contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a base teórica utilizada nessa pesquisa se mostrou fundamental para a construção de uma abordagem crítica e reflexiva sobre as relações rural-urbanas em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, levando em conta, ainda, tais posturas metodológicas como referência à compreensão de uma geografia territorial na interface rural-urbana. A abordagem dos dados secundários e primários nos permitiu identificar semelhanças e diferenças na relação entre o espaço rural e urbano desse recorte e, assim, entender as dinâmicas metropolitanas que moldam esse ambiente. Como ressalta Raffestin (1993), "a geografia não pode ser pensada como um simples arranjo de elementos espaciais, mas como a expressão de processos em constante mudança, que interagem e se influenciam mutuamente". Desse modo, a análise comparativa pode fornecer insights importantes sobre como essas dinâmicas ocorrem em diferentes contextos e quais os principais fatores que as influenciam.

Nesse caso, o estudo de comparação entre Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, como bem mencionado anteriormente, tem lugar no debate da gestão e elaboração de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural num âmbito mais amplo (regional), mas também levando em conta as particularidades e necessidades de cada município. Por outro lado, esse debate também permite uma reflexão sobre as relações estabelecidas no espaço rural-urbano, onde Haesbaert (2004) destaca a importância de analisar as relações sociais que se expressam no espaço, evidenciando as disputas por recursos, poder e controle territorial. Nesse sentido, destaca-se a dimensão dos interesses e a diversidade dos atores que passam a atuar nesse espaço, resultando, portanto, em um ambiente de fortes contradições e conflitos (econômicos).

A análise da categoria do território se mostrou, assim, fundamental nessa abordagem, já que a compreensão da relação entre o espaço rural e urbano significou perceber tais dinâmicas em uma relação mais extensa de ocorrência, uma vez que tais processos se materializam e se transformam mediados por uma diversidade de vetores. Segundo Haesbaert (2004), o território

é um espaço de poder, onde as relações sociais, políticas e econômicas se concretizam, sendo produzido e reproduzido constantemente pelas práticas sociais que nele se desenvolvem.

Para compreender a relação rural e urbana em áreas metropolitanas, como é o caso dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, propomos a abordagem do periurbano e das dinâmicas de um Novo Rural. Segundo Leite et al. (2013), o periurbano é um espaço que se situa na interface entre o rural e o urbano, caracterizado por processos de urbanização que se estendem para além dos limites das cidades e que transformam a paisagem rural em paisagem urbana. Nesse sentido, a análise das dinâmicas territoriais nos municípios em questão deve levar em conta a crescente urbanização dessas áreas, o que tem gerado novas formas de apropriação do espaço rural e impactos sobre a agricultura e a dinâmica econômica local. Esse processo, portanto, se fez notar no recorte das unidades administrativas estudadas, não apenas nos limites físicos, mas também em uma geografia mais ampla, sobre a qual a metrópole se fez notar como fator inquestionável de centralidade urbana.

Ainda segundo Leite et al. (2013), as dinâmicas de um Novo Rural referem-se às transformações que vêm ocorrendo no espaço rural em decorrência da urbanização e da globalização, que têm gerado novas formas de produção e de organização da atividade agrícola. Essas dinâmicas incluem a diversificação da produção, a adoção de novas tecnologias e a busca por novos mercados, entre outros aspectos. Dessa forma, a análise das dinâmicas territoriais nos municípios em questão mostrou a necessidade de se levar em conta que tais transformações do espaço rural local resultam das implicações de um desenvolvimento urbano regional. Portanto, as dinâmicas territoriais identificadas na área estudada não se mostraram apenas como práticas econômicas isoladas decorrentes de fatores locais, mas sim como traços de um uso da terra de caráter amplo e diversificado, onde o desenvolvimento urbano local se revelou presente, assim como uma rede mais densa de relações urbanas, marcadamente metropolitanas.

No que tange a tais transformações, autores como Santos (1996) e Carlos (2005) também destacam a importância da análise das dinâmicas territoriais para a compreensão das relações rural-urbanas. Para Santos (1996), as dinâmicas territoriais são produto de uma lógica capitalista que impõe a territorialização das atividades econômicas e a reorganização do espaço em função dos interesses dos grandes grupos econômicos. Já para Carlos (2005), a dinâmica territorial se manifesta nas relações entre as diferentes escalas espaciais, desde o local até o global, e está relacionada às práticas sociais e às estratégias políticas que se desenvolvem em cada uma dessas escalas.

A análise da rede urbana foi também uma ferramenta muito importante para a compreensão da relação entre o rural e o urbano neste estudo, já que se faz necessário acompanhar uma rede de articulação econômica de forte importância regional historicamente centralizada em Belém. Em se tratando da abordagem da Região Imediata de Belém, foi possível situar uma leitura dos processos socioespaciais que se desenvolveram em uma escala mais ampla, porém considerando a interdependência e a influência recíproca entre as cidades e o meio rural de um recorte mais específico. Foi com base nos dados comparativos do desenvolvimento econômico dos municípios dessa região que se pôde analisar de modo mais preciso as dinâmicas da relação rural e urbana de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá no contexto dessa parte do Nordeste paraense.

Segundo Milton Santos, a relação campo e cidade é uma das dimensões fundamentais para a compreensão da organização do espaço geográfico. Para ele, as cidades são "lugares de trocas", onde se promovem as atividades de aceleração e onde as relações sociais e políticas se manifestam. Por outro lado, o meio rural é onde se processam as matérias-primas e os alimentos que abastecem as cidades, bem como onde se desenvolvem as práticas culturais e tradicionais das populações camponesas. Nesse sentido, a análise da Rede Urbana de Belém (RUB) e a Região Imediata de Belém (RIB) se tornam fundamentais, pois permitiram visualizar como as cidades estão conectadas entre si e com o meio rural, evidencia tais relações de interdependência e influenciam reciprocamente esses espaços. Além disso, essa abordagem possibilitou identificar a importância dos fluxos de bens, serviços e pessoas entre as diferentes localidades, como fator de coesão de uma área metropolitana, bem como a importância de estratégias políticas e econômicas que se orientem numa perspectiva regional de desenvolvimento. A partir desse recorte espacial, foi possível constatar, por exemplo, a importância da metrópole enquanto centro de distribuição e consumo, um papel de forte influência regional de serviços, produção, de atração demográfica e de capitais, sendo desse modo um elemento indispensável ao estudo em questão. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 47), a metropolização no Brasil se caracteriza pela "dissolução das fronteiras físicas e passageiras que historicamente separavam cidade e campo, pela expansão dos espaços urbanos e pela conurbação de várias áreas metropolitanas". Esse processo tem influência direta sobre as relações rurais e urbanas, uma vez que há uma intensificação das trocas comerciais, sociais e culturais entre o campo e a cidade. Para Lencioni (2007, p. 13), "as fronteiras entre as áreas urbanas e rurais não são mais facilmente flexíveis, e a expansão das cidades tem um impacto significativo sobre a estrutura e a dinâmica dos espaços rurais adjacentes".

Na Região Imediata de Belém (RIB), verificou-se um conjunto de transformações que tem reconfigurado o perfil produtivo agrícola e impulsionado novas formas de organização socioespacial, elementos característicos dessa área no início do século XXI. Essa realidade é produto das intensas relações entre campo e cidade, marcadas por dinâmicas políticas, econômicas e culturais que caracterizam a conjuntura atual do país. Compreender essas transformações requer uma análise detalhada das relações entre os diversos atores envolvidos nesse processo, assim como das novas formas de organização da produção, da comercialização e do consumo.

Dentre essas transformações, destaca-se o papel crescente da atividade comercial nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, locais que se mostraram como importantes polos de produção de hortaliças, atividade agrícola de ciclo curto que ganhou relevância a partir da década de 1990 na economia rural local. A leitura desse novo perfil produtivo e das novas condições socioespaciais que emergem nessa região foi fundamental para a compreensão dos processos de desenvolvimento e das transformações que têm ocorrido no Nordeste paraense. Essa dinâmica foi especialmente analisada mediante dados secundários do IBGE, voltados para a compreensão de um padrão rural produtivo ligado tanto à referida região quanto, mais diretamente, aos municípios estudados.

Desse modo, a adoção das áreas de periurbanização (APs) e as "Dinâmicas de um Novo Rural" (DNRs) foram igualmente fundamentais neste trabalho para abordar a interface rural e urbana nos municípios estudados. As APs, em particular, apresentam-se como áreas de forte transformação, nas quais os processos de urbanização e ruralização se mesclam e se fundem, gerando novas formas de ocupação e uso do solo. Esse tipo de transformação tem ocorrência mais evidente nas terras izabelenses, onde sua concentração tem na BR-316 seu espaço de referência, enquanto uma expressão bem menor foi discutida em terras tauaenses. Já as DNRs aparecem ligadas às práticas de diversificação econômica dos ambientes rurais, tanto em Santa Izabel do Pará quanto em Santo Antônio do Tauá, e referem-se às formas inovadoras de produção, consumo e interação socioespacial que estão emergindo no contexto recente.

Nesse sentido, é importante destacar que as APs e as DNRs representam duas faces da mesma moeda, ou seja, são manifestações distintas, porém interconectadas, de um mesmo processo mais amplo de reestruturação socioespacial em curso na região. A expansão das áreas urbanas sobre os espaços rurais, por um lado, e a emergência de novas formas de organização e uso do espaço rural, por outro, são processos intimamente relacionados e que se alimentam mutuamente.

Assim, para compreender o desenvolvimento urbano local, foi preciso levar em conta tanto as APs quanto as DNRs, pois ambas são expressões concretas da dinâmica social, econômica e territorial em curso nas unidades administrativas abordadas.

A autonomia municipal também foi (já citada) um tema central na relação do desempenho administrativo local quanto ao desenvolvimento de políticas públicas eficientes e sustentáveis voltadas ao meio rural nesse tipo de geografia (metropolitana). O conceito de autogestão e autorregulação surge aí no âmbito da promoção de políticas que atendam às necessidades locais, considerando suas particularidades. Essa abordagem enfatizou a importância do poder local na gestão de políticas públicas e na identificação das necessidades da própria comunidade. Ficou evidente nesse ponto que o reconhecimento do meio rural e sua definição ainda se encontram muito pautados na dimensão setorial das funções produtivas tradicionais. Quando se recorreu aos órgãos municipais com alguma atribuição administrativa ligada ao campo, tanto em Santa Izabel do Pará quanto em Santo Antônio do Tauá, estes deixaram de fornecer algum tipo de informação sobre a organização e gestão pública desses espaços. Assim, muitos dados referentes ao histórico produtivo rural tauaenses, particularmente ligados às localidades de reconhecida tradição agrícola, foram, de certa forma, preteridos no curso dessa pesquisa. Isso também se repetiu em Santo Antônio do Tauá quando se buscou informações relativas ao setor industrial e à sua atual expansão municipal, o que, de certo modo, tornou visível uma lacuna ligada à atuação da própria administração pública quanto ao planejamento do meio rural-urbano em seus territórios.

É preciso considerar que as novas relações entre o meio rural e o urbano, especialmente em áreas de influência metropolitana, precisam ser acompanhadas de perto pela atuação da administração municipal, principalmente no que se refere à proteção ambiental e à própria segurança alimentar. A urbanização tem impactado cada vez mais as dinâmicas rurais, o que reforça a importância da gestão e da regulação governamental. Nesse sentido, os governos locais precisam estar preparados para lidar com as complexas interações entre o meio rural e o urbano e suas repercussões, especialmente na pequena produção rural.

Autores como Dallabrida (2017, p. 5) destacam que "os municípios possuem grande potencial para fomentar a produção de alimentos, visto que muitos deles possuem áreas rurais significativas e uma população envolvida na atividade agropecuária". Nesse sentido, é fundamental que tais unidades administrativas invistam em políticas públicas que valorizem e incentivem a produção local, como o estímulo ao cooperativismo e à agricultura familiar, por exemplo.

Além disso, a produção de alimentos em âmbito municipal pode ter impactos positivos na economia local, como destaca Cechin (2015, p. 12): "A produção de alimentos pode ser um importante fator de desenvolvimento econômico local, gerando empregos e renda para a população e contribuindo para a redução das desigualdades regionais".

Para promover uma gestão adequada do desenvolvimento rural, nesse caso, é necessário pensar em uma escala regional de dinâmicas, considerando que o *continuum* entre o meio rural e o urbano tem se mostrado uma complexa característica territorial. O papel administrativo, enquanto setor técnico, tem uma função crucial nesse processo de planejamento. É preciso investir em políticas públicas que promovam a integração entre tais áreas, considerando as particularidades de cada região e as dinâmicas que influenciam essas relações marcadas pelas interfaces rural e urbanas.

Assim, a Autonomia Municipal emerge como um instrumento vital para o alcance de um desenvolvimento rural justo e duradouro. A capacidade de gerir e regular questões locais é fundamental para o planejamento adequado das políticas públicas. Nesse caso, a integração entre o rural e o urbano deve ser buscada com vistas a alcançar um desenvolvimento que contemple as particularidades e as necessidades de cada área. Por conta dessas constatações, vimos que uma boa parte das mudanças impostas ao rural em questão se dará em um contexto municipal em que o pequeno produtor terá como alternativa sua própria capacidade em se adaptar e/ou buscar soluções em meio às experiências que melhor lhe respondam ao atual processo de desenvolvimento local. Foi justamente esse perfil de relações que constatamos em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá. Parte da produção rural municipal tem se tornado ligada às economias de menor exigência de fertilidade do solo, para as quais os itens de subsistência (milho, feijão, abóbora, etc.) cederam volume gradativamente. Enquanto isso, desenvolve-se, de forma mais nítida, a atividade comercial como principal peso econômico nos dois locais.

Portanto, quando analisados a partir dos dados de seu padrão produtivo no contexto dos últimos 30 (trinta) anos, Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá revelaram-se como municípios cuja produção rural passa por inegáveis transformações, principalmente no que se refere ao comparativo entre os itens originários das pequenas propriedades e aqueles produtos atribuídos regularmente aos médios e grandes agricultores.

Outro aspecto relevante verificado aí é que a expansão da área urbana em ambas as cidades é um fenômeno nítido, processo acompanhado de uma diminuição diretamente proporcional da cobertura vegetal dessa área. Tal expansão não se limitou apenas ao ambiente

ligado ao crescimento da mancha urbana da cidade, mas também afeta o setor rural, uma vez que as atividades de uso da terra se expandem, consequentemente, em direção a esse ambiente.

Verificou-se que a produção de mandioca é o grande destaque agrícola nos dois municípios. Essa atividade econômica aparece associada fortemente às pequenas propriedades, revelando-se tanto como um importante traço produtivo tradicional quanto mostrando-se simbólica na relevância da atual economia rural tradicional dessa área. Além disso, essa diversificação da produção agrícola local é uma característica que se torna evidente, vista também através do aumento significativo na produção de dendê e do coco da Bahia, entre os exemplares principais. Esses dados, de um modo mais geral, indicam que a RIB se torna cada vez mais complexa em termos de suas transformações territoriais e econômicas recentes, havendo uma ampliação de produtos rurais de interesse industrial em espaços de ocorrência de certa tradição nesses ramos (cultivo do dendê, por exemplo).

No entanto, é importante notar que essa área apresentou uma grande variação produtiva entre os itens pertencentes aos pequenos produtores rurais em ambos os municípios. Os volumes relativos a estes aparecem timidamente entre aqueles exemplares representativos das médias propriedades ou no comparativo aos produtos comerciais. Apesar disso, o crescimento populacional urbano em Santa Izabel do Pará aparece como um importante fator relevante de constatação do desenvolvimento urbano local. Essa evidência, embora tenha menor peso em Santo Antônio do Tauá, a população urbana desse município contribui igualmente aos indícios de uma perda do volume da pequena produção local. É fundamental destacar, ainda, que a despeito desses dados, os dois municípios possuem um grande número de propriedades rurais (mesmo num comparativo da RIB), sendo esses vetores relevantes tanto em termos de volume produtivo (atual) quanto igualmente da própria tradição agrícola dessa região.

Analisando o comparativo do desempenho econômico municipal no período estudado, foi possível observar, por meio de números do censo agropecuário do IBGE (2017), que esse tipo de atividade tem uma grande importância em Santo Antônio do Tauá (evidência que fica clara na subida da linha do gráfico dessa atividade), fato que realça também a relevância do rural em questão. Diante dessas transformações territoriais rurais, ficou mais uma vez evidente que o município, enquanto ente federativo, tem seu lugar certo e necessário no planejamento e gestão dos espaços de alcance metropolitano. As políticas públicas ligadas, especialmente ao fomento da pequena produção rural, proteção da cobertura vegetal e de outros recursos naturais da região, precisam se dar de forma mais efetiva e mediada por uma abordagem mais ampla sobre os efeitos do próprio desenvolvimento urbano regional.

Assim, ao analisar os dados coletados nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, percebeu-se que há um cenário de desenvolvimento econômico e urbano bem dinâmico ao longo das últimas décadas. Em Santa Izabel, por exemplo, o setor de serviços revelou-se a principal evidência ligada ao crescimento urbano municipal, demonstrando a importância das atividades terciárias para sua economia. Esse fato, por si só, pode representar uma mudança significativa no perfil socioeconômico da população local. Além disso, é importante considerar que o crescimento urbano pode ter impactos significativos na dinâmica territorial da região, tais como o adensamento populacional, a concentração de renda e o aumento da pressão sobre os recursos naturais.

Por outro lado, em Santo Antônio do Tauá, apesar da atividade agropecuária ainda ser (num perfil de desempenho gráfico) a principal fonte de renda, os serviços têm ganhado espaço a partir, principalmente, da década de 1990. Esse fato pode ser reflexo de um processo de diversificação econômica, o qual pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade da economia local em relação às flutuações do mercado agrícola. Por outro lado, é importante ressaltar que a atividade agropecuária de subsistência é aquela que mais está sujeita à perda de desempenho, segundo constatou-se, e por isso deve ser observada de perto quanto à própria diversificação e multiutilização da terra nesses espaços, já que tal processo pode significar perdas ao pequeno produtor local.

Outro aspecto que merece destaque em tal cenário é a variação produtiva no volume dos próprios itens ligados à pequena propriedade, fato que demonstra uma grande heterogeneidade na produção agrícola da região. Essa variedade pode ser resultado, certamente, de fatores como as diferenças de solo, tradição produtiva, bem como de questões socioeconômicas que influenciam na escolha das próprias culturas, mas também podem derivar da forma como as ações políticas parecem ter atuação dispersa e setorial no âmbito do planejamento rural nessa área.

Por fim, é importante verificar que os dois municípios, segundo já mencionado, apresentam um grande número de propriedades rurais (no contexto da RIB), as quais aparecem como características ligadas ao volume produtivo dessa região. Esse legado socioeconômico teve sua origem num modelo de ocupação regional de base agrícola, o qual se desenvolveu tendo como referência o mercado consumidor da metrópole. Portanto, quando essas relações são observadas nos contextos mais recentes, é possível notar os mesmos traços regionais de antes, incorporados pelas novas condições de desenvolvimento de caráter mais dinâmico e diversificado do período recente.

A análise dos dados coletados nos municípios de Santa Isabel do Pará e Santo Antônio do Tauá revela, nesse caso, uma complexidade ligada às transformações territoriais que ocorrem, de certa forma, de modo mais ou menos intenso e disperso sobre toda essa região. A dinâmica econômica urbana é influenciada por múltiplos fatores, como a expansão de atividades diversas – onde se insere o comportamento do comércio, o incremento populacional urbano e a variação produtiva no volume dos itens ligados à pequena propriedade. Esses vetores apresentam diferentes padrões de transformações quando verificados sobre o rural de cada município dessa porção do estado, revelando assim a heterogeneidade dessa porção do nordeste paraense.

No caso de Santa Isabel, o setor de serviços, como mencionamos antes, se destacou como principal motor econômico de caráter urbano, o que evidencia a importância das atividades terciárias para um planejamento da própria dinamização da economia izabelense. Esse setor representa um volume significativo desde os anos de 1990, fato que pode estar relacionado à sua localização estratégica e à sua proximidade à capital, Belém. Por outro lado, em Santo Antônio do Tauá, a atividade agropecuária ainda tem uma grande relevância na economia local, embora os serviços tenham ganhado mais espaço a partir apenas da década de 1990. De todo modo, o número de propriedades rurais em ambos os municípios é expressivo, e a produção agrícola ainda representa uma importante base de sustentação desse espaço. Por conseguinte, o setor de comércio também sinaliza para uma constatação sobre a materialização urbana que configura as áreas de periurbanização enquanto novas estruturas econômicas de uso da terra, especialmente em Santa Isabel do Pará.

Podemos considerar que o desenvolvimento da área urbana foi uma importante variável para a constatação do avanço do uso da terra no referido recorte. A diminuição da cobertura vegetal foi, nesse caso, resultado do aumento das atividades econômicas no rural dos municípios estudados. É importante destacar que as cidades precisam ser compreendidas como espaços sociais dinâmicos, onde os conflitos e as negociações são inerentes e onde novas formas de poder, identidade e diferença emergem e são contestadas (Soja, 2010). Pode-se entender dessa análise que, enquanto palco de luta, as cidades são marcadas por diversos questionamentos sobre direitos e pela busca por justiça social, onde diferentes atores, como moradores, empresários, políticos e movimentos sociais, defendem seus interesses e influenciam o desenvolvimento urbano. Esse quadro é revelador, portanto, da diversidade de implicações que emergem nas áreas de interface rural e urbanas, cuja ocorrência nos municípios estudados acaba se mostrando como novas identidades desses territórios de expansão

metropolitana. Mesmo que esse contexto não seja aqui nosso objeto de estudo, sua natureza contribui à compreensão do conjunto de interesses que fazem dessa estrutura derivada das áreas de interface rural-urbana.

Em resumo, a dinâmica econômica rural e urbana dos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá se mostrou diversa e complexa, onde, por exemplo, constatou-se questões litigiosas envolvendo a exploração de recursos naturais por empresas localizadas nos limites de Benevides e Santa Izabel. Já em Santo Antônio do Tauá, verificaram-se questões análogas, onde, embora não se tenham conflitos em curso, estas envolvem a presença de um importante empreendimento tauaense (considerado uma DNR), tecnicamente pertencentes à cidade de Vigia. Assim, esses são casos cuja natureza econômica, embora não compartilhe a zona urbana contínua, se manifestam como dimensão das complexidades daí decorrentes. Nesses casos, tem-se a apropriação de recursos naturais e o uso da terra como principais elementos de interesse econômico e poder provenientes das novas relações que aí estão se estabelecendo.

Algumas análises de dados coletados nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá revelaram uma dinâmica produtiva atual onde a agricultura encontra-se centrada, como já mencionamos, especialmente na produção de mandioca, hortaliças, dendê e coco da Bahia. Podemos considerar, assim, que a produção agrícola desses municípios apresenta diferenças significativas ao longo do tempo, e o comércio de tais itens é uma atividade que está integrada e dependente de um circuito metropolitano de comércio. Por isso mesmo, a própria intensificação desses fluxos no âmbito da região de alcance metropolitano tem papel fundamental na própria reorganização produtiva agrícola vista nesse novo perfil agrícola. Sobre esse quadro econômico, é importante ressaltar que a mandioca e a hortaliça assinalam em favor da pequena propriedade rural, enquanto o dendê e o coco da Bahia crescem favorecidos pelas indústrias e a agricultura comercial.

No entanto, o avanço urbano mais intenso é um aspecto importante a ser destacado, sobretudo em Santa Izabel do Pará, onde se observa um incremento populacional mais expressivo nas últimas décadas em relação a Santo Antônio do Tauá. Vale mencionar novamente que esse é o principal fator que faz os serviços emergirem como uma importante atividade econômica izabelense, superando mesmo a atividade rural ainda no início da década de 1990, enquanto em Santo Antônio do Tauá, a agropecuária ainda é uma forte referência no desempenho das atividades produtivas municipais no mesmo período.

Enfim, podemos afirmar que a influência metropolitana se faz presente na dinâmica produtiva desses municípios, impactando diretamente no seu padrão de uso da terra, além da própria diminuição da cobertura vegetal para fins econômicos diversos. O próprio desenvolvimento do setor de comércio, como temos salientado, nos permite inferir que a urbanização desses municípios tem sido um fator inquestionável de transformações locais, onde a intensidade dos fluxos diários intermunicipais dirige-se em favor das centralidades urbanas presentes e demonstra um ritmo cada vez mais intenso envolvendo, em especial, os serviços.

Considerando os dados apresentados sobre o desempenho agrícola de certos produtos, foi possível notar que, por exemplo, a produção de hortaliças não apenas é importante na organização econômica rural da Região Imediata de Belém, como também possui uma dinâmica própria e relevante nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá. A produção de mandioca e dendê, como vimos, também se destaca nesses municípios, refletindo-se na diversidade agrícola presente na região, mas a horticultura chama atenção, não apenas por se tornar fortemente praticada em toda essa área, como também por representar uma frequente alternativa econômica rural ao pequeno produtor, em especial.

Outro aspecto relevante a ser destacado nessa pesquisa é a influência metropolitana sobre a dinâmica produtiva dos municípios, em especial, vista na organização do comércio de produtos agrícolas, como as próprias hortaliças. Essa prática faz parte de um circuito que engloba atualmente uma área ainda maior de negócios conduzidos por intermédio de Santa Izabel, que vem desempenhando um papel crescente de entreposto entre as áreas mais distantes da rede urbana de Belém e a sua região metropolitana. Sendo, portanto, este um aspecto da própria capacidade urbana em impactar tanto o padrão mais geral de uso da terra, reorganizando economicamente o meio rural dessa região, quanto a própria natureza dos fluxos econômicos entre os municípios mais afastados da área de urbanização mais densa da Região Metropolitana de Belém. Enfim, é importante considerar que o crescimento urbano nos municípios estudados está relacionado às dinâmicas constatadas especialmente no contexto pós-1990 e que tem se desenvolvido com mais vigor ao longo desses inícios de século XXI, período responsável por mudanças significativas constatadas não apenas no recorte estudado, mas na própria organização econômica regional amazônica.

Mediante a muitos dados secundários coletados junto ao IBGE, constatou-se que o crescimento urbano desse contexto tem acompanhado uma significativa variação da agricultura, transformando o padrão produtivo rural. Mesmo assim, esta tem se mantido como uma atividade econômica significativa nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do

Tauá. Nesse caso, verifica-se a produção de hortaliças como um grande exemplo dessa dinâmica. Esse fato nos permitiu destacar os anos de 1990, quando as terras tauaenses tornaram-se altamente produtivas nesse item agrícola (dissertação defendida em 2018). Contudo, na década de 2020, a produção izabelense desse mesmo gênero se equiparou ao volume agrícola de Santo Antônio do Tauá. O significado disso em termos de desenvolvimento municipal nos permite falar de um crescimento do mercado consumidor para esses produtos dentro de uma zona metropolitana cada vez mais dinâmica, onde a rodovia federal BR-316 é favorecida, tornando-se uma área de maiores investimentos. Além disso, a própria presença desse tipo de agricultura torna-se uma evidência do fortalecimento urbano local, já que as atividades de ciclo curto, como já discutido antes, correspondem a um cultivo de menor custo, além de exigir menos do próprio solo. Nesse caso, pode-se dizer que a produção de hortaliças, por exemplo, faz parte de um circuito de comércio metropolitano, onde a concentração de bens, produtos e serviços gera maior concorrência em torno do mercado consumidor, limitando, portanto, as opções ao pequeno agricultor.

A influência metropolitana é, sem dúvida, um fator relevante para a configuração do perfil produtivo desses municípios, em especial no comércio de produtos agrícolas atual. A presença de um contexto metropolitano de caráter disperso é claramente perceptível nas diversas dinâmicas territoriais rurais dos municípios estudados. Chama atenção, nesse sentido, a área de comércio de produtos agrícolas localizada na junção da PA-140 e da BR-316, onde uma feira de produtores rurais se formou – deslocando-se de uma área de antiga concentração (mais informal) para a atual localização, por volta do ano 2018.

A referida concentração se estabeleceu de modo desarticulado (quanto à estrutura) e sem um planejamento municipal formal, até os dias de hoje, tornando-se, até mesmo, objeto de representação geográfica para este trabalho, devido ao seu posicionamento na confluência da PA-140 (rota terrestre de Santo Antônio do Tauá) e da BR-316 (rodovia principal dessa parte do Pará). Esse espaço é popularmente conhecido como "Seasinha izabelense". Para lá convergem inúmeros produtores semanalmente e o tipo de comércio ali realizado se baseia em uma espécie de centro de distribuição de produtos agrícolas. Tanto os comerciantes agricultores quanto atravessadores e/ou empresários, segundo se apurou, participam de uma rotina de negócios, cujo dia de maior movimento se realiza aos sábados. Foi a partir de observações e análises acerca dessa feira que se constatou importantes traços de uma forte rede de relações urbanas que convergem para esse ponto. Trata-se, nesse caso, de relevantes elementos

contributivos à presente tese, considerando-se o comércio mais dinâmico e extenso ali revelado por meio da (s):

- 1- Hortaliças enquanto uma atividade agrícola de destaque, representando produtos de importante comercialização e demonstrando um crescimento significativo entre os pequenos agricultores, especialmente;
- 2- Reorganização dos fluxos econômicos intermediados ao longo da rodovia BR-316, como uma dinâmica favorecida pelo papel das novas interações urbanas metropolitanas;
- 3- Dinâmica territorial rural em um contexto de diversificação do uso da terra, onde as práticas não tradicionais se tornam um fator relevante para o debate sobre um Novo Rural em formação nos municípios estudados, tendo a administração pública local como elemento de gestão sobre essas novas atividades produtivas;
- 4- Áreas de periurbanização que configuram zonas de crescente modernização produtiva, onde as relações se tornam mais complexas na medida em que as interações entre campo e cidade se ampliam.

De fato, a forte expansão urbana nessas áreas nos últimos anos tem produzido um conjunto de transformações que se manifestam na interface rural-urbana, representando um processo de dispersão da metrópole que implica em novas formas de relação entre os espaços mencionados. Foi justamente a constatação e interpretação dessa diversidade de fatores de âmbito municipal e regional que nos permitiu encontrar um elo entre a geografia dessa parte do estado do Pará e um desenvolvimento rural de grande significado, o que nos ajuda a compreender essas novas relações campo e cidade.

Todavia, essa transformação do rural tradicional (izabelense e tauaense) em um espaço dinâmico e diversificado sugere que os agricultores locais estão adaptando suas práticas para atender às demandas do mercado e às novas condições decorrentes. Nesse sentido, podemos considerar que há também uma transição inegável das atividades agrícolas tradicionais para um modelo mais empreendedor, impulsionado pela necessidade de atender às demandas socioeconômicas do contexto atual. Essa mudança de paradigma no campo está intrinsecamente ligada à interação entre o rural e o urbano, em um cenário de crescente urbanização e transformação nos sistemas produtivos. E o comportamento oscilante mais frequente da agricultura de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, observado em alguns gráficos ao longo do capítulo final deste trabalho, corrobora essa transformação dentro dos 30 anos abordados.

Da mesma forma, a implantação sistemática de atividades ligadas às indústrias e serviços nos principais cursos rodoviários desses dois municípios revelou a formação de um rural em franco processo de multiutilização da terra.

Além disso, a mencionada reorganização do comércio intermediário ao longo da rodovia BR-316 desempenha um papel relevante nas dinâmicas territoriais observadas nesses dois municípios, já que ratifica um adensamento demográfico urbano de alcance regional que vimos na evolução da população urbana desses locais. Nesse sentido, as rodovias formam um importante eixo de conexão entre os municípios estudados e as áreas de centralidades urbanas dessa parte do estado, reforçando a configuração de uma urbanização dispersa de origem metropolitana. Portanto, a presença de um comércio intermediário (Seasinha izabelense) ao longo dessa via indica uma dinâmica econômica influenciada por esse contexto urbano de intermediações (espaços nodais) de comércio em crescimento. Ficou evidente, assim, que a interação entre o meio rural e as áreas urbanas próximas estimula a emergência de novas oportunidades de negócios e trocas comerciais cada vez mais diversificadas nos locais estudados - fenômeno que reflete a crescente interdependência entre o meio rural e urbano, impulsionando a formação do "Novo Rural". A partir dessa interação, observa-se uma ampliação das atividades econômicas rurais, incluindo também aquelas ligadas à exploração industrial de recursos naturais, habitação, ecologia e recreação, além da produção agrícola.

A referida dinâmica territorial rural nos municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá ocorre em um contexto de crescimento progressivo do uso da terra, evidente tanto em escala municipal quanto no interior da Região Imediata de Belém. A evolução da própria área urbana municipal, identificada por meio de cartografia, desempenha um papel relevante na compreensão da formação do que temos identificado aqui como "Novo Rural". Além disso, o crescimento demográfico e a expansão da área de uso, em comparação com a cobertura, nesses municípios corroboraram nossas constatações sobre essas novas relações campo-cidade.

Portanto, à medida que a área urbana se expande, os limites entre o meio rural e urbano se tornam menos definidos, gerando uma sobreposição de funções e atividades. Esse processo de urbanização impacta a estrutura e a dinâmica das áreas rurais, permitindo a diversificação das atividades agrícolas, como a expansão da produção de hortaliças, ao mesmo tempo em que impulsionou o início de outras atividades não agrícolas, como a criação de pequenos negócios e empreendimentos turísticos, como destacamos nessas áreas.

Assim, é notório que os municípios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá têm experimentado significativas dinâmicas territoriais rurais nas últimas décadas devido ao avanço do contexto metropolitano disperso, como já mencionado. Por outro lado, ao longo deste trabalho, temos demonstrado também como a agricultura ainda desempenha um papel importante na economia local, especialmente nas atividades de ciclo curto, que se mostram como uma importante prática produtiva desde os anos 1990, fazendo parte da pequena produção rural. No entanto, como discutido aqui, os setores de serviços e comércio têm ganhado destaque recentemente em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, embora em uma dimensão ainda pouco expressiva.

Nas últimas décadas, essas mudanças têm sido impulsionadas pelo avanço do circuito urbano metropolitano de relações, onde a influência dessa expansão urbana se reflete na intensificação da horticultura, sendo essa a principal mudança percebida sobre as localidades ligadas ao comércio agrícola de pequeno porte na área da Rede Urbana de Belém. Essa foi uma evidência da dinâmica territorial rural identificada com mais clareza em nosso recorte municipal de pesquisa. Nesse caso, a urbanização aparece como parâmetro principal para medir o grau de ocorrência dos mencionados indícios socioespaciais de reorganização da relação campo e cidade sobre o comércio de gêneros agrícolas de pequeno porte.

Apesar dessas transformações, ou em função delas, a agricultura ainda desempenha um papel relevante na economia local, especialmente nas atividades ligadas ao agronegócio. Essa forma de produção agrícola, que se destaca desde os anos 1990, integra as médias e grandes áreas rurais e contribui para o desenvolvimento de um uso crescente da terra ligado ao setor empresarial. Dessa forma, estamos falando de uma atividade agrícola local que apresenta uma importante conexão com a economia urbana metropolitana, mantendo algumas de suas tradições produtivas como parte de sua base econômica rural, mas se distinguindo desta, igualmente, pelo significado que a mesma adquire na atual relação com o desenvolvimento municipal.

O estudo em questão procurou encontrar, na interface rural-urbana municipal, alguns aspectos pertencentes ao desenvolvimento de uma relação que se estabelece e se reproduz dentro de um complexo processo de organização territorial, onde a diversidade socioespacial se revela nas próprias transformações em curso nesse recorte de estudo. No entanto, a extensão dos fluxos envolvidos nesse local não pode ser compreendida apenas nos limites dos municípios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá. Os vetores desse perfil de uso da terra podem se manifestar por meio de uma estrutura mais densa e articulada de organização do território, que

denominamos, nesse caso, de Áreas de Periurbanização (APs). Essas transformações se manifestam articuladas ao incremento urbano do Nordeste paraense, onde o rural adquire um perfil mais dinâmico à medida que se aproxima da capital. Portanto, foi nessa configuração geográfica de maior alcance de tais processos que situamos o debate, também, da ocorrência do Novo Rural em terras izabelenses e tauaenses.

Por outro lado, outros dados apresentados nesse trabalho igualmente evidenciaram a complexidade e as especificidades do contexto rural-urbano nos municípios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá. Como destacado anteriormente, a interface entre o rural e o urbano nesses locais tem se intensificado nas últimas décadas. Essas transformações territoriais nos exigiram uma abordagem que levasse em conta uma mediação entre o grau de complexidade do avanço desigual de uso da terra efetivamente observado nos tipos de negócios mais expressivos nesses dois municípios. Daí a referida observação, no caso de Santa Izabel, destacou-se dois principais parques aquáticos voltados para a comercialização do rural como área de predominância da natureza, onde a expressão de bem-estar é vista como um apelo ecológico em oposição ao urbano, denso e agitado (percepção derivada das imagens divulgadas). Além disso, verificou-se que a própria localização dos empreendimentos em questão demonstra sua inserção numa conexão urbana (rodoviária) de alcance de mercado consumidor dentro da Região Metropolitana de Belém (RMB). Já em relação a Santo Antônio do Tauá, a maior referência de mediação entre as áreas urbanas mais densas e as expressões de diversificação do Novo Rural foi encontrada em um tipo de parque aquático, onde a exortação do ecológico tem relação com uma área de fazendas e sítios. Esse tipo de "produto" precisa igualmente de um mercado mais extenso e diversificado encontrado, portanto, nessa nova realidade urbana regional. Por isso, concluiu-se que tanto as áreas urbanas a Leste, na fronteira da RMB onde se encontra Castanhal, quanto a zona urbana mais densa dessa parte do Pará, onde está localizada Belém, têm participação no desenvolvimento dessa dinâmica rural-urbana de reorganização do espaço.

A questão das citadas zonas de maior adensamento de estruturas urbanas nos levou a discutir, em capítulo específico, a possibilidade de se atribuir ou não o conceito de APs (Áreas de Periurbanização) ao espaço industrial localizado nas imediações de duas rodovias estaduais tauaenses, onde uma parte do rural municipal cresce associada à dendeicultura. Essa área, como discutimos, tem uma expressão periurbana (periurbanização) de aspectos bem menor do que os exemplos citados em terras izabelenses. Tais características estão mais atreladas à natureza dos investimentos econômicos pontuais dessa parte do município do que ao próprio

desenvolvimento urbano verificado em tal período em Santo Antônio do Tauá. No entanto, como esse desempenho das atividades está voltado e decorre da crescente influência dos centros urbanos (metropolitanos) regionais, estamos falando de uma expressão maior de interesse moderno de uso da terra que extrapola o alcance do urbano das referidas unidades administrativas.

Essas constatações, portanto, e possibilidades analíticas seguiram a nossa abordagem de estudo sobre a relação rural e urbana na Região Imediata de Belém, em especial quando nos dirigimos às novas práticas econômicas de uso da terra tanto nos locais específicos de maior alcance rodoviário (APs) quanto nos ambientes de típicas características rurais – seja pela maior diversidade natural e menor estrutura urbana, seja pela reduzida densidade demográfica e circulação - onde verificamos a presença das DNRs (Dinâmicas de um Novo Rural). Ressaltou-se as novas condições econômicas aí presentes associadas às relações metropolitanas. Desta feita, ao combinarmos os referidos elementos descritivos citados (APs e DNRs) e seus alcances conceituais nessa relação comparativa de extensão urbana dispersa, verificou-se a importância da rede urbana de Belém e sua distribuição espacial de forma concreta ao longo das conexões viárias. Por outro lado, também foi importante pensar a REGICs para se verificar o papel da centralidade e o alcance de uma influência urbana num conjunto determinado de relações mais efetivas. Vimos então que a emergência de um Novo Rural está atrelada, de certo modo, ao desempenho econômico tradicional que Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá têm numa área que se estende para além dos limites formais da RMB (Região Metropolitana de Belém). Esse papel atual emergiu do desempenho agrícola que mobilizou projetos políticos de ocupação histórica nessa parte do Pará. Por isso mesmo, a própria definição de Cidade Região nos permitiu pensar também na referida dispersão urbana enquanto expressão de um processo econômico recente sobre uma área maior de influência regional metropolitana.

Em síntese, a complexidade e as especificidades do contexto rural-urbano em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá exigiram uma abordagem mais abrangente e integrada da relação entre o rural e o urbano, onde a agricultura e as atividades produtivas locais sentem os reflexos de uma limitação natural de caráter regional. O solo é um forte condicionante agrícola, especialmente para o pequeno agricultor, mas também para os fatores socioeconômicos impostos pelo contexto atual. Ficou claro, assim, que o mercado mais amplo, dinâmico e diversificado que emerge como produto das novas condições locais de desenvolvimento demonstra a sutil presença de um vetor definitivo para sua reorganização e resignificação, com um protagonismo sobre esse território ainda maior, por vezes, do que as próprias imposições

naturais. Sobre esse tema, portanto, não se pode deixar de considerar que "a expansão da fronteira urbana sobre áreas rurais provoca uma reorganização do espaço agrário, com perda de terras para a produção alimentar e aumento da especulação imobiliária." (Brenner, 1990, p. 54)

Dessa forma, constatou-se que o desenvolvimento do meio rural nos municípios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá se evidenciou tanto no novo processo de uso da terra, caracterizado pelas Dinâmicas de um Novo Rural (DNRs) e nas Áreas de Periurbanização (APs), quanto no desempenho da própria produção agrícola municipal. Essas transformações são marcantes, especialmente no que diz respeito à modernização do meio rural local e ao desempenho produtivo de culturas comerciais como o coco da Bahia e o dendê nas terras tauaenses. Esses são, entre outros, exemplos também observados na cidade vizinha, mesmo que em menor volume. É interessante notar, igualmente, que tais mudanças não ocorrem de forma isolada, mas compartilham de outros aspectos econômicos locais, como o comércio em torno desse produto. Mesmo quando se têm dados específicos referentes à própria geografia da Região Imediata de Belém, as terras tauaenses e izabelenses foram capazes de demonstrar alguma unidade em torno de sua relação com o ambiente rural local.

De outra forma, a análise das dinâmicas socioespaciais desses territórios rurais, mediada pelos conceitos de Áreas de Periurbanização e Dinâmicas de um Novo Rural, permitiu-nos uma compreensão mais aprofundada e diferenciada dos processos em curso. Quando examinados sob a influência direta dos fluxos metropolitanos, observou-se uma maior precisão quanto à identificação dessas dinâmicas ao longo da rodovia federal, que é o eixo central da rede urbana de Belém. Por outro lado, ao acessarmos essas áreas pela PA-140, essas estruturas modernas se tornam pouco visíveis e parecem menos proeminentes no seguimento norte dos referidos municípios. Com isso, o processo de uso da terra precisou ser entendido, muitas vezes, como uma forma mais dispersa de ocorrência ou de multiutilização do campo, o que no caso passamos a considerar como uma dinâmica pertencente ao processo de formação do Novo Rural. Por essa razão, as Áreas de Periurbanização foram atribuídas apenas ao eixo de forte aspecto urbano, onde, por exemplo, destacou-se um residencial izabelense visto como interesse habitacional comumente associado ao surgimento desse tipo de interface rural-urbana.

Diante desse contexto, foi imprescindível considerar a interação entre a área urbana dos dois municípios e o crescimento demográfico ocorrido nos últimos 30 anos a fim de compreender o inevitável desenvolvimento urbano local como fator de modificações do rural. A análise desses elementos forneceu subsídios para conclusões abrangentes sobre os principais impulsionadores dessas transformações, bem como sobre o crescimento dos novos perfis de uso

da terra nessa região do Nordeste paraense e, em especial, sobre os territórios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá.

Por esse motivo, é fundamental ressaltar que o território municipal assumiu, nesse estudo, um papel relevante enquanto unidade geográfica de análise para a compreensão das complexas relações entre o meio rural e o urbano que verificamos aqui. Essa abordagem, portanto, demonstrou uma importante investida tanto no debate conceitual de caráter científico mais amplo entre os diversos pensamentos quanto na própria busca por compreender e explicar esses processos numa perspectiva de sua transformação produtiva local, onde cresce em relevância a própria gestão e o planejamento político desses espaços visando um desenvolvimento municipal mais sustentável e integrado.

A expressão mais evidente das novas condições de desenvolvimento da relação rural e urbana nos municípios de Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá foi cuidadosamente examinada ao longo desta pesquisa, utilizando-se os conceitos de Periurbano (Áreas de Periurbanização) e Novo Rural (Dinâmicas de um Novo Rural) como marcos conceituais. A compreensão desses aspectos representa um esforço significativo de análise das interações entre as esferas urbanas e rurais, considerando o território como uma entidade complexa. O objetivo, dessa forma, foi superar uma visão dualista que limitasse o avanço em questão a uma mera modernização do campo na perspectiva da cidade.

Ao abordar esse tema, Lefebvre salientou a resiliência do meio rural, que "sobrevive, mas em uma relação nova com a cidade, a qual o absorve, o transforma e regenera". Essa afirmação ressoa fortemente nas dinâmicas observadas nos municípios em questão, onde o campo é permeado pela influência e interação constantes com o urbano.

Em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá, o debate sobre o processo de ressignificação do campo e as possibilidades de seu desenvolvimento se mostraram e reais. Ao considerar a referida citação de Lefebvre, podemos analisar a complexidade das relações expressas entre o rural e o urbano, mesmo nesse contexto específico de ocorrência. A absorção, transformação e influência seguidas implicam um dinamismo territorial em constante evolução, onde as fronteiras entre campo e cidade se tornam menos definidas, incentivando novas atividades e a diversificação das práticas agrícolas. A compreensão do Periurbano (APs) e do Novo Rural (DNRs) permitiu captar as nuances desse processo, destacando a importância de considerar as relações socioespaciais e as dinâmicas territoriais como elementos fundamentais para o planejamento e gestão desses espaços.

Assim, parece-nos razoável afirmar que, mesmo diante da dotação técnica e da sistemática incorporação do campo pelo controle de uma organização produtiva moderna, o rural se transformará. Porém, seu destino segue por caminhos diversos e plurais na forma de ocorrências desses processos. Tal como vistos aqui, nem sempre esses processos são materializados de modo evidente e avançado, pois o mundo virtualmente urbanizado nos permite, no contexto presente, apenas compreendê-lo como parte de uma organização socioespacial ainda por se constituir. Dessa forma, a análise dessas relações em Santa Izabel e Santo Antônio do Tauá foi fundamental para entender melhor a dinâmica territorial rural-urbana que se desenha como parte dessa imensa complexidade, mesmo que ainda de forma parcial.

REFERÊNCIAS

ADELL, Germán. Theories and models of the peri-urban interface: a changing conceptual landscape. London, UK, 1999.

ALBUQUERQUE, Antonio Marcos Silva de. Território municipal e Gestão Pública Rural em Santo Antonio do Tauá/PA. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará (PPGEO/UFPa), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

ALENCAR, Cristina Maria M. Na ruralidade metropolitana o encontro da ruralidade com a expansão da metrópole. In.: In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. Expansão Metropolitana e transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015.

ALVES, Francisco de Assis Aguiar. Autonomia Municipal e interesse local como parâmetros a competência legislativa dos municípios. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano, v. 4, n. 5, p. 4-5, 2004.

ALVES, Suely Aparecida da Conceição; FERREIRA, Marília de Souza. A evolução da rede urbana de Belém (PA) no período de 1991 a 2010. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 52, pág. 17-34, 2014.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. 2001.

ANTHONY J.; GODFREY, Brian J. (Orgs.). Cidades da floresta tropical: sustentabilidade, desenvolvimento e urbanização na Amazônia brasileira. Nova York: Columbia University Press, 2010.

ÁVILA SÁNCHEZ, Héctor. Tendencias recientes en los estudios de Geografía rural. Desarrollos teóricos y líneas de investigación en países de América Latina. Investigaciones geográficas, n. 88, p. 75-90, 2015.

BANCO MUNDIAL. Urbanização: Uma força poderosa para o desenvolvimento inclusivo. Washington: Banco Mundial, 2015.

BECKER, Berta K. Amazônia: tradição e modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

BECKER, Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. Espaço Aberto, v. 2, n. 1, p. 117-150, 2012.

BELLENZANI, Maria Lucia Ramos; DE SOUZA FERNANDES, Bruna; TRAVASSOS, Luciana Rodrigues Fagnoni Costa. Ruralidades metropolitanas como espaços de resiliência ambiental: o caso da Região Metropolitana de São Paulo¹. Anais do VI SINARUB e V

SNPD. Por uma pauta de visibilidade do rural e do urbano: planejamento e desenvolvimento, 2020.

BENCHIMOL, Jaime. A rede urbana da Amazônia: o caso de Belém. Belém: Editora Universitária UFPA, 1997. 125 p.

BETTENCOURT, Eliezer. O que é o Novo Rural? São Paulo: Brasiliense, 2016. 120 p. (Primeiros Passos; 462).

BONNAL, P. e FERRÃO, J. Novo Rural em Portugal: Espaço, Sociedade e Desenvolvimento. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio (Ed.). Brasil em desenvolvimento 2011: estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v. 1, 2011.

BRAGA. Laércio da Silva. Entre Trilhos e Beija-Flores: o derradeiro ramal férreo decauville da Estrada de Ferro de Bragança. Belém, 2018. 138 p.; E-Book.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os donos da terra: conflito e poder na disputa pela terra. São Paulo: Contexto, 2006. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. 2017.

BRENNER, Neil. (2014). Urban-Rural Relations and the Concept of the Urban. In M. Gandy (Ed.), Urban Constellations (pp. 33-40). Jovis Verlag.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? City, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.

BROWDER, Anthony J. et al. Cidades da floresta tropical: urbanização, desenvolvimento e globalização da Amazônia brasileira. Nova York: Columbia University Press, 1997.

BROWDER, Anthony J.; GODFREY, Brian J. (Orgs.). Cidades da floresta tropical: sustentabilidade, desenvolvimento e urbanização na Amazônia brasileira. Nova York: Columbia University Press, 2010.

BRYANT, C. R. (2010). Defining and Theorising the Rural. In P. Cloke, T. Marsden, & P. H. Mooney (Eds.), The Handbook of Rural Studies (pp. 299-318). SAGE Publications Ltd.

CAMPAGNONE, Marcos Camargo; CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Gerente municipal: um profissional da gestão local. **O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima–CEPAM, ED. ESP, 1999.**

CAMPOS, Jaqueline de Arruda. **Entre o urbano e o rural: uma análise da periurbanização na região metropolitana de Natal-RN.** 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. in: CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1987.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; FERNANDES, Danilo; BASTOS, Ana Paula. A inserção da RMB na Amazônia e na rede urbana brasileira. **CARDOSO, Ana Claudia e LIMA, José Júlio**, p. 33-58, 2015.

CAMPOS, Índio et al. Formação socioeconômica da Amazônia. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo. 2008**. Acesso em, **v. 17, 2016**.

CARDOSO, María Mercedes; FRITSCHY, Blanca Argentina. Revisión de la definición del espacio rururbano y sus criterios de delimitación. *Contribuciones científicas GAEA*, v. 24, p. 27-39, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Revista Cidades*, v. 4, n. 6, 2007.

CARNEIRO, Maria José. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: experiências brasileiras. Brasília: Embrapa, 2011.

CLAUDE, Raffestin. Por uma geografia do poder. **Tradução de Maria Cecília França. São Paulo**: Editora Ática SA, 1993.

CARNEIRO, Maria José. Territórios, Redes e Organizações: dinâmicas da agricultura familiar. São Paulo: Annablume, 2006.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 614 p.

CLOKE, Paul. Conceptualizing Rurality. In G. R. Halfacree & K. J. Woods (Eds.), *Rural Geography: Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring* (pp. 18-31). SAGE Publications Ltd., 2006.

COELHO, A. M. A Agricultura no Contexto Metropolitano: Reflexões Sobre as Transformações do Rural na Região Metropolitana de Belém. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 121-129, 2000.

COSTA E SILVA, Fabrício. A dinâmica territorial da Região Metropolitana de Belém (1991-2010): **Mudanças na relação cidade/campo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Pará, 2013.

COSTA, Eduardo Fernandes; PERON, Andréia Eleutério Rodrigues. Ruralidades em (Re)Construção: Dinâmicas Agrárias em Territórios Metropolitanos. 2018. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, 2018.

COSTA, Eduarda Marques. Cidades Médias. Contributos para sua definição. Finisterra, XXXVII, 74, 2002. p. 101-128.

COSTA, Wanderley. A Amazônia e o Desenvolvimento Nacional. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

DA CUNHA, Larissa Carreira; SANTA BRIGIDA, Fabricio Borges; DA COSTA SILVA, Tienay Picanço. Livro: CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio (Orgs.). Formação socioeconômica da Amazônia. Belém: NAEA, 2015. 640 p. Novos Cadernos NAEA, v. 19, n. 3, p. 277-284, 2016.

DA SILVA, Ailson Barbosa. PROCESSO DE PERIURBANIZAÇÃO EM ALDEIA (CAMARAGIBE-PE): O AVANÇO DA URBANIZAÇÃO E AS PERMANÊNCIAS RURAIS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, p. 59-75, 2018.

DA SILVA, João Márcio Palheta. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. 2009.

DE SALLES OLIVEIRA, Paulo. Metodologia das ciências humanas. Unesp, 1998.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Um discurso sobre as ciências. Cortez Editora, 2008.

DEAR, Michael J. The Postmodern Urban Condition. Oxford: Blackwell Publishers, 2000. 208 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia?; tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro, v. 34, 1992.

DEMO, Pedro. Introdução da Metodologia. São Paulo: Atlas, 1985.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 3ª ed. - 1995.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In: Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 1994. p. 80-80.

DIEGUES, Antônio Carlos; VIANNA, Maria Laura. Amazônia: por uma outra globalização. São Paulo: Hucitec, 1998.

DO BRASIL, Senado Federal. Constituição da república federativa do Brasil. **Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico**, 1988.

DOS SANTOS, Tiago Veloso; DOS SANTOS SOUSA, Isaque; DE LIMA, Susane Patrícia Melo. OS GRANDES OBJETOS URBANOS: CONDIÇÃO, MEIO E PRODUTO DA METROPOLIZAÇÃO REGIONAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. *Acta Geográfica*, v. 12, n. 29, p. 108-126, 2018.

DURÁN, Francisco Entrena. Procesos de periurbanización y cambios en los modelos de ciudad: un estudio europeo de casos sobre sus causas y consecuencias. *Papers: revista de sociología*, p. 59-88, 2005.

EGLER, Eugênia Gonçalves. A zona Bragantina no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 23, n. 3, p. 527-555, 1961.

FAO. Desenvolvimento Rural na América Latina e no Caribe: uma visão multidimensional. Santiago: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, 2016.

FARIAS, Márcia Regina. Centro regional e formação de redes na Amazônia: o caso de Belém. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 4., 2014, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2014. p. 19-30.

FARIAS, Márcia Regina. Centro regional e formação de redes na Amazônia: o caso de Belém. *Boletim Amazônico de Geografia*, v. 9, n. 1, p. 51-68, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Questão Agrária. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

FERRAZ, Danilo Santos; SOUZA, Thaís Cruz de. Autonomia municipal fundamental: o poder local na efetivação de direitos sociais no Brasil. 2009.

FERREIRA, Laerte Guimarães; FERREIRA, Nilson Clementino; FERREIRA, Manuel Eduardo. Sensoriamento remoto da vegetação: evolução e estado-da-arte. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, v. 30, n. 4, p. 379-390, 2008.

FLORES, José Álvaro Hernández; CORONA, Beatriz Martínez; ESPINOZA, José Arturo Méndez. Reconfiguración territorial y estrategias de reproducción social en el periurbano poblano. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 11, n. 74, p. 13-34, 2014.

FLORIDA, Richard. **The New Urban Crisis: How Our Cities are Increasing Inequality, Deepening Segregation, and Failing the Middle Class—and What We Can Do About It**. New York: Basic Books, 2017.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. **Microfísica do poder**, v. 17, p. 69-78, 1979.

FURTADO, M. F. R. G. Áreas de Interface Periurbana: Desafios conceituais e metodológicos. In: RANDOLPH, R.; SOUTHERN, B. C. Expansão Metropolitana e transformações das interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. 2ª ed. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2015, p. 145-166.

GALLO, Sílvio. Deleuze e a Educação: parte um—Deleuze e a filosofia. **Belo Horizonte: Autêntica**, 2007.

GALVÃO, Roberta Fontan Pereira. **O rural na urbanização paulista em contexto macrometropolitano**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Acessado em: 05.06.2021.

GARCÍA-RAMÓN, M. D. Rural-Urban Relations: Border and Boundary Concepts in the Analysis of Change. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. H. (Eds.). **Handbook of Rural Studies**. Sage Publications, 2005, p. 59-76.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GODFREY, Brian J. et al. Intensificação agrícola e a pobreza rural na Amazônia brasileira: um estudo de caso de Alta Floresta, Mato Grosso. **Economia Agrícola**, v. 22, n. 3, pág. 315-331, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A questão agrária no Brasil: Do latifúndio ao agronegócio**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

GRIGULIS, Agris. Rural-Urban Interactions: The Impact of Increasing Urbanization on Rural Areas. In: SHUCKSMITH, M.; BROWN, D. L. (Eds.). **Routledge International Handbook of Rural Studies**. Routledge, 2015, p. 185-196.

GUIMARÃES, Mário José de Oliveira; DEUS, Maria de Nazaré Gomes de. Evolução da rede urbana da região metropolitana de Belém: 1991 a 2010. **Cadernos de Geografia**, v. 24, n. 40, p. 133-147, 2014.

HAASE, Anne; KABISCH, Nadine; HAASE, Daniel, & RINK, Dieter. (2014). Actors and Scales in Urban Ecology. In J. Niemelä, J. Breuste, T. Elmqvist, G. Guntenspergen, P. James, & N. E. McIntyre (Eds.), **Urban Ecology: Patterns, Processes, and Applications** (pp. 152-166). Oxford University Press.

HAESBAERT, Rogério & LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ**. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, nº 5, p. 7-19. 1º semestre de 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Metropolização, Regiões Metropolitanas e Agricultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e Globalização. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: Ano 1 – Nº 1: 15-39, 1999.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980

HARVEY, David. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Fundamentos da Formação do Território Moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, nº 23, AGB - Seção Porto Alegre, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REGIÕES, DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL EM. GEOGRÁFICAS IMEDIATAS E REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS: 2017/IBGE. **Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE**, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Região no Brasil: um panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 195 p.

JONES, Frances. **A vez da Agricultura urbana**. Pesquisa Fapesp, Ano 22, n. 310, p. 66-71, Dez. 2021. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/revista/ver-edicao-editorias/?e_id=443. Acessado em fev. 2022.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 37, n. 1, p. 35-56, 2019.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o *Continuum* urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva, Erechim**, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. **Belo Horizonte: UFMG**, 2010

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974. 483 p.

LEVY, Dan. **A Sociabilidade na Metrópole de São Paulo: um estudo sobre o bairro da Vila Olímpia**. 2014. Tese de Doutorado.

LOPES JUNIOR, Wilson Martins; SANTOS, Regina Celia Bega Dos. Novas centralidades na perspectiva da relação centro: periferia. **Sociedade & Natureza**, v. 21, n. 3, p. 351-359, 2009.

LOPES, José S. *Belém Metrópole: Desenvolvimento e Dinâmicas Urbanas*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

MAPBIOMAS. 2019. Disponível em: < <http://mapbiomas.org/>>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. **Anais, 2 Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2005.

MARQUES, Eduardo C.; ARROYO, Márcio P. Políticas públicas e planejamento territorial: o caso do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE-II). In: MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre** - São Paulo, v. 18, n. 19, p. 95–112, 2002.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar do município em tempos de globalização e questionamentos dos sistemas de proteção social centralizados. **Fundação Prefeito Faria Lima–CEPAM. O Município no Século XXI: cenários e perspectivas–edição especial. São Paulo**, 1999.

MARTINS, Ângela F. Cidades médias e suas regiões de influência no Brasil. In: SEMINÁRIO DA RBAU, 12., 2016, São Paulo. Anais... São Paulo: RBAU, 2016, p. 53-67.

MASSEY, Doreen B.: **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

MIRANDA, Maria. Cidades Amazônicas: **Territórios e Dinâmicas Urbanas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. **Território, globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR**, v. 1994, p. 169-181, 1994.

MORAES, Simone da Silva. A rede urbana de Belém e a mobilidade populacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2015, João Pessoa. Anais eletrônicos... João Pessoa: ANPEGE, 2015. p. 35-47. Disponível em: <http://anpege.org.br/xvenccontro/anais/2015/Simone%20da%20Silva%20Moraes.pdf> . Acessado em: 13 mar. 2023.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra. Dinâmica Urbana e Planejamento em Áreas de Transição Rural-Urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - Universidade de Pernambuco. Tese. 312 pgs, 2008.

MORFINO, Vittorio. A causalidade estrutural em Althusser. **Lutas Sociais**, v. 18, n. 33, p. 102-116, 2014.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. ETC: Espaço, Tempo e Crítica. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e**

Sociais. 1º de junho de 2007, nº 1(3), vol. 1. p. 55-70. Disponível na Internet: <http://www.uff.br/etc> Acesso em 01/02/2021.

MUMFORD, Lewis. *The City in History*. New York: Harcourt, Brace & World, 1961.

MURRAY, Mark. A cidade torna-se a periferia: a política do espaço na América Latina. In: ROMÁN, Sergio; RADCLIFFE, Edgardo Ariel (Org.). *Cidades radicais: por uma arquitetura nova na América Latina*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 48-61.

NASCIMENTO, Evandro Medeiros. A dinâmica territorial da Região Metropolitana de Belém (1991 a 2010): mudanças na relação cidade/campo. **Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.**

NETO, Miranda. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. 2016.

OLIVEIRA, André. A cidade e o campo na metrópole paulistana. In: OLIVEIRA, André. U.; ARANTES, O. (Orgs.). **O lugar da moradia**. São Paulo: Edusp, 2006. p. 93-128.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. p. 15.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; ARANTES, Otília Beatriz Fiori (Orgs.). **O lugar da moradia**. Editora Edusp, 2006.

PENTEADO, Antônio Carlos Rocha. Problemas da colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará. Belém: UFPA, 1967. (Série José Veríssimo).

PEREIRA, Adriana Soares, et al. Metodologia da pesquisa científica. Universidade Federal de Santa Maria. 2018.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **A Nova Condição Urbana: espaços Comerciais e de Consumo na Produção e Reestruturação da Cidade Juazeiro do Norte (CE) e Ribeirão Preto (SP)**. Editora Appris, 2020.

PORTES, Bruno César Nascimento; TRAVASSOS, Luciana Rodrigues Fagnoni Costa. Entre o rural e o urbano: rumo a uma abordagem interdisciplinar das áreas de interface urbano-rurais na RMSP. XVIII, ENANPUR, Natal, 2019.

PRED, Allan. Place as Historically Contingent Process: Structuration and the Time-Geography of Becoming Places. In: WILSON, P.; AGNEW, J. A. (Ed.). **Place and the Politics of Identity**. London: Routledge, 1984. p. 131-164.

RAMOS, Edivaldo Fernandes; DA SILVA MATOS, Ralfo Edmundo. INTERIORIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E A DISCUSSÃO SOBRE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL. **Geografia em Questão**, v. 8, n. 2. 2015.

RECLUS, Élisée. A evolução das cidades. Niterói, Universidade Federal Fluminense. **Geographia/ Nossos clássicos**, vol: 22, n. 49, 2020.

RECLUS, Élisée. O Homem e a Terra. Paris: Société Nouvelle de Librairie et d'Édition, 1905.

REIS, DS e cols. A Região Imediata de Itajubá e a Rede Urbana da Região Sul de Minas Gerais. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 35, n. 2, pág. 1-19, 2018.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec. **Geo UERJ**, n. 10, p. 35, 2001.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. A rede urbana do Nordeste do Pará: interações espaciais, particularidades regionais e diferenças das cidades. In.: **Caderno de Geografia**, v.30, n.61, 2020. ps. 451 - 471.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Interações espaciais na rede urbana do nordeste do Pará: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 2017.

RODRIGUES, Arlete, M. F.; SCHULER, Alexandre. Cidades e regiões metropolitanas no Brasil: transformações recentes e desafios para o planejamento. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; COSTA, R. A. (Orgs.). Cidades e regiões metropolitanas no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023. p. 15-42.

RODRIGUES, Jéssica; VASCONCELOS, Lígia. A Rede Urbana de Belém: Uma análise das relações intermunicipais a partir dos fluxos de mercadorias. In: XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017, São Paulo. Anais do XI Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2017. p. 23-37.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias Amazônicas: análise de Santarém e Marabá, Pará. 2015. 255 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/132229>>.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, José; OLIVEIRA NETO, A. O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará. **Revista NERA**, ano 21, n. 42, p.256-280, Dossiê, 2018.

RODRIGUES, Thais Cristina de S. Urbanização e Transformações no Mundo Rural: O Caso da Região Metropolitana de Campinas. 2015. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, **Instituto de Geociências, Campinas**, 2015.

ROLNIK, Raquel. Estatuto da cidade e conferência das cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. *Revista Katálisis*, v. 6, n. 2, p. 223-234, 2003.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos - 84pg, São Paulo, 1988.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45-65, 2005.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. CUP Archive, 1986.
SÁNCHEZ, Héctor Ávila. Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades. **Estudios agrarios**, v. 41, p. 93-123, 2009.

SANTOS, Alex Medeiros; ALENCAR, Cristina Maria M. de. CAMPO-CIDADE, RURAL URBANO: o som do silêncio na métrica de evolução das publicações científicas na América Latina. In: SUZUKI, Júlio César; BORGES, Valterlei de Araújo; BITELLI, Fábio Molinari (Organizadores). **Campo e cidade na América Latina**. São Paulo: FFLCH/USP, 2019.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. Edusp, 2022.

SANTOS, Milton. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, v. 32, p. 51-77, 1982.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro RECOR, 2001. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 21, n. 1, p. 153-153, 2001.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria de; SILVEIRA, Maria Laura. Território: globalização e fragmentação. **São Paulo: Hucitec**, 1993.

SASSEN, Saskia. Cities and sustainability: reflections on a transdisciplinary framework. In: ROZAS, M. D.; KUECKER, R. W. (Orgs.). **Cities and global governance: new sites for international relations**. Ashgate, 2011. p. 98-108.

SCHNEIDER, Sergio. e NIEDERLE, Pedro. Novo Rural: o espaço agrário em transformação. Porto Alegre: **Editora da UFRGS**, 2010.

SILVA, Christian Nunes da et al. Atlas geográfico escolar do Estado do Pará. 2013.

SILVA, José Graziano da. A nova ruralidade brasileira: Da agricultura familiar aos mercados globais. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 2009.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. Métodos de pesquisa. **Porto Alegre: Editora da UFRGS**, 2009. p. 33-44, 2009.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 1988.

SMITH, Neil. Desigualdade Urbana. **São Paulo: Contexto**, 2002.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Transformações e permanências no processo de estruturação urbana de uma cidade média: Juazeiro do Norte - Ceará. **Juazeiro do Norte: Editora Universitária Leão Sampaio**, 2010.

SOARES, Dalva Marçal Mesquita; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro. A Evolução do Processo de Urbanização e Metropolização no Território Brasileiro e o Advento do Novo Estatuto das Metrôpoles. In.: SILVA, Alexsander Batista, ORBES, Gabriela Ruales (Orgs.) Anais do XIV Encontro Regional de Geografia: Geopolítica do Cerrado: natureza, economia e política. **Goiás: AGB**, 2016.

SOBRINHO, Manoel de Oliveira Franco. **Município e municipalização**. Serviço de Documentação, Seção de Publicações, 1966.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Espaço e sociedade - Um paradoxo: a cidade. **Revista do Serviço Público**, v. 40, n. 1, p. 17-20, 1983.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010.

SUERTEGARAY, Dirce M. Dirce Maria. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**, v. 5, n. 79-104, 2001.

SZLAFSZTEIN, Claudio Fabian. Management of natural disasters in the Brazilian Amazon region. **Natural Hazards**, v. 76, n. 3, p. 1745-1757, 2015.

TRAVASSOS, Luciana; FERREIRA, Renata Cristina. O Periurbano e o Rural Metropolitanos: desafios para a elaboração do plano diretor regional do grande ABC. In: **Anais III Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural**. 2016.

TRAVASSOS, Luciana; PORTES, Bruno. Rural metropolitano: caracterização e regulação na Região Metropolitana de São Paulo (Brasil). GOT: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 14, p. 359, 2018.

DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Cidades e centralidades urbanas na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa. **Revista Cidades**, v. 12, n. 21, 2015.

DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro; DA SILVA BARBOSA, Estêvão José. Reestruturação metropolitana na Amazônia oriental: empreendimentos econômicos e dispersão urbana na área de influência imediata de Belém. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 349-363, 2016.

VAINER, Carlos, B. Planejamento e Território ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR**, Ano XV, No 2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, No 1, Jan-Jul 2002.

VALE, Ana Rute do. Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP). 2005. vi, 210 f. Tese (doutorado) - **Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas**, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104387>>. Consultado em 03, fev. 2022.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. A Rodovia Belém-Brasília. **Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia**, 1967.

VALVERDE, Orlando; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. Geografia agrária do baixo Açu. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia**, 1961.

VASCONCELOS, Valéria Guimarães. Estrutura e dinâmica da rede urbana da Amazônia: o caso de Belém. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil**, 2003. p. 120-138.

VEIGA, José Eli da. A nova ruralidade: Desafios e perspectivas. **Rio de Janeiro: Editora FGV**, 2007.

VEIGA, José Eli da. Campo e Cidade no Brasil do Século XXI. **São Paulo: Editora UNESP**, 2012.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VELOSO, Tiago; DA TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro. Dinâmicas sub-regionais e expressões metropolitanas na Amazônia brasileira: olhares em perspectiva. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 1, 2014.

WAGNER, Danielle; ASSIS, William Santos de. Conexões entre campo e cidade na Amazônia Paraense: agricultores familiares e suas relações com a cidade de Marabá-PA. **Extensão Rural**, v. 21, n. 2, p. 75-93, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/8932>>. Acessado em: 05 mar. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000. O MUNICÍPIO NO SÉCULO XXI: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS, São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima–CEPAM, ED. ESP, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas—o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, 2000.

WERNECK, Heitor. Mudanças climáticas e desenvolvimento rural no Brasil. **Rio de Janeiro: Editora FGV**, 2005.

WINKLERPRINS, Antoinette Marie-Gabrielle. Cidades da Floresta: Urbanização, Desenvolvimento, e Globalização na Amazônia Brasileira. **Journal of Latin American Geography**, v. 8, n. 1, p. 198-199, 2009.

WOODS, Michael. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. **Progress in Human geography**, v. 31, n. 4, p. 485-507, 2007.

ZULAICA, Laura; VAZQUEZ, Patrícia; DAGA, Daiana. Transformaciones territoriales en el periurbano hortícola de Mar del Plata (Argentina) y su incidencia en los procesos de erosión hídrica. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 75, p. 179-200, 2020.